



canal6 editora

Mauro Souza Ventura  
Maria Cristina Gobbi  
*Organizadores*

**COMUNICAÇÃO CIDADÃ**  
GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE E  
REDES COLABORATIVAS NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA

# COMUNICAÇÃO CIDADÃ



Mauro Souza Ventura  
Maria Cristina Gobbi  
*Organizadores*

# COMUNICAÇÃO CIDADÃ

GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE E  
REDES COLABORATIVAS NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA

**canal6** editora

1ª edição 2021  
Bauru, SP

### **CONSELHO EDITORIAL**

Angela Maria Grossi  
Célia Maria Retz Godoy dos Santos  
Denis Porto Renó  
Fernanda Henriques  
Francisco Machado Filho  
Juarez Tadeu de Paula Xavier  
Marcos Américo  
Maria Cristina Gobbi  
Mauro Souza Ventura  
Raquel Cabral  
Ricardo Luis Nicola (*in memoriam*)  
Tamara de Souza Brandão Guaraldo  
Osvando José de Moraes

### **REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**

**Titular:** Natália Martin Viola  
**Suplente:** José Benedito Guerreiro

### **COMITÊ CIENTÍFICO**

**(UNESP):** Angela M. Grossi; Antonio Carlos Sementille; Antonio Francisco Magnoni; Arlindo Rebechi Júnior; Célia M. G. Retz; Daira Martins Botelho; Danilo Rothberg; Denis Porto Renó; Dorival Rossi; João Eduardo Hidalgo; João Pedro Albino; Francisco Machado Filho; José Carlos Marques; Juarez Tadeu de Paula Xavier; Juliano Maurício de Carvalho; Juliano Ferreira de Sousa; Leticia Passos Affini; Marcos Américo; Maria Cristina Gobbi; Maria Eugênia Porém; Mauro Souza Ventura; Maximiliano Martins Vicente; Osvando J. Moraes; Rafael Kondlatsch; Raquel Cabral; Regina Célia Baptista Belluzzo; Rosa Maria Araújo Simões; Roseane Andrelo; Tamara de Souza Brandão Guaraldo.

**(INSTITUIÇÕES PARCEIRAS):** Adilson Vaz Cabral Filho (UFF); Andrea Versuti (UnB); Beatriz Correa Pires Dornelles (PUCRS); Bruno Fuser (UFJF); Catarina Tereza Farias de Oliveira (UFC); Cicilia M. K. Peruzzo (Comuni); Denise Maria Cogo (ESPM); Denise Teresinha da Silva (UNIPAMPA); Edgard Rebouças (UFES); Ingrid de Assis (UFSC); Jane Marques (USP); Juciano de Sousa Lacerda (UFRN); Juliana C. G. Betti (UFSC); Luzia Mitsue Yamashita Deliberador (UEL-FAC. Maringá); Maria Alice Campagnoli Otre (UNIMAR); Mariana Ferreira Lopes (UnB); Marli dos Santos (Cásper Líbero); Rozinaldo Antonio Miani (UEL); Raquel Paiva Araujo Soares (UFRJ); Sandra Raquew dos Santos Azevedo (UFPB); Suelen de Aguiar Silva (UNESA); Toni André Scharlau Vieira (UFPR).

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

## **CREDITOS INSTITUCIONAIS**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã (**ABPCom**)

### **Diretoria ABPCom – Gestão 2019-2021**

Presidenta: Maria Cristina Gobbi (UNESP)  
Vice-presidenta: Luzia Mitsue Yamashita Deliberador (UEL/FAC. Maringá)  
Secretária Executiva: Suelen de Aguiar Silva (UNESA)  
Diretor de Finanças: Marcos Corrêa (FPAC – FCE)  
Diretora Científica: Maria Alice Campagnoli Otre (UNIMAR)  
Dir. de Rel. Públ. e Com.: Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior (UNESP)  
Diretora Cultural e de Projetos: Mariana Ferreira Lopes (UnB)

### **Conselho Fiscal**

Titulares: Bruno Fuser (UFJF); Ricardo Alvarenga (UFMA);  
Sandra Raquew dos Santos Azevedo (UFPB)  
Suplentes: Beatriz Correa Pires Dornelles, Juciano de Sousa Lacerda,  
Toni André Scharlau Vieira (UFPR)

### **Conselho consultivo**

Cicilia Krohling Peruzzo (UERJ); Adilson Vaz Cabral Filho (UFF), Catarina Tereza Farias de Oliveira (UFC), Claudia Regina Lahni (FJF), Denise Maria Cogo (ESPM-SP), Denise Teresinha da Silva (Unipampa), Edgard Rebouças (UFES), Juarez Tadeu de Paula Xavier (UNESP), Maria Ataíde Malcher (UFPA), Raquel Paiva Araujo Soares (UFRJ) e Rozinaldo Antonio Miani (UEL).

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)**

### **Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC)**

**Diretora:** Fernanda Henriques  
**Vice-Diretor:** Juarez Tadeu de Paula Xavier

### **Departamento de Comunicação Social (DCSO)**

**Chefe:** Mauro Souza Ventura  
**Vice-Chefe:** Roseane Andrelo

canal6 editora

Rua José Pereira Guedes, 7-14  
Parque Paulista | CEP 17031-420 | Bauru, SP  
www.canal6editora.com.br



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Benitez Catalogação Assessoria Editorial)

---

C214      Comunicação cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no  
1.ed.      contexto da pandemia / Organizadores Mauro Souza Ventura, Maria  
                 Cristina Gobbi. 1.ed. – Bauru, SP: Canal 6, 2021.  
                 226 p.; 19 x 24,5 cm.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86030-83-9 (e-book)

ISBN 978-65-86030-84-6 (impresso)

DOI 10.52050/9786586030839

1. Cidadania. 2. Comunicação – Mídia. 3. Covid-19 – Pandemia.  
4. Direitos humanos. 5. Diversidade. 6. Identidade de gênero. I. Ventura,  
Mauro Souza. II. Gobbi, Maria Cristina.

12-2021/33

CDD 302.234

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Cidadania : Comunicação : Mídia 302.234

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

# SUMÁRIO

- 9**    **Comunicação Cidadã, Mídia cidadã: Diversidade, equidade e redes colaborativas no contexto da pandemia**

*Maria Cristina Gobbi e Mauro Souza Ventura*

## **PARTE I – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO CIDADÃ**

- 19**    **A imprensa sob ataque no contexto da guerra cultural bolsonarista**

*Mauro Souza Ventura*

- 31**    **Viagem a Portugal, de José Saramago, e as reflexões sobre os paradigmas fotográficos**

*Denis Renó*

- 45**    **Mulheres e suas interseccionalidades nos estudos em Comunicação Cidadã**

*Juliana Gobbi Betti*

## **PARTE II – REDES COLABORATIVAS E ATIVISMO MIDIÁTICO**

- 61**    **A informação precisa chegar antes da bala: uma análise rede colaborativa online de alerta de segurança OTT-RJ**

*Mara Fernanda De Santi e Maria Cristina Gobbi*

- 74**    **Rodas Virtuais de Cuidado e Autocuidado em Tempos de Pandemia: um projeto digital da ONG CFEMEA**

*Cosette Castro*

- 91**    **A atuação do movimento Sleeping Giants Brasil por meio da desmonetização da publicidade programática: contra o discurso de ódio e a propagação das fake news**

*Giovana Lucio Bonfim e Maria Alice Campagnoli Otre*



### **PARTE III – CONJUNTURAS EDUCACIONAIS**

- 109** Zine alternativo como prática formativa e engajamento sócio local para à consciência cidadã  
*Ingrid Gomes Bassi e Rogério Alves da Silva Filho*
- 122** Boletim *PO Informa*: análise do conteúdo de uma experiência comunicativa no âmbito da Teologia da Libertação  
*Bruna Miyuki Enomoto Akamatsu e Rozinaldo Antonio Miani*
- 135** La educación en el contexto de la pandemia en el pueblo Mapuche  
*Luz Del Paraguay González Orona e Rosa Maria Araújo Simões*
- 144** Radiografia da Educação Remota na FATEC em tempos de Covid-19: desempenho e sentimentos de estudantes  
*Claudines Taveira Torres, Maria Cristina Gobbi e Anderson Rogério Campana*

### **PARTE IV – CONTEXTOS DE GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE**

- 167** Gênero e Resistência Feminista: a visibilidade da Marcha das Vadias nos portais de notícia pernambucanos entre 2011 e 2016  
*Ana Maria da Conceição Veloso e Laís Cristine Ferreira Cardoso*
- 185** Lesbianidade, Comunicação e Memória  
*Paula Silveira-Barbosa*
- 195** As disputas de valores e a comunicação indígena como expressão de outros cotidianos  
*Emanuela Neves do Amaral e Adilson Vaz Cabral Filho*
- 208** Trajetórias ascendentes: recortes da imigração de armênios, judeus, japoneses e alemães para Brasil  
*Ingrid Pereira de Assis e Filipe Cantanhede Aquino*

# COMUNICAÇÃO CIDADÃ, MÍDIA CIDADÃ: DIVERSIDADE, EQUIDADE E REDES COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Maria Cristina Gobbi e Mauro Souza Ventura

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Comunicação popular, comunitária e cidadã. Triáde que forma o alicerce que sustenta e fortalece a Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), criada em 2005 como: “Rede Mídia Cidadã” e formalizada como Associação em 2017, herdando a trajetória de mais de 15 anos de muitas histórias de pessoas, parcerias, ações, lutas e bons resultados.

Partindo de um marco temporal mais recente, é possível assinalar que desde os anos setenta do século passado as lutas sociais por democracia, respeito aos direitos humanos e a cidadania desembocaram na criação de uma diversidade de movimentos sociais populares e sindicais, que em seu conjunto oportunizaram múltiplos e variados meios, formas e formatos de comunicação. Peruzzo e Gobbi (2020) afirmam que “[...] inicialmente mais conhecidos como comunicação popular, comunitária e alternativa, sob a expressão aglutinadora de ‘Comunicação Popular’” (p. 397), estas movimentações ocorreram em espaços dos meios de comunicação massiva convencionais, por intermédio da produção de conteúdos distintos, dando voz crítica aos segmentos sociais organizados. As autoras reforçam que a marca distintiva “[...] dessa outra comunicação do povo, expressa nas evidências de manifestações comunicacionais voltadas à construção e à ampliação da cidadania” permitiram outras expressões para designar esse fenômeno no seu conjunto, como: mídia cidadã e comunicação cidadã.

Esse breve quadro afiança o porquê do nome *Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã* (ABPCOM). Para Peruzzo e Gobbi (2020) a “Associação quer expressar as especificidades de determinadas correntes da Comunicação Popular e, ao mesmo tempo, acolher as demais modalidades de expressão de uma comunicação voltada para a construção da cidadania (mídia cidadã e folkcomunicação)”. Para elas “[...] seus protagonistas são

diversos, mas têm como estratégia em comum a conquista dos direitos da pessoa e o respeito ao interesse público visando a ampliação da civilidade da sociedade brasileira e planetária”. (p. 398)

Assim, com essa perspectiva, em 2021 foi realizada a XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã (CBCC), que teve como tema central “Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia”. Para toda a equipe envolvida foi um desafio muito grande a realização do evento, pois foi a primeira vez que o encontro ocorreu totalmente de forma online. É importante reforçar que isso só foi possível graças a um contingente de pessoas amigas que aceitaram o desafio e juntas e juntos realizaram o evento, que teve a parceria institucional da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), através da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), com o apoio da professora Fernanda Henrique, diretora e do professor Juarez Tadeu de Paula Xavier, vice-diretor da unidade e, igualmente, do professor Mauro Souza Ventura, Chefe do Departamento de Comunicação (DCSO). Somaram-se a esse grupo as/os colegas docentes, servidoras e servidores técnico-administrativos e estudantes da FAAC-UNESP e das instituições parceiras.

Nos mais de 15 anos de existência da ABPCom os vários encontros da entidade já foram realizados em localidades, como: São Paulo, Pernambuco, Paraná, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhã, Rio de Janeiro e, com destaque Bauru, pois é a segunda vez que a FAAC-UNESP recebe o evento. A primeira, em 2015 (presencial) e agora, em 2021 (online). Estas edições anuais têm permitido promover e reforçar o debate em torno das temáticas da comunicação comunitária e cidadã, além de estimular a pesquisa, conhecer e divulgar as experiências práticas que nascem nas comunidades e têm transformado o mundo com as ações que empreendem e com os resultados que geram, trazendo de forma mais ampliada uma diversidade de vozes e de demandas da sociedade.

O evento ocorreu entre os dias 22 e 24 de junho de 2021, todo no ambiente online, utilizando canais do youtube, meet do Google e a própria plataforma da ABPCom. É preciso registrar que a pandemia da Covid-19 no país determinou o fato do encontro ter sido online. Sim, enfrentamos uma *situação de gravidade extrema, com mais de 560 mil brasileiros mortos. Essa tragédia nacional determina que, embora o país esteja passado por outras crises igualmente graves, a prioridade de todos deve ser a vida e assim, o combate a pandemia, mantendo as determinações da ciência e os cuidados*

*preventivos, como a não aglomeração, o isolamento social etc. Por mais complexo e difícil que o cenário pareça tudo isso vai passar.*

O evento, tratando do tema “Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia”, trouxe um conjunto de desafios para serem empreendido na e pela ABPCom e em e por outros espaços de ação e de diálogo. Assim, parafraseando Connell (2013), gênero “[...] pode ser definido de muitas formas: como um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação de corpos e outras mais”. Para a pesquisadora, “[...] o que faz com que qualquer uma delas tenha importância para o mundo é o que podemos fazer coletivamente com essas identidades e classificações. O que conta são nossas práticas sociais – em instituições como escolas, fábricas ou prisões, em relacionamentos íntimos de nossa vida pessoal, na mídia de massa, na internet e em igrejas e mesquitas” (2013, p. 17). Ou seja, são ações que precisam estar incorporadas em nosso cotidiano como atitudes e em todos os lugares.

Da mesma forma, as teorias e as práticas forjadas no seio das lutas antirracistas, antissexista, anticapitalistas e anticoloniais são fontes inestimáveis de conhecimento e devem ser de e para toda a sociedade. Parece estar ocorrendo certa tendência em acreditar que o descolonialismo colocou um ponto final no colonialismo. No entanto, como afirma Vergès (2020), além de a República continuar exercendo controle sobre os territórios, as instituições estão impregnadas pelo racismo, misoginia, xenofobia, homofobia, transfobia, pela intolerância etc. Não importa o quão bem fundamentada seja a pesquisa social, ela é também um campo de contestação, de aprendizado, de troca, de participação, de ação e de reação. E não se pode perder de perspectiva que “[...] as práticas sociais envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem (Souto, 2021, web).

Assim, não é possível somente ter como objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Não podemos cultivar esperanças ingênuas. Sabemos que o caminho é longo e abarrotado de obstáculos. Os movimentos da sociedade, como vidas negras importam, LGBTQI+, o direito a terra das nações e povos indígenas, os movimentos feministas, os ambientalistas, entre outros, não são uma nova onda e sim a continuação das lutas de emancipação que vem sendo forjadas há vários séculos. É necessário recuperar a narrativa militante, politizar o cuidado, revelando a extensão e a invisibilidade de muitos, nesses cenários de lutas. Como bem assinalou Vèrge (2020), não pensamos na construção de uma comunidade utópica,

mas de colocar em prática um pensamento utópico entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios. Como gesto de ruptura é preciso ousar pensar para além do que se apresenta como natural, pragmático, razoável. Devemos desejar sim, “[...] restaurar a força criativa em sonhos de insubmissão, resistência, justiça, liberdade, felicidade, bondade, amizade e encantamento”, como está presente no Manifesto IV de 2017, de Vérgé.

Com essa perspectiva abrangente, múltipla, inclusiva, entre outras, formamos parcerias ricas e diversificadas, quer com as/os colegas pesquisadoras/es, com estudantes, com as instituições, com lideranças e com as comunidades. Destarte, conseguimos formar vários comitês que destacamos a seguimos para registrar nossa gratidão. São eles: Apoio institucional - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>1</sup>; Cátedra Latinoamericana de Narrativas Transmedia (ICLA); Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia - mestrado profissional e doutorado acadêmico (PPGMiT-UNESP); Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom-UNESP); Curso de Jornalismo da UNESP; Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (LECOTEC); Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Curso de Esp. em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Curso de Publicidade da Universidade de Marília (Unimar); TV e Rádio UNESP; ACI-FAAC-UNESP; STAEPE-FAAC-UNESP e da Ria Editorial. Entre os grupos de Pesquisa, destacamos: Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA-CNPq-UNESP); Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI-CNPq-Anhembi-Morumbi); Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (GENEM-CNPq-UNESP) e o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NPC-UEL).

Além dos Comitês institucionais e dos grupos contamos, igualmente, com a parceria de diversas pessoas, como: Adilson Vaz Cabral Filho (UFF), Amanda de Assis Porto (FAAC), Ana Luiza Otrente Batista (FAAC), Angela M. Grossi (FAAC-UNESP), Anielly Marcola (FAAC), Beatriz Correa Pires Dornelles (PUCRS), Bianca Giordana Zaniratto (FAAC-UNESP), Bruno Fuser (UFJF-ABPCOM), Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior (UNESP-ABPCom), Catarina Tereza Farias de Oliveira (UFC), Cicilia M. K.

---

1 Bolsa Fapesp (Processo: 2019 / 26715-2). Pesquisadora de Produtividade do CNPq - nível 2.

Peruzzo (UERJ - Comuni - ABPCom), Danilo Rothberg (PPGCOM-UNESP), Débora Massarollo Otoboni (Unimar), Denis Porto Renó (PPGMIT-UNESP), Denise Maria Cogo (ESPM), Denise Teresinha da Silva (UNIPAMPA), Edgard Rebouças (UFES-ABPCom), Fernanda Henriques (FAAC-UNESP), Francisco Machado Filho (TV UNESP), Ingrid de Assis (UFSC), José Carlos Marques (RÁDIO UNESP), Marli dos Santos (Cásper Líbero), Juarez Tadeu de Paula Xavier (FAAC-UNESP), Juciano de Sousa Lacerda (UFRN), Juliana C. G. Betti (UFSC), Juliano Maurício de Carvalho (PPGMiT-FAAC-UNESP), Laís Cambaúva (FAAC), Luzia Mitsue Yamashita Deliberador (UEL-FAC. Maringá-ABPCom), Mara Fernanda de Santi (PPGMiT-UNESP), Marcos Américo (PPGMiT-UNESP), Marcos Correa (FPAC- FCE-ABPCom), Maria Alice Campagnoli Otre (UNIMAR-ABPCom), Maria Ataíde Malcher (UFPA-CNPq), Maria Cristina Gobbi (UNESP-ABPCom), Maria Eduarda Bertuccini (FAAC), Mariana Ferreira Lopes (UnB-ABPCom), Marli dos Santos (Cásper Líbero), Mauro Souza Ventura (DCSO-UNESP), Rodrigo Morelato (UERJ), Ricardo Alvarenga (UFMA), Ricardo Luís Nicola (*In memoriam*), Rosa Maria Araújo Simões (FAAC-UNESP), Rozinaldo Antonio Miani (UEL-ABPCom), Sandra Raquew dos Santos Azevedo (UFPB), Suelen de Aguiar Silva (UNESA-ABPCom), Toni André Scharlau Vieira (UFPR), entre outros. Igualmente, recebemos reforços muito relevantes nas conferências ministradas, nas apresentações dos grupos de pesquisas, nas oficinas e em outras atividades do evento, formando um contingente de pessoas que tem na Comunicação Popular, Comunitária e Cidadão os motes de suas ações e investigações.

Para socializar as contribuições recebidas, organizamos esse volume, que tem como título “Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia” e está dividido em 4 partes.

O tema “Desafios e perspectivas da comunicação cidadã” abre a publicação convidando para a reflexão sobre o fenômeno da comunicação direta, das tecnologias digitais, da imagem fotográfica no ecossistema midiático contemporâneo e, finaliza com ponderações sobre o jornalismo, trazendo como foco gênero e suas interseccionalidades no cenário da pandemia. As contribuições estão nos textos: A imprensa sob ataque no contexto da guerra cultural bolsonarista, de Mauro Souza Ventura; Viagem a Portugal, de José Saramago, e as reflexões sobre os paradigmas fotográficos, de Denis Renó e Mulheres e suas interseccionalidades nos estudos em Comunicação Cidadã de Juliana C. G. Betti.

“Redes colaborativas e ativismo midiático”, segunda parte do volume, aborda resultados de ações e de pesquisas que vem sendo realizadas no âmbito das redes colaborativas e estão os trabalhos: A informação precisa chegar antes da bala: uma análise rede colaborativa online de alerta de segurança OTT-RJ, de Mara Fernanda De Santi e Maria Cristina Gobbi; Rodas Virtuais de Cuidado e Autocuidado em Tempos de Pandemia: um projeto digital da ONG CFEMEA de Cosette Castro e A atuação do movimento Sleeping Giants Brasil por meio da desmonetização da publicidade programática: contra o discurso de ódio e a propagação das fake news de Giovana Lucio Bonfim e Maria Alice Campagnoli Otre.

Em “Conjunturas educacionais” podemos conhecer práticas educativas em cenários diversificados e estão as contribuições: Zine alternativo como prática formativa e engajamento sócio local para à consciência cidadã, de Ingrid Gomes Bassi e Rogério Alves da Silva Filho; Boletim PO Informa: análise do conteúdo de uma experiência comunicativa no âmbito da Teologia da Libertação, de Bruna Miyuki Enomoto Akamatsu e Rozinaldo Antonio Miani; La educación en el contexto de la pandemia en el pueblo Mapuche de Luz Del Paraguay González Orona e Rosa Maria Araújo Simões e Radiografia da Educação Remota na FATEC em tempos de Covid-19: desempenho e sentimentos de estudantes de Claudines Taveira Torres, Maria Cristina Gobbi, Anderson Rogério Campana.

Na ultima parte “Contextos de gênero, raça e diversidade” estão reflexões sobre a Marcha das Vadias, a memória, a lesbianidade, comunicação indígena e imigração. As contribuições são os trabalhos: Gênero e Resistência Feminista: a visibilidade da Marcha das Vadias nos portais de notícia pernambucanos entre 2011 e 2016 de Ana Maria da Conceição Veloso e Laís Cristine Ferreira Cardoso; Lesbianidade, Comunicação e Memória de Paula Silveira-Barbosa; As disputas de valores e a comunicação indígena como expressão de outros cotidianos de Emanuela Neves do Amaral e Adilson Vaz Cabral Filho; Trajetórias ascendentes: recortes da imigração de armênios, judeus, japoneses e alemães para Brasil de Ingrid Pereira de Assis e Filipe Cantanhede Aquino, fechando o volume.

O conjunto disponibiliza subsídios para refletir sobre o panorama da mídia cidadã e da comunicação cidadã, quer pela diversidade das temáticas e/ou dos espaços onde ocorrem, evidenciando as ações que tem permitido à ampliação da cidadania, como também reflexões que nos auxiliam a (re)definir conceitos e a conhecer mais sobre as demandas sociais, nos contextos da diversidade.

É possível afirmar que em uma sociedade regulada pela desigualdade social não há possibilidade em se construir um modelo único e ideal de mídia cidadã e de comunicação cidadã. Mas é possível desenvolver mediadores das relações sociais através de processos comunicacionais que possibilitam a promoção e a inclusão para um contingente maior da população. A educação deve ser percebida e tratada como dimensão social e, portanto um direito de todas e todos. Para isso deve ser pública, de qualidade, plural, inclusiva, laica e acessível, oferecida em um espaço social amplo de possibilidades e de diálogos, de maneira a garantir o desenvolvimento de um sujeito com autonomia, capaz de exercer sua reflexão crítica e com possibilidades de edificar seu conhecimento, criando mecanismos comunicativos apropriados para divulgar e promover sua cultura.

Sim, vivemos outra realidade, uma nova dimensão, outra forma de pensar a sociedade agora como “sujeito” e não “objeto” das nossas ações e reflexões comunicativas, onde os recursos tecnológicos devem estar a serviço da sociedade, promovendo a educação, a inclusão, o senso de justiça, a imparcialidade, o respeito, à igualdade de direitos e criando uma sociedade mais próxima de ser igualitária. E esse é um dos desafios que nos motiva, impulsiona e estimula.

Desejamos uma ótima leitura para todas e todos!

Bauru, inverno de 2021

## REFERÊNCIAS

Peruzzo, Cicilia Maria Krohling; Gobbi, Maria Cristina. (2020). Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom). In Del Bianco, Nélia R.; Lopes, Ruy Sardinha. *O campo da comunicação: epistemologia e contribuições científicas*. São Paulo: Socicom.

Souto, Kátia. (2018). *Cidadãs Posithivas 2018: parte da mandala da prevenção está esquecida, dizem*

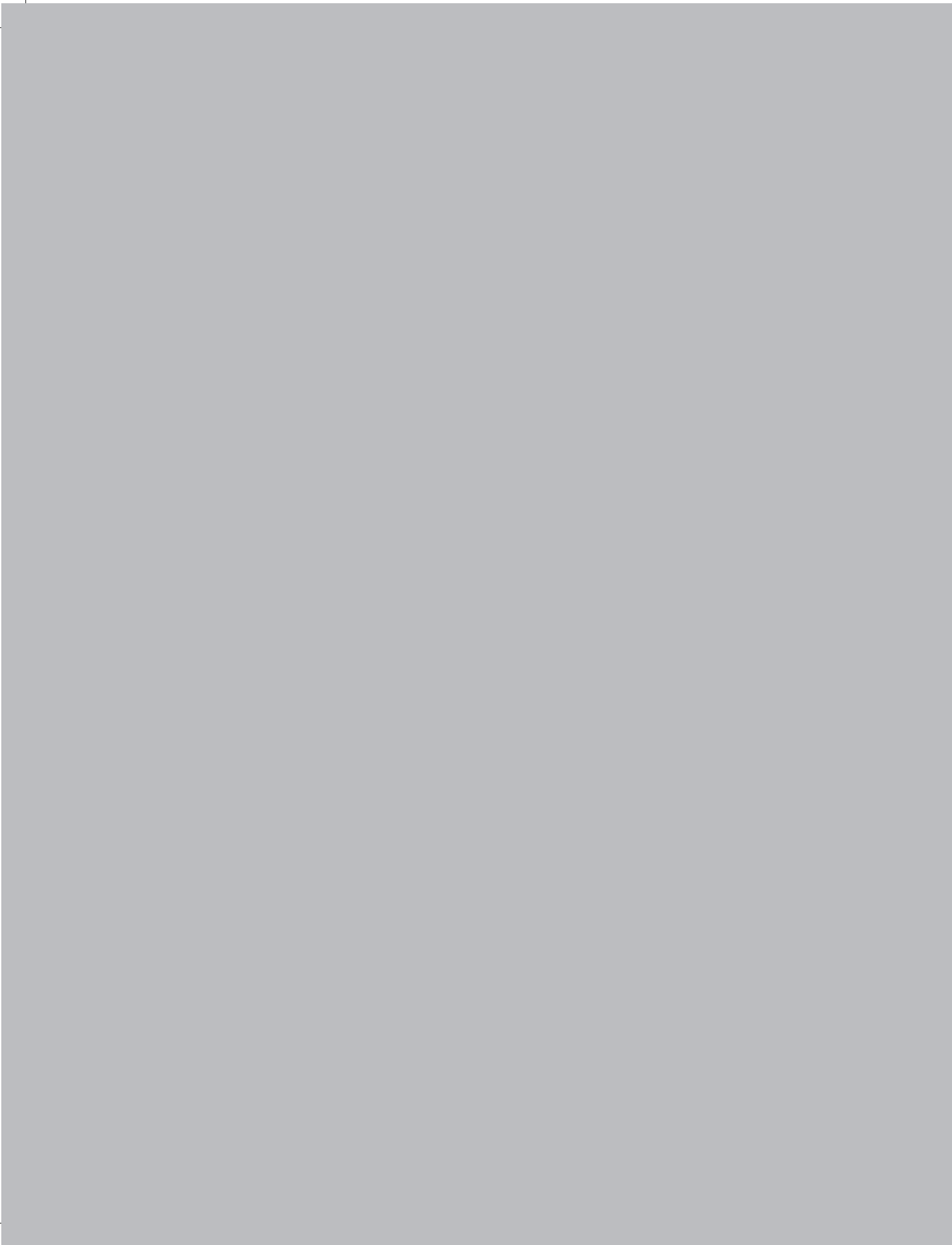
ativistas. Disponível em <[mncp.org.br/2018/09/13/cidadas-posithivas-2018-parte-da-mandala-da-prevencao-esta-esquecida-dizem-ativistas/](http://mncp.org.br/2018/09/13/cidadas-posithivas-2018-parte-da-mandala-da-prevencao-esta-esquecida-dizem-ativistas/)> Acesso: jun 2021.

Vergès, Françoise. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.





PARTE I  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
DA COMUNICAÇÃO CIDADÃ



# A IMPRENSA SOB ATAQUE NO CONTEXTO DA GUERRA CULTURAL BOLSONARISTA

Mauro Souza Ventura

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

## INTRODUÇÃO: A DESINTERMEDIAÇÃO

A passagem do modelo de comunicação um-para-muitos para o modelo muitos-para-muitos acarretou transformações estruturais inéditas no âmbito da sociedade e no próprio processo de Comunicação. Em decorrência dessas dinâmicas, o exercício da política, vinculado em maior ou menor grau a um processo de mediação, também passou por transformações. O que até então era feito por intermédio dos veículos de imprensa, agora passou a ocorrer de modo direto, provocando um processo de desintermediação da política. Num contexto de redes sociais, ferramentas de autopublicação e de comunicação direta com o receptor, torna-se importante perguntar sobre os novos vínculos que se estabelecem entre os atores políticos e o público receptor das mensagens.

Na fala prosaica e um tanto simplificada de Clay Shirky, se antes precisávamos de uma torre de transmissão ou de uma gráfica, “hoje só precisamos ter acesso a um café com internet ou a uma biblioteca pública para divulgar o que pensamos”. (Mounk, 2019, p. 171)

Em outras palavras, as mídias tradicionais perderam a capacidade de controlar com exclusividade a disseminação de ideias ou mensagens que repercutem nas audiências, fenômeno este que vem sendo chamado de “desintermediação”. Uma das perguntas que motiva esta reflexão pode ser assim formulada: a perda de influência dos difusores tradicionais de informação, e que promove o empoderamento das pessoas comuns (a cidadania), será também capaz de impulsionar a democracia?

Como argumenta Yascha Mounk, a partir da campanha presidencial de Donald Trump, nos EUA, ficou evidente o papel decisivo das mídias sociais em contornar os

difusores tradicionais da política americana, estratégia essa que foi seguida à risca por candidatos em outros países, inclusive o Brasil. Assim, o modelo de comunicação das redes sociais está sendo usado para promover a desinformação e interessa perguntar sobre os efeitos desta prática midiática para o sistema democrático.

No momento em que os atores políticos perceberam que não precisam mais da infraestrutura dos veículos de mídia tradicionais, passaram a tuitar e postar mensagens diretamente para seus milhões de seguidores. “As redes sociais são a imprensa livre que eu tenho”, declarou o presidente Jair Bolsonaro em março de 2019 (Fenaj, 2020). Como iremos investigar, o uso das mídias sociais transformou-se, sob o governo Bolsonaro, quase que numa política de comunicação.

Considerando que a inovação tecnológica costuma diminuir o abismo entre os *insiders* e os *outsiders*, ou entre os atores dominantes e os pretendentes no campo, acirra-se a luta entre as forças da instabilidade e as forças da ordem.

O processo de desintermediação que estamos procurando descrever enfrenta, nos dias atuais, um outro fator – desta vez não de ordem tecnológica – que vem igualmente contribuindo para a crise de legitimidade pela qual passa o jornalismo profissional. Trata-se de um problema ligado ao espírito do nosso tempo (*zeitgeist*) em que os fatos objetivos parecem exercer menos influência do que fatores de ordem emocional e crenças pessoais.

Como escreve Kakutani, a subjetividade torna-se hegemônica, em detrimento da verdade objetiva. Vivemos, assim, “a glorificação da opinião pública acima do conhecimento, das emoções acima dos fatos”. (Kakutani, 2018, p. 75)

Esta primazia do subjetivo e o papel que a narrativa em primeira pessoa vem assumindo numa esfera pública da qual fazem parte as redes sociais, é o contexto de fundo da divulgação de fakenews e de mentiras em escala industrial. Deste modo, este texto busca examinar como o descaso pelos fatos, a substituição da razão pela emoção, e a corrosão da linguagem estão diminuindo o valor da verdade. E de que modo isso tem afetado a legitimidade do jornalismo profissional e das mídias tradicionais.

Ora, é preciso, pois, repensar a identidade e a legitimidade do jornalista profissional em um momento em que proliferam espaços de produção de conteúdo informativo. Ao mesmo tempo, devemos levar em conta a nova ecologia midiática, em que as empresas de mídia convergem suas diferentes operações e criam plataformas e produtos híbridos, enquanto os profissionais de redação produzem conteúdo multimídia e assumem perfil multitarefa.

Talvez esse seja um dos fenômenos de comunicação de maior relevância na contemporaneidade, ou seja, a capacidade de formação de “bolhas” virtuais em que seus integrantes confiam mais em mensagens geradas na própria bolha do que em conteúdo oriundo de fora, no caso, nas mídias tradicionais. Nesse ambiente digital, parece não haver espaço para o contraditório, já que “as pessoas procuram criar seu próprio ambiente de mídia pessoal em busca de conteúdos que confirmem que o que sentem, lá no fundo, é verdade”. (Spinelli; Santos, 2018)

Nesta sociedade em rede em que as mensagens são produzidas e compartilhadas pelo emissor, o primeiro impacto está numa mudança nos hábitos de consumo de notícias, num movimento em que o jornalismo profissional começa a perder o monopólio, tanto da produção quanto da disseminação da informação. Como escreve Ramonet,

O cidadão comum desempenha seu papel na produção de notícias e o que era um banco de informação limitada hoje virou um banco de informação infinita – e o pior – em geral não processada. E o jornalismo, antes responsável pela credibilidade das informações, foi submetido à ditadura da urgência e do instantâneo – e poucas redações dispõem do tempo necessário para fazer conscientemente seu trabalho. (Ramonet, 2012)

Um dos efeitos mais visíveis desse novo estado de coisas está na perda de credibilidade que recai sobre as mídias tradicionais e, em específico, sobre o jornalismo profissional. Assim, cabe perguntar sobre os efeitos para a democracia desse novo ecossistema jornalístico, em que não apenas alterações no modelo denegócios, mas inovações tecnológicas têm provocado profundas alterações nos processos de produção e apresentação da notícia.

Ao mesmo tempo, surgem novos formatos de conteúdo jornalístico, alavancados pela possibilidade de acesso a informações por meio de bases de dados, à convergência de mídias e das redações e, em especial, à proliferação de ferramentas de autopublicação.

A justificativa para a hipótese que estamos desenvolvendo gira em torno desta hipótese: trazer para análise o uso que o presidente Jair Bolsonaro vem fazendo das redes de comunicação e o impacto que este uso tem tido no enfraquecimento da democracia no Brasil.

No exercício de poder, o presidente mantém sua linha de intolerância com os jornalistas, em arroubos que já eram conhecidos desde seus tempos de deputado. E

semultiplicaram com Bolsonaro presidente, incluindo milícias virtuais para atacar profissionais, especialmente mulheres, num assédio amplificado por seus seguidores. (Benites et al, 2021)

No que tange à sua política de comunicação, o governo Bolsonaro tem priorizado um grupo restrito de sites e redes de TV que lhe dão apoio incondicional.

São portais e TVs que reduzem o impacto da pandemia da Covid-19, e ignoram as suas manobras casuísticas. Bolsonaro só dá entrevistas a esses meios afins. Parte da estratégia bolsonarista incluiu facilitar a venda de uma concessão pública de televisão à Rede Jovem Pan, o grupo com o maior número de comentaristas defensores de Bolsonaro na rádio e na internet. (Benites et al., 2021)

É a partir dessas fontes que os seus seguidores e apoiadores replicam suas mensagens, formando uma extensa e ruidosa teia bolsonarista nas redes sociais. “Os dois primeiros anos do Governo Bolsonaro foram marcados por forte atuação de agentes da Secretaria Especial de Comunicação (Secom) junto às chamadas redes aliadas para propagar o que era de interesse do Governo”, informa reportagem do jornal El País (Freire, 2021).

Desde o ano passado, a Polícia Federal vem investigando (e encaminhou o inquérito ao STF) os atos antidemocráticos promovidos pelo presidente e seus apoiadores, cujas principais bandeiras são a reedição do AI-5, a intervenção militar e críticas pesadas ao Supremo Tribunal Federal. Trata-se de uma ação coordenada que envolve diferentes atores, como parlamentares, empresários e influenciadores digitais. Essa teia bolsonarista na internet utiliza principalmente tweets disparados de contas inautênticas (robôs) que repetem de forma exaustiva uma mesma mensagem, seja ela de crítica ao STF, à imprensa ou a algum parlamentar de oposição. Mais recentemente, a campanha pelo retorno do voto impresso vem gerando milhares de mensagens, todas a partir de robôs, produzidos pelo que vem sendo chamado de “Gabinete do ódio”, formado por aliados do clã Bolsonaro.

Esta prática teve início ainda na campanha eleitoral. Conforme consta do relatório da PF, o governo vem monetizando suas redes de apoio. Um dos principais é o site *Terça Livre*, de propriedade de Allan dos Santos, que teria recebido, segundo a PF, cerca de 100.000 reais por mês via plataformas de *crowdfunding*. “Durante busca e apreensão executada na residência de Allan dos Santos foi encontrada uma planilha de doadores do canal com mais de 1.700 linhas”, diz o documento da PF, citado pelo El País.

## A GUERRA CULTURAL BOLSONARISTA

Quando examinada em seu contexto político-ideológico, a guerra cultural bolsonarista revela-se como uma luta discursiva e simbólica, que provoca dissensos na sociedade a partir de uma crítica aos seguintes aspectos: **a)** reação conservadora ao multiculturalismo e aos movimentos identitários; **b)** ameaças ao sistema nacional de ensino, com movimentos como “escola sem partido” e “caneta desideologizadora”; **c)** críticas às diferentes políticas de fomento à produção cultural; **d)** ameaças à atuação da imprensa; **e)** discurso de valorização da família e crítica à questão de gênero, ou “ideologia de gênero”.

Mas o fenômeno da guerra cultural, ou *Kulturkampf*, remete-nos a diferentes contextos históricos em diferentes países. Podemos, por exemplo, lembrar as lutas culturais na imprensa vienense dos anos 1920-30 e a figura de Karl Kraus, no momento de ascensão do nacional-socialismo de Hitler.

No entanto, o contexto que nos interessa aqui é o projeto de governo de Jair Bolsonaro, anunciado durante sua campanha à presidência, como uma cruzada, um grito de guerra com o objetivo de destruir as instituições criadas pela Constituição de 1988. Conforme ele próprio antecipou, trata-se da “derrubada da hegemonia cultural da esquerda no Brasil”. (Rocha, 2021, p.107)

Para levar adiante esse propósito, Bolsonaro tem colocado em prática um método calcado sobretudo na verborragia de discursos radicais e declarações distópicas, que contrariam a Constituição e causam polêmica. Ao mesmo tempo em que “distrai” a opinião pública, age subterraneamente por meio da edição de portarias, resoluções, decretos, instruções normativas, leis e despachos que vão erodindo as conquistas democráticas.

De acordo com reportagem publicada no jornal El País, em apenas 18 meses no poder, Bolsonaro já assinou 1.060 decretos. Para se ter uma ideia comparativa, no governo Dilma Rousseff foram editados 614 decretos semelhantes, a maior parte para regulamentar leis ou organizar a gestão pública.

Na gestão Bolsonaro, eles se tornaram uma importante ferramenta para contrariar a Constituição e as engrenagens que sustentam a democracia do país. Muitos são revertidos no Supremo Tribunal Federal. Mas enquanto não são julgados, garantem que o plano de poder do presidente avance algumas casas. (Benites et al., 2021)



Castro Rocha argumenta que a guerra cultural, correlata ao processo de ascensão de movimentos de direita e de extrema-direita observado em diferentes países, precisa ser compreendida “no âmbito de autênticas batalhas ideológicas pelo estabelecimento de modelos normativos (reacionários até) de família, arte, educação, lei e política”. (Rocha, 2021, p.111)

Todos esses elementos compõem uma pauta de costumes que está na base de uma guerra cultural, hoje observada em diferentes países. Trata-se de fenômeno que começou a germinar ainda na década de 1960, provavelmente como reação à contracultura. A influência norte-americana é visível, em especial no caso brasileiro, que vai desde a influência de Olavo de Carvalho até o alinhamento da política externa do país ao governo de Donald Trump.

## **OS ATAQUES DE BOLSONARO À IMPRENSA**

Um dos aspectos centrais da guerra cultural bolsonarista está na desqualificação do jornalismo profissional e na crítica aos procedimentos da grande mídia. Por meio de suas redes sociais – o microblog Twitter e o Facebook ou valendo-se de recursos como trolls e robôs – Jair Bolsonaro e seus apoiadores vem tentando destruir a credibilidade da imprensa e atacar jornalistas no exercício de sua profissão. A estratégia adotada por Bolsonaro, que vem desde a campanha eleitoral, em 2018, tem sido a desintermediação, ou seja, o estabelecimento de um canal direto de comunicação com seus eleitores.

Ao longo de seu mandato, tem havido uma hostilização crescente da atividade jornalística profissional e uma violação sistemática à liberdade de expressão. Com isso, a liberdade de imprensa tem sido a principal vítima desse processo contínuo de desqualificação, tanto que na edição de 2021 do Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa, produzido pela entidade Repórteres Sem Fronteiras, o Brasil aparece no 111º. lugar.

Esta prática é confirmada pelo monitoramento feito pela Ong *Artigo 19*, que identificou, no biênio 2019-2020, um total de 590 declarações agressivas ou deslegitimadoras contra jornalistas feitas pelo presidente, por seus filhos e por ministros do seu governo.

Dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) comprovam essa postura de ataques à imprensa: apenas em 2019, primeiro ano de mandato do presidente,

ocorreram 208 casos de agressões a veículos de comunicação e a jornalistas, o que representa um aumento de 54,07% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 135 ataques. Apenas Bolsonaro foi o autor de 121 ataques à mídia, ou 58,17% do total. Em 2020, Bolsonaro foi o autor de 175 ataques à mídia (Fenaj, 2020). Em sua maioria, os ataques partiram de comunicados oficiais da Presidência da República (registrados no site do Palácio do Planalto) ou no Twitter do próprio Bolsonaro, o que permite-nos dizer que essas atitudes configuram uma política de comunicação do governo.

É claro que todos os governantes, de um modo geral, criticam a imprensa, não aceitam que a função da mídia seja investigar, apurar e criticar. No entanto, Bolsonaro vai além disso; ele questiona a própria existência da mídia. “Ele quer convencer as pessoas de que, quem lê jornais fica ‘desinformado’, e de que elas deveriam consumir informação diretamente das redes sociais dele e de seus apoiadores, sem filtros”, escreve Patrícia Campos Mello (2020, p. 167).

O jornal *Folha de S. Paulo* tem sido um dos alvos preferidos do presidente. Logo após a eleição, Bolsonaro fez um ataque explícito ao jornal, ameaçando “cortar verbas de publicidade estatais para veículos que não se encaixem em seu filtro de seriedade e qualidade” (Boechat, 2018). Era o início de uma longa campanha de desqualificação do jornalismo e do jornal. Em 06/10/2019, no Twitter, o presidente disparou: “A *Folha* avançou todos os limites, transformou-se num panfleto ordinário às causas dos canalhas. Com mentiras, já habituais, conseguiram descer às profundezas do esgoto” (Fenaj, 2020).

Os ataques ao jornal tiveram início ainda durante a campanha eleitoral. Em 2017, Bolsonaro foi procurado por um repórter para comentar sua trajetória no Exército. A resposta foi agressiva, como relata Patrícia Campos Mello: “Vá catar coquinho, *Folha* de S. Paulo. Vocês estão recebendo de quem para fazer matéria? Estão recebendo de quem para me perseguir?”, disse o então deputado federal (Mello, 2020, p. 194). O tom agressivo e desrespeitoso sempre foi a marca de Bolsonaro, como mostra o ocorrido em maio de 2020:

(...) na frente da sua torcida organizada no Alvorada, Bolsonaro mandou dois repórteres calarem a boca e chamou de *Folha* de jornal ‘canalha’, ‘patife’ e ‘mentiroso’. Uma repórter de *O Estado de S. Paulo* perguntou sobre sua suposta ingerência no comando da Polícia Federal no Rio, e ele perdeu as estribeiras. ‘Cala a boca, não perguntei nada’, respondeu. Questionado em seguida pela *Folha*, o presidente gritou novamente: ‘Cala a boca, cala a boca’. (Mello, 2020, p. 201)

Mas a campanha de descredibilização da imprensa feita por Bolsonaro tem como alvo a mídia em geral, como na declaração feita em 06 de janeiro de 2020, à saída do Palácio do Alvorada: “Eu quero que vocês mudem (...) Quem não lê jornal, não está informado, e quem lê está desinformado. Tem que mudar isso! Vocês são uma espécie em extinção. Eu acho que vou botar os jornalistas do Brasil vinculados ao Ibama. Vocês são uma raça em extinção”.

Olhando em retrospectiva, a intensidade e a agressividade dos ataques de Bolsonaro à imprensa não tem paralelo na história do país. Como explica a jornalista Patrícia Campos Mello:

A fúria dele contra a mídia só se assemelha à de outros líderes populistas hoje no poder, como Viktor Orbán na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Narendra Modi na Índia, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Nicolás Maduro na Venezuela e Daniel Ortega na Nicarágua. Tanto líderes de direita como de esquerda abraçam a estratégia de enfraquecer a mídia tradicional, atacar jornalistas e empoderar veículos lenientes. (Mello, 2020, p. 203).

Na verdade, os ataques de Bolsonaro à imprensa constituem-se em uma estratégia estruturada, com a finalidade de criar um ambiente hostil ao trabalho dos jornalistas. Na opinião do diretor da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF) na América Latina, Emmanuel Colombié, essa estratégia tem início com o presidente e chega até a sua base de apoiadores, promovendo uma espécie de linchamento digital.

O presidente, os filhos e vários de seus aliados dentro e fora do governo estão insultando, difamando jornalistas e meios de comunicação quase todos os dias. Qualquer ação da mídia que ameace os interesses do presidente e toque nos seus problemas desencadeia uma nova rodada de ataques verbais muito violentos, que obviamente irão fomentar um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no país. É importante mencionar que esses ataques seguem uma estratégia bem definida, cada vez mais estruturada. Não são ataques isolados. Há um sistema organizado de atuação que começa com o próprio presidente e logo chega à família, ao governo e à base da militância, muito bem organizada nas redes sociais. Eles transformam esses ataques em linchamentos digitais, por vezes, infelizmente, ataques físicos contra jornalistas. Esse sistema organizado tenta, simplesmente, destruir a credibilidade dos jornalistas. Por isso, há um clima tóxico para os jornalistas no Brasil desde o início do governo. (Soares, 2021)

Esta campanha estruturada para destruir a credibilidade dos jornalistas é parte de uma estratégia maior, que é a guerra cultural, e uma imprensa que faça críticas torna-se objeto preferido desta guerra.

Mas o caso de Bolsonaro não é o único. Na Hungria, por exemplo, Viktor Orbán, tem as mesmas queixas da mídia tradicional. Eleito democraticamente, ele não tem poupado esforços para neutralizar os órgãos de imprensa que o criticam. A estratégia utilizada foi recorrer aos empresários que o apoiam, estimulando-os a comprar os veículos de imprensa críticos ao governo. Em poucos anos, Orbán praticamente eliminou a imprensa independente da Hungria.

A pressão econômica costuma ser eficaz, principalmente num setor – como o da mídia – que já enfrenta crise no seu modelo de negócios. Bolsonaro tem deixado evidente sua estratégia de destinar a maior parte da verba publicitária a veículos considerados aliados, como as redes SBT e Record, em detrimento da Rede Globo, que detém, de longe, os maiores índices de audiência. Na mídia impressa, houve significativa diminuição de anúncios do governo federal.

Ao mesmo tempo em que destrói a confiança na mídia profissional, esta hostilidade contra a imprensa acaba por incitar os apoiadores do governo a um conflito permanente com os jornalistas. A partir daí, fica mais fácil “convencer as pessoas de que uma reportagem de denúncia de corrupção, por exemplo, não passa de um ataque da imprensa oposicionista”, escreve Mello (2020, pág. 185).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se compreendermos o campo da Comunicação com um ambiente capaz de afetar a percepção, o comportamento e até os sentimentos dos indivíduos, a pergunta que viemos nos fazendo ao longo desta reflexão, ou seja, quais as consequências para a nova ecologia midiática trazidas pelo processo de desintermediação, encontra resposta na constatação de que o jornalismo parece estar perdendo aquela característica que lhe é fundante, ou seja, o fato de que sua ação e sua prática social são legitimadas tanto pelas fontes quanto pelo leitor, que lhe autoriza a selecionar os fatos e transformá-los em notícia.

Esta leitura do real feita pela imprensa e autenticada pelo público sempre garantiu a legitimidade de sua existência e função. Ora, quando perguntamos sobre os novos vínculos que se estabelecem entre as mídias tradicionais, as redes sociais e o

público receptor/consumidor da informação, estamos nos referindo a um fenômeno contemporâneo dos mais relevantes, qual seja, a hegemonia das redes sociais e da comunicação direta com o receptor/consumidor.

O fenômeno da comunicação direta ou da interação direta com o receptor surge no cenário da convergência tecnológica, em que o polo da emissão se torna livre, pois agora o receptor também detém os recursos tecnológicos para publicar e disseminar mensagens, sem depender mais da mediação dos veículos tradicionais. Hartley denomina esse fenômeno de “sociedade redacional”, em que todos agora são potencialmente capazes de produzir mensagens. Esse processo também é chamado de desintermediação, já que os receptores podem agora ter acesso direto às fontes primárias de informação. É esse complexo fenômeno que vem redefinindo os lugares de produção e veiculação de mensagens no sistema midiático contemporâneo.

Trava-se, assim, uma luta no campo, para saber quem tem e quem não tem legitimidade para publicar. No centro dessa luta, e recebendo ataques de vários lados, está o jornalismo profissional, sobre o qual recai agora uma crise de legitimidade. Como argumenta Rublescki (2013, pág. 116), “as mídias sociais passam a ter visibilidade e a comportar também informações de relevância jornalística”, promovendo o que alguns autores tem classificado como uma expansão do campo do jornalismo.

Ora, nosso argumento segue na direção oposta, ao defender, como Traquina (2005) a existência de um *ethos* jornalístico, que garante a especificidade profissional desta atividade, não podendo ser confundida com a cacofonia de vozes que compõe as redes sociais.

Por outro lado, observa-se, como aponta Rublescki, “a configuração de um sistema comunicacional caracterizado por um fluxo permanente de notícias e de relações entre interagentes-fontes-jornalistas até então inexistentes no jornalismo” (Rublescki, 2013, p. 122). Nesse novo ambiente midiático, assumem protagonismo as ferramentas de autopublicação como Twitter e WhatsApp, que, na mão de cidadãos, quebram o monopólio das mídias tradicionais no sistema de comunicação, gerando distintas mediações, ou, como preferimos conceituar, desintermediações.

Nesse ponto, interessa-nos perguntar: essa nova interação direta com o receptor propiciada pelas ferramentas de autopublicação caracteriza um outro vínculo? A desintermediação instaura um outro vínculo com o receptor?

Quando observamos com atenção o teor das opiniões públicas do atual presidente, concluímos que o uso que ele faz das redes sociais (Twitter, transmissões ao vivo

e WhatsApp), ao mesmo tempo em que reforça a comunicação/interação direta com o receptor, promove uma desvalorização das instâncias midiáticas tradicionais. Cabe perguntar se as estratégias do atual presente não estão contribuindo para enfraquecer não só a imprensa e o jornalismo profissional, mas, de igual modo, a própria democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- Adghirni, Z. L. (2012). Mudanças Estruturais no Jornalismo: Travessia de uma zona de turbulência. In: Pereira, F.; Adghirni, Z. L.; Moura, D. (Orgs). In *Jornalismo e Sociedade –Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular.
- Adghirni, Z. L.; Pereira, F. H.(2011). O Jornalismo em Tempos de Mudanças Estruturais. In *Intexto*, v. 1. n. 24. Porto Alegre: UFRGS.
- Bell, E. e Owen, T. (2017). A imprensa nas plataformas: Como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo ESPM*, 6(20), pp. 48–83.
- Benites, Afonso et al. (2021) O método Bolsonaro: um assalto à democracia em câmera lenta. *El País - Brasil*, 18/julho/2021. Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-18/o-metodo-bolsonaro-um-assalto-a-democracia-em-camera-lenta.html>
- Boechat, Y. (2018). A imprensa ameaçada na era Bolsonaro. In *DW Brasil*, 08/11/2018. Link: <https://p.dw.com/p/37tGs>
- Deuze, M. (2005). What is journalism?: professional identity and ideology if journalists reconsidered. In *Journalism*, vol. 6 (4), pp. 442-464.
- Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas. (2020). Ataques à liberdade de imprensa explodem com Bolsonaro, 14 de janeiro de 2020. Link: <https://fenaj.org.br/ataques-a-imprensa-explodem-com-bolsonaro>
- Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas. (2020). *Monitoramento de pronunciamento por meio de discursos, entrevistas e twitter oficiais do presidente Jair Bolsonaro* (Linha do tempo - 2019), 2/01/2020. Link: <https://fenaj.org.br/ano-se-encerra-com-116-ataques-de-bolsonaro-a-imprensa>
- Fonseca, V. P. da S.; Kuhn, W. (2009). Jornalismo Contemporâneo: apontamentos para Discutir a Identidade Profissional. *Intexto*, v. 2, n. 21. Porto Alegre: UFRGS.
- Freire, F. (2021). A teia bolsonarista nos porões da internet. *El País - Brasil*, 21 de junho de 2021. Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-21>
- Frost, C. (2019). The power of voice: bots, democracy and the problem of political ventriloquism. *Journal of Political Power*, online first, pp. 1-16.
- Gallego, Esther S. (Org.). (2018). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Hartley, J. (2000). Communicational democracy in a redactional society: the future of journalism studies. *Journalism: theory, practice and criticism*, n. 1 (1), pp. 39-47.
- Instituto de Pesquisa DataSena. (2019). Redes sociais, notícias falsas e privacidade de dados na internet. Brasília: Senado Federal e Câmara dos Deputados.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade. Notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca, pp. 167-185.
- Mello, P. C. (2020). *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fakenews e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. (2019). Trad. Cassio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras.

- Pinheiro-Machado, R.; Freixo, A. de. (Org.). (2019). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. São Paulo: Oficina Raquel.
- Ramonet, I. (2012). *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídia*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
- Renault, D.(2012). O Jornalismo sem diploma e o mercado de trabalho. In Pereira, F; Adghirni, Z. L.; Moura, D. (Orgs). *Jornalismo e Sociedade – Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular.
- Rocha, J. C. de Castro. (2021). *Guerra Cultural e Retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia, Caminhos.
- Rublescki, A. (2013). A crise de identidade do jornalismo na nova ecologia midiática. In: Rublescki, A.; Barichello, E. M. da R. (Org.).(2013). *Ecologia da mídia*. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM.
- Ruellan, D. (1993). *Le professionnalisme du flou – identité et savoir-faire des journalistes*. Grenoble, Presses universitaires de Grenoble.
- Ruellan, D. (2006). Corte e Costura do jornalismo. São Paulo: *Libero*, ano 9, n. 18, pp. 31-40.
- Silva, G.; Silva, M. P.; Fernandez, M. L. (Orgs.) (2014). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular.
- Soares, J. P. (2021). "Há estratégia por trás de ataques a jornalistas no Brasil". *DW Brasil*, 03/maio/2021. Link: <https://p.dw.com/p/3su2h>
- Steensen, S. (2019). Journalism's epistemic crisis and its solution: Disinformation, datafication and source criticism. *Journalism*, 20(1), pp. 185-189.
- Traquina, N. (2005) *Teorias do Jornalismo - Vol. I: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2005) *Teorias do Jornalismo - Vol. II: A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2016) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular.
- Ventura, M. S. (2009). Hipertexto, noticiabilidade e teoria do jornalismo na web. *Líbero*, v. 12, n. 23, pp. 75-84.
- Waisbord, S. (2018). The elective affinity between post-truth communication and populist politics. *Communication Research and Practice*, 4(1), pp. 17-34.
- Zago, G. (2011). O Twitter como fonte para o jornalismo. *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 10 (20), pp. 51-65.

## **SOBRE O AUTOR**

### **Mauro Souza Ventura**

Doutor em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e Livre-Docente em Jornalismo pela Unesp. É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

# VIAGEM A PORTUGAL, DE JOSÉ SARAMAGO, E AS REFLEXÕES SOBRE OS PARADIGMAS FOTOGRÁFICOS<sup>1</sup>

Denis Renó

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

## INTRODUÇÃO

Como pensar em linguagem a partir do ecossistema midiático contemporâneo? Apesar de concebida e estudada como teoria a partir do final do século passado, a humanidade convive com uma ecologia dos meios desde as pinturas rupestres, quando as paredes das cavernas transformavam os registros históricos daqueles que anteriormente mantinham as suas tradições pela oralidade. Porém, foi na década de 1970 que o termo ecologia dos meios e sua teoria passaram a ser construídos e desenvolvidos.

É fundamental recordar que desde os anos 1970 até os dias atuais muito se transformou nesse ecossistema, especialmente no que diz respeito às narrativas por imagem, à construção dos sentidos apoiado na estética, o que me sugeriu o desenvolvimento de uma pesquisa científica, como a que apresento neste capítulo. Para tanto, foi necessário desenvolver etapas prévias de levantamento conceitual e teórico sobre a ecologia dos meios, resgate fundamental para a compreensão e sustentação sobre o que proponho neste texto como Poética Fotográfica. No texto, ofereço uma releitura sobre os paradigmas sobre ecologia dos meios apresentados por Neil Postman e Marshall McLuhan e complemento, de forma propositiva, com novos paradigmas, encerrando-os num cenário estético, onde a imagem é a principal ferramenta de diálogo.

---

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), ref. processo 2019/19337-1.



Com esta releitura, desenvolvi o tema fundamental da pesquisa que ainda está em formulação. Para tanto, adotei numa primeira etapa do estudo uma pesquisa bibliográfica que me levou a compreender e reconstruir os paradigmas que balizam os ecologistas dos meios, desde os seus criadores, até os dias atuais.

A partir deste resgate conceitual, desenvolvi essa pesquisa exploratória que tem como objetivo maior a interpretação sobre o potencial das poéticas fotográficas como linguagem contemporânea. Para isso, analiso a obra “Viagem a Portugal”, do português José Saramago (1990). No livro, o escritor relata a sua viagem pelo seu país de origem através de um texto redigido em primeira pessoa com um português clássico. Para complementar a experiência de viagem pelos cantos de Portugal, Saramago insere fotografias que assumem um papel complementar, enriquecendo visualmente a aventura.

Entretanto, ao analisar a obra, me pergunto se o inverso não seria ainda mais rico, ou seja, uma viagem fotográfica complementada por texto. Almejo, com a conclusão deste estudo exploratório, que uma futura pesquisa sobre a temática possa ser desenvolvida. Para tanto, compartilho aqui as reflexões iniciais deste projeto em preparação.

## **SOBRE ECOLOGIA DOS MEIOS**

Antes de preparar e refletir sobre a pesquisa em questão, é fundamental resgatar e aprofundar as reflexões sobre o conceito de Ecologia dos Meios, pois trata-se de uma pesquisa propositiva e analítica sobre um novo modelo narrativo onde o ecossistema midiático torna-se distinto dos anteriores: a poética fotográfica. Por essa razão, e com uma reflexão que avançou nas questões históricas, aglutinei nesse olhar teóricos que não se assumem como ecologistas dos meios, como pode ser observado a seguir.

O surgimento da ecologia dos meios, especificamente neste formato e com essa terminologia, é folcloricamente contado como algo acidental, resultante de um destino inesperado. Em 1967, sem espaço para atuar na academia canadense, Marshall McLuhan é convidado a passar um ano como pesquisador na Universidade de Fordham, em Nova Iorque. Nesse período, conhece um pesquisador da Universidade de Nova Iorque – Neil Postman –, com quem passa a dialogar cientificamente.

Marshall McLuhan era um pesquisador controverso, o que incomodava seus pares na Universidade de Toronto. Pouco acadêmico, no conceito tradicional da

atividade, McLuhan apoiava-se mais em declarações e ideias bombásticas do que em processos e conceituações sólidas, algo exigido pela ciência, especialmente em uma academia anglo-saxônica. Por outro lado, suas declarações o transformaram rapidamente em um *popstar*, com insistentes e constantes convites para participar de programas de televisão. Essa projeção provocou mal-estar entre seus colegas, fazendo-o aceitar o convite nova-iorquino.

Então, McLuhan segue para Nova Iorque, onde começa a participar ativamente de debates promovidos pelo acadêmico Neil Postman, com quem passou a desenvolver ideias e reflexões sobre a sociedade contemporânea e a comunicação existente naquele momento. Porém, diferente de McLuhan, Postman era pesquisador com métodos científicos consolidados. O teórico nova-iorquino foi considerado um dos principais pensadores norte-americanos sobre meios entre os anos 1970 e 2000, respeitabilidade que ainda se mantém (Scolari, 2015). Entretanto, jamais alcançou a notoriedade mundial de McLuhan, provavelmente por uma diferença de comportamento em conferências ou de conduta científica entre os dois.

Mas a ecologia dos meios, ainda que neste texto tenhamos traçado um recorte – de McLuhan a Manovich –, não se limita a esse período determinado por atuações de ambos teóricos. Devemos retroceder algumas décadas antes de McLuhan e Postman para reconhecer as contribuições de outros dois teóricos: Norbert Wiener e Harold Innis, o primeiro considerado pai da cibercultura, e o segundo como mentor do próprio McLuhan, em Toronto. Ambos foram responsáveis pela construção de olhares e conceitos que permearam as posteriores observações e conclusões de McLuhan e Postman – os pais da Ecologia dos Meios –, e ainda sustentam ideias contemporâneas sobre o tema, especialmente os desenvolvidos por Lev Manovich.

Apresento, neste texto, uma panorâmica sobre os estudos sobre Ecologia dos Meios, originalmente denominada em inglês como *Media Ecology*, entre McLuhan e Manovich. Neste interstício, apresentarei definições sobre o que vem a ser Ecologia dos Meios, uma teoria pouco empregada na academia latino-americana, provavelmente pela dificuldade idiomática graças à sua origem anglo-saxônica. Entretanto, está presente há tempos em importantes pesquisas acadêmicas desenvolvidas na região. Espero que, com a panorâmica aqui traçada, seja possível o desenvolvimento de novos olhares para uma teoria que tem gerado diversas metáforas e outras teorias a partir dela mesma, como a “Teoria do Software”, atualmente proposta por Manovich.

## ECOLOGIA DOS MEIOS EM SUAS ORIGENS

Intensamente estudada e desenvolvida na Universidade de Nova Iorque por uma proposta de Neil Postman, a Ecologia dos Meios, antes de ser uma teoria, foi o nome de um programa de pós-graduação daquela universidade. Em 1971, Postman propôs a criação do Programa de Doutorado em Ecologia dos Meios com a proposta de observar, entender, debater e desenvolver conceitos sobre o que sustentaria o próprio programa no futuro. Para Postman, estava clara a necessidade de desenvolver a teoria, que surgira de uma troca de cartas com Marshall McLuhan em seu regresso a Toronto após o período de permanência na Fordham.

O termo surgiu de maneira inusitada. Em uma carta enviada por McLuhan a Postman, o canadense escreveu, em um mesmo parágrafo, as palavras “ecologia” e “meios”. Fruto das inúmeras discussões que ambos desenvolveram, Postman propôs a criação do termo ecologia dos meios, juntando as duas palavras. Entretanto, era necessário consolidar essa terminologia “bombástica”, ao estilo McLuhiano, para que a academia norte-americana a aceitasse. Então, criou-se um grupo de estudos a partir do Programa de Doutorado, reunindo diversos autores que se tornaram discípulos dos dois pesquisadores, como Lance Strait, Thom Gencarelli, Paul Levinson, Robert Logan, entre outros.

Durante o discurso de criação do programa de doutorado na Universidade de Nova Iorque, Postman descreveu o surgimento do tema. O discurso foi recentemente publicado, e de forma inédita, em uma obra organizada por Carlos Scolari. No texto, Postman relata o momento de criação do termo:

Colocamos a palavra “meios” ao lado da palavra “ecologia” para dar a entender que não somente interessam os meios, mas também as formas de interação entre os meios e os seres humanos que oferecem a uma cultura o seu caráter e que, podemos dizer, a ajudam a preservar um equilíbrio simbólico. (Postman, 2015, p.98)

Porém, alguns teóricos consideram McLuhan como o criador do termo. Mesmo na *Media Ecology Association*, grupo criado em 2000 a partir de uma proposta do próprio Postman, há teóricos que concedem a McLuhan a autoria (Gencarelli, 2000). Entretanto, o termo sem a teoria se transforma em palavras perdidas. Por isso, Neil Postman desenvolveu conceitos e ideias que sustentaram a Ecologia dos

Meios durante décadas. Essas ideias proporcionam ainda mais importância na contemporaneidade.

Mas o caminho traçado e seguido pelo grupo criado por Postman em Nova Iorque, e que contou com a presença constante de McLuhan, surgiu antes mesmo do jogo de palavras. Ele já havia sido desenhado outros teóricos. Como defende Scolari (2015, p.17), “o termo não nasceu por geração espontânea nem pela genial iluminação momentânea de McLuhan ou Postman”. Para Scolari, inclusive, o maior contribuinte para o surgimento dessa problemática (sem um problema não há pesquisa, ou algo a ser solucionado) foi o canadense Harold Innis. Como defende o autor, “a importância do aporte de Innis à Ecologia dos Meios está fora de discussão: foi este canadense o primeiro a contar a história da humanidade colocando os processos de comunicação no centro de seu relato. (Scolari, 2015, p.21)

Ainda assim, é fundamental reconhecer o papel de Postman no processo. Nos primeiros anos de desenvolvimentos de pesquisa no Doutorado em Ecologia dos Meios, Neil Postman conformou uma visão ecológica, crítica e ética do sistema midiático norte-americano. Segundo Postman, a mudança tecnológica não é aditiva, fundamental, senão ecológica, natural. Sobre isso, explicava com o exemplo de uma gota de tinta vermelha que cai em um recipiente com água. Nele, o líquido se dissolve, colorindo cada molécula. Isso era o que Postman definia como mudança ecológica, e aplicava o conceito às tecnologias que surgem, e, misturando-se com os meios e a sociedade, criam uma nova sociedade midiaticizada.

Logo das primeiras pesquisas, surgiu uma metáfora ecológica aplicada aos meios, trazendo duas interpretações fundamentais: os meios como ambientes e os meios como espécies. Nessa diversidade de interpretações, Postman posicionou-se nos ambientes, enquanto McLuhan, influenciado pelas ideias de Innis, colocou-se no campo das espécies. Essas duas ideias – os meios como ambientes e os meios como espécies – funcionaram como linhas de investigação no doutorado em Ecologia dos Meios durante mais de uma década, direcionando os olhares e as preocupações de seus pesquisadores em busca da concepção da teoria em si.

A partir dos meios como ambientes, a ecologia dos meios sintetiza-se em uma ideia básica: as tecnologias – que comportam as tecnologias da comunicação, desde a escrita até os meios digitais – geram ambientes que afetam o cotidiano dos sujeitos que as utilizam. Podemos, na contemporaneidade, localizar os meios sociais e os espaços virtuais, inclusive os conceitos do não-lugar propostos por Marc Augé (2009), como

ambientes ecológicos midiáticos. Para Postman, inclusive, a palavra “ecologia” implicava no estudo dos ambientes: sua estrutura, conteúdo e impacto sobre as pessoas.

Já nos meios como espécies encontramos outros olhares sobre a pesquisa no campo da ecologia dos meios. A eles, importavam mais as tecnologias. McLuhan e seus discípulos, influenciados por Harold Innis, desenvolveram um enfoque holístico que integrou a evolução dos processos de comunicação e os processos socioeconômicos, observando que os resultados surgiam a partir da tecnologia. Defendendo essa metáfora, McLuhan (1964, p.78) declarou que “os meios interagiram entre si. A rádio mudou a forma das notícias tanto como alterou a imagem nos filmes sonoros. A televisão causou mudanças na programação da rádio, etc”.

Então, oito anos depois de criado o programa de doutorado em Ecologia dos Meios, Neil Postman publicou, pela primeira vez, uma definição consolidada e resultante de pesquisas sistematizadas sobre o tema. A ideia foi debatida e posteriormente considerada base de uma teoria: a teoria da Ecologia dos Meios. Segundo o autor:

A ecologia dos meios é o estudo dos ambientes humanos. Se preocupa por entender como as tecnologias e técnicas de comunicação controlam forma, quantidade, velocidade, distribuição e direção da informação: e como, por sua vez, essas configurações ou preferências de informação afetam as percepções, valores e atitudes das pessoas (Postman, 1979, p.186).

Se atualizarmos essa proposta, perceberemos diversos pesquisadores contemporâneos que, ainda que não definidos, ou autodenominados ecologistas dos meios, mereceriam tal consideração. Estão no grupo Dan Gillmor (2005), com a ideia de que “nós somos os meios”; George Landow (2009), com a proposta de hipertexto e hiper-mídia como estruturas narrativas; George Siemens (2005), com o conceito de conectivismo; Henry Jenkins (2009; 2001), com a profusão da ideia de narrativa transmídia; e o catalão Manuel Castells (2013), com a construção de redes sociais em prol de um mundo mais esperançoso. Esses autores trazem em suas ideias vários dos conceitos propostos pelos pioneiros nos estudos da Ecologia dos Meios, ainda que não os reconheça com clareza. Os teóricos, assim como suas pesquisas, surgem em um momento em que a ecologia dos meios se transformou de sobremaneira, considerada pelos ecologistas midiáticos contemporâneos como a “nova ecologia dos meios”. Postman foi um dos responsáveis pela proposta de estudar a nova ecologia midiática, que surgiu no final do século passado.

## ENFIM, UMA NOVA ECOLOGIA DOS MEIOS

Nos últimos anos, os investigadores envolvidos na ecologia dos meios demonstraram um particular interesse nas novas formas multiplataforma e interativas de comunicação. Em 1995, durante uma conferência, Neil Postman problematizou sobre a infoxicação sofrida pela sociedade naquele momento – os primeiros anos da internet comercial. Para o autor, as pessoas não sabiam o que fazer com tanta informação. Não havia um princípio lógico de organização e seleção. De certa maneira, isso é vivido pela sociedade contemporânea até os dias de hoje, e com mais intensidade.

A partir das propostas de Postman, surgiu uma terceira metáfora: os meios depois do software. Essa preocupação, apresentada por Manovich (2005) na obra *El lenguaje de los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital*, originalmente publicada pelo autor em 2001, em inglês, trazia como uma preocupação o estudo da cultura do software. Um estudo justificado pelo surgimento dos novos meios. Para Lev Manovich (2005, p.95), os novos meios exigiam uma nova etapa no estudo sobre a teoria dos meios, cujas origens eram suportadas nas pesquisas de Innis, Postman e McLuhan, dos anos 1960.

Neste mesmo cenário, discípulos de Postman e McLuhan dedicaram seus estudos para compreender a sociedade e os meios. Paul Levinson (2012), propôs a existência não de novos meios, mas de “novos novos” meios, de tão novos e transformadores que são. Valerie Peterson (2012) observou a sociedade e os meios em um espaço comportamental. Para a autora, o mundo vive uma nova relação entre sexo e comunicação, transformando a essencial relação íntima humana em algo totalmente diferente do que foi vivido na história da humanidade, mesmo quando essa já era midiaticizada.

Também resultante dessa nova metáfora que envolve “ecologia” e “meios”, em 2013, Lev Manovich, que é matemático e artista digital, publicou um novo estudo, resultante de diversos trabalhos no campo da investigação aplicada em ecologia dos meios: *Software takes command*, livro que discute a importância do software na nova ecologia dos meios. Na obra, Manovich resgata a participação dos softwares nos processos midiáticos. Não mais os softwares de automação, mas aqueles direcionados ao cotidiano da sociedade contemporânea, que fazem parte da nossa rotina e, de certa maneira, provocam uma dependência digital.

Nessa nova ecologia dos meios, diversas empresas, como Google e Facebook, transformaram a relação entre a sociedade e os meios – a ecologia dos meios –, oferecendo aplicações aparentemente grátis e que nunca foram oficialmente concluídas.

Somos, para Manovich (2013, p.4), cobaias de empresas de software que lançam seus produtos, oferecidos em versões Beta.

O olhar do autor em sua obra nos leva a observar uma dependência do software pela sociedade contemporânea, especialmente em situações de ecossistema midiático. Com a Internet das Coisas, essa dependência será ainda mais expressiva. Entretanto, autores engajados nos estudos sobre tecnologia, como Landow (2009) e Jenkins (2009), ou preocupados com a sociedade, como Manuel Castells (2013), nos trazem opiniões contrárias à proposta por Manovich, o que pode indicar a necessária criação de uma quarta metáfora: o cidadão criador. O próprio Manovich (2013, p.4) aponta para isso na obra:

Dez anos depois, a maioria dos meios se transformaram em novos meios. Os desenvolvimentos dos anos 90 se disseminaram a centenas de milhões de pessoas que estão escrevendo em blogs, publicando fotos e vídeos em sites sociais e usando de forma livre (ou quase) ferramentas de software de produção e de edição que há alguns anos custavam dezenas de milhares de dólares. (Manovich, 2013, p. 4)

Obviamente, trata-se de uma criação compartilhada. Podemos definir esse cenário como um contrato, em que o cidadão define as suas necessidades e os meios contemporâneos, agora também produtores de software, as desenvolvem. A partir das versões beta, os cidadãos validam aqueles produtos, devolvidos à sociedade em versões mais sofisticadas, algumas com valores sendo cobrados. Entretanto, a remuneração a essas empresas não está na compra do software, senão na utilização dos mesmos e a produção de dados pelos usuários.

Para compreender essa lógica, pensemos na informática. Ela é quem pode nos apoiar na consolidação dessa nova metáfora através de algoritmos planejados para obter resultados na nova ecologia dos meios. Nos transferimos da teoria de meios para a teoria do software por trás dos meios. Para tanto, chegamos à interface e às bases de dados.

Nos encontramos, então, com uma quinta metáfora nessa ecologia dos meios: a ecologia dos meios aplicativos. Podemos elencar vários desses produtos oferecidos através de aplicativos desenvolvidos em formatos beta e disponibilizados à sociedade gratuitamente, como proposto por Manovich (2013). E como lembra o autor, esses mesmos produtos são novamente oferecidos com incrementos tecnológicos a preços que podem acompanhar a cultura iTunes, com valores de até cinco dólares, ou com

preços mais altos, ainda que acessíveis. Esses meios aplicativos estão, em sua maioria, conectados *full time* com a internet, criando uma porta de observação do usuário pelo software.

E, para observar, nada melhor do que a imagem como objeto. Em sua recente obra, *Instagram and the contemporary image*, Lev Manovich (2017) apresenta o aplicativo como espaço de reorganização de uma sociedade que estabelece relações através de imagens. Cidadãos que resgatam a importância da imagem nos processos de construção de histórias pessoais. Para o autor, surgem perguntas sobre o aplicativo: “O que é o Instagram? Isso pode ser usado para investigações dos meios visuais contemporâneos ou somente uma simples plataforma? Que vantagens, se existe alguma, ele oferece para a pesquisa em cultura visual?”. (Manovich, 2017, p.11)

Essas indagações de Manovich ao apresentar o Instagram como espaço ecologicamente midiático me fazem pensar em uma sexta metáfora: a da narrativa imagética. Obviamente, essa é uma metáfora que está surgindo, mas que compartilhamos, Manovich e eu, em nossas pesquisas. O autor está mais preocupado com o software por trás da relação social, enquanto eu me preocupo com a linguagem midiática construída a partir das imagens. Podemos pensar, então, que, se regressarmos quatro décadas no tempo, Lev Manovich seria discípulo de Marshall McLuhan, valorizando a tecnologia (neste caso, o software) como espécie, enquanto eu seguiria os passos de Neil Postman, mais preocupado com o ambiente e sua relação com a sociedade.

## **VIAGEM A PORTUGAL: DO TEXTO À FOTOGRAFIAS**

Em 1981, José Saramago publicou a primeira edição do livro “Viagem a Portugal”, fruto de uma viagem realizada entre outubro de 1979 e julho de 1980. Na ocasião, a convite do Circulo de Leitores, Saramago viajou “lés a lés”, de uma ponta a outra, e revisitou o seu país. Ao concluir a viagem, Saramago disse que:

O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou delugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomençar a viagem. Sempre. O viajante volta já. (Saramago, 1990, p. 257)



No livro, Saramago propõe uma poética em forma de crônica, com saltos narrativos que oferecem detalhes e panorâmicas textuais. Em suas 271 páginas, computamos 250 fotos, além de seis mapas das regiões percorridas pelo escritor. É importante ressaltar que apesar de termos menos fotografias do que páginas (afinal, há páginas com prefácio, sumário, índice toponímico e os próprios mapas), encontramos apenas quatro páginas sem fotos, e ainda há páginas com mais de uma foto, inclusive. As fotografias da obra, em sua maioria, são de autoria de Maurício Abreu, exceto algumas outras assinadas por diferentes fotógrafos, todos citados na ficha catalográfica.

Percebe-se, ao analisar o livro, que a combinação texto + foto segue os preceitos do jornalismo impresso tradicional, ou seja, a fotografia complementa o texto (cf. Figura 1). Torna-se uma ilustração do texto. Entretanto, é curioso ao ler a obra o quanto o texto constroi uma curiosidade visual sobre os lugares pelos quais Saramago passava e relatava na história. Ainda que o texto tenha um papel provocador e, claro, também de construção imaginária, o encanto é completado apenas nas fotos publicadas nas páginas retroalimentam o próprio texto. Quando não há diálogo entre a foto e o texto, o encantamento é substituído pela frustração. E isso acontece, já que algumas mudanças de cenário acontecem em meio à página, ou seja, o escritor teve de escolher a qual provocação atender imageticamente.

Figura 1 - Texto + fotografia

Viagem a Portugal



não reside a esta grande correntil, ao pé de gelado que é a ocupação do espaço superior com um pinhalão à primeira vista desproporcionado. O pinhal parece acastanhado, e é, afinal, o primeiro sinal de animação do interior. As grandes torres de granito possuem, o viajante sente ali o grande mestre das casas dos heróis. Lá dentro, é o que se espera: o quarto, o salão, a cozinha, a grama, uma certa simetria de decoração girante tirando contra as pedras e as pedras da biblioteca. Aqui estão os restos das grandes origens de Fragmento e Gênesis para a edição dos Lusitânicos, e quem for fácil de satisfazer em matéria de arquivos, talvez encontrará antiguidades de Talleyrand, Metternich, Wellington, também de Alexandre, czar da Rússia — todos grandemente a oferta do livro que não sabem ler. Com todo o respeito, o viajante considera que o mestre de Manua não é o Mestre Nuno.

O mundo não está bem organizado. Há não é só a complicada história do que falta a um e sobra a outro, é, para uma casa de água, o grave delito de não se trazer e esta estrala todos os portugueses de aqui e de além, para que nos seus olhos lincas a liberdade impressa: coisa encuada e utilizada em quadros, coberta de velas de casa a casa, e graffa dos muros de sopra que são acompanhando o flar do vento, e a casa, como há de ser, em prosa de corer, quer o que são os corer, é o jardim do sol de Manua alargado até ao horizonte distante, é a frente, junto do rio Tejo, é um quadro que não pode ser pintado, é uma sensação, uma pena, é o incognível. Por isso mesmo querria ver a casa estada em dentro intermédio de correntes, sempre por a abito até ao Povo de Regua, quando para dar uma ajuda aos vândalos de nome acima, acastanhando pedras em cada um dos, citando o nome dos lugares, encostando-se ao tronco e tirando o fumo do sangue de terra. O viajante tem dentro desvencas, e espera que não decapitem, porque são de fidelidade.

Vai a estrada em seu sossego de curva e curva, uma doce, ora sobe, e na estrada de lá vêm se mudar as casas, até dia condemno e a passagem. Não são essas casas lógicas. Tempo há, anos,

conformado. Adiante é a Santarém, lugarjo enfiado na estrada do rio, apontando que está como Caribá a decair. Esta casa, por exemplo, está a fora de 1784 na parede de pedra, uma casa viva. Com o decorrer do tempo não onde o viajante põe o pé, o mesmo espaço ocupado por ambos, em tempos diferentes, com o mesmo Sol por cima da cabeça e o mesmo nome dos ventos. Há momentos que vive ao contrário, mas o viajante está em comunicação com o além, não tipo a este mundo, podendo voltar por sua vez. O viajante sempre em alto pelo lado ofereça do tempo, procura inconscientemente o fôjo onde a ovelha tirada seria de estado de livro reformado, mas percebeu a tempo que os tempos são outros, andam os livros por suas mãos, adão.

Torna o viajante a Vila Real, e agora, sim, começa o risco. O primeiro em Manua, o valor do tempo. Antes de entrar, deve-se pensar neste jardim, sem nenhuma pedra. Por motivo e valores que estão no tempo dentro, sobretudo no tempo de depressão ou de fé, em um livro que do tempo só se descolaram os anos, deixando para ser de que aqui tem todos os tons do verde, do amarelo, do cinza, do castanho, mesmo mesmo a figura do livro. São os sinais do tempo, esta finca debaixo do pé, esta algia mara-tilva dos olhos, e os lugares que reflectem e empalmeam, de repente o viajante ainda ter vindo dentro dum castelo-castelo, Viagem ao País das Maravilhas.

Dei por si olhando de frente o pinhal. É uma beleza malhada em milhões de jardins de um verde sem espírito, mas que, por graça de Nuno, se apresenta, se mostra trista. Como avião não é descoberto, e, se é certo se o viajante mais sentir a simplicidade no mundo, também, e capaz de não ser em termos outros. Por isso



Cito os pés no chão, dentro a vida, ao passando ao fundo, entre pedras e pedras, ao mostrar não se sabe.

Fonte: Saramago (1990, p.28)

O curioso é que apesar do livro ser uma obra essencialmente literária, há fotografias que ocupam página dupla, com sangramento de margem (cf. Figura 2). A estética é comum em livros de fotorreportagens, mas pouco usual em livros onde a poética é escrita. Isso demonstra um certo hibridismo de linguagem proposto por Saramago, que também reconhece o papel da imagem na significação da história. O contrato de leitura defendido por Eliseo Verón (2004) só é atendido quando se oferece a foto para retroalimentar o texto. Sem isso, o contrato não é respeitado. Além disso, Saramago acaba por mostrar as belezas de Portugal por imagens, como se, para ele, o texto não fosse suficiente para tanto. Isso fortalece a ideia de que os paradigmas relacionados à ecologia dos meios, mesmo que recentes, talvez já dessem sinais de existência quando o escritor português decidiu produzir a sua história. Ou trata-se apenas de uma paixão por sua terra, algo que só pôde ser suprido com as fotografias e o sentido imagético.

**Figura 2** - Fotografia com margem sangrada

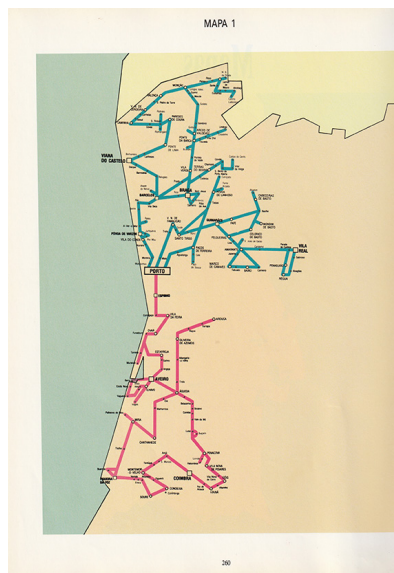


Fonte: Saramago (1990, p.254-255)

Ainda de acordo com a mistura entre texto e fotografia, encontramos os mapas ao final do livro (cf. Figura 3). Para Saramago, não foi suficiente contar pelo texto por quais lugares passou. Era necessário mostrar visualmente o quão percorrido foi o país, de “lés a lés”, como ele mesmo definiu. Para isso, Saramago recheia algumas páginas com todos os caminhos percorridos. Isso vai mais além da narrativa imagética

que já foi citado no texto. Trata-se de uma visita ao que Joan Fontcuberta (2011) denomina como pós-fotografia, ou seja, ambientes narrativos que misturam fotografia com outras linguagens imagéticas, entre elas os mapas.

**Figura 3 - Os mapas**



Fonte: Saramago (1990, p.260)

Contudo, o que Saramago realmente oferece através dos mapas é a sensação de navegação pelos lugares pelo leitor. Uma navegação virtual bastante eficaz, inclusive. Ressalto que essa experiência de poder “navegar” oferece uma sensação territorial que fortalece o conceito de não-lugar proposto por Augé (1994) e de hipermediação, como definido por Scolari (2008). O que se percebe ao analisar a obra é, sem dúvida, um potencial espaço a ser ocupado pela fotografia e pela narrativa pós-fotográfica. E mais: o quão José Saramago foi visionário e talentoso. Também pode-se perceber que era um apaixonado por Portugal, o país que deixou por causa de Salazar, e que reencontrou por completo ao viajar pelo país entre 1979 e 1980.

## **CONCLUSÕES**

Ler o livro foi uma experiência afetiva, cognitiva e psicológica. Afetiva por ser uma viagem sobre o país onde vivi e de onde vieram meus antepassados próximos. A

leitura me ofereceu um reencontro às lembranças, às culturas familiares e aos signos que representam Portugal. Tudo isso através da mistura texto + foto. Imagino como seria mais eficaz se fosse o contrário (foto + texto).

A experiência cognitiva também foi ampla. A leitura me levou a Portugal. O português clássico me recordou diversos momentos e diálogos de quando estava no país. Curiosamente, também me recordou meus familiares, portugueses, pois tratam-se de termos não adotados no Brasil, ainda que os portugueses utilizem-os até os dias de hoje. E ao ler esses termos minha cabeça pensava automaticamente em imagens.

Finalmente, tive uma experiência psicológica interessante e providencial. Ler a obra durante a pandemia do Covid-19, quando estamos todos fechados em nossas casas, nossas cidades, e para cá de nossas fronteiras, viajar a Portugal com Saramago, ainda que visualmente e textualmente, foi uma experiência “bué fixe”, como dizem em Portugal os mais jovens. Trata-se de uma forma de suprir os desejos visuais, afetivos, cognitivos e psicológicos que temos no nosso mais íntimo diretório cerebral.

Porém, o que fica realmente claro ao analisar essa obra é a importância da fotografia frente ao texto no ecossistema midiático contemporâneo. Os paradigmas propostos por McLuhan e Postman nada mais são do que a interpretação de que nossos hábitos e nossas capacidades de “leitura” se transformam com o tempo. Cabe a nós, comunicadores, identificarmos as mudanças e explorá-las para que a comunicação possa ser mais eficaz, leve, divertida e saudável. Viva Portugal.

## REFERÊNCIAS

- Augé, M. (2009). *Por una antropología de la movilidad*. Gedisa.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignación y esperanza*. Los movimientos sociales en la era digital. Alianza Editorial.
- Fontcuberta, J. (2011). Por un manifiesto postfotográfico. *La Vanguardia*. Recuperado de <https://www.lavanguardia.com/cultura/20110511/54152218372/por-un-manifiesto-posfotografico.html>
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergencia*. Alephe.
- Jenkins, H. (2001). Convergente? I Diverge. *Technolgy Review*.
- Gencarelli, T.(2000).The intelectual roots of media ecology in the work and thought of Neil Postman. In *The New Jersey Journal of Communication*, 8, 1, pp 91-103.
- Gillmor, D. (2005). Nós, os media. Presença.
- Landow, G.(2009). Hipertexto 3.0. Paidós.
- Levinson, P. (2012). New new media. Pinguim.
- Manovich, L. (2017). Instagram and the contemporary image. CUNY.
- Manovich, L. (2013). Software takes command. Bloomsburry.

- Manovich, L. (2005). El lenguaje de los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital. Paidós.
- McLuhan, M. (1964). Understanding media: the extension of man. McGraw-Hill.
- Peterson, V. (2012). Sex and communication. LuluPress.
- Postman, N. (2015). El humanismo de la ecología de los medios. In Carlos Scolari (org.). Ecología de los medios: entornos, evoluciones e interpretaciones. Gedisa, pp.97-108.
- Postman, N. (1979). Teaching as a conserving activity. Delta.
- Saramago, J. (1990). Viagem a Portugal. Companhia das Letras.
- Scolari, C. (2018). Las leyes de la interfaz. Gedisa.
- Scolari, C. (2015). Ecología de los medios: de la metáfora a la teoría (y más allá). In Carlos Scolari (org.). Ecología de los medios: entornos, evoluciones e interpretaciones. Gedisa, pp.15-44.
- Siemens, G. (2006). Knowing Knowledge. Lulu Press.
- Verón, E. (2004). Fragmentos de um tecido. Editora Unisinos.

## **SOBRE O AUTOR**

### **Denis Renó**

Jornalista e fotógrafo, livre-docente em Ecologia dos Meios e Jornalismo Imagético, é pesquisador produtividade CNPq, nível 2. Atua como docente dos cursos de Graduação em Jornalismo e Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, além de professor visitante na Universidade Nacional de Rosario (Argentina), Universidade Técnica Particular de Loja – UTPL (Equador) e professor honorífico na Universidade Complutense de Madri (Espanha). É pesquisador líder do GENEM – Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios e diretor acadêmico da Cátedra Latino-americana sobre Narrativas Transmedia. E-mail: denis.reno@unesp.br.

# MULHERES E SUAS INTERSECCIONALIDADES NOS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO CIDADÃ

Juliana Gobbi Betti

## INTRODUÇÃO

Camponesa, lésbica, idosa, ribeirinha, religiosa, mãe, militante, negra, universitária, burguesa, indígena, nordestina, gorda, operária, com deficiência, pobre, migrante, desempregada, analfabeta, branca, transgênero, jovem, refugiada... Mulher. Muitos e diversos podem ser os marcadores que se interseccionam com gênero, caracterizando-nos e determinando a nossa posição enquanto mulheres na sociedade brasileira, tanto como sujeitas ou cidadãs que somos quanto a partir dos coletivos com os quais nos identificamos e/ou nos reconhecemos. Assim, muitas e diversas podem ser também as opressões que nos atingem de forma direta ou indireta ou, em menor grau, os privilégios que nos protegem ou impulsionam.

Ao longo da história, a luta das mulheres por seus direitos tem sido atravessada por esses marcadores, inclusive quando movimentos e militantes buscam defender pautas amplas como a educação das meninas e o sufrágio - centrais entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX -, ou o combate à violência contra a mulher - que ganhou força nos anos 1970 e segue relevante até hoje. O mesmo pode ser observado com relação à participação das mulheres em outros movimentos, posto que reivindicações por direitos trabalhistas, por moradia, por reforma agrária e demarcação de terras, por exemplo, advêm de problemas sociais cujas consequências são potencializadas por questões de gênero. Neste sentido, gênero pode e deve ser entendido como uma categoria fundamental aos estudos sobre cidadania, comprometendo-se com a interseccionalidade ao considerar sua relação com diferentes marcadores sociais.

É com essa perspectiva que examinamos as produções relacionadas à temática “mulheres” nos estudos de comunicação cidadã, tendo como foco pesquisas apresentadas nos encontros organizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, ABPCom. Com esse

mapeamento, buscamos delinear o perfil dessas produções e de suas autoras e seus autores com o objetivo de compreender o conhecimento que vem sendo construído. Para isso, realizamos uma pesquisa exploratória, combinada com procedimentos da revisão bibliográfica.

## **CIDADANIA, GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES: APONTAMENTOS E EXPLORAÇÕES INICIAIS**

A participação das mulheres nos movimentos sociais, incluindo sua própria luta por direitos, é histórica, embora persista certa invisibilidade de sua atuação, como afirma Maria da Glória Gohn (2017). A pesquisadora lembra que

No Brasil, no século XIX, causas abolicionistas também foram abraçadas por mulheres, brasileiras que “ousavam” trabalhar como professoras, escritoras ou artistas, a exemplo de Chiquinha Gonzaga (década de 1880), Nísia Floresta (1853) e muitas outras. Nas primeiras décadas do século XX, Maria Lacerda de Moura, uma feminista e anarquista, fez a ponte entre o mundo operário e a política e fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina (Leite, 1984). Anésia Pinheiro, em 1922, realizou um vôo entre São Paulo e Rio para divulgar o movimento feminista. Ana Aurora Lisboa organizou protestos com pequenos grupos visando ao direito à educação (Louro, 1997). A luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no Brasil, com Bertha Luz e outras. A vitória completa só veio em 1934, com o voto feminino na Constituição Federal daquele ano. Na década de 1930, Patrícia Galvão, a Pagu, entrou para a história brasileira não apenas como escritora, mas como defensora dos direitos das mulheres. Foi a primeira presa política no Brasil no século XX. (Gohn, 2007, p. 47-48)

Conforme anteriormente salientado essas lutas são (e sempre foram) caracterizadas pela interseccionalidade entre gênero e diferentes marcadores que estruturam a sociedade. Assim, compreender o termo é essencial para qualquer análise que tenha as lutas e movimentos femininos e feministas como foco, bem como para a análise desse conhecimento produzido.

Originalmente, o uso do termo interseccionalidade foi proposto por Kimberlé Crenshaw (1989) para explicar como raça e gênero atuavam de forma articulada na discriminação de mulheres negras. A autora fazia uma crítica à compreensão de que tais marcadores poderiam ser utilizados como categorias de análise independentes,

demonstrando que essa tendência levava a invisibilização da experiência das mulheres negras nas leis antidiscriminação. Ao desenvolver o conceito, propõe que imaginemos que “os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômico e políticos. (...) tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (Crenshaw, 2002, p. 177). Neste sentido, define que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nos termos de Crenshaw (2002, p. 177), a metáfora do cruzamento das avenidas permite visualizar que “as mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos”. Com esse desenho em mente, não é difícil concluir que a intensidade do fluxo e a quantidade de avenidas definem o esforço que deve ser empreendido na negociação, evidenciando-se a importância de atentarmos para as diferenças intragrupo. Neste sentido, considerando o coletivo mulheres brasileiras, talvez possa ser mais representativo se visualizarmos essas relações imaginando a estrutura de um edifício em construção, especialmente se delimitarmos os eixos de poder que condicionam de forma mais estrutural o nosso contexto histórico-social. Nessa construção, cada viga metálica representa um eixo de poder, um marcador, que se conecta com outros em diferentes pontos - nos cantos e laterais - dando forma à edificação. Nós, mulheres, não estamos juntas no mesmo andar, mas distribuídas por esses pontos de conexão, sendo atravessadas por diferentes vigas que, ao mesmo tempo em que nos oprimem, estabelecem entre nós vínculos que podem ser horizontais ou verticalizados. De certa forma, estamos unindo e sustentando toda a estrutura. Por essa lógica, quanto mais baixo é o andar em que nos localizamos, mais peso há sobre nós, ou seja, mais opressões. Lembremos que sob o solo, para além do que se pode enxergar, ainda estão os



alicerces que compõem a fundação do edifício. Há mulheres nesse subterrâneo e são elas que suportam toda a carga, estando invisibilizadas e envoltas em uma base de concreto que atua para restringir ao máximo sua mobilidade. Esse concreto é composto a partir da combinação de elementos contemporâneos e a herança colonial dos processos históricos que caracterizam nossa sociedade, entre os quais podemos destacar a tríade formada pelo racismo, patriarcado e capitalismo. Observa-se, no entanto, que nem aquelas que estão nos andares mais altos caminham efetivamente livres pela cobertura, embora ocupem certamente posições mais privilegiadas.

Ao estabelecer essa analogia, não buscamos superar ou invalidar a visualização proposta por Crenshaw (2002), ao contrário. Nosso objetivo é, a partir do diálogo com a autora, aproximar o conceito da realidade brasileira, explorando formas de apreender sua operacionalização.

## **AS RAÍZES DA ABPCOM**

Conforme explicam Círcia Peruzzo e Maria Cristina Gobbi (2020), a Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom) foi criada em 2017, a partir das experiências desenvolvidas no âmbito da Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e da Rede de Mídia Cidadã. De acordo com as autoras, a primeira edição do Seminário de Mídia Cidadã foi realizada em 2005, em uma parceria da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, sediada na Universidade Metodista de São Paulo, e a World Association for Christian Communication (WACC). Um dos principais resultados desse encontro foi a Carta de São Bernardo, documento que “teve a participação de mais de sessenta pessoas, oriundas das mais variadas regiões brasileiras, composto por distintos segmentos intelectuais e sociais, que debateram as relações entre cidadania e comunicação”. (Peruzzo; Gobbi, 2020, p. 402)

Construída ao longo de todo o evento, a Carta de São Bernardo foi apresentada na plenária de encerramento do Seminário, sendo aprovada por todos os participantes. O documento é uma declaração de princípios que, reafirmando “[...] a importância do respeito à diversidade de vozes associada à diversidade cultural, face ao crescente poder dos países e grupos que dominam os meios de produção, armazenamento, disseminação e uso da informação”, objetiva contribuir para fortalecer a mídia cidadã no Brasil, neste século XXI. (Peruzzo; Gobbi, 2020, p. 402-403)

A categoria gênero integrava os níveis analíticos, também denominados eixos focais, que guiaram as discussões sobre os territórios midiáticos na construção da agenda dos debates realizados no evento e, por conseguinte, a escrita da Carta. Como registra José Marques de Melo (2006, p. 30), esses níveis/eixos estavam divididos em: “macro – o contexto midiático –; meso – as políticas públicas – e micro – as relações de gênero”. Os pesquisadores e ativistas envolvidos buscaram esboçar um mapa da mídia cidadã, de modo que as análises contemplassem os diferentes territórios do sistema brasileiro de comunicação a partir da imprensa local, das rádios comunitárias, da folkcomunicação e da mídia digital. Na proposta, o eixo focal “questão de gênero” foi definido como:

[...] inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático. Resgate da militância feminina pela ocupação de espaços no interior do complexo midiático, desde os conglomerados industriais às agências comunitárias e aos serviços populares; agenda das conquistas consolidadas e das batalhas persistentes. (Marques de Melo, 2006, p. 30)

O estudo apresentado por Helena Corazza (2006) concentrou o enfoque, delineando o cenário geral da participação das mulheres no contexto midiático e perpassando temas como a militância feminina e as pesquisas acadêmicas. À Maria Otilia Bocchini e Sandra Reimão (2006) coube comentar as contribuições de Corazza. Ao realizarem essa tarefa, as pesquisadoras optaram por enfatizar as consequências do machismo nas relações de trabalho e na vida pessoal das mulheres, ressaltando o caso da jornalista Sandra Gomide, assassinada pelo ex-namorado e ex-chefe Antônio Pimenta Neves. Esses debates resultaram na inclusão da seguinte estratégia na Carta: “1) incentivar a presença dos diferentes gêneros e etnias nos cargos de comando, nas organizações midiáticas, bem como comprometer sua produção a uma participação efetiva da sociedade civil” (Gobbi, 2006, p. 247). Ainda, vale mencionar a preocupação dos organizadores com a paridade entre os gêneros na escolha dos conferencistas convidados, totalizando 16 mulheres e 16 homens. (Gobbi, 2006)

Peruzzo e Gobbi (2020, p. 403) recordam que, por sugestão do grupo de pesquisadores reunidos durante o evento, “o Mídia Cidadã passou a integrar uma das linhas de pesquisa da Cátedra Unesco, então dirigida por José Marques de Melo. Ficou estabelecido pelo grupo que os encontros anuais seriam chamados de “Conferência Brasileira de Mídia Cidadã”, sendo a edição de 2006, a segunda”.

A criação da Rede Brasileira de Mídia Cidadã se deu em 2009. Para além da organização e realização das Conferências, a constituição da Rede buscou, entre seus principais objetivos, promover a “consolidação da Mídia Cidadã como uma linha de pesquisas, estudos e ações” (Peruzzo; Gobbi, 2020, p. 408).

Entre 2005 e 2017 foram realizadas doze conferências, a maior parte nas regiões sul e sudeste, sendo: quatro em São Paulo (2005, 2006, 2007 e 2015); três no Paraná (2009, 2010 e 2013); uma no Espírito Santo (2016); e uma em Minas Gerais (2017). As outras três se dividiram entre as regiões, contemplando: o nordeste (Pernambuco – 2008), o norte (Pará – 2011) e o centro-oeste (Distrito Federal – 2012). De modo geral, as temáticas centrais das Conferências eram amplas, evocando com certa frequência conceitos como direitos humanos e diversidade. Além disso, observa-se o uso dos termos comunicação e mídia, que aparecem em quantidade aproximada.

Ainda em 2017 a Rede foi incorporada pela recém-criada ABPCom. O estatuto da nova Associação define que:

Art. 3º – A Associação reúne pesquisadores/as, profissionais, comunicadores/as populares, ativistas, consultores/as e estudantes que têm a comunicação comunitária, popular, alternativa, educativa e as demais mídias cidadãs direcionadas para a construção da cidadania e seus processos constitutivos como objeto de interesse acadêmico e/ou de prática laborativa, cujo eixo central é o exercício da cidadania, liberdade de expressão, respeito aos direitos humanos e transformação social.

Os termos gênero ou mulher (e suas variantes) não aparecem destacados no estatuto. Registra-se, no entanto, a forte presença das mulheres na gestão da ABPCOM, sendo elas a maioria na composição da atual diretoria. A presidência foi exercida inicialmente pela por Cícilia Peruzzo e hoje está a cargo de Maria Cristina Gobbi.

O primeiro encontro já sob os auspícios da ABPCom foi realizado em 2018 e desde então foram três edições da Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã, tendo sido apresentados 207 trabalhos nos diferentes grupos reunidos a cada ano.

<b>ANº</b>	<b>Tema</b>	<b>Local</b>
2018	Comunicação, Direitos Humanos e Diversidade	Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com a Universidade Ceuma e a Faculdade Estácio, em São Luís.
2019	Sustentabilidade, autonomia e resistência da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa	Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói

ANº	Tema	Local
2021	Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia	Universidade Estadual Paulista, realizado de forma remota.

Fonte: Elaborado pela autora com informações do site da ABPCom (2020)

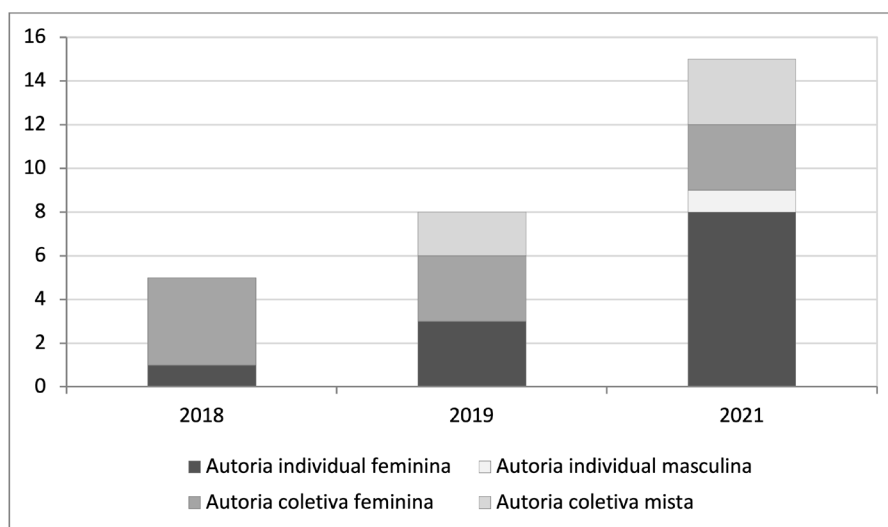
Observa-se que a categoria gênero ganhou destaque novamente em 2021, quando o tema do encontro foi “Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia”. As discussões perpassaram todo o evento, sendo especialmente promovidas na conferência “Contextos de gênero e raça: diversidade, intolerâncias e conflitos” e no grupo de trabalho que leva o título-tema do encontro anual.

A seguir, buscaremos apresentar como a categoria gênero, especialmente refletida nos estudos vinculados às mulheres, vem sendo integrada aos estudos em comunicação cidadã, destacando o cenário delineado nesses últimos encontros.

## **GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO CIDADÃ**

Conforme anteriormente mencionado, selecionamos para esta análise os trabalhos apresentados nas três edições da Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã realizadas entre 2018 e 2021. Foram 207 trabalhos registrados nos anais reunidos no site da ABPCom, entre os quais identificamos 30 artigos cujo os títulos faziam referência aos estudos de gênero, aos direitos das mulheres, aos coletivos, associações ou grupos de mulheres, que traziam o termo mulher ou termos relacionados - como feminino, feminista e lésbica - ou nomes de mulheres. Dois trabalhos foram excluídos na segunda etapa do processo de delimitação da amostra, amparada na leitura dos resumos e palavras-chave. Nesses casos, nem o resumo expandido e nem o texto completo não estavam disponíveis para consulta.

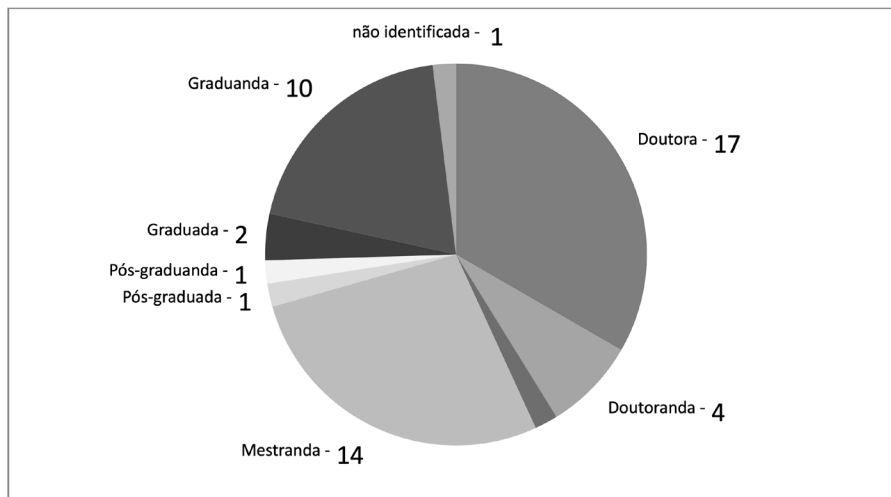
O primeiro ponto observado diz respeito à autoria dos estudos. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, a maior parte dos estudos foram realizados por mulheres, sendo os homens autores em apenas um trabalho individual e 5 trabalhos coletivos.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Não há repetição de autoria entre os anos, o que pode ser um indicativo da não continuidade das autoras nessa linha de estudos. Em 2018, identificou-se a repetição de um nome, sendo a pesquisadora em questão uma doutora, que atua como co-autora em dois trabalhos apresentados com suas orientandas, estudantes de graduação. Nota-se que a condição de orientador também perpassa a maior parte dos estudos com co-autoria masculina anteriormente citados, sendo apenas um trabalho individual de autoria masculina.

De modo geral, a maior parte das autoras já concluiu sua formação inicial, sendo 20% total identificadas como graduandas. As pesquisadoras doutoras, representando cerca de 34%, com frequência aparecem como co-autoras, exercendo o papel de orientadoras, mas também apresentam pesquisas conjuntas e individuais, inclusive com articulação interinstitucional. Igualmente, destaca-se o número de autoras vinculadas aos programas de pós-graduação como mestrandas ou doutorandas, somando 38% do total. Neste sentido, observa-se um possível crescimento no interesse pelo tema, que poderá ser averiguado na próxima edição do evento, visto que pode também se tratar de um desvio impulsionado pelo tema central do encontro de 2021.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

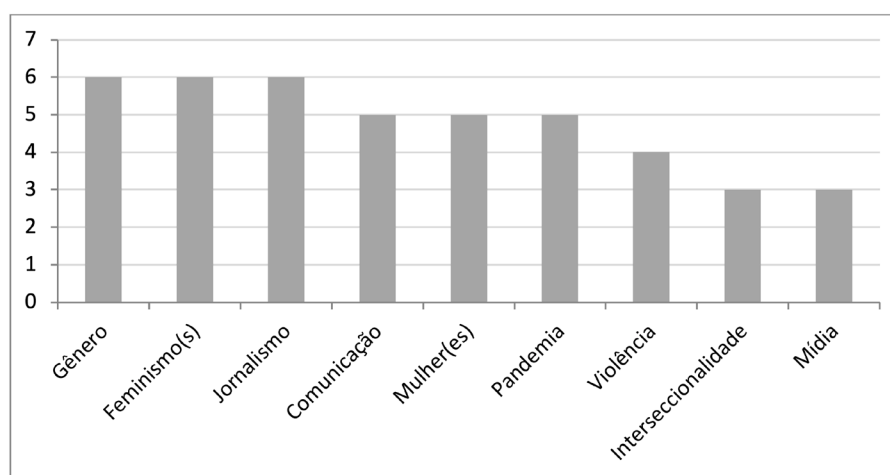
Identificou-se um baixo número de autoras que se identificam como graduadas ou pós-graduadas, apenas seis. Compreendemos que o valor indicava uma tendência de vínculo acadêmico, o que se confirmou ao analisarmos a vinculação institucional das autoras. Aproximadamente 12% do total de autoras informam na indicação do vínculo pertencer à algum movimento social, coletivo ou empresa de comunicação. Destas, uma integra um coletivo e cursa mestrado. O restante das autoras está vinculada a instituições de ensino superior, quase todas brasileiras e públicas. As exceções ficam registradas em quatro casos: duas autoras vinculadas à Bournemouth University, no Reino Unido; uma autora vinculada à Escola Superior de Programa e Marketing – ESPM; e uma que se identifica apenas como Bolsista de Extensão do CNPq. O mesmo vale para os autores homens, estando todos vinculados a instituições públicas de ensino superior.

Podemos considerar que a grande presença de pesquisadoras e pesquisadores vinculados às universidades públicas reflete o cenário da produção científica no país e resulta do tripé ensino, pesquisa e extensão que direciona a organização de tais IES. São essas instituições as principais responsáveis pelo desenvolvimento científico brasileiro, possibilitando a formação de pesquisadores desde a graduação. São elas também que concentram a maior parte dos programas de pós-graduação em comunicação no país (aproximadamente 80% dos programas filiados à Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação estão em instituições públicas). Além disso, a formação de coletivos estudantis, fenômeno que ganhou força na última

década, é bastante característica das IES públicas. Muitos desses coletivos são pautados por discussões de gênero e raça, o que ajuda a fomentar o interesse pelo tema.

Com relação ao local de origem, abrangendo a totalidade dos trabalhos, observa-se que o fluxo condiz com a itinerância dos encontros, de modo que o local em que as conferências são realizadas reflete também a proximidade regional das autoras e autores. Neste sentido, ressalta-se a importância de se considerar a diversidade de regiões na realização dos encontros. Mesmo em 2021, com a realização da Conferência em formato remoto, cerca de 46% dos autores e autoras estava vinculado à Universidade Estadual Paulista, instituição sede. No evento realizado em 2018, no Maranhão, essa proporção alcança pouco mais de 56%, estando tais autoras vinculadas à Universidade Federal do Maranhão.

Para identificar os principais temas abordados, recorreremos à sistematização das palavras-chave apontadas nos próprios textos. Como indica o gráfico a seguir, há uma consideração de termos vinculados aos estudos de gênero, entre os quais estão a própria palavra gênero ou, ainda, interseccionalidade e feminismo, que é utilizada na maior parte das vezes no plural. Também a palavra mulher é mais utilizada no plural, algumas vezes sendo acompanhada de outro marcador, como negra ou jornalista. Outros marcadores aparecem de forma isolada nas palavras-chave, entre podemos destacar: lésbicas, transexuais, travestis e quilombola.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A incorporação desses termos está, de certa forma, relacionada à sua popularização e à ampliação das discussões sobre gênero no ambiente acadêmico, seja pela

presença dos coletivos, conforme já comentado, ou por sua inserção ainda que tímida no quadro de disciplinas, entre os grupos de pesquisa ou projetos de extensão. Compreende-se que isso demonstra um avanço no diálogo interdisciplinar e na apropriação de conceitos. Igualmente, denota uma lenta incursão das pesquisas pela interseccionalidade.

É interessante observar que há pouco destaque para a mídia estudada, os termos rádio, televisão, revista e jornal impresso não aparecem entre as palavras-chave. Já o termo mídia vai se desdobrar em alternativa, radical e digitais.

O jornalismo está entre as palavras mais citadas, fazendo-se presente em 6 trabalhos. No entanto, o número de pesquisas que trazem o enfoque na área é maior, abordando a experiência de mulheres jornalistas, a análise de coberturas, de produções e o relato de experiências, por exemplo.

Ainda que breve, essa descrição nos fornece pistas para fundamentarmos pesquisas futuras, seguindo o modelo que vem sendo aplicado em outros espaços de produção científica em comunicação (Escosteguy; Messa, 2006; Martinez; Lago, 2016; Tomazetti, 2020; Barcellos; Rodrigues, 2020). Neste sentido, como afirmam Barcellos e Rodrigues (2020, p. 21)

[...] podemos destacar como um grande propulsor de mudança os movimentos sociais, dentre eles o feminista, que luta para que as identidades de gênero sejam modificadas a ponto de gerarem uma transformação social – uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã. Essa mudança, é claro, precisa ter os meios de comunicação como aliados, pois a atuação das mídias, principalmente a jornalística, colabora para uma possível reflexão das noções de cidadania dos indivíduos.

Compreender o lugar do gênero, da cidadania e de suas intersecções nas produções comunicacionais é imprescindível para que a ciência e a sociedade trabalhem juntas em prol da transformação social. Esse processo passa, sem dúvida, pelo olhar da ciência sobre si mesma, ou seja, pela constante busca das pesquisadoras e dos pesquisadores engajadas/os com a realidade pela produção de um conhecimento crítico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã/Mídia Cidadã tive a honra de mediar o encontro intitulado “Contextos de gênero e raça: diversidade,



intolerâncias e conflitos”, no qual Ana Maria da Conceição Veloso e Paula Évelyn Silveira Barbosa apresentaram os belíssimos trabalhos que desenvolvem em suas instituições. Ainda, em parceria com Ingrid Pereira de Assis, ministrei a oficina “Informar com perspectiva de gênero: interseccionalidades, potencial e desafios”, contando com a participação de graduandos de diferentes cursos e regiões do país. Motivada pelos saberes e angústias partilhados nesses diálogos, busquei refletir sobre alguns aspectos que caracterizam a produção científica que evidencia a comunicação com perspectiva de gênero em suas diferentes intersecções nos estudos de comunicação cidadã.

As informações apresentadas neste texto sintetizam o resultado de uma aproximação exploratória, ainda inicial. Compreendo que, a partir delas, será possível ampliar o leque de questões e objetivos, complementando e aprofundando as análises tanto sobre as características do objeto empírico quanto sobre suas raízes e construções epistemológicas de forma mais abrangente. Considero que, como nos alerta bell hooks (2020, p. 36), “a forma do conhecimento está em constante mudança” e, neste sentido, sua construção é também contínua.

## REFERÊNCIAS

- Barcellos, Luíza Buzzacaró; Rodrigues. Raiana da Silva. (2020). Gênero e comunicação: reflexões teóricas a partir da discussão sobre identidades e cidadania. *Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, v.9, nº1, jul.
- Crenshaw, Kimberlé. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. The University of Chicago Legal Forum. n. 140 p.139-167.
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, v.1, p.171-188.
- Escosteguy, Ana Carolina. (2020). Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 103-138.
- Escosteguy, Ana Carolina; Messa, Márcia. (2006). “Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação”. *Revista Contemporânea*, Salvador, v. 4, p. 65-82, dez.
- Freire, Paulo. (2018). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gohn, Maria da Glória. (2007). Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, 6 (11), 41-70, out.
- Hooks, Bell. (2020). *Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante.
- Martinez, Monica; Lago, Cláudia; Lago, Mara Coelho de Souza. (2016). Estudos de gênero na pesquisa em Jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 23, n. 2.
- Oliveira, Mariana. (2021). Movimentos Sociais de Mulheres. *História: Debates e Tendências*, v. 21, n. 2, p. 44-66, 4 maio.

Scott, Joan W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-79.

Scott, Joan. (2019). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. São Paulo: Bazar do tempo.

Tomazetti, Tainan Pauli. (2020). Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e

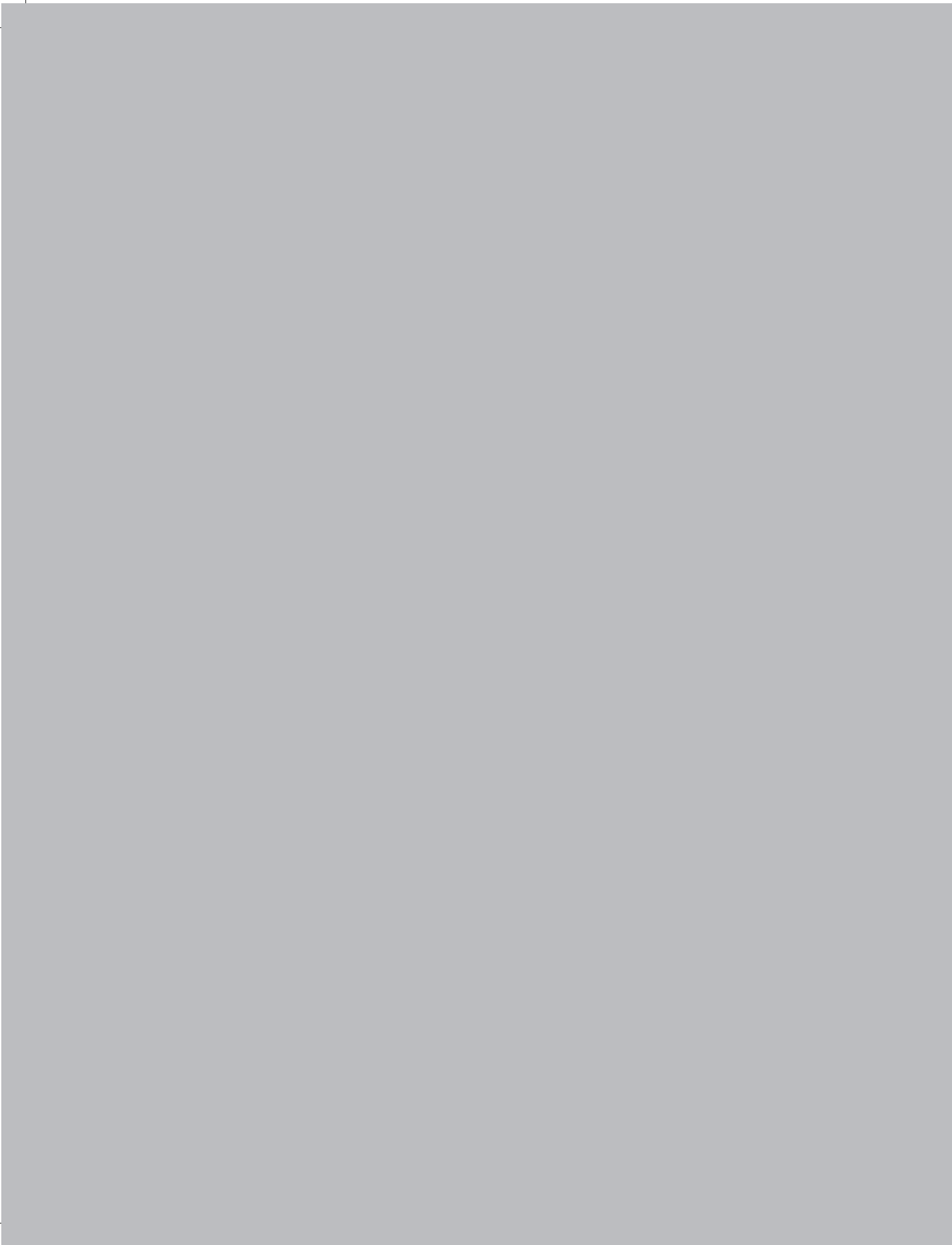
dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 43, n. 3, p.57-81, set./dez.

Veloso, Ana Maria da Conceição. (2005). *O fenômeno rádio mulher: comunicação e gênero nas ondas de rádio*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

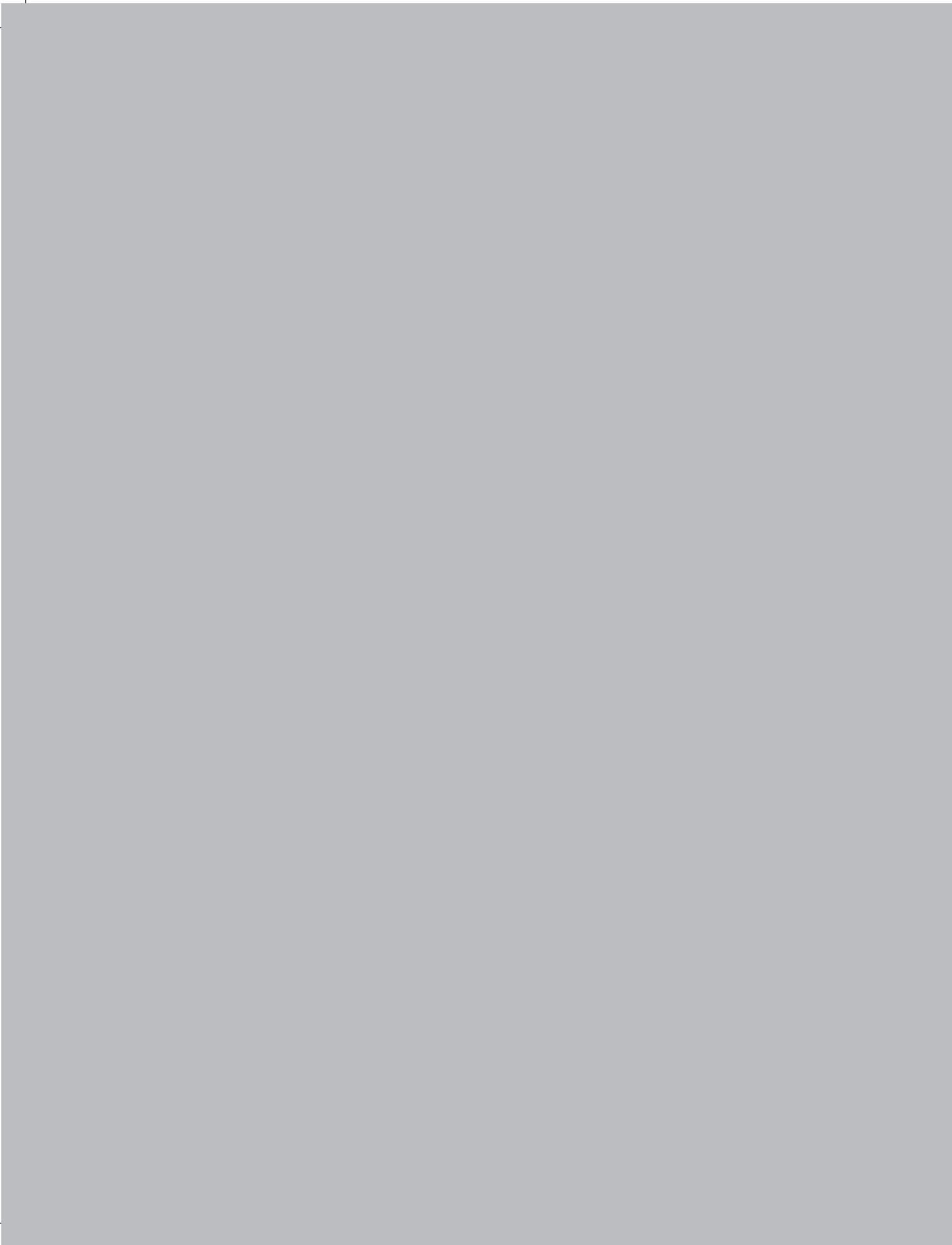
## **SOBRE A AUTORA**

### **Juliana Gobbi Betti**

Doutora e mestra em Jornalismo (PPGJOR/UFSC), pós-graduada em Filosofia e Direitos Humanos (PUCPR), graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (Metodista-SP). E-mail: jugobbibetti@gmail.com



PARTE II  
REDES COLABORATIVAS E  
ATIVISMO MUDIÁTICO



# A INFORMAÇÃO PRECISA CHEGAR ANTES DA BALA: UMA ANÁLISE REDE COLABORATIVA ONLINE DE ALERTA DE SEGURANÇA OTT-RJ

Mara Fernanda De Santi e Maria Cristina Gobbi  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

## INTRODUÇÃO

Movimentos de exposição, denúncia e veiculação de fatos acobertados pelo Estado (e, muitas vezes, pela grande mídia): esse é um fluxo comumente observado em iniciativas de Mídia Cidadã, que mira na sensibilização para as questões trazidas à tona e tem como parte de seus objetivos a geração de ações governamentais que revertam os problemas apontados.

Para tanto, a mobilização de movimentos sociais e o engajamento de atores sociais se apresentam como primeiro passo rumo à construção de políticas públicas através de ações inclusivas, participativas e democráticas. Percorrer esse caminho na era digital traz algumas vantagens, como a agilidade na comunicação das causas e a alta visibilidade para os problemas apontados.

Tendo como premissa básica à sobrevivência a necessidade de se sentir em segurança, e partindo do princípio de que o Estado não cumpre satisfatoriamente com esse dever, os cidadãos cariocas encontraram em uma dinâmica comunicacional participativa um meio de se sentirem protegidos. A evolução tecnológica, através de aplicativos de geolocalização e transmissão de conteúdos em tempo real, também permite que milhares de cidadãos estejam conectados e sejam, ao mesmo tempo, sujeitos produtores e consumidores da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini, “[...] a possibilidade aglutinadora tornou-se convergente, estabelecendo as primeiras alterações e caracterizando as diferentes dinâmicas entre as pessoas envolvidas nos processos de comunicação”. (p. 47)

A rede de alerta de segurança *online* Onde Tem Tiroteio – RJ (OTT-RJ) publica diariamente dezenas de informações sobre situações de violência na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Seja por mensagem de texto, e-mail, telefonema ou pelo canal aberto no próprio aplicativo (em área destinada ao cidadão que queira fazer um comunicado), os dados que alimentam a rede são enviados pela população, que se alterna nas posições de colaboradora e consumidora da informação. A fim de garantir a veracidade dos fatos, a rede se apropria de um elemento básico na prática jornalística, a checagem: antes de publicar qualquer boletim, existe uma verificação dos dados recebidos da população com “fontes confiáveis”, sendo feito um cruzamento com mais de uma delas, na maioria das vezes.

Considerando a possibilidade de utilização do espaço virtual como cenário para articulação e mobilização, a iniciativa de uma rede de alerta de segurança *online* atende a uma lacuna deixada pelo Estado – que não garante um dos direitos primários aos seus cidadãos – e pela própria mídia tradicional, que só abre sua pauta para cobertura dos casos em que a bala perdida encontra sua vítima.

### **OTT-RJ: UMA PROPOSTA DE REDE COLABORATIVA ONLINE DE ALERTA DE SEGURANÇA**

A rede de alerta de segurança *online* OTT-RJ é composta por: 1 website ([www.ondetemtiroteio.com.br](http://www.ondetemtiroteio.com.br)), 1 aplicativo (OTT), 1 perfil na rede social *online* Facebook, 1 perfil na rede social *online* Twitter, 1 perfil na rede social *online* Instagram e 1 canal na plataforma de vídeos Youtube. Todos os canais são abastecidos com o mesmo conteúdo, havendo variações referentes à formatação técnica de cada rede social ou plataforma. A logomarca da rede era composta pelas suas iniciais em letras maiúsculas ao fundo e, à frente, a imagem de megafone sobre a letra “O” e uma bala em movimento atravessando as duas letras “T”, conforme demonstrado na figura 1. Porém, desde março de 2021, há uma nova logomarca sendo utilizada nos avatares das redes sociais *online* da rede (figura 2).

**Figura 1** - Logomarca anterior



Nota: Primeira logomarca utilizada pela rede OTT-RJ.  
Fonte: Reprodução do Youtube (captura de imagem em dezembro de 2020)

**Figura 2** - Logomarca atual



Nota: Nova logomarca utilizada pela rede OTT-RJ.  
Fonte: Reprodução do Facebook (captura de imagem em maio de 2021)

A rede divulga em suas páginas, perfis e aplicativo, informações sobre ocorrências criminais tipificadas e não-tipificadas<sup>1</sup> e a grande maioria das postagens faz referência a tiroteios que estejam acontecendo em tempo real em determinados pontos da cidade do Rio de Janeiro – essa informação é replicada dos aplicativos para as páginas das redes sociais, onde há maior interação. Assim, como se irá apresentar ao longo deste capítulo, a população se expressa em resposta a essas publicações alternando manifestações de descontentamento com o Estado e preocupação com familiares, amigos e outras pessoas que possam estar nas áreas de risco apontadas. Por sua vez, os dados apresentados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro não refletem essa mesma realidade: as estatísticas são construídas a partir dos Registros de Ocorrência (lavrados em delegacias da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) e

---

1 Arrastões e tiroteios constituem ações não-tipificadas como crime nos R.O.s (Registros de Ocorrência) do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.



“[...] informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar” (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2019, online). Essas informações não consideram, por exemplo, que “bala perdida” seja uma ocorrência criminal registrável, uma vez que não consta essa tipificação de crime na legislação penal brasileira. Essa situação, inclusive, abre margem às contestações feitas aos números divulgados pela OTT-RJ por parte da classe política e do próprio interventor federal nomeado para comandar as ações das Forças Armadas na cidade<sup>2</sup>. Na fala do idealizador da rede, Benito Quintanilha:

A gente até recebeu ataques do próprio interventor federal, dizendo que eles não confiavam nos nossos números, que não eram auditados. Mas, era o papel dele, né? Defender o governo, não importa qual (...) defender o lado dele. Mas, enfim, na verdade nossos números – de fato, ele está certo – não são corretos, porque são maiores! (2019, comunicação pessoal).

A ideia de criar a rede partiu do próprio Benito, em dezembro de 2015 ao ver na TV uma notícia de bala perdida com vítima fatal. Conforme seu relato: “[...] vi uma reportagem sobre vítima de bala perdida em uma comunidade do Rio de Janeiro, era uma criança, e pensei ‘e se as pessoas pudessem saber onde tem tiroteio?’” (comunicação pessoal, 2019). Em princípio, ele contava apenas com a divulgação e compartilhamento de informações que recebia em sua página pessoal, na rede social *online* Facebook. Em pouco tempo, segundo conta, ficou sobrecarregado e pediu ajuda de outros três amigos, formando o atual grupo de quatro pessoas que comandam as operações da rede OTT-RJ. Benito Quintanilha, Marcos Vinicius Veiga Baptista, Denis Colli e Henrique Coelho Caamaño não possuem nenhuma ligação com a área de segurança pública e atuam em profissões totalmente distintas: Benito é petroleiro, Marcos Vinicius é físico, Denis é programador e Henrique é empresário.

O trabalho realizado pela rede de alertas é dividido entre os quatro da seguinte maneira: Benito e Henrique se encarregam de receber as mensagens e realizar as checagens, através de seu “Círculo de Confiança”, para posterior postagem. Marcos Vinicius se ocupa da parte administrativa e Denis é responsável pelo suporte tecnológico. Em dezembro de 2017, os amigos oficializaram a sociedade e registraram a empresa OTT Brasil Desenvolvimento de Aplicativos e Consultoria LTDA. As pessoas do

---

2 Em 21 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 10/2018, que determinava a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Essa data, inclusive, está sendo utilizada como marco referencial para o recorte temporal de análise do objeto.

“Círculo de Confiança” são moradores das comunidades, “pessoas que estão ouvindo tiros a todo momento e são de extrema confiança”, responsáveis pelas confirmações dos alertas recebidos. Ainda de acordo com Benito, fazem parte desse Círculo algo entre 500 e 600 pessoas, que vão desde motoristas de aplicativos, passando por agentes de segurança pública, até donas de casa e comerciantes de bairro. É para eles que a “equipe interna operacional”<sup>3</sup> envia os boletins a fim de que seja feita a confirmação de qualquer ocorrência. A partir de uma sinalização positiva, de uma confirmação de que o fato está realmente ocorrendo, o informe é publicado.

A rede também fez registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão federal responsável pelo registro de marcas e patentes. O registro da marca junto ao órgão garante que ela não seja utilizada indevidamente, por terceiros, ou concorrentes e dá o direito de utilização ao proprietário por dez anos, que são renováveis por mais dez.

A solicitação de registro de marca (textual e visual) foi feita em novembro de 2016 e a concessão ocorreu em agosto de 2018. Quando um pedido de marca é realizado, há necessidade de indicar em qual área de atuação se pretende atuar (Classe Nice) e, embora o trabalho atual da rede esteja ligado à área da comunicação (normalmente classificada pela Nice 16), a solicitação foi feita Classe Nice 45, que abarca os serviços de “Consultoria em segurança – [Informação em]; Segurança pessoal – [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação na área de segurança nacional.”<sup>4</sup>

Apesar de toda a estrutura comercial e jurídica resguardada pelos fundadores, Benito garante que a equipe não lucra com a rede: “ninguém financia a gente, a gente tira do bolso para manter a OTT-RJ no ar”. Ainda de acordo com o idealizador, o ritmo de trabalho é intenso e realizado diretamente pelos quatro sócios, 24 horas por dia. Isso se justifica pelo volume de dados recebidos: apenas de tiroteios, são entre 170 e 190 comunicados recebidos dos cidadãos por dia. “Confirmado, a gente consegue confirmar – como somos apenas quatro – na faixa de 20 a 25 por dia. Mas, eu

---

3 Conforme constano website da OTT-RJ, sobre a descrição do funcionamento do aplicativo: “Todos os alertas enviados pelo nosso aplicativo, mídias sociais e outros meios de comunicação, são checados pela equipe interna operacional da OTT. Apenas os alertas confirmados são enviados para o aplicativo”. Disponível em [www.ondetentiroteio.com.br](http://www.ondetentiroteio.com.br), acesso em jul/2019.

4 Informações disponíveis *online* no Manual de Marcas da página do INPI (<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>, acesso em jul/2019)

posso dizer com total certeza que hoje o Rio de Janeiro tem mais de 70 ocorrências.” (B. Quintanilha, comunicação pessoal, 2019).

Em julho de 2019, a página do Facebook da rede publicou uma postagem intitulada “OTT-RJ: Utilidade Pública” para divulgar uma campanha *online* para arrecadação de recursos, especificando que o valor obtido seria para melhorias em recursos da rede – o que se reverteria para os usuários – e as contribuições (em qualquer valor) poderiam ser feitas através de um link para uma página de *crowdfundign*<sup>5</sup>. Na publicação, a OTT-RJ reforça que não recebe apoio do governo ou de empresas particulares e revela que tem entre seus objetivos a expansão da atuação para outros países da América Latina. O conteúdo recebeu 18 comentários diretos e 26 comentários ao todo (incluindo resposta aos comentários diretos) alternando demonstrações de apoio, ironia e questionamentos sobre a destinação do fundo levantado, especialmente com relação ao ponto em que cita a expansão para outros países da América Latina. Apenas uma resposta faz crítica à falta de ação do Estado em relação à Segurança Pública e reforça o que um dos criadores da rede afirmou, sobre o questionamento dos dados publicados pela rede por parte de agentes oficiais.

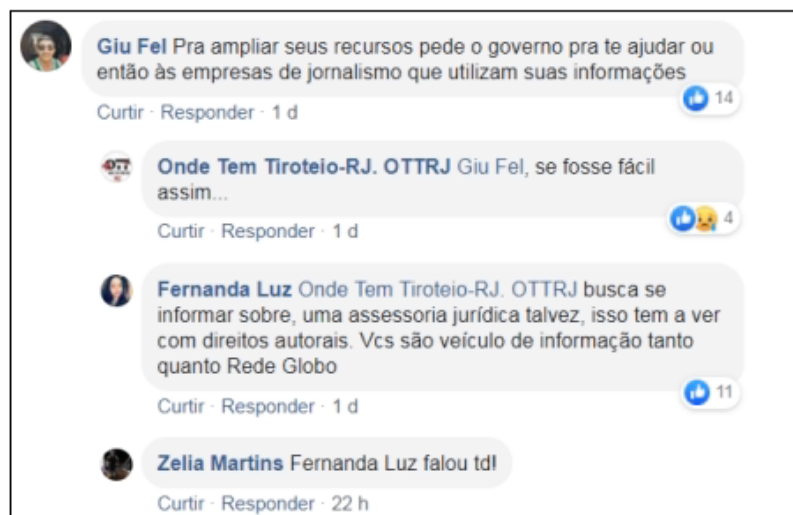
### **A COBERTURA JORNALÍSTICA NO RIO DE JANEIRO: A BALA CHEGA ANTES DA INFORMAÇÃO**

Ainda sobre o post com pedido de ajuda financeira para o projeto, um comentário chamou atenção por ser o único que traça proximidade da página com um modelo de veículo de comunicação. Nesse comentário, a rede OTT-RJ se manifesta em resposta, apontando sutilmente a dificuldade em conseguir patrocínios, e há uma tréplica de outra seguidora, reforçando a similaridade da página com uma empresa jornalística. Surge na “conversa” uma quarta pessoa, que concorda com a posição dessa última:

---

5 Uma modalidade de arrecadação de doações em dinheiro pela Internet, que tem como objetivo o financiamento coletivo de um produto, de uma ação ou de alguma atividade específica.

**Figura 3** - Resposta à publicação com pedido de contribuição



Nota: Diálogo desenvolvido a partir de uma postagem com pedido de contribuição aos seguidores.  
Fonte: Registrado na página do Facebook da OTT-RJ (captura em 8 de julho de 2019)

Essa menção ao trabalho jornalístico é inédita, embora a rede realmente seja utilizada como fonte por diversos veículos, tanto em mídia impressa quanto televisiva. Jornais impressos como Extra, O Globo e O Dia publicaram notícias sobre criminalidade e índices de violência tendo os dados da rede como base. Redes de televisão como Globo, SBT e Record também incluíram em matérias para seus telejornais imagens em vídeo reproduzidas a partir da página do Facebook da OTT-RJ prática essa também adotada pelas páginas *online* dos jornais impressos acima citados.

Pautar a grande mídia, porém, é um estandarte que encobre uma questão que vai além da própria crise dos meios “tradicionais” e sua deficiência em realizar coberturas jornalísticas que contemplem a realidade das periferias: a comunicação por parte de órgãos oficiais sobre determinadas ocorrências (como tiroteio, bala perdida ou arrastão) só é realizada quando há vítimas. Esse ponto relevante, tratado anteriormente nesse mesmo capítulo, é motivo de severos apontamentos por observatórios de segurança e outros institutos especializados em dados sobre violência. A plataforma digital colaborativa Fogo Cruzado também se dedica ao registro de situações de violência no Rio de Janeiro, de maneira similar à OTT-RJ, contando com aplicativo próprio e páginas em redes sociais *online*. A iniciativa, no entanto, distingue-se da rede colaborativa em alguns pontos essenciais: teve início em 2015 a partir de um projeto da Anistia

Internacional Brasil e, atualmente, é gerido pelo Instituto Update<sup>6</sup>; possui números de audiência menores nas suas páginas nas redes sociais *online* (seguidores, curtidas, etc.) do que a rede OTT-RJ; desde 2016, a iniciativa tem se firmado mais como um “laboratório de dados”, com fornecimento de estatísticas periódicas sobre a violência armada no Rio de Janeiro. Em comum, porém, há o fato de contabilizar os números que os órgãos oficiais não registram, como os tiroteios, disparos de arma de fogo, arrastões e as “balas perdidas”, além de também pautar os grandes veículos de mídia.

A busca por esse tipo de informação através das redes sociais *online* e do aplicativo que a OTT-RJ mantém é consonante com a crescente audiência que temas ligados à segurança pública se proliferam nesses canais. Uma das hipóteses é a falta de espaço na mídia “tradicional” para a cobertura das ocorrências locais, fenômeno observado na pesquisa “Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?” (Ramos, Paiva e Nunes, 2017, online). De acordo com o estudo, focado em uma análise dos principais jornais impressos do país, o espaço dedicado a esse tipo de conteúdo foi reduzido praticamente pela metade e não reflete, necessariamente, uma queda na quantidade de ocorrências criminais de um modo geral. Além disso, as notícias privilegiam regiões nobres das cidades deixando, dessa maneira, uma grande parcela da população à margem dos acontecimentos. Em outras palavras: os cidadãos não se reconhecem naquilo que é noticiado. É nesse contexto que páginas de redes sociais ganham força, uma vez que existe a possibilidade de recorrer “[...] a outros meios em busca de informações relevantes para o seu cotidiano, tendo no Facebook fácil acesso a numerosas páginas que noticiam eventos locais, com foco em um bairro, uma favela, um quarteirão ou até um condomínio.” (Nunes, 2017, online). Em um breve resgate ao conceito de sociedade em rede (ou informacional) esboçada por Castells sugere que o foco central de seu avanço seja as identidades primárias:

Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela premência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. (p.57)

Em um estudo sobre “páginas de bairro” no Facebook no Rio de Janeiro, publicado pelo Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e

---

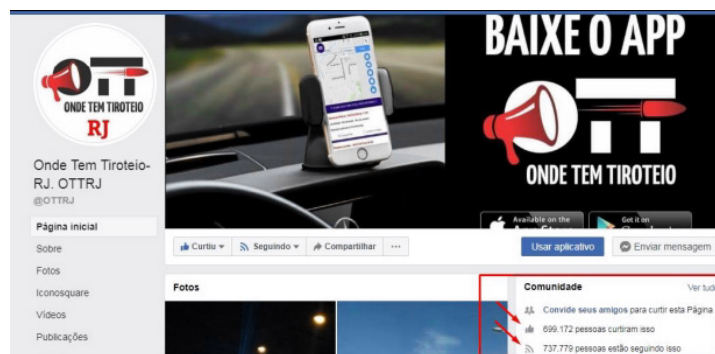
6 Instituto de inteligência e tecnologia que trabalha pelo fortalecimento do ecossistema de inovação política na América Latina. Disponível em [www.institutoupdate.org.br](http://www.institutoupdate.org.br), acesso em ju/2019

Cidadania (Cesec), foram analisadas 156 páginas com esse caráter hiperlocal e a questão da segurança figura entre os principais temas. Conforme frisa Nunes (2017, online), a dinâmica de circulação desse tipo de informações nas páginas locais “[...] se, por um lado, tem função autoprotetiva, carrega, por outro, o risco do vigilantismo e do justicamento, além de poder ser um veículo de reprodução e potencialização de estereótipos e preconceitos”.

## OS NÚMEROS DA OTT-RJ NAS REDES SOCIAIS ONLINE

Apenas em sua página no Facebook, a rede OTT-RJ tem 746.920 seguidores e conta com 707.858 curtidas – vale ressaltar que esse é um dos elementos que medem a “popularidade” das páginas da rede<sup>7</sup>. E esses números crescem diariamente, conforme apontado no comparativo trazido na Figura 4, onde é possível observar a evolução desses indicadores: a primeira imagem corresponde a um *print* da página feito em 7 de julho de 2019, enquanto a segunda captura foi realizada no dia 20 de maio de 2021. Em um espaço de quase dois anos, o aumento no número total de seguidores foi de 9.533 pessoas, o que demonstra consistência de crescimento na busca de informações trazidas pela página. A julgar por essa amostra, já poderia se considerar a expressividade no interesse pela temática e no aumento crescente pela busca por informações sobre as ocorrências que podem colocar em risco a segurança dos cidadãos.

**Figura 4** - Comparativo de indicadores: Curtidas e Seguidores



7 Conforme definição da área de suporte do Facebook: “Quando uma pessoa curte uma Página, ela está a apoiando e quer ver o conteúdo dela. A página será exibida como curtida na seção Sobre do perfil dessa pessoa. Quando uma pessoa segue uma Página, significa que ela pode receber atualizações sobre a Página no Feed de Notícias.”. Disponível em <https://www.facebook.com/help/171378103323792>, acesso em ju/2019



Fonte: Reprodução da página de abertura do Facebook da OTT-RJ. A primeira imagem mostra a quantidade de seguidores em 2019 (captura em 7 de julho de 2019). A segunda imagem traz informações de 20/5/2021, com aumento no número de seguidores. Reprodução da página do Facebook da OTT-RJ com intervenção visual da autora (captura em 20 de maio de 2021).

Entretanto, quando se fala de alcance, os indicativos são muito maiores: os criadores da rede afirmam que o impacto chega a aproximadamente 6 milhões de cidadãos cariocas. O resultado dessa conta adiciona às interações do Facebook os demais perfis em redes sociais online e a quantidade de inscritos e participantes através do aplicativo: no Instagram, a rede conta com 149 mil seguidores; no Twitter, são 168 mil; no Youtube, o canal tem 106 mil inscritos; e o aplicativo OTT-RJ já ultrapassou os 500 mil *downloads*. Parte dessa volumosa massa de audiência também contribui na produção dos alertas: a relação de troca entre leitores/seguidores/consumidores e os canais *online* da rede ultrapassa o limite dos comentários sobre os boletins e, muitas vezes, acontece de maneira que esses próprios são os produtores primários da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini (2013) ao abordar a questão da interatividade nos processos comunicacionais modernos, mediados pela tecnologia, a grande mudança nos processos comunicacionais acontecem a partir de sua base:

O autor e o leitor, produtor e o consumidor, a fonte e o receptor, entre muitos outros sujeitos integrados no processo comunicativo começaram a trocar de papéis e lugares de forma efetiva, assim como os sistemas e as mídias se alteraram, agregando novas possibilidades e diferentes graus de interatividade. (p. 47)

Esse cenário é reforçado a partir da própria auto-definição da rede OTT-RJ em seu site, ao explicar o método de trabalho adotado para a publicação dos alertas:

[...] O conceito SP 4.0, Segurança Pública 4.0, que norteia a nossa dinâmica de trabalho, se baseia na segurança feita do cidadão para o cidadão (C2C), uma espécie de segurança “Smart”, onde cada cidadão atualiza em tempo real a segurança em seu

entorno, ajudando a ele e a todos os outros participantes de nossa rede dinâmica de informações. (OTT-RJ, 2019, online)

A definição de “Segurança Pública 4.0” foi criada pelos fundadores da rede, a fim de indicar uma inovação no processo de divulgação de informações relativas à Segurança Pública. De acordo com Quintanilha (2019), a Segurança 1.0 se refere ao um modelo inicial de comunicação de ocorrência e com os próprios órgãos policiais,

[...] a ligação pelo 190, pelo telefone, e se as pessoas não tinham acesso, tinham que correr ao orelhão”. Na versão 2.0, associa o fenômeno à chegada do telefone celular e à internet: “você tem o celular na mão, então você vai entrar nas redes sociais daquele batalhão e fazer a denúncia. Eu considero a 3.0 a interação entre o Disk-Denúncia e a sociedade. (informação verbal)

Na versão 4.0, que a rede se propõe a seguir, “é a sociedade com a sociedade, ou seja, um meio do caminho entre o P2P ou *citizen-to-citizen*<sup>8</sup>[...], você tem a Secretaria de Segurança Pública nesse meio. Ou seja, não é ela que dá o informe, agora é o cidadão comum que acaba chegando a ela, à Segurança Pública [...]” (Quintanilha, 2019). De acordo com os próprios fundadores da rede, nunca houve interesse por parte do governo do Rio de Janeiro no material produzido pela OTT-RJ.

O único contato foi um comandante de um quartel da Polícia Militar de São Paulo. Porque nós, quando entramos em São Paulo, começamos a alertar os tiros na região do Morumbi, ali do Itaim Bibi, e ali são áreas nobres. Rapidamente chamou a atenção e o comandante de um quartel entrou em contato conosco e falou “puxa, eu queria fazer um trabalho mais próximo de vocês, sempre que tiverem um alerta, joga pra gente, me coloca no seu grupo”. E a gente colocou ele no nosso grupo. (informação verbal)

Vale retomar aqui a pontuação trazida na parte inicial do presente texto, sobre a nova logomarca que a rede está utilizando em suas redes sociais *online*: ela foi produzida com o intuito de dialogar com esse conceito criado pelos idealizadores da OTT-RJ, o de Segurança 4.0. Ao trocar as figuras do megafone e das balas de fuzil por uma representação visual mais focada nas iniciais da rede e com o indicativo 360° no

---

8 Do cidadão para o cidadão, em tradução livre. Referência a ações da sociedade em prol do bem-estar da própria sociedade.



centro da letra “O”, entreve-se a mensagem de uma comunicação cíclica, que começa e termina no cidadão.

## CONSIDERAÇÕES

Se a ineficiência governamental proporciona a abertura para a iniciativa cidadã e, se esta encontra na comunicação participativa em espaços públicos *online* um meio de suprir parte de suas necessidades essenciais, a indagação acerca dos aplicativos de alerta de segurança é se estes constituem um modelo de Mídia Cidadã ou, ainda, caminham para um projeto de Comunicação Comunitária, Popular ou Alternativa. Resgatando a conceituação de Peruzzo (2008), o sentido político deste último tipo de comunicação está em ser “[...] uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas, em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer justiça social”.

Embora a proposta de uma comunicação colaborativa, com participação dos atores sociais na construção de uma rede efetiva de informações que atendam suas necessidades básicas, não tenha um desdobramento para construção de políticas públicas na área da segurança, há que se considerar a ocupação de espaços midiáticos em prol de causas cidadãs como um avanço na luta por visibilidade.

O deslocamento da participação individual (cidadão produtor de informação/cidadão consumidor de informação) para o benefício do coletivo é nó central dessa rede, que carrega um forte apelo coletivo – o de continuar vivendo.

## REFERÊNCIAS

Castells, M. (1999). *A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Cesec. (2019). *Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec)*. Disponível em <https://www.ucamcesec.com.br>. Recuperado em julho de 2019.

Constituição. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Recuperado em jul.

Gobbi, M. C. e Bernardini, G. (2013). Interatividade: Um conceito além da Internet. In *Revista Geminis*, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, n. 4, p 42-56.

Nunes, Pablo. (2017). *Crime e polícia no #RiodeJaneiro*: Relatos em páginas do Facebook. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 24, out.

Peruzzo, C. M. K. (2008). *Os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados*. Palavra Clave. La Plata, Universidad de laSabana, v. 11.

Peruzzo, C. M. K. (2016). Cicilia Peruzzo e as tendências para a pesquisa em comunicação popular e alternativa no Brasil. [Entrevista cedida a] Nivea Bona e Guilherme Carvalho. In: *Revista Uninter de Comunicação*. Curitiba.

Quintanilha, Benito. Entrevista I. [mar. 2019]. Entrevistadora: Mara Fernanda de Santi. Bauru, 2019. 1 arquivo.mp3 (21:43 min).

Ramos, S.; Paiva, A.; Nunes, P. (2017). *Mídia e Violência: o que mudou em 10 anos*. Rio de Janeiro: CESEC.

## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Mara Fernanda De Santi**

Doutoranda em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Comunicação Midiática pela UNESP. Membro do grupo de estudos Pensamento Comunicacional Latino-Americano do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/Unesp). Associada na ABPCom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã. Professora bolsista do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC/UNESP).

### **Maria Cristina Gobbi**

Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina (2014) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bolsista de Produtividade do CNPq, nível2. Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), gestão 2019-2023. Fundadora do Grupo Pensamento Comunicacional Latino-Americano Pesquisa (PCLA), registrado no CNPq, desde 2000. Bolsista da Fapesp (Processo 2019 / 26715-2). Ganhadora do Prêmio Luiz Beltrão - Maturidade Acadêmica, da Intercom (2014). Email: mcgobbi@terra.com.br

# RODAS VIRTUAIS DE CUIDADO E AUTOUIDADO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM PROJETO DIGITAL DA ONG CFEMEA

Cosette Castro

Universida de Brasília (UnB)

## INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> reflete sobre as possibilidades cidadãs, de saúde mental e geração de laços sociais a partir de um projeto de rodas virtuais entre mulheres ativistas realizado no primeiro semestre de 2020 (março a junho), semestre em que começou o isolamento social por Covid-19. O projeto, inédito no Brasil, depois de cinco anos na versão presencial, foi desenvolvido em versão *online* pelo Centro de Estudo Feministas<sup>2</sup> e Assessoria – CFEMEA<sup>3</sup> em Brasília, Capital Federal. As rodas virtuais, semanais e gratuitas, envolveram mulheres ativistas de diferentes gerações, diferentes níveis de acesso à internet e diferenciados conhecimentos sobre uso de plataformas digitais.

- 
- 1 O trabalho de campo da pesquisa *Cuidado e Autocuidado entre Mulheres Ativistas no mundo online – estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência* foi realizado utilizando técnicas da etnografia virtual (Hi-mes, 2000). Foram usadas três técnicas de pesquisa *online*: a observação participante, o uso de diário de campo (realizada de março a junho e mais uma reunião de avaliação das rodas virtuais, em julho) e a aplicação de questionários semi-estruturados *online* do qual participaram 13 ativistas. Três delas avaliaram o questionário (compreensão e tempo de demora para responder, oferecendo sugestões) e outras 10 participantes responderam as questões.
  - 2 Embora existam vários conceitos de feminismo e vários feminismos, neste artigo o feminismo é compreendido como a busca pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, seja no âmbito público, seja no ambiente doméstico. São as mulheres as que mais sofrem violência física, psíquica, moral, sexual, patrimonial e/ou sofrem ameaças por falar e representar outras mulheres que não possuem voz e/ou visibilidade, que não podem ou não conseguem expor seu sofrimento publicamente.
  - 3 Organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1989, que, a partir da pandemia, passou a atuar de forma virtual. O CFEMEA possui site ([www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)), página no Facebook, no Instagram e no Twitter.

A reflexão foi dividida em três partes. Na primeira etapa são apresentadas considerações sobre a violência contra mulheres no Brasil e apresenta conceitos como a pedagogia da violência (Castro, 2019, 2020) e pedagogia da secundarização (Castro, 2019, 2020) fundamentando a necessidade de ampliar espaços de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no Distrito Federal e demais estados do país. Na segunda parte, trata dos conceitos de cuidado e autocuidado e apresenta o conceito de dispositivo materno (Zanello, 2018). A terceira parte do artigo discorre sobre o projeto de rodas virtuais de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas, identificando-o com parte do ciberativismo (Reis; Alves; Loureiro, 2013), como um espaço de criação de laços sociais (Turkle, 1997b) *online* e de resistência coletiva.

O texto se insere na quarta onda do feminismo (Chamberlain, 2017), amplificado a partir de 2012 com a intensificação do uso da internet e da realização de campanhas mundiais nas redes sociais digitais em defesa das mulheres. Também leva em consideração os índices de violência que sofrem as mulheres no Brasil, o quinto país no mundo em feminicídio (Atlas da Violência, 2019).

Em tempos de pandemia, a violência contra as mulheres cresceu. Estudo do Instituto de Pesquisa e Consultoria - IPEC (2021), sobre violência contra as mulheres apontou o aumento da violência e do feminicídio no Brasil. Uma média de 108 mulheres foram assassinadas por mês no primeiro semestre de 2020. Além disso, a cada minuto, 25 brasileiras sofrem algum tipo de violência, o que atinge 15% da população feminina, isto é, 13,4 milhões de mulheres.

Existe uma pedagogia do feminicídio (Castro, 2020), que naturaliza e banaliza as diferentes formas de violência até chegar ao seu ápice, o feminicídio. Esta é uma característica de países que vivenciam sociedades fortemente patriarcais, como é o caso do Brasil. Há ainda uma pedagogia da secundarização (Castro, 2019, 2020) que naturaliza o “papel secundário” da mulher na vida social. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>4</sup>, as desigualdades nas relações de gênero são fatores de adoecimento entre as mulheres, podendo levar ao sofrimento mental, à depressão e ansiedade.

Nesse sentido, vale observar a violência diária que meninas, adolescentes, mulheres adultas e idosas sofrem dentro de casa desde o nascimento e depois fora de casa, na rua na escola e no trabalho. Considero que aí se encontra a gênese<sup>5</sup> domés-

---

4 Relatório Mulheres e Saúde.

5 Para buscar na história a gênese da violência que durante muitos anos foi inclusive considerada “legal” juridicamente, vale a pena ler o livro de Federicci (2017) e de Zanello (2018).

tica da naturalização da violência e da espiral de assassinatos, uma construção social a qual venho denominando “pedagogia do feminicídio” (Castro, 2019, 2020). Mesmo sem regras formais, escritas, essa violência começa dentro de casa na infância, passa pela adolescência e segue na idade adulta “orientada” primeiro pelos homens e reforçadas pelas mulheres da família e do (s) grupo (s) social (is) com a omissão e reforço do Estado.

É nos lares brasileiros que ocorrem 54% dos abusos sexuais<sup>6</sup> em meninas e eles são cometidos por parentes próximos (pais, avôs, tios, padrinhos e/ou primos), padrastos e/ou vizinhos de acordo com dados do Atlas da Violência (2019). É no lar que inicia um ciclo de violência sexual invisível, pois o abuso<sup>7</sup>, na maior parte dos casos, ainda é mantido em segredo pelas famílias. Estima-se que no Brasil, apenas 10% dos casos de estupro sejam registrados na polícia. Durante a pandemia esses números cresceram, já que as vítimas estão confinadas, sendo obrigadas a conviver com os abusadores.

A violência vai além do abuso sexual, como é o caso da violência psíquica e/ou moral contra crianças e adolescentes. No âmbito doméstico, por exemplo, ela ocorre quando a menina denuncia para uma pessoa adulta o abuso e é desacreditada por familiares, seja a mãe ou outra cuidadora familiar responsável. Nesse caso, ocorre em nível emocional, uma violência duplicada pelo descrédito e falta de apoio das mulheres adultas.

No âmbito público ocorre outro tipo de violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma violência estrutural, institucional, que acontece quando o Estado brasileiro dificulta ou impede que as crianças recebam educação sexual na escola deixando-as sem informações sobre o seu corpo, sobre o que é abuso sexual e como se defender dessa violência. Desde cedo meninas, adolescentes e mulheres vão naturalizando esse ciclo de violência contínua, reforçadas pelos homens e também por mulheres da família. Dentro da pedagogia do feminicídio, é ensinado desde cedo - principalmente em famílias religiosas conservadoras - que a mulher “é inferior, que tem

---

6 Considera-se aqui como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado de desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usada para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações onde não há toque físico, como *voyerismo*, assédio e exibicionismo (Habizang, et al., 2009).

7 Em seus diferentes níveis.

obrigação de servir; que tem de obedecer aos homens, pais, irmãos e marido”, seja na hora de falar ou no cuidado para toda vida.

É em casa que meninas, adolescentes e mulheres vivenciam o ódio contra as mulheres e o processo de secundarização feminina de diferentes maneiras. Isso pode ocorrer através de humilhações e grosserias e/ou comparações entre irmãos e familiares. Um ódio que muitas mulheres reproduzem ao julgar as ações de outras mulheres: “mereceu; “deu mole”; “é uma vadia”; “é uma puta”. Ou repetindo um discurso masculino que compara as mulheres a animais: “é uma vaca”; “é uma galinha”; “é uma baleia”. Segundo, Butler (2002), o discurso torna-se o dispositivo pelo qual a identidade de gênero e as questões de gênero se constituem e, ao mesmo tempo, constitui a possibilidade de materialização da resistência por meio da linguagem.

## **SOBRE A PEDAGOGIA DO FEMINICÍDIO**

A ideia de uma pedagogia do feminicídio (em termos de construção de uma violência que chega ao ápice com o assassinato) foi construída e naturalizada com a contribuição do pensamento acadêmico<sup>8</sup>, das leis e do comércio ocidental até o século XVII – ou seja, durante 1.600 anos – foram escritos oficialmente por homens para os homens e, embora muitas mulheres tenham participado desse processo, elas foram apagadas da história<sup>9</sup>. Esse pensamento oficial foi reforçado pelo pensamento religioso e “científico” que culpava as mulheres pelos pecados do homem, insistindo em uma “natureza pecaminosa da mulher” que deveria ser contida e ficar restrita ao lar.

O controle da sexualidade feminina passou a garantir uma fonte de geração de mão-de-obra dócil, útil e abundante, com incentivo a geração de filhos e aumento populacional para realizar projetos de reforma social. O controle da sexualidade também

---

8 Vale a pena ler o trabalho de Grada Kilomba (2019, p. 51-53) referente ao pensamento acadêmico, lembrando que a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição; é também um espaço de violência. Para Kilomba, “o que encontramos na academia não é uma objetividade científica, mas resultado de relações desiguais de poder e raça”. Eu acrescentaria: de poder, de raça e de gênero.

9 Sugiro a leitura de “Por Uma História do Possível”, de Susane Oliveira (2012). A autora, a partir da corrente teórica da História do Possível, mostra que muitas histórias e descobrimentos realizados por mulheres foram silenciados, apagados ou omitidos da história oficial a partir do século XIX por historiadores vitorianos.

incluiu a criação do dispositivo<sup>10</sup> materno, do qual fala Zanello (2018), louvando e incentivando a “natureza” maternal das mulheres e reforçando suas “aptidões” para o cuidado, seja da casa, do marido, dos filhos ou de familiares enfermos ou idosos.

Enquanto o espaço público era ocupado pelos homens, o espaço privado, da casa, era marcado como “essencialmente feminino”<sup>11</sup>. Segundo Zanello (2018, p. 128), as mulheres se afirmaram como “função”: de esposa e de mãe, passando a existir somente em relação ao outro. Houve uma associação ideológica das palavras “amor e materno”, que foi além da promoção do sentimento. Incluiu a construção da mulher enquanto mãe e a construção de um modelo de feminino ideal (de esposa e mãe), constituindo o que autora denominou como dispositivo materno.

O dispositivo materno Zanello (2018) é central nos processos de constituição e subjetivação das mulheres. É uma forma de desempoderamento e de violência contra as mulheres. Esse dispositivo permite compreender as dinâmicas e processos subjetivos e sociopolíticos relacionados ao cuidado, colocados socialmente como inerentes à mulher, sendo realizado diariamente, de forma invisível e gratuita.

Por outro lado, revela a dificuldade da mulher em realizar o autocuidado, já que significa o deslocamento das mulheres do papel de cuidadoras “natas” - um dispositivo destinado ao outro - para um dispositivo destinado ao autocentramento e o amor por si mesmas através do cuidado de si. Neste texto, o cuidado é visto como um direito humano<sup>12</sup>, a exemplo de Pautassi (2018).

Dentro de casa a “função” da mulher é cuidar dos outros e das atividades domésticas, um cuidado que é gratuito, invisível, e, portanto, “inexistente”, um *não-trabalho* (Castro, 2020). No ambiente público, essa pedagogia da secundarização, que reforça a invisibilidade, inclui pelo menos três níveis no âmbito público: 1) o mercado, 2) a academia e 3) a política.

Nível 01 – Mercado - Durante a pandemia, a diferença salarial entre homens e mulheres<sup>13</sup> foi ampliada e o espaço feminino no mercado, reduzido. Segundo estu-

---

10 Conceito de Foucault que combina estrategicamente os campos do saber, a partir de uma rede de discursos, as relações de poder, onde é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos e os modos de subjetivação dos sujeitos.

11 Essa construção social teve o apoio de publicações a partir de 1760 que naturalizaram o “instinto materno” ou o amor espontâneo da mãe pelo filho, glorificando - e mais tarde santificando - esse sentimento.

12 “El Cuidado Como Derecho. Un Camino Virtuoso. Un Desafio Inmediato”. Disponível *online*.

13 Existem 104 milhões de brasileiras, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ IBGE (2019). Em termos de mercado elas seguem ganhando menos que os homens. No caso de mulheres brancas, a diferença

do realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2020)<sup>14</sup>, órgão da Unesco, o mercado de trabalho para as mulheres sofreu um retrocesso de 10 anos. Em 2020, 118 milhões de mulheres na Região estavam em situação de pobreza, 23 milhões a mais que em 2019. Além do desemprego, as mulheres têm uma sobrecarga de trabalho doméstico três vezes maior do que os homens.

No Brasil, o retrocesso foi de 30 anos, segundo o IBGE. Até o segundo semestre de 2020, as mulheres representaram 46,3% da força de trabalho. O índice considera as mulheres que trabalham e procuram emprego. É o menor número desde 1990, quando o percentual foi de 44,2%, mostrando que as mulheres são as mais atingidas pela crise econômica, agravada pela pandemia<sup>15</sup>.

Nível 02 – Academia – Em 2019, dos 63 reitores brasileiros de universidades públicas, apenas 19 eram mulheres. Ou seja, existe apenas 30% de representação feminina. Pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Iesalc), vinculado à Unesco, revela que apenas 18% de universidades públicas na Região são comandadas por mulheres<sup>16</sup>, mesmo que no caso brasileiro, as mulheres sejam maioria como estudantes, professoras ou pesquisadoras<sup>17</sup>.

Nível 03 – Política – Em comparação com a participação política feminina, o número de mulheres eleitas é pequeno. As mulheres não chegam a 15% nos cargos

---

salarial em relação aos homens brancos é de 30% a menos. Mas no caso de mulheres negras, a diferença salarial chega a 43% em relação aos salários de homens brancos, e 23% a menos em relação ao salário de homens negros, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2019). Essa diferença é ainda mais gritante quando se tratam de mulheres indígenas, estrangeiras e mulheres trans.

14 Estudo “La Autonomia Económica de las Mujeres. La recuperación Sostenible e Igualdad”. Disponível *online*.

15 Na América Latina de 2020, as mulheres representaram 73% da linha de frente no combate à Covid-19, mas seguem sendo as que ganham menos e as que menos ocupam lugares de decisão e direção. No Brasil, elas representam 65%, sendo que no Distrito Federal, esse índice chega a 69%. Também são elas as que trabalham majoritariamente em atividades relacionadas ao cuidado, seja como babá, cuidadora profissional, diarista ou doméstica. Em tempos de pandemia, a maioria necessitou usar transportes coletivos, sem que sejam oferecidas máscaras, álcool gel, nem que haja controle no número de pessoas que podem ser transportadas.

16 O resultado do levantamento foi apurado com base em uma amostra de nove países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Peru e Venezuela.

17 Mesmo que as mulheres sejam maioria nas universidades brasileiras há 27 anos, de acordo com o IBGE, existe uma desigualdade na participação feminina como estudantes, professoras, pesquisadoras e/ou cargos de coordenação, em áreas relacionadas às ciências exatas, tecnológicas e da terra. Além disso, embora as mulheres representem o maior número de beneficiadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com 49% das bolsas, esse número é maior na iniciação científica, consideradas as bolsas de menor prestígio.



eletivos do país. Elas representam apenas 12,32% em 70 mil cargos eletivos, segundo o Mapa da Política de 2019, elaborado pela Procuradoria da Mulher do Senado<sup>18</sup>. A média percentual de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados e Senado mostra a fraca posição do Brasil: Argentina (40%), Bolívia (52%), Equador (39%), Peru (27%), Chile e Uruguai (24%) e Brasil (em 2018, havia somente 11% mulheres eleitas)<sup>19</sup>.

## **SOBRE SAÚDE MENTAL, CUIDADO E AUTOCUIDADO**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2004) afirma que saúde mental é um estado de bem-estar nos diversos âmbitos de uma pessoa: subjetivo, intelectual e emocional, assim como a possibilidade de construção de competências individuais e coletivas. Nesse trabalho considera-se que o cuidado e o autocuidado são parte importante do constructo emocional da saúde mental e estão diretamente relacionados.

Para Boff (1999, p.11), o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, é um modo-de-ser essencial. O autor afirma também que “cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto abrange mais que um momento de atenção, de zelo e desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (p. 33).

Na sociedade patriarcal a ética do cuidado<sup>20</sup> foi deturpada em uma ética feminina algo que seria “inerente a natureza feminina” e, enquanto trabalho invisível e gratuito, relacionado ao “amor filial” ou ao amor pela família. No entanto, a ética do cuidado

---

18 Embora tenha a maior população da América Latina, o Brasil é o país com menor nível de mulheres eleitas em comparação a países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai, como mostra a pesquisa sobre Projeções da População realizada pela Comissão Econômica para a América Latina/ CEPAL (2018).

19 Contraditoriamente, o número de mulheres que atuam politicamente no Brasil é representativo, mas essa participação (ainda) não se reflete em votos suficientes para ampliar o número de vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais e distritais, governadoras, deputadas federais, senadoras e presidentas em atuação no país. Elas são a maioria da população brasileira (51,7%, segundo IBGE, 2018) e do eleitorado nacional (52,5%, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2018).

20 A concepção ética baseada no cuidado defende que certas características devem ser desenvolvidas por todos os seres humanos, entre elas, a habilidade de cuidar. Seres humanos não precisam se dissociar de si mesmos tendo em vista a determinação patriarcal de corresponder ao estereótipo do “homem másculo”. Ou seja, a ética do cuidado, ao dar espaço aos sentimentos morais, tais como, amor, entendimento mútuo, empatia, entre outros, não é uma abordagem feminina, mas possibilita uma abordagem feminista da ética, que visa a transformação da própria sociedade patriarcal, como ocorre com as rodas virtuais de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas.

permite questionar a cultura que opõe os gêneros, responsabilizando apenas a mulher sobre o cuidado da casa, do marido, dos filhos e dos familiares idoso e doentes. Uma sobrecarga física e psicológica que vêm adoecendo mulheres cuidadoras que acabam por deixar de lado o cuidado de si.

Em meio a sobrecarga cotidiana de trabalho de casa<sup>21</sup> e de cuidado de familiares de diferentes gerações, as mulheres se esquecem de si mesmas. Além disso, esquecem-se desse esquecimento, o que as impedem de “cuidar de si”. As pessoas nessas condições mantêm-se distante de si com sua consciência localizada em outras coisas que não ela mesma. Foucault (1996)<sup>22</sup> apontava que as mulheres necessitariam voltar para si para depois voltar-se para o mundo, caracterizando o duplo-retorno da concepção ética.

## AS RODAS VIRTUAIS E LAÇOS SOCIAIS

Embora na sociedade patriarcal exista uma série de dispositivos de poder<sup>23</sup> que **tentam** dobrar a mulher e controlar sua subjetividade e desejo, os sujeitos sociais conseguem encontrar formas de escapar destes mecanismos de poder ao cuidar de si. Exemplo disso é o projeto virtual de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas do Espaço Lobeira, desenvolvido pela ONG CFEMEA. Entre os meses de março a junho de 2020, foram realizados encontros virtuais semanais durante 1h30 através da plataforma Zoom. Além disso, as ativistas tinham um espaço de fluxo comunicacional grupo de WhatsApp. O grupo abria espaço para as informações sobre as rodas *online*, sobre os temas tratados nos encontros, com compartilhamento de músicas, vídeos, textos e/ou poemas apresentados durante a roda, assim como trabalhos produzidos pelas mulheres durante os encontros. Durante a semana, as participantes também

---

21 Em muitos casos, o aumento do trabalho fora de casa faz com que as mulheres tenham duplas e até triplas jornadas.

22 Segundo Foucault, o cuidado de si mesmo é visto como um sinal de liberdade já que parte da consciência e de um conjunto de decisões que tomamos durante a nossa vida. Também é constituído como um pilar das relações sociais e individuais e na prática de um conhecimento adquirido. O pensador francês observa a importância do corpo-mente como uma unidade transcendente e singular. Foucault afirma que existimos para gerar autoconsciência e responsabilidade sobre a nossa própria vida. A ética consiste, para Foucault, no direcionamento da própria subjetividade reflexiva para si visando formas de se reinventar, de se elaborar a própria vida.

23 Foucault (1993) diz que o poder não é apenas coercitivo e negativo, mas produtivo: ele não somente nega, coíbe e proíbe, ele produz e incita.

publicavam materiais relacionados aos temas tratados e as suas experiências, pessoais ou coletivas

A ONG realizou rodas virtuais abrindo espaço de fala, escuta e acolhimento para mulheres ativistas contarem, escreverem e/ou pintarem sobre suas questões de trabalho, solidão, vivências durante a pandemia, cuidado dos outros, compartilhando também as experiências de autocuidado e ativismo. As rodas virtuais adaptaram o modelo presencial<sup>24</sup> que já vinham ocorrendo desde 2015<sup>25</sup>.

Oliveira e Djordjevic (2015), do grupo de coordenação do CFEMA, acreditam que,

O cuidado entre ativistas é uma forma de intervenção política que oportuniza, às mulheres que estão no ativismo, lidar com elementos que bloqueiam sua trajetória de transformação no âmbito subjetivo. É um caminho para interpelar o individualismo, o sexismo, o racismo e outras formas de discriminação que introjetamos e nos oprimem. E, ao mesmo tempo, é uma maneira de lidar e buscar eliminar tais elementos dos discursos e práticas de quem quer transformar o mundo. (Oliveira; Djordjevic, 2015, *on line*)

Como complemento às rodas, o CFEMEA produz documentos sobre cuidado e autocuidado e disponibiliza esses materiais em suas mídias digitais. Segundo Butler (2002), o discurso – neste caso o virtual – torna-se o dispositivo pelo qual a identidade de gênero se constitui e, ao mesmo tempo, constitui a materialização da resistência por meio da linguagem. Por isso, a ocupação de espaços *online* para multiplicar propostas e reflexões feministas, entre elas as que incluem o cuidado e autocuidado entre ativistas, podem ser significativas para ampliar a participação das mulheres na vida social e reforçar o olhar sobre si. Trata-se de uma forma de ciberativismo<sup>26</sup>, ou

---

24 De acordo com o site do CFEMEA, a ONG vem promovendo cursos, debates, encontros, formações e rodas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, trazendo elementos dos grupos de autorreflexão que inauguraram a segunda onda feminista dos anos 60; da Terapia Comunitária Integrativa (criada nos anos 1980), da metodologia da Roda de Mulheres (desenvolvida pela ONG Arcana, em 2004), e da práxis educativa feminista, que tem como referência a pedagogia de Paulo Freire.

25 Neste ano a ONG inaugurou um ciclo de trabalho orientado à sustentabilidade do ativismo feminista e das mulheres. Essa orientação ocorre em duas linhas de ação: o desenvolvimento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas e militantes; e a formação política feminista.

26 Neste artigo o ciberativismo é compreendido como “[...] toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal”. (Ugarte *apud* Reis; Alves; Loureiro, 2013, p. 6).

melhor, ciber- feminismo, em um país com graves diferenças sociais, educativas, com diferenças gritantes de infraestrutura e acesso às tecnologias digitais e com um crescente cerceamento ao direito à diferença. Para além do WhatsApp e do uso das salas virtuais, o CFEMEA oferece ao público site na internet com materiais produzidos gratuitamente, assim como no Instagram no Twitter e no Facebook.

Nesses espaços virtuais mulheres de diferentes gerações colaboram para criar vínculos e fortalecer laços sociais entre as ativistas. O conceito de laço social, aqui visto como a possibilidade que as relações entre mulheres ativistas, embora estabelecidas apenas pelo olhar mediado por uma tela, possam reforçar o autocuidado. Laço social foi o termo cunhado por Lacan<sup>27</sup> em sua leitura daquilo que Freud chamava de vida social para designar qualquer acontecimento que envolvesse a atitude do sujeito em relação aos outros. A psicanalista Scherry Turkle (1997b) também refletiu sobre os laços sociais. Turkle, por exemplo, afirmou que os mundos virtuais podem ajudar na resignificação de aspectos de si, acreditando que as redes sociais digitais constituem poderosos elos da corrente relacional.

Os discursos, sejam eles presenciais ou virtuais, servem de fundamento para o laço social, pois cada um implica uma articulação do campo de sujeito com o campo do Outro, o que reflete o princípio de todo laço social. Também possibilitam a criação de redes de afeto, identidade, pertencimento e comunidade. No caso das rodas virtuais de cuidado e autocuidado, isso aconteceu pelas participantes terem em comum: 1) O movimento de mulheres, 2) Uma mesma visão política do mundo, 3) Questões ligadas ao cuidado e autocuidado e 4) A partilha de sentimentos, às vezes contraditórios, relacionados à pandemia, ao futuro e/ou ao cenário político-econômico do país.

## **SOBRE A ESTRUTURA DAS RODAS VIRTUAIS**

As ativistas foram convidadas por *email* a participar das rodas virtuais. Nem todas as participantes tinham experiência anterior em rodas presenciais de cuidado e autocuidado e nem todas as mulheres se conheciam. A maioria se conheceu através de uma tela de computador ou celular durante os encontros *online* realizados entre maio e junho de 2020. Ao começo das rodas semanais, as participantes recebiam as

---

27 Essa noção aparece na sua teoria dos discursos (*O Seminário, livro 17, O avesso da Psicanálise - 1969- 70*)

informações sobre as combinações da roda, sobre como proceder durante e depois dos encontros.

Entre as combinações do grupo virtual está a garantia de que o que é comentado na roda, fica na roda. Ou seja, cada história é respeitada e mantida dentro da roda. Também é garantido que o grupo escuta, mas não julga nem dá conselhos. Cada participante conta a sua experiência e fala na primeira pessoa (ex: Eu penso). Todas as mulheres têm direito à fala e quando uma participante se manifesta, as demais escutam. Os microfones ficam fechados durante toda a roda e somente são abertos quando alguém vai falar.

Dessa maneira, o grupo, mesmo sem contato presencial, se torna um espaço de confiança, no qual é possível se sentir à vontade para partilhar experiências pessoais. Também colabora para a troca de experiências cotidianas sobre cuidado e autocuidado, para a defesa sobre possíveis violências de grupos conservadores, para ampliar o espírito coletivo de “estar juntas”, mesmo fisicamente separadas e para se amparar mutuamente, multiplicando as práticas de cuidado e autocuidado entre ativistas de suas comunidades de origem.

Semanalmente, durante três meses, as participantes receberam mensagens via WhatsApp convidando para o encontro *online* do Espaço Lobeira e, pelo menos 30 minutos antes, a sala virtual era aberta. O convite incluía também a lista de materiais que as mulheres necessitavam ter em mãos<sup>28</sup> para o encontro virtual das segundas-feiras.

No caso da primeira roda virtual do Espaço Lobeira<sup>29</sup>, 07 mulheres, das 16 que estavam ativas no grupo de WApp colaboraram para a construção dos encontros virtuais em diferentes momentos durante os três meses em que a roda aconteceu, estimulando a construção participativa dos encontros. Entre as atividades que acontecem semanalmente, estão as físicas, que incluem momentos de meditação, automassagem, exercícios físicos, como os existentes nas práticas integrativas do SUS, assim como brincadeiras, riso, música e/ou dança, e atividades criativas<sup>30</sup>.

Essas atividades utilizam materiais que estimulem cheiros, odores, lembranças, sons e cores, com uso de pincéis, lápis, canetas para realizar atividades de desenho,

---

28 Papel, caneta, lápis de cor, canetas coloridas, entre outros materiais.

29 Cada roda virtual é dividida em cinco partes: Chegança; Roda da Conexão; Roda do Aquecimento; Roda do Sentir/Pensar; Roda da Partilha e Roda do Aconchego. Mais detalhes ver a Cartilha sobre Rodas Virtuais de Cuidado e Autocuidado do CFEMEA disponível no site da ONG.

30 Baseadas nas rodas de mulheres da ONG Arcana.

pintura, escrita e/ou audição de diferentes estilos musicais relacionados ao tema central da roda. As atividades são realizadas para estimular as participantes a se concentrarem na atividade, a falarem sobre seus sentimentos e a relação com o ativismo<sup>31</sup>. Depois que a atividade/tema do dia fica pronta, as mulheres são convidadas a relatar sobre o que produziram/escolheram, mas não há obrigatoriedade de fala. As participações podem ocorrer através da fala, da música, da escrita, da poesia, de um desenho ou pintura.

A fala diz respeito ao sentimento pessoal (dimensão individual) e está interligada a questões relativas ao ativismo, em sua dimensão coletiva. As manifestações podem aparecer também na forma de riso, choro, raiva, medo, tristeza, angústia e/ou esperança. Os sentimentos, positivos ou negativos, são acolhidos e respeitados pela roda, sem conselhos ou julgamento. Sobre isso, uma das participantes da roda comentou:

Acredito muito nas rodas; nos movimentos que traz toda essa preciosidade que é a união, o grupo, o movimento dentro dele que é preciso viver, experimentar para transformar pensamentos, emoções. Que vê a mulher com potencial e toda a afetividade que tens umas com as outras (...) sem julgamento sem conselhos perfeitos. Mas com presença, experiência.

## **NEM TUDO SÃO FLORES NA VIDA *ONLINE***

Com a chegada do Covid-19 e da necessidade de isolamento social, as mulheres, com acesso a internet e às tecnologias, foram obrigadas a desenvolver novas habilidades digitais. Buscaram novas formas de comunicação em temas que envolvem cultura, educação, serviços, como banco *online*, informação, manifestação política, debates e/ou encontros afetivos no mundo virtual. Também tiveram de aprender a lidar com as fragilidades do universo digital, em um país com grandes diferenças em termos de acesso à internet e aparelhos utilizados.

A vivência das rodas de mulheres, por exemplo, mostrou que nem todas as ativistas se adaptaram ao mundo digital. Duas mulheres<sup>32</sup> do grupo virtual iniciado em

---

31 Exemplo: o poema “Se Eu Fosse Eu”, de Clarice Lispector Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ht-9VcJcl20Q>.

32 Na primeira roda virtual 20 mulheres participaram. Duas tinham trabalho online no mesmo horário e não puderam continuar. Outras duas não se adaptaram e saíram depois de dois encontros. 16 mulheres seguiram participando até o final, com uma média de 10 a 12 mulheres presentes por roda.

março de 2020 preferiram não seguir participando dos encontros semanais após a experiência de duas rodas. Isso ocorreu por algumas razões: 1) pela dificuldade de utilizar os recursos das tecnologias digitais, entre eles as plataformas virtuais; 2) pela dificuldade de manter a conexão digital durante os encontros; 3) pela dificuldade de ficar mais de uma hora *online* sem cansar; 4) pela dificuldade em estabelecer vínculos no mundo virtual.

A oscilação de rede inicialmente foi um empecilho para algumas mulheres, principalmente aquelas que moram no entorno de Brasília ou em bairros mais afastados, dada a queda da conexão, as diferentes velocidades de internet utilizadas, assim como pela possibilidades tecnológicas dos equipamentos usados. Tais dificuldades<sup>33</sup> mostram a necessidade de acesso livre e gratuito à internet para garantir a fluidez do trabalho virtual em todo o país. Para manter a fluidez das rodas virtuais, enquanto uma das coordenadoras mantém o ritmo dos trabalhos, outra coordenadora, em geral responsável pela parte *online*/tecnológica, ajuda a participante com problemas no privado<sup>34</sup>.

A organização e participação nas rodas virtuais de mulheres ativistas foi parte das novas habilidades construídas semanalmente, de forma individual e coletiva. Nos encontros, as participantes eram estimuladas a participar da organização das próximas rodas virtuais, de maneira horizontal e circular. Como conta Guacira Oliveira (2020), da coordenação do CFEMEA, as rodas são “processos autogestionados, horizontais, circulares, solidários e de reciprocidade, tecendo redes, com as agulhas do nosso feminismo antirracista, anticapitalista e antiLGBTIfobia”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rodas virtuais do Espaço Lobeira/CFEMEA foi formada por mulheres ativistas de diferentes gerações, com idades que variaram entre 25 e 70 anos, residentes em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. E, embora estivessem

---

33 Os desafios do mundo virtual incluem também a busca da segurança da rede para evitar a entrada de *hackers*. Pensando nisso, a equipe de coordenação da ONG fez testes com diferentes plataformas de segurança e escolheu a *Big Blue Button*.

34 Em relação à sala virtual foi levado em consideração a estabilidade da plataforma entre as participantes. Segundo uma das participantes, “a riqueza da troca nas rodas virtuais é grande e poderosa. A internet pode afastar inicialmente por um lado, mas aproxima de uma outra maneira e não é preciso sair de casa”.

acostumadas a se manifestar publicamente no mundo presencial, no mundo virtual essa fala às vezes demorou mais a aparecer. Na primeira experiência com uma roda virtual, o ambiente *online* revelou um estranhamento com as práticas digitais, o que fez com que, inicialmente, as mulheres se retraíssem e demorassem mais a começar a falar. Isso ocorre porque falar no mundo virtual expõe a dor, a raiva, o medo, a tristeza ou a angústia, mas sem espaço para o acolhimento até então conhecido, baseado no abraço, no carinho e no beijo, como acontecia no espaço presencial. Por outro lado, permitiu que as mulheres se identificassem com as falas das outras ativistas, ampliando o relato das experiências e sentimentos. Em geral, as coordenadoras da roda virtual começavam os relatos para estimular a fala das ativistas. Outras vezes participantes com mais experiência começavam os relatos. Assim como o direito a palavra é garantido, a fala é sempre opcional, ocorrendo em um ambiente seguro, de confiança mútua. Depois de se acostumarem ao mundo digital, as manifestantes passaram a se manifestar naturalmente.

O grupo virtual passou a ser reconhecido pelas mulheres ativistas como um espaço confiável onde podiam: 1) Se sentir à vontade para partilhar experiências, como os medos e incertezas pessoais em relação ao futuro em meio à pandemia; 2) Se sentir à vontade para partilhar experiências públicas, como questões políticas e econômicas ou do movimento de mulheres; 3) Colaborar para a troca de experiências cotidianas; 4) Contribuir para se defender de possíveis violências presenciais ou virtuais de grupos conservadores; 5) Ampliar o sentido coletivo de “estar juntas”, mesmo que fisicamente separadas, e 6) Contribuir para o amparo mútuo. Isso multiplicou práticas de cuidado e autocuidado entre as mulheres participantes e com outras ativistas em uma comunidade que compartilha laços sociais e referências comuns de sentir e perceber o mundo. Nessa comunidade *online*, as mulheres isoladas pela pandemia também abrem as portas do seu mundo privado.

As ativistas tornaram público - através das tecnologias digitais - partes do ambiente doméstico. Isso ocorre nas áreas íntimas como quartos. Também ocorrem em outras mais “públicas” como cozinhas, salas, escritórios, algo que não ocorreria tão facilmente em tempos pré-pandemia, em tempos de encontros presenciais que ocorrem em espaços públicos, como a sala Lobeira da ONG CFEMEA.

Em meio a sobrecarga cotidiana de trabalho de casa e de familiares, do *home office* e do isolamento social obrigatório por causa do Covid-19, é possível observar que, muitas vezes, as mulheres se esquecem de si mesmas. Também se esquecem desse



esquecimento, o que as impede de “cuidar de si” e de praticar o autocuidado. As pessoas nessas condições mantêm-se distante de si com atenção localizada em outras coisas que não elas mesmas. Isso também pode ocorrer com mulheres ativistas que, além do cuidado doméstico e familiar, e de trabalhar em sistema de *home office* ou fora de casa, ainda organizam e/ou coordenam grupos feministas ou outros grupos sociais. Nesse sentido, as rodas virtuais de cuidado e autocuidado permitem um deslocamento para olhar para si, sem perder a dimensão coletiva.

Como comentou uma das participantes da roda virtual, “o autocuidado é uma grande lupa dentro da gente. Quem se olha e se vê, se cura”. Embora não seja uma terapia, as rodas virtuais de cuidado e autocuidado contribuem para a saúde mental das mulheres ativistas. As trocas de experiências, recordam Muñoz, Serpa Jr., Leal, Dahl & Oliveira (2011) estimulam as participantes a construir novas narrativas sobre o fenômeno que causa dor e colaboram para desvelar diversas maneiras de lidar com o sofrimento. Algo que no caso das rodas virtuais de cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas ocorre no nível individual (subjetivo) e também no coletivo. Com isso, as rodas virtuais, ampliam seu caráter de resistência, seu caráter transformador e seu caráter transgressor ao ultrapassar a fronteira entre o pessoal e o político.

## REFERÊNCIAS

- Boff, L. (1999). *Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Nova York: Paidós.
- Carta Capital. Quem Foi Audre Lorde e o que Ela nos Ensina Sobre Autocuidado Feminino. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/quem-foi-audre-lorde-e-o-que-ela-nos-ensina-sobre-autocuidado-feminino>>. Acesso em: 14 agosto 2020.
- Castro, C. (2020). “Mídias Digitais, Cuidado e Autocuidado no Movimento de Feminista como Estratégia de Participação”. In Ribeiro, Alexandre (org). *Comunicação, Política e Atores Coletivos*. Curitiba: Ed. Atena, 2020. Disponível em <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/39063>>. Acesso em: 02 março 2021.
- Castro, C. (2019). “Mídias Digitais, Cuidado e Autocuidado no Movimento Feminista como Estratégia de Participação”. (Paper) Congresso Intercom, 2019. Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2008-1.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- Castro, C. e Barbosa Filho, A (2018). *Brasil 4D, Interatividade, Convergência e Participação na TV Digital*. Brasília: Ed. Senac, 2018.
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. London University: London.
- CEPAL (2021). *Informe La Autonomía Económica de las Mujeres. La recuperación Sostenible e*

- Igualdad*. Disponível em <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46633-la-autonomia-economica-mujeres-la-recuperacion-sostenible-igualdad>>. Acesso em: 01 março de 2021.
- CFEMEA. (2020). Página web. <<https://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 10 novembro de 2020.
- CFEMEA (2018). Autocuidado e Cuidado entre Ativistas: Uma estratégia para fortalecer as lutas das mulheres. (*Documentos CFEMEA*). Disponível em <<https://cfemea.org.br>>. Acesso em: 18 setembro 2020.
- CFEMEA (2020). *Cartilha Sobre as Rodas Virtuais de Cuidado e Autocuidado entre Mulheres Ativas*. Disponível em <<https://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 01 dezembro 2020.
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. London University: London.
- Comum (2018). *Mini-Manual de Autocuidado para Mulheres na Linha de Frente*. Disponível em <<http://www.comum.vc/manualdeautocuidado>>. Acesso em: 14 abril 2019.
- Foucault, M. (1993). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- IBGE (2018). *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios*. Disponível em <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 setembro 2020.
- Habizang, L. et al (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar. Aspectos Observados em Processos Jurídicos. In *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 21, no. 03. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722005000300011&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722005000300011&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 10 janeiro de 2021.
- Hine, C. (2005). *Virtual Ethnography*. London: Sage.
- Lacan, J. (1992) *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar.
- Lorde, A, (2019). *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- IPEA (2019). *Atlas da Violência*. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784)>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.
- Muñoz, N. et al (2011). “Pesquisa Clínica em Saúde Mental: o ponto de vista dos usuários sobre a experiência de ouvir”. In *REVISTA Estudos de Psicologia*. Natal, vol. 16, no. 01, jan/abril. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2011000100011&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2011000100011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 junho 2020.
- Oliveira, G. e Djordjevic, J. (2015). *Cartilha Cuidado Entre Ativistas: tecendo redes para a resistência feminista*. Disponível em <<https://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 18 setembro 2019.
- OMS (2018). *Relatório Mulheres e Saúde*. Disponível em <[https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres\\_Saude.pdf](https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf)>. Acesso em: 18 setembro 2020.
- Pautassi, L. (2018). “El Cuidado Como Derecho. Un Camino Virtuoso. Un Desafio Inmediato”. In: *Revista de la Facultad de Derecho de México Tomo LXVIII, Número 272, Septiembre- Diciembre*. Disponível em <<http://www.derecho.uba.ar/investigacion/documentos/2019-laura-pautassi-el-cuidado-como-derecho.pdf>>. Acesso em outubro de 2020.
- Reis, L, Alves, E. e Loureiro, C. (2013). “Ativismo de Sofá: O movimento feminista no Facebook”. In *Congresso Intercom*, 15, 12-14 jun. 2013. Mossoró-RN. (*Anais*). Mossoró: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, (paper impresso).
- Turkle, S. (1997b). “Multiple subjectivity and virtual community at the end of the Freudian century”. In *Sociological Inquiry*, 67(1).
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos – cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Apris.

## **SOBRE A AUTORA**

### **Cosette Castro**

Pós-Doutora em Comunicação pela Cátedra da Comunicação para o Desenvolvimento da Unesco/UMESP. Doutora em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Autónoma de Barcelona/Espanha. Atualmente é pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). Está finalizando pesquisa pós-doutoral no Instituto de Psicologia da UnB. Tem livros e artigos acadêmicos publicados em Português, Inglês e Espanhol. EMAIL: cosettecastro2012@gmail.com

# A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SLEEPING GIANTS BRASIL POR MEIO DA DESMONETIZAÇÃO DA PUBLICIDADE PROGRAMÁTICA: CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO E A PROPAGAÇÃO DAS FAKE NEWS

Giovana Lucio Bonfim e Maria Alice Campagnoli Otre  
Universidade de Marília

## INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos no qual se assegura livremente a manifestação e expressão de ideias ou pensamentos.

Devido à ascensão da internet, as relações sociais em grande parte são realizadas por meio das redes sociais, local em que é possível emitir opiniões, gerar debates simultaneamente e buscar informações. Contudo, o uso da liberdade de expressão dentro do ambiente virtual nem sempre é empregado de maneira correta.

A prática do discurso de ódio e as notícias falsas que configuram crimes contra a honra ganham cada vez mais espaço nas redes sociais, e o abuso desse direito além de colidir com outros direitos fundamentais impacta diretamente a sociedade.

Perante a relevância desse assunto, surgiu o movimento “Sleeping Giants”, criado em novembro de 2016 nos Estados Unidos com o propósito de lutar contra o financiamento do discurso de ódio e das fake news. A versão brasileira surge em maio de 2020 e atua entrando em contato e expondo marcas que usam o processo de publicidade programática (pelo qual os algoritmos das redes distribuem os anúncios de forma automática) solicitando um posicionamento referente ao financiamento de sites e blogs com conteúdo nocivo, por meio de anúncios.

O presente estudo tem como objetivo investigar se a publicidade pode ser uma saída democrática como ferramenta de manutenção de canais de discurso de ódio e fake news. Para refletir sobre esse assunto, serão contextualizados os conceitos de liberdade de expressão dentro de uma sociedade democrática, o poder e violência simbólica por trás do discurso de ódio e por fim o impacto do movimento digital Sleeping Giants no Brasil.

## A EXPRESSÃO COMO DIREITO

A liberdade de expressão é um direito que consiste na faculdade de manifestar, expressar ou articular pensamentos livremente sem temer retaliações ou repreensões por parte do governo ou de outros indivíduos dentro de uma sociedade (Portigar, 2012). Dentro de uma sociedade democrática, o direito à liberdade de expressão é considerado como um princípio fundamental na condição de natureza racional, uma vez que está diretamente relacionado ao exercício de cidadania (Silva, 2016).

Os fundamentos da Liberdade de Expressão e Manifestação do Pensamento e da Liberdade de Informação são garantidos como princípio fundamental do Estado Democrático de Direito Brasileiro e podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988 (Tôrres, 2013).

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.  
(Brasil, 2016)

O conceito de liberdade de expressão começou a ganhar força durante a conferência de Yalta em 1945, onde ocorreu o encontro entre diversas potências mundiais, como os Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, China e França, em reuniões com a finalidade de estipular as próximas medidas a serem tomadas decorrentes ao final da Segunda Guerra Mundial (Stafford, 2007).

Em 1948 o direito de liberdade de expressão passa a ser assegurado através dos artigos XVII e XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos, onde é estabelecido o direito de informar e ser informado, sem limites ou constrangimentos.

Artigo XVIII: Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (Unicef, [s.d.]).

Posteriormente, durante o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, no qual o Brasil é signatário, a Declaração Universal de Direitos Humanos impõe novos termos referentes aos direitos de liberdade de expressão. Os artigos XIX e XX estabelecem limitações, delimitando deveres e responsabilidades para o exercício do direito, objetivando assegurar a dignidade e a reputação dos cidadãos.

§2. Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. §3. O exercício de direito previsto no § 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: 1. Assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; 2. Proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral pública. Artigo 20 §1. Será proibida por lei qualquer propaganda em favor da guerra. §2. Será proibida por lei qualquer apologia

ao ódio nacional, racial ou religioso, que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência (Unicef, [s.d.]).

Para Daniela Bucci (2018, p.37) em âmbito internacional, os artigos XIX e XX citados acima, são capazes de antecipar os conflitos gerados pelas controvérsias do uso da liberdade de expressão, salientando que esse direito precisa ser acompanhado de uma análise englobando outros direitos fundamentais, como “[...] a observância dos direitos e reputação dos demais e a proteção da segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral pública”.

Todavia, as garantias que asseguram esses direitos nos dias atuais passaram por um longo caminho no Brasil. Segundo Schreiber (2013), muito do que se é conhecido no Brasil sobre liberdade de expressão está relacionado ao contexto histórico que antecede ao advento da Constituição Federal e da motivação da Assembleia Nacional Constituinte, devido aos abusos cometidos durante o regime da ditadura militar.

O passado repleto de abusos e repressões da liberdade de expressão e informação ainda está enraizado na cultura brasileira, visto que a democracia ainda é algo novo para o Brasil (Carvalho, 2012). Lopes (2015) explica que durante a história do Brasil vivenciamos mais de dez golpes, contragolpes e duas ditaduras oficializadas:

A título exemplificativo, tivemos o golpe de Floriano Peixoto, quando tomou para si a Presidência da recente República; o Golpe de 1930; um novo golpe, antes mesmo da introdução do regime democrático, com a implementação do Estado Novo, de 1937 a 1945; o Golpe Militar de 1964, cujo regime perdurou até 1985. Tivemos também um “Golpe dentro do Golpe” em 1968, em que a chamada “linha dura” retirou os militares mais “moderados” do poder, sendo editado o famigerado Ato Institucional nº 5, que acabou com qualquer sonho de liberdade e de democracia do povo brasileiro (Lopes, 2015, p.101).

Segundo a interpretação de Julia Carvalho (2012), os abusos cometidos no passado nos levam a entender o porquê o senso comum acredita que é preciso controlar e proibir artistas e jornalistas de dizerem o que quiserem para prevenir conflitos (Carvalho, 2012). A repetição e aceitação desse discurso acerca da liberdade de expressão comprovam que a democracia no Brasil não está completamente consolidada.

Como dito anteriormente, o debate e a pluralidade de ideias e vozes proporcionados pela liberdade de expressão são primordiais para o funcionamento da democracia, mas a partir do momento em que o uso da liberdade de expressão agride

outros direitos personalíssimos da honra, intimidades, vida privada e honra, a pluralidade pode ser destruída pelo totalitarismo através de tiranias, histeria e condições das sociedades em massa (Arendt, 2007).

No Brasil, a liberdade de expressão não é reconhecida como direito absoluto, ela perde o âmbito de proteção a partir do momento em que parte para agressão dos direitos personalíssimos da honra, intimidades, vida privada e honra, como previsto no art. 5 XXVII e XXIX da Constituição Federal. O presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, reforça que a ausência de censura não implica em liberdade absoluta, ela se torna cabível de punição a partir do momento em que se colide com outros direitos fundamentais (D'Urso, 2010).

Consideramos importante discutir a liberdade de expressão num momento em que pessoas usam esse argumento para propagar mentiras e ódio.

## **DISCURSO DE ÓDIO: PODER E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA**

As manifestações de pensamentos que agridem ao expressar discursos preconceituosos e intolerantes a determinado grupo social são configurados como discurso de ódio (Assimakopoulos, Baider, Millar, 2017). O discurso de ódio tem como característica o desprezo contra aqueles que pertencem a determinado grupo, como por exemplo etnia, religião, gênero, deficiência entre outros (Potiguar, 2012). O conteúdo da mensagem busca estabelecer que o alvo é menos digno de oportunidades e direitos comparado a outros grupos, legitimando a discriminação e a violência, consequentemente agravando a vulnerabilidade da vítima (Gomes, Salvador, Luccas, 2020).

De acordo com Moura (2016) o discurso de ódio pode ser praticado tanto de forma explícita quanto implícita. O autor divide as consequências do discurso de ódio em duas facetas: o insulto, caracterizado com a agressão destinada diretamente à vítima e a instigação, onde o discurso é voltado para terceiros não identificados. Na instigação o discurso é subjetivo e não é voltado para alguém específico, seu objetivo é aumentar a discriminação e ampliar a sua propagação.

O discurso de ódio é frequentemente incentivado por meio de boatos e de fake news. A disseminação de notícias falsas capacita à manipulação da opinião pública, legitimando estruturas sociais que são de interesse de uma classe dominante. Para Serena Giusti e Elisa Piras (2021) as fake news são como uma versão avançada e tecnológica da desinformação, onde a informação é manipulada, modificada e difundida



através da internet e das redes sociais, se materializando em prol de um interesse maior. Portanto, a propagação de fake news utiliza informações manipuladas para instigar o discurso de ódio, a fim de impor poder por meio do uso da violência subjetiva.

A violência subjetiva é classificada pelos autores Cristian Berrío-Zapata e Ricardo Cesar Gonçalves Sant'ana (2017, p. 94) como uma forma de “poder suave”, sustentada por uma ação massiva. A violência é executada através da autoridade – em que o orador usufrui de maiores cuidados e maior decoro em suas manifestações, audiência – em que o orador realiza atos que atinjam os mesmos interesses de um público, que estará mais passível as mensagens de ódio) e a popularidade – responsável por contribuir diretamente para a extensão dos efeitos do discurso de ódio. (Gomes, Salvador, Luccas, 2020).

O poder está diretamente ligado à posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo, designando a sua função social. Michael Mann (1968, p. 27, *tradução livre*) destaca que o poder é capaz de refletir e difundir ideais por meio de diversos recursos: “[...] algumas redes têm maior capacidade de organização de cooperação social intensiva, autoritária e difusa do que outras”.

Seguindo a lógica de Michael Mann, Thompson (1995) classifica em seu livro “Mídia e Modernidade” quatro tipos de poder e seus recursos, sendo eles o poder econômico, político, coercitivo e simbólico. O poder econômico representa a atividade humana produtiva, que implica o uso e criação de recursos materiais e financeiros, ou seja, bens que podem ser consumidos ou trocados no mercado. O poder político deriva da atividade de coordenação e regulamentação dos indivíduos, utilizando-se da autoridade.

Thompson (1998) explica que a capacidade de exercer a autoridade geralmente depende da capacidade de exercer duas outras formas de poder: o coercitivo e o simbólico. O poder coercitivo usa a força física e armada para conquistar ou subjugar um oponente, tendo como forma mais importante o poder militar. O poder simbólico usa os meios de comunicação e informação para produzir, transmitir e receptionar o significado das formas simbólicas. No livro “A Interpretação das Culturas”, Geertz (1989) destaca que:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (Geertz, 1978, p.15).

Nesse mesmo sentido, podemos concluir que passamos por um processo de construção de significados, que o próprio homem difunde através de produções simbólicas. Considerando que as produções simbólicas conseguem criar e estabelecer significados, o poder simbólico utilizado na produção de fake news, é capaz de criar um conjunto de mecanismos de controle que disseminam determinados comportamentos (BRANT, 2009). De acordo com Thompson (1998, p. 24): “As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e descreer, apoiar negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva”.

Pierre Bourdieu (1989) reforça que as produções simbólicas ajudam a contribuir como instrumentos de dominação das classes, possibilitando uma integração fictícia na sociedade, estabelecimento de hierarquias e a desmobilização das classes dominadas.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo (...) na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. (Bourdieu, 1989, p. 14-15)

Ao reforçar imposições e naturalizar relações de poderes, o poder simbólico se torna um instrumento para uma violência simbólica, que alcança sua efetividade não pela força física, mas pelo sentido e reconhecimento. A violência simbólica, presente então em discursos de ódio e fake news, é caracterizada como uma violência silenciosa, pois a violência é naturalizada e a vítima não consegue identificá-la (Moura, 2016)

Também sob o olhar de Slavoj Žižek (2008), a violência simbólica está presente em provocações e dominações sociais, onde existe uma perturbação do estado “n al”, que ocorre através da linguagem. Sendo assim, concluímos que tanto as fake news quanto o discurso do ódio, são práticas sociais que utilizam o poder simbólico por meio da linguagem e da comunicação, para promover violência aos grupos e estabelecer uma dominação social.

## MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES DIGITAIS

Devido à ascensão de novas tecnologias digitais, as redes sociais na internet contribuíram para a polarização e expansão em massa da prática do discurso de ódio e compartilhamento das fake news. A internet surgiu como um meio de comunicação, que revolucionou as relações sociais ao possibilitar o acesso a informações, conteúdos e novas formas de socialização através das redes sociais.

Em “A sociedade em Rede”, Castells (2002) define as redes como estruturas abertas capazes de se expandir, integrar e conectar entre si, tendo como foco a sua própria estrutura social. Portanto, as redes sociais podem ser caracterizadas como um conjunto formado por atores e conexões. Recuero (2009) explica que:

O advento da internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, para este trabalho, é a possibilidade de expressão e sociabilização, através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros. (Recuero, 2009, p.24)

As redes possuem um papel fundamental na sociedade, uma vez que ela abre caminho para fortalecer grupos e relações sociais e torna o alcance de informações mais acessível e rápido. (Rocha; Trevisan, 2020). Entretanto, se o ambiente virtual permitiu múltiplas possibilidades de projeção e compartilhamento de informação e conhecimento, o mesmo também se torna terreno fértil para ampliação de fake news e discurso de ódio.

Inicialmente criadas com intuito comercial e publicitário, as redes sociais (Facebook, Twitter, etc) logo se tornaram espaço de sociabilidade e aproximação de sujeitos, dado sua capacidade de conexão imediata, entretanto, paulatinamente foram também se transformando em veículos facilitadores para a propagação e expansão de um chamado “discurso de ódio”. (Moura, 2016, p. 11)

Em contrapartida, as redes sociais também possibilitaram uma abertura para novas ferramentas para os movimentos sociais e o ciberativismo. Os movimentos sociais são expressões de uma ação coletiva decorrente de uma luta sociopolítica, econômica

ou cultural (Gohn, 2008). Dentro dessa luta, surge o ciberativismo como uma ferramenta de ativismo midiático, que utiliza das tecnologias digitais para reforçar organizações, coordenar campanhas e protestos e difundir com mais facilidade informações, denúncias e petições (Felice, 2017). Castells (2004) salienta a importância da internet para os movimentos sociais:

A internet está a se converter num meio essencial de comunicação e organização em todos os âmbitos de atividade, os movimentos sociais e os agentes políticos transformam em uma ferramenta para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar. A internet se converteu em um componente indispensável para movimentos sociais da era da informação que se mobilizam em torno de valores culturais. (Castells, 2004, p. 168)

Mediante a importância do combate ao discurso de ódio e fake news nas redes sociais, o movimento Sleeping Giants surgiu com a premissa de ser uma saída ampla e democrática para o combate a esses problemas.

## **O CASO SLEEPING GIANTS E A LUTA CONTRA A MÍDIA PROGRAMÁTICA NO BRASIL**

O movimento nasceu em novembro de 2016, logo após Donald Trump vencer as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Com o objetivo de “tornar o preconceito menos lucrativo”, foi criado um perfil anônimo no Twitter para alertar marcas que estavam anunciando no site Breitbart News (conhecido pela sua alta propagação de teorias conspiratórias e notícias falsas) e pedir para que as mesmas se posicionassem e retirassem os anúncios (Coffee, 2018).

O Breitbart News ganhou destaque durante a eleição presidencial por ajudar a eleger Donald Trump propagando notícias falsas como o escândalo do pizzagate, teoria que acusava a candidata Hillary Clinton de comandar uma rede de pedofilia e promover orgias sexuais com crianças em porão de uma pizzaria (Filho, 2020). Logo após a ação do Sleeping Giants, o site perdeu mais de 4.500 anunciantes, totalizando um prejuízo de mais de 8 milhões de euros (Canossa, 2020).

As denúncias ocorrem através do próprio perfil no Twitter, onde o administrador do perfil do Sleeping Giants anexa capturas de tela e alerta marcas e empresas que, através do uso da publicidade automática, estão monetizando sites que disseminam notícias falsas e discursos de ódio.

Segundo os autores Ana Carolina Westrup, Bruno Marinoni e Eduardo Amorim (2020) a publicidade programática consiste na prática de usar ferramentas para comprar espaços publicitários em sites de acordo com dados de usuários na internet. Muitas vezes esse processo de compra é feito de forma automática, sem monitoração ou acompanhamento regular por parte das empresas, o que potencializa o risco de uma empresa ligar sua imagem a um conteúdo negativo de forma não intencional.

Roger Parry (2012) cita a web como a mídia mais poderosa em termos de publicidade devido a sua grande amplitude, crescimento e custo mais baixo. Portanto, a publicidade programática acaba se tornando uma das maiores fontes de renda para sites e influenciadores extremistas.

A atuação do Sleeping Giants em pedir para que as marcas retirem seus anúncios nesses sites, visa a enfraquecer esses discursos reduzindo a viabilidade econômica e visibilidade por meio da desmonetização, ou seja, retirar todo lucro gerado.

O movimento atuou no anonimato até julho de 2018, quando o site The Daily Caller revelou e expôs um dos fundadores do Sleeping Giants, o publicitário Matt Rivitz. O Sleeping Giants, que antes criado apenas para ser um experimento de duas semanas, acabou se tornando uma ferramenta importante para combate contra a fake news e hoje atua de forma independente em 11 países, incluindo o Brasil (Queimaliños, 2020).

O Sleeping Giants Brasil foi criado por Leonardo de Carvalho Leal e Mayara Stelle em maio de 2020 (Garcia, 2020). Assim como o movimento americano, o Sleeping Giants Brasil inicialmente foi apresentado de forma anônima, mas com o decorrer do tempo os criadores revelaram suas identidades para proteger a integridade de seus familiares (Shimabukuro, 2020).

Os criadores foram ameaçados de morte por mensagem nas redes sociais do Sleeping Giants, onde havia até uma recompensa de R\$100 mil reais para quem conseguisse revelar os donos do perfil (Shimabukuro, 2020).

O movimento no Brasil começou focando nos anunciantes do site Jornal da Cidade Online, mas devido ao crescimento surpreendente, o Sleeping Giants passou a denunciar outros canais de conteúdo abusivo. A seguir, apresentamos um levantamento de informações em relação ao desempenho do caso Sleeping Giants no Brasil.

## RESULTADOS EM UM ANO DE ATUAÇÃO

O movimento Sleeping Giants Brasil teve início no dia 18 de maio de 2020. De acordo com dados fornecidos pelo perfil do Sleeping Giants Brasil no Instagram, em apenas um mês de atuação, o movimento conquistou meio milhão de seguidores em suas redes sociais (sendo 370 mil seguidores no Twitter, 126 mil no Instagram e 3,800 no Facebook). 398 empresas removeram seus anúncios de sites de desinformação, representando uma taxa de sucesso de 83,9% em efetividade.

O seu primeiro alvo de desmonetização foi o Jornal da Cidade Online, veículo alvo de processos judiciais por publicação de notícias falsas e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Rebello, 2020). De acordo com Tai Nalon e Amanda Ribeiro (2020), o Jornal da Cidade Online é um dos sites de desinformação de maior audiência, chegando a acumular mais 34 milhões de acessos no mês de abril de 2020, onde publicou conteúdos enganosos relacionados ao Covid-19.

O Sleeping Giants Brasil conseguiu em poucos dias de atuação o retorno de grandes empresas como Telecine, Dell e Submarino que se manifestaram a favor de retirar seus anúncios do Jornal da Cidade Online. O Banco do Brasil também foi alertado sobre a presença de seus anúncios no site, e o mesmo se prontificou a retirar de circulação. Mas após a iniciativa ser duramente criticada por bolsonaristas, incluindo o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o secretário de comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, o Banco do Brasil voltou atrás e removeu o bloqueio de seus anúncios no site. Tal ação gerou uma denúncia no Ministério Público de Contas, alegando interferência inadequada de Carlos Bolsonaro na comunicação do Banco do Brasil (PIRES, 2020).

Segundo o perfil do Sleeping Giants Brasil no Instagram, logo no primeiro mês de atuação do movimento, o Jornal da Cidade Online perdeu mais de 200 anunciantes e retirou o Google AdSense de sua plataforma, além de ter a campanha de arrecadação mensal, na qual se faturava aproximadamente R\$20.000,00 por mês excluída do site “ap ia-se”. No segundo mês, estima-se que o Jornal Online perdeu R\$207.000,00 de arrecadação mensal em publicidade.

Os prejuízos causados pelo Sleeping Giants Brasil motivaram o Jornal da Cidade Online a pedir no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que o Twitter forneça dados sobre os responsáveis pelos perfis Sleeping Giants Brasil e exclua o perfil das redes sociais. O Twitter recorreu, alegando que não foi encontrada nenhuma ilegalidade na atuação dos perfis (Netto, 2020).

A mobilização do Sleeping Giants Brasil atingiu também outros sites de conteúdo nocivo, dentre eles o Conexão Política, Gazeta do Povo, Brasil Sem Medo, Sara Giromini e Bernardo Küster. Os anúncios presentes em canais do Youtube também foram interrompidos.

Segundo informes divulgados pelo Sleeping Giants Brasil, dentre dez meses de atuação, estima-se que o movimento conseguiu desmonetizar R\$ 5,42 milhões de perfis que disseminavam notícias falsas. Julia Noia (2021) relata que nesse período, o Sleeping Giants entrou em contato com 905 empresas e 744 se posicionaram e retiraram anúncios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O direito de liberdade de expressão é essencial para o funcionamento de uma democracia. Contudo esse direito não é absoluto, pois a partir do momento em que a prática do exercício desse direito implica em manifestar injúrias, discursos preconceituosos e intolerantes através do discurso de ódio e notícias falsas, outros princípios e direitos fundamentais entram em conflito.

No entanto, uma vez que o discurso de ódio em grande parte utiliza da violência simbólica e subjetiva para instigar o seu desprezo por outros grupos ou indivíduos, a sua identificação se torna uma dificuldade, assim como conseqüentemente o seu combate. Como a censura não pode e nunca deve ser utilizado em uma sociedade democrática, o Sleeping Giants Brasil atua como uma opção ampla e democrática para o combate ao financiamento de conteúdos nocivos.

Como foi estudado anteriormente, o fator decisivo para a influência de um indivíduo em uma sociedade está ligado a o poder que ela exerce nesse meio. O movimento Sleeping Giants Brasil intervém na estrutura do discurso de ódio e fake news ao retirar os recursos do poder econômico e a fonte de renda que sustenta os canais que propagam esse tipo de conteúdo.

Sendo assim, a atuação do movimento Sleeping Giants Brasil foi responsável por diminuir parte da visibilidade dos canais que propagam discurso de ódio, mas isso não significa que esse problema está perto de ser erradicado.

## REFERÊNCIAS

- Arendt, Hannah. (2007). *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora Forence Universitária.
- Assimakopoulos, Stavros; Baider, Fabienne H; Millar, Sharon. (2017). *Online Hate Speech in the European Union: A Discourse-Analytic Perspective*. Cham, Suíça. Springer International Publishin.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Bertrand Brasil S.A.
- Brant, Leonardo. (2009). *O poder da cultura*. São Paulo, SP. Editora Peirópolis.
- Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Constituição.htm. Acesso em: 24 jan. 2021.
- Bucci, Daniela. (2018). *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*. São Paulo, SP, Editora Grupo Almedina Brasil. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933211/>. Acesso em: 25 Feb 2021.
- Canossa, Carolina. (2020). *Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary*. Super Interessante. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- Carvalho, Julia. (2012). *Amorçados: Uma História da Censura e de seus Personagens*. Barueri, SP. Editora Manole.
- Castells, Manuel. (2004). *A Galáxia Internet Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Castells, Manuel. (2002). *A sociedade em rede*. 6ª edição. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra.
- Coffee, Patrick. (2018). *The Daily Caller Names Founder of Sleeping Giants, Which Organized Breitbart Advertiser Boycotts*. ADWEEK. 2018. Disponível em: <https://www.adweek.com/agencies/the-daily-caller-names-founder-of-sleeping-giants-which-organized-breitbart-advertiser-boycotts/>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- D'Urso, Luiz Flávio Borges. (2010). *Na democracia, a liberdade de expressão deve ter limites?* OAB-SP. Disponível em: <<https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2010/142>>. Acesso em: 24 de jan. 2021.
- Felice, Massimo Di. (2018). *NET-ATIVISMO: da ação social para o ato conectivo*. Paulus Editora.
- Filho, João.(2020). *Filipe Martins e a rede de mentiras agonizam: um tuiteiro nocauteou a grana de sites de fake news*. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/24/fake-news-extrema-direita-filipe-martins-bolsonarismo/>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- Garcia, Camila. (2020). *O gigante acordou: Sleeping Giant brasileiro no combate ao financiamento de fake news e discursos de ódio e preconceito nas redes sociais*. Vogue. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/07/o-gigante-acordou-sleeping-giant-brasileiro-no-combate-ao-financiamento-de-fake-news-e-discursos-de-odio-e-preconceito-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- Geertz, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ. Editora LTC.
- Giusti, Serena. Piras, Elisa. (2021). *Democracy and Fake News: Information Manipulation and Post-Truth Politics*. New York – NY. Routledge.
- Gohn, María da Gloria Marcondes. (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gomes, Fabrício Vasconcelos; Salvador, João Pedro Favaretto; Luccas, Victor Nóbrega. (2020). *Discurso de ódio: Desafios jurídicos*. São Paulo, SP. Editora Almedina Brasil.
- Lopes, Eduardo Lasmar Prado. (2015). *Um Esboço das Biografias no Brasil: A liberdade de expressão, a*



personalidade e a Constituição de 1988. São Paulo, SP, Editora Grupo Almedina Brasil.

Mann, Michael. (1986). *The Source of Power: A history of power from the beginning to A.D 1760*. Volume 1. New York, NY. Cambridge University Press.

Moura, Marco Aurelio. (2016). *O Discurso do Ódio em Redes Sociais*. São Paulo, SP. Lura Editorial.

Nalon, Tai; Ribeiro, Amanda.(2020). *Como sete sites lucraram com anúncios no Google ao publicar desinformação sobre a pandemia*. Aos Fatos. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Netto, Paulo Roberto. (2020). *Justiça manda Twitter apresentar dados de perfis da plataforma Sleeping Giants*. UOL. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/estado/2020/08/26/justica-manda-twitter-apresentar-dados-de-perfis-da-plataforma-sleeping-giants.htm>. Acesso em: 15 mai.

PARRY, Roger. (2012). *A ascensão da Mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier Editora.

Pires, Breiller. (2020). Movimento expõe empresas do Brasil que financiam, via anúncios, sites de extrema direita e notícias falsas. In *EL PAÍS*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-20/movimento-expoe-empresas-do-brasil-que-financiam-via-publicidade-sites-de-extrema-direita-e-que-propagam-noticias-falsas.html>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Potiguar, Alex. (2012). *Liberdade de expressão e o discurso do ódio: A luta pelo reconhecimento da igualdade de como direito à diferença*. Brasília: Consulex.

Queimaliños, Rebeca. (2020). O homem que arruinou a extrema direita nos EUA. In *EL PAÍS*. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 15 mai.

Rebello, Aiuri. (2020). *Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciantes perde apoio com campanha*. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2020/05/21/>

*alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm*. Acesso em: 15 mai. 2021.

Recuero, Raquel. (2009). *Redes sociais na Internet*. 2ª edição. Porto Alegre, RS. Editora Sulina.

Rocha, Marcos, Trevisan, Nanci.(2020). *Marketing nas Mídias Sociais (Coleção Marketing nos Tempos Modernos)* 1ª edição. São Paulo, SP. Editora Saraiva.

Rothenburg, Walter Claudius. Stroppa, Tatiana. (2015). Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. In *Revista Eletrônica do Curso de Direito USFM*, v. 10, n. 2 / p. 450-468. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/redevistadireito>.> Acesso em: 20 de jan. 2021.

Schreiber, Anderson. (2013). *Direito e Mídia*. São Paulo – SP, Editora Atlas.

Shimabukuro, Igor.(2020). Criadores da conta Sleeping Giants Brasil revelam suas identidades. In *Olhar Digital*. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2020/12/17/noticias/criadores-da-conta-sleeping-giants-brasil-revelam-suas-identidades/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Silva, Rosane Leal da. Nichel, Andressa. Martins, Anna Clara Lehmann. Borchardt, Carlise Kolbe. (2011). Hate speech in social networks: Brazilian case law. In *Rev. direito GV* [online]. Vol.7, n.2, pp.445-468. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>.

SILVA, Viviany Christine Rodrigues da. (2016). *Liberdade de expressão e tecnologias de informação e comunicação: Limitações ao controle judicial em período eleitoral no Brasil*. 1ª edição. Campina Grande, PB, Editora Clube de Autores.

Stafford, David. (2007). *Fim de jogo, 1945: o capítulo que faltava da Segunda Guerra Mundial*. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Editora Objetiva.

Thompson, John. B. (1998). *A mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. 4ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

Tôrres, Fernanda Carolina. (2013). O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão. In *Revista de Informação Legislativa*, ano 50, Número 200/p. 61-80. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ril/>

edicoes/50/200/ril\_v50\_n200\_p61.pdf>. Acesso em: 28 de fev, 2021.

Westrup, Ana Carolina. Marinoni, Bruno. Amorim, Eduardo. (2020). *Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news*. São Paulo, SP. Editora Veneta.

Zapata, Cristian Berrío. Sant'ana, Ricardo Cesar Gonçalves. (2017). *Exclusão digital: Discurso e poder sobre a tecnologia da informação*. São Paulo, SP. Cultura Acadêmica.

Žižek, Slavoj. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo, SP. Editora Boitempo.

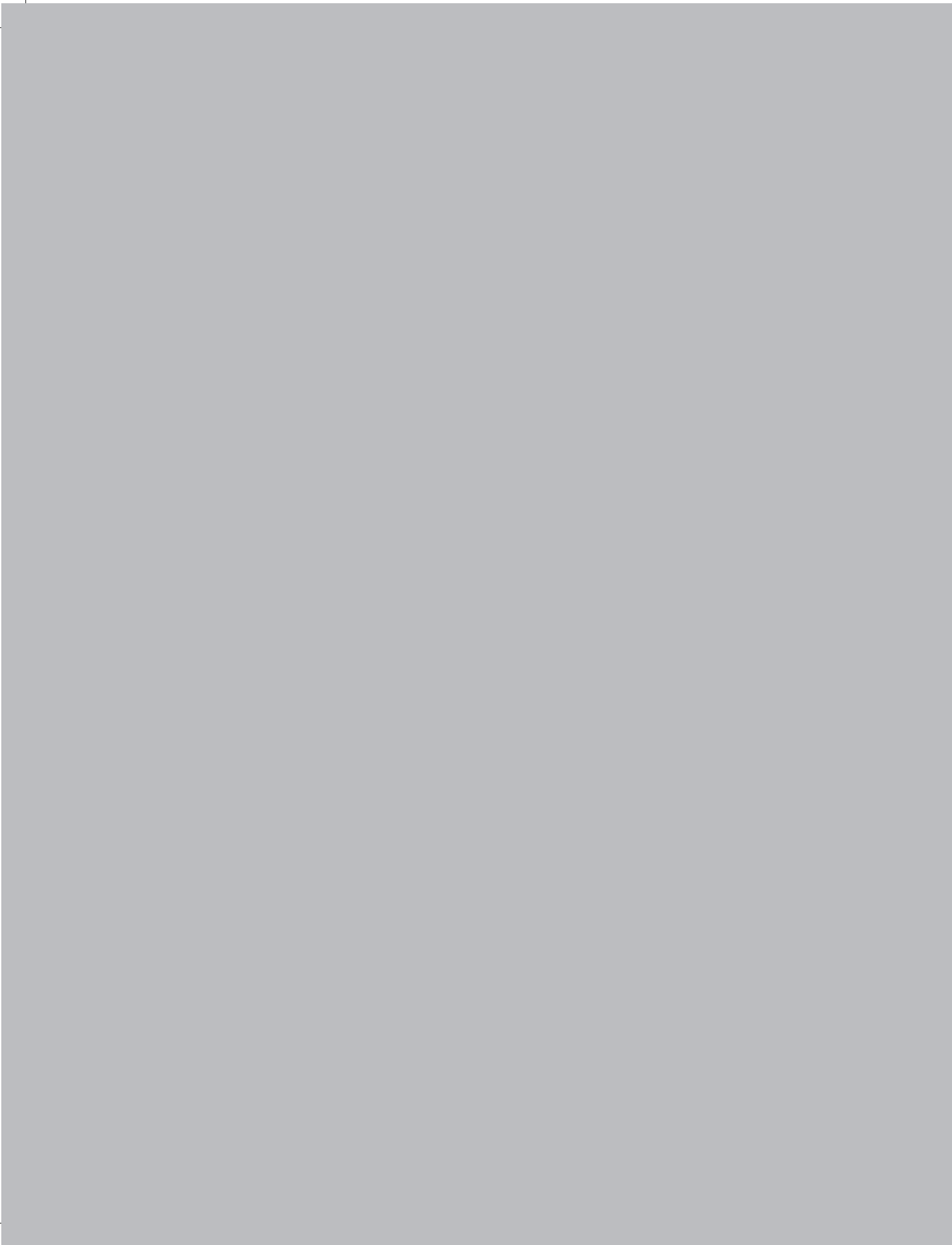
## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Giovana Lucio Bonfim**

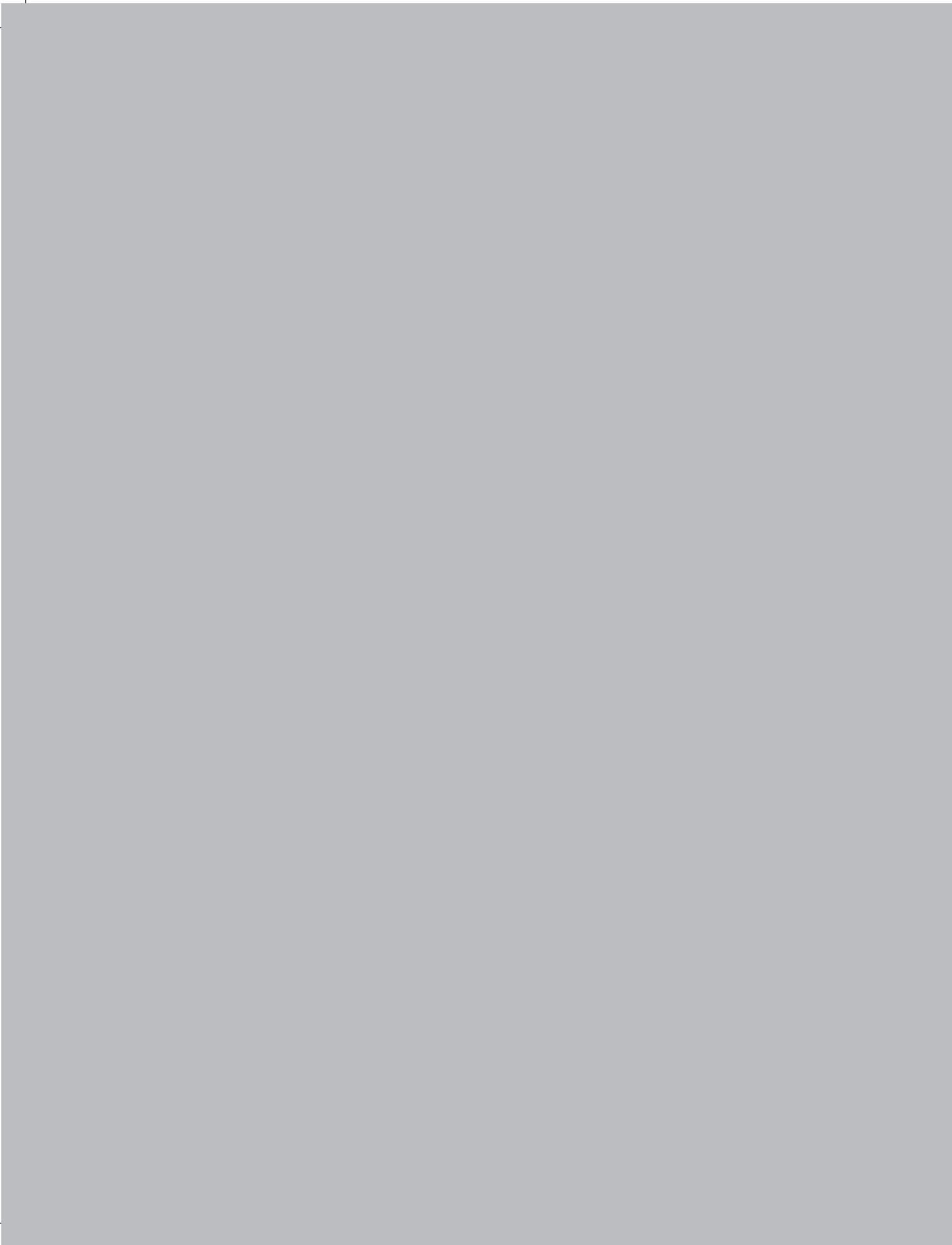
Acadêmica do curso de Graduação em Publicidade e Propaganda da Universidade de Marília. Possui graduação em Design Gráfico pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília (2017). Tem experiência na área de Comunicação.

### **Maria Alice Campagnoli Otre**

Docente da Universidade de Marília. Doutora (2015) e mestre (2008) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pesquisas enfocando a comunicação popular, alternativa e comunitária. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Marília (2005) e graduação em Tecnologia em Produção Publicitária pela Unigran (2010). É professora da Universidade de Marília, atuando no curso de graduação em Publicidade e Propaganda e professora dos MBAs em Marketing e Gestão empresarial. É membro do Núcleo de Pesquisa Comuni - Comunicação comunitária e Local, do POSCOM/Umesp, desde 2007. Atuou como assessora de comunicação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2009 e 2013. Contato: maliceotre@gmail.com



PARTE III  
CONJUNTURAS EDUCACIONAIS



# ZINE ALTERNATIVO COMO PRÁTICA FORMATIVA E ENGAJAMENTO SÓCIO LOCAL PARA À CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Ingrid Gomes Bassi e Rogério Alves da Silva Filho

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## INTRODUÇÃO

Visualizamos na disciplina de Jornalismo Comunitário e Alternativo conteúdo teórico e práticas comunicativas – experiências, processos e meios de comunicação, que edificam a ponte da comunicação como proposta possível de crítica, análise e execução para à cidadania.

Nessa disciplina, ao resgatar o sujeito histórico e a construção informativa no jornalismo em diversos jornais alternativos (O Pasquim, Versus, Repórter, Coojornal, Bondinho, Opinião, Movimento e Em Tempo) e alternativos basistas (O Jornal dos Bairros, O Reporter da Região, O Jornal da Vila, ABCD Jornal, Batente e Nanico) presenciemos a ligação sócio local da práxis do jornalista com a importância da crítica e da pauta de resistência política de mudança social. Outro conteúdo da disciplina é a Comunicação Comunitária. Como subtemática dialogamos com a ideia de Comunidade, Rádio comunitária, Televisão comunitária, Comunicação de resistência e Mídia radical e contra hegemonia. Desse referencial teórico, destacamos Bernardo Kucinski, Cicilia Peruzzo, Ismar Filho, John Downing, Martin Buber e Raquel Paiva.

Para introduzirmos de onde falamos, é interessante iniciarmos pela Faculdade em que estamos. O Curso de Jornalismo foi iniciado em 2018, no *campus* de Rondon do Pará, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA. Rondon do Pará sedia um dos cinco *campus* – Marabá, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguará – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A Unifesspa é uma universidade recente, iniciada ainda com o apoio da UFPA na região do sul e sudeste do Pará, em 2013 se desmembra da UFPA conseguindo recursos financeiros e humanos

para se tornar a Unifesspa. Em Rondon do Pará está desde 2014, com os cursos de bacharel em Administração e Ciências Contábeis.

A cidade de Rondon do Pará tem cerca de 53 mil habitantes (IBGE, 2020), está próximo da divisa com o Maranhão em aproximadamente 100km, e da capital Belém em 540km. O campus do ICSA em Rondon do Pará ocupa um espaço de ensino, pesquisa e extensão importante para a crítica e transformação local, ao colaborar com o empoderamento social de seus direitos, na tentativa de trazer luz sobre a prática da cidadania aos grupos e setores marginalizados da região.

Para tanto o Curso de Jornalismo aglutina estudantes da região e também de localidades mais distantes no Pará, como Altamira, Belém e Marajó. A maior parte dos discentes do Curso, de 2018, 2019 e 2020 são os primeiros na geração familiar a estarem cursando Ensino Superior, assim como na cidade, há poucas alternativas de Ensino Superior, das existentes, apenas a Unifesspa é presencial e pública.

Por isso que a disciplina de Jornalismo Comunitário e Alternativo ganha ainda mais fôlego na discussão de cidadania num espaço periférico da Amazônia brasileira. A problemática deste artigo é justamente sistematizar o papel da comunicação e dos futuros profissionais em Jornalismo na emblemática ação entre cidadania e sujeitos históricos, nesse espaço da Amazônia Oriental.

Pela disciplina ter sido lecionada de forma remota de fevereiro à abril de 2021 uma produção coletiva possível, foi o planejamento e execução de fanzines. Foram indicadas três temáticas: 1 – Cadê o afeto? – os sentimentos em época pandêmica; 2 – Feminicídio, por quê? – crítica das violências vividas pelas mulheres; 3 – De onde falamos? – A Amazônia não é só um local e território. Os temas foram discutidos, aceitos e divididos entre os grupos, por ordem de proximidade com as temáticas. Cada fanzine contou com quatro membros na equipe. As apresentações se deram na aula síncrona, pela plataforma *Google Meet*, em meados de março, com a identificação de cada construção teórica-analítica pelos discentes.

Como método de pesquisa usamos a referência da pesquisa-ação, pela qual nós (docente e discentes) participamos ativamente no planejamento, roteirização e execução dos fanzines. Na pesquisa-ação, Cicilia Peruzzo (2015, p.125-145) identifica a participação de “ver as coisas de dentro” pelo pesquisador, assim como se colocar no lugar do outro e co-vivenciar as experiências e realidades do “objeto de investigação”. Nesse sentido, nós enquanto produtores dos fanzines posicionamos as problemáticas dos temas a partir do local de fala de onde nos situamos, com a

perspectiva de provocar pela análise e reflexão propostas de mudança social, no âmbito da cidadania. Essa análise se deu inicialmente com o próprio grupo de discentes, da orientação coletiva, no processo de execução e na publicização dos fanzines. A ideia central dos fanzines foi a análise dos temas e apropriação crítica dos mesmos pelo grupo de discentes e docente da disciplina, incentivando o promissor profissional em Jornalismo à prática de diálogo com o meio “comunicação” para as mudanças sociais necessárias para a melhora de vida e apropriação de direitos garantidos na cidadania.

Na pesquisa-ação o grupo participa da realização da pesquisa (Peruzzo, 2015, p.138), assim como os membros da disciplina de Jornalismo Comunitário e Alternativo contribuíram de forma equitativa, da discussão inicial, à pauta, produção e finalização dos fanzines. Houve engajamento do grupo na formulação do problema de pesquisa, do roteiro, levantamento de dados, apuração, entrevistas e, posterior discussão dos resultados (Peruzzo, 2015, p.138), na apresentação dos grupos. Dos problemas factuais, estamos vivendo coletivamente a questão da ausência do afeto e entendimento social, muito em razão do contexto pandêmico. Outro tema é o crime contra a mulher, as violências físicas, morais e psicológicas, e a terceira temática dialogamos criticamente sobre as representações do local de onde falamos, a Amazônia. As três temáticas apontadas nos fanzines são dificuldades em comum, entre os grupos, e foram entendidas como pautas em que os grupos precisariam problematizar localmente, buscando soluções e caminhos alternativos para a mudança social voltada à cidadania.

Nesse sentido a pesquisa-ação iniciou com o diálogo de temas, seleção das temáticas já citadas, divisão das equipes por proximidade de assunto, três encontros virtuais online para a produção da pauta, levantamento de dados, entrevistas, apuração e divisão dos subtemas no fanzine. Depois ocorreu a produção das colagens e diagramação, finalizando com a apresentação em 16 de março de 2021.

Para este artigo, então, aprofundamos na descrição e análise dos fanzines e no referencial teórico base para suas construções, e apresentamos essa discussão e os resultados das equipes.



## DISCUSSÃO

### Afeto é resistência!

Durante a disciplina de Comunicação Comunitária e Alternativa, os discentes desenvolveram a criação de fanzines/zines. Para isso a turma se dividiu em três grupos, cada um com um tema. O primeiro grupo desenvolveu o trabalho com o tema “Cadê o afeto? Sentimentos em época pandemia”, que consistiu em um fanzine com seis páginas. A capa fazia uma representação ao filme “o menino do pijama listrado”, que foi representado pelos dois garotos separados pelo muro do campo de concentração e em cada um a colagem de uma máscara. Essa representação foi feita para pensar o distanciamento social não apenas com uma palavra que ficou conhecida durante a pandemia, mas como uma forma de dizer que há muito tempo estamos distantes socialmente. Na segunda página, foi apresentado um poema intitulado “o lamento”, que se referia à pandemia e a todas as perdas que aconteceram durante ela.

Quadro ilustrativo 1 - zine “Cadê o Afeto?”

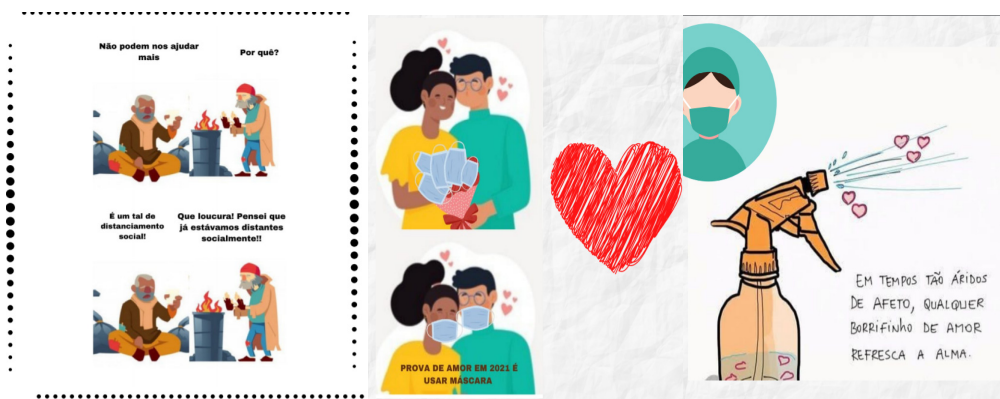


Fonte: Elaborado pelos autores. Zine Cadê o Afeto? Grupo formado pelos discentes Karoline Bezerra, Lucas Guilherme, Rogério Filho e Vanete Araújo.

Também falava sobre a luta da ciência e da religiosidade e uma mensagem alertando as pessoas a ficarem em suas casas. Ainda foram dedicadas mais duas páginas para uma colagem autoral do grupo que se inspirou em uma situação vivida durante o isolamento social. O texto “colado” falava sobre a separação das pessoas durante o isolamento, mas que o muro não conseguiu separar o afeto. Isso porque durante o período de quarentena os vizinhos que não podiam se encontrar, utilizavam o muro para trocar alimentos que é representado em uma outra página com a colagem de algumas frutas. Fatos ocorridos em Rondon do Pará, por membros da equipe e outros colegas

da cidade. Após essa colagem, o grupo apresentou uma tirinha que reforçou a ideia do distanciamento social. Nessa página foi desenvolvida uma conversa entre dois moradores em situação de rua, aonde um diz ao outro que as pessoas não podem mais parar para ajudá-los, e o outro morador responde fazendo uma pergunta: por quê? Então, o morador em situação de rua responde que é um tal de distanciamento social, e outro faz uma crítica dizendo que achava que já estavam distante socialmente.

**Quadro ilustrativo 2** - continuação zine "Cadê o Afeto?"



Fonte: Elaborado pelos autores. Zine Cadê o Afeto? Grupo formado pelos discentes Karoline Bezerra, Lucas Guilherme, Rogério Filho e Vanete Araújo.

Sobre o afeto, o grupo pensou em uma ilustração que representava um casal de namorados que na primeira parte da ilustração estavam sem máscara. Então, o rapaz entrega um buquê à namorada, porém ao invés de ser flores, ele entrega um buquê de máscaras. Assim na segunda imagem os dois já estão com máscaras e uma frase final que dizia: prova de amor em 2021 é usar máscara. Desse modo, o grupo tentou passar a mensagem de que usar a máscara é um ato de se cuidar, e também cuidar dos outros. Uma forma de afeto. Para finalizar, o grupo trouxe um acessório, que ficou muito conhecido durante a pandemia, o borrifador. Na imagem apresentada, além do álcool que virou aliado ainda maior durante a pandemia, também saia alguns corações trazendo essa ideia de amor e de se importar com o próximo. E para fechar, a última página trouxe uma mensagem sobre a nossa política e o *slogan* crítico que vivemos, que dizia: “vacina sim, ele não!”, representado por uma colagem em que as letras faziam alusão à tão esperada vacina.

**Quadro ilustrativo 3** - continuação zine "Cadê o Afeto?"



Fonte: Elaborado pelos autores. Zine Cadê o Afeto? Grupo formado pelos discentes Karoline Bezerra, Lucas Guilherme, Rogério Filho e Vanete Araújo.

A vertente política é o alicerce da Comunicação Comunitária e Alternativa, pois é por atos e discussão no âmbito da política em que a cidadania resiste como saída dialógica, e as vezes pela forma de conquista e muita luta. Quando trazemos o tema do afeto, e a racionalização sobre ele nas relações atuais, no contexto pandêmico, em especial na problematização sobre o isolamento social, tentamos provocar sobre os possíveis desdobramentos da solidariedade e união na sociedade, também como propostas de resistência política.

Nesse sentido, trazemos o conceito de mídia contra hegemônica, na concepção do pesquisador John Downing (2004), o qual explica as várias formas dessa comunicação, também chamada de mídia radical, como conceito, então, são expressões comunicativas que podem ser para dentro da comunidade, ou com o objetivo de ir para fora, atingirem outros públicos no ato de se comunicarem. Como exemplos possíveis, na historiografia que levanta, traz: a dança afro-americana, as canções populares, o grafite – cultura hip-hop, as mídias têxteis – vestuário, os broches e buttons de lapela, os adesivos de para-choques e o teatro popular. Na mídia radical, a audiência é ativa, ou seja, o público – espectador e leitor na mídia radical – elabora seus produtos e mensagens de comunicação, estimulando uma esfera pública alternativa. Outro fator, característico dessa mídia, é a acessibilidade de baixo custo, em especial ligado às situações extremas, como repressão, pobreza, desigualdade etc. E, como eixo principal, a mídia radical tem entrosamento com a cultura popular e com a dinâmica das identidades locais, pois as coloca como protagonistas no processo comunicativo.

Mas por que trouxemos a mídia radical para refletirmos teoricamente sobre o fanzine Cadê o afeto? Em primeiro lugar, a proposta de execução de um produto de

mídia, no contexto atual, sem podermos estar presentes, sem estarmos nos laboratórios de TV e Rádio, e mesmo de informática e pela maior parte dos nossos participantes estarem realizando as aulas remotas via aparelho celular e por muitas vezes se conectarem pela internet com dados móveis, o zine como um meio comunicativo de baixo custo e de fácil produção foi a saída encontrada para elaboramos uma pesquisa-ação e produzimos um canal alternativo, na disciplina.

Como segunda ideia, foi inspirada na articulação afetiva das mulheres mercado-ras marroquinas e nas Mães da Praça de Maio de Buenos Aires (Downing, 2004, p.153-171), em que trouxeram a resistência e contra-hegemonia ao proporem outra esfera pública com seus discursos políticos, ora usando a estética interativa – fraldas na cabeça, por exemplo, ora significando a negociação equitativa com os homens, na cultura muçulmana local. Fatores comunicativos que expressam para o externo, impulsionando uma cultura democrática.

Além do próprio zine como alternativa de uma comunicação popular, foi trazido pelos discentes a expressão “Vacina sim, ele não”, comunicação que poderia ser usada como adesivo, *buttons* entre outras plataformas de mídia, e mesmo, de publicidade. Outra produção no zine, nessa perspectiva, foi o quadro do borrifador de álcool, dizendo que “em tempos tão áridos de afeto, qualquer borrifada de amor refresca a alma”. E a crítica sobre o isolamento social, dos moradores em situação de rua, na tirinha, problematiza outro lado político-social, a desigualdade social e a marginalização de sujeitos, marcadamente excluídos de afeto e de direitos.

### **Violência é crime!**

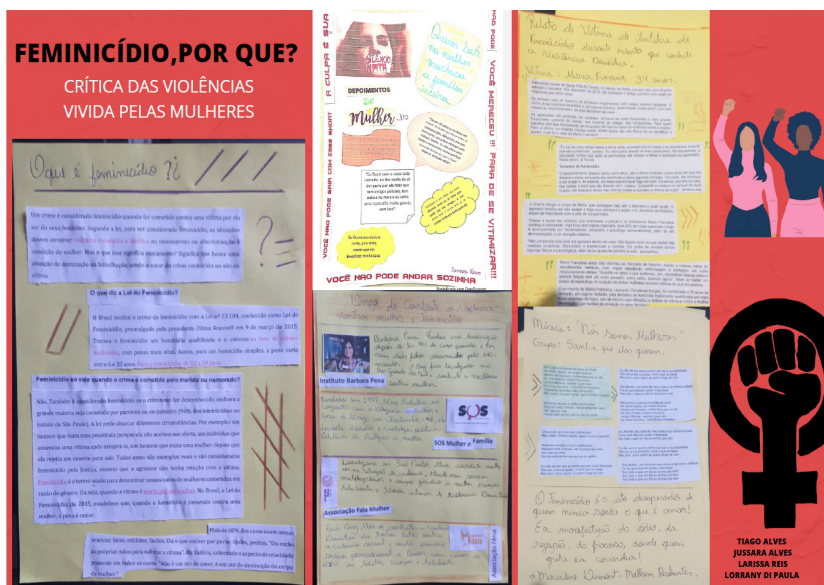
O segundo grupo trouxe em seu fanzine o tema “Feminicídio, por quê? Crítica das violências vividas pelas mulheres”. A primeira parte apresentou um entendimento sobre o quê é o feminicídio e como ele se caracteriza, com informações de que é o crime cometido contra mulheres pelo simples fato de serem mulheres, e que os agressores nem sempre são maridos ou namorados, mas também por conhecidos ou desconhecidos.

Depois dessa introdução, foi apresentado as armas mais comuns utilizadas no crime, como faca, martelo, machado, tesoura e outros. Na segunda parte, o grupo apresentou um recorte de falas de vítimas de violência e nas laterais da folha, algumas falas que são dirigidas as mulheres como: “você não pode fazer isso”, “a culpa é sua”; além de uma mensagem que dizia: “o silêncio dói”.

Como uma forma de informar o leitor, o grupo trouxe alguns exemplos de ONGs que atuam no combate e apoio de vítimas de violência e como e onde atuam, que são elas: Instituto Barbara Penna, SOS Mulheres e Família, Associação Fala Mulher. Nas páginas finais foi apresentado relato de uma mulher vítima de violência doméstica, no qual o texto explicava como teria acontecido o crime em que foi vítima. Ela conta que teve 40% do corpo queimado, após seu companheiro despejar álcool em seu corpo e atear fogo. Os vizinhos intervieram e chamaram o socorro, depois disso, a vítima precisou passar por muitos tratamentos e relatou dificuldade em ter uma vida normal e até mesmo conseguir um emprego. Ao lado do relato, colocaram uma imagem ilustrativa de duas mulheres com a mão direita levantada em sinal de resistência.

Para finalizar, o grupo trouxe a letra de uma paródia musical que fala da luta da mulher e cita vários nomes como o da vereadora Marielle Franco que foi assassinada com seu motorista Anderson Gomes, e até hoje não se sabe quem foram os responsáveis de forma definitiva. A paródia reafirma que a mulher tem suas vontades próprias e sobre serem guerreiras.

Quadro ilustrativo 4 - zine “Femicídio, por quê?”



Fonte: Elaborado pelos autores. Zine Femicídio, por quê? Grupo formado pelos discentes: Tiago Alves, Jussara Alves, Larissa Reis e Lorrany Di Paula.

Os movimentos populares e sociais vêm conquistando independência na articulação e produção dos processos de comunicação, e nas últimas décadas tem

conseguido trazer voz a muitos sujeitos historicamente deixados de lado. Esses grupos, destacados no zine “Feminicídio, por quê?”, como o Instituto Barbara Penna, SOS Mulheres e Família, Associação Fala Mulher elucidam e didatizam ao público uma alternativa de jornalismo comunitário, aquele que atende às demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social.

Por meio das redes sociais digitais e outras plataformas digitais, a comunicação comunitária engajada socialmente tem resgatado características do Jornalismo Alternativo Basista (Kucinski, 2018, p.142), àquele preocupado com a “subcultura regional”, com os problemas do grupo e alinhados com o autorreconhecimento entre os envolvidos, na busca de desenvolver uma “[...] linguagem comum para a construção de um espaço político e social”. Esse espaço anteriormente, físico, agora é formado pela representação identitária e também discursiva. Ganhamos com essas novas possibilidades de comunicação comunitária, assim como esses temas, que comumente apenas são descritos nas mídias tradicionais, quando ocorre um outro assassinato de cunho feminicida. Na comunicação popular comunitária a exploração dessas pautas, ganham outra rotina, variam da descrição, da investigação, do acompanhamento dos casos e principalmente na prevenção dessas violências, lutando no espaço político por leis mais rigorosas e equitativas, na educação para à crítica e ocupação de espaços de poder e mudança das estruturas sociais. Por isso que precisamos falar de violência contra as mulheres e do feminicídio.

### **Amazônia: natureza e gente!**

O terceiro grupo trouxe a temática “De onde falamos? A Amazônia não é só um território”. Com esse tema, o fanzine abordou a questão da Amazônia não apenas como um espaço territorial ou apenas floresta, mas como um lugar habitado por pessoas, povos, comunidades, entre outros. Na foto da capa do trabalho, há um texto que diz: Tem gente na Amazônia.

A discussão apresentada por esse trabalho, deu-se por meio da comunicação endógena, ou seja, uma comunicação que começa de dentro e se espalhe para o além da comunidade, porque assim se pode falar com propriedade do que se vive na Amazônia, indo além do tradicional publicado nos veículos nacionais, o qual comunica historicamente reforçando estereótipos do nosso local de fala.

O grupo apresentou algumas imagens da região norte, explicando sobre o território. Também trouxeram imagens de povos que habitam a Amazônia, como os

indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, e como essas pessoas estão cada vez mais inseridas nas faculdades, nos espaços urbanos, fator que contradiz com a ideia de que, quem mora na Amazônia, mora apenas no “meio do mato” ou em regiões rurais e afastadas. Foi falado também sobre a questão do desmatamento e das riquezas que a Amazônia traz para nosso país, até mesmo no sentido medicinal.

**Quadro ilustrativo 5 - zine “De onde falamos?”**

**QUEM MORA AQUI?**

NA REGIÃO DA AMAZÔNIA, TEM GENTE SIM.

A REGIÃO NORTE É A MAIOR REGIÃO EM EXTENSÃO TERRITORIAL, CORRESPONDENDO A UM POUCO MAIS DE 45% DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. POSSUI UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3.853.676,948 KM<sup>2</sup>. POPULAÇÃO: SEGUNDO O IBGE, A REGIÃO ABRIGA CERCA DE 19.182.253 MILHÕES DE HABITANTES.

**MAS NÃO É SÓ ISSO**

**O QUE É CAPAZ DE DEFINIR A AMAZÔNIA?**

UMA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA, REALIZADA PELOS PRÓPRIOS AMAZONIDAS. LUTA DIÁRIA POR UM LUGAR DE FALA. ESTÃO SEMPRE NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.

**Tabela 2: Municípios da Amazônia Legal com Rádios Comunitárias licenciadas por Unidade da Federação (ANATEL/SRD - Jun. 2015)**

Unidade da Federação	Total de Municípios	Total de municípios com Rádios	%	Rádios com mais antenas de rádio local	Rádios com mais antenas sem antena eletrônica
AMAZÔNIA	271	44	16,2	20	14
Acre	12	1	8,3	0	1
Amapá	16	14	87,5	5	9
Amazonas	42	33	78,6	21	12
Dist. Fed.	144	193	134,0	25	15
Roraima	12	36	300,0	9	4
Paraná	21	1	4,8	0	0
Pernambuco	138	68	49,3	45	23
Paraíba	144	77	53,5	23	5
Maranhão*	211	181	85,8	71	16

Elaborado pelo autor. Fonte: BRCE - Caderno de Municípios localizados na Amazônia Legal (2016), Ministério da Comunicação (Jun. 2015) e Anatel - Sistema de Controle de Radiofrequência (SRF) - Jun. 2015.  
\* Fazem parte dos 181 municípios do Maranhão que integram a Amazônia Legal, localizados a Oeste do Meridiano 44 (80,4% do total do Estado).

Fonte: Elaborado pelos autores. Zine De onde falamos? Grupo formado pelos discentes: Claudeci Cunha, João Carlos, Marcos Vieira e Mateus Cardoso.

**Quadro ilustrativo 6 - continuação zine “De onde falamos?”**

**Temos famílias**

Segundo o projeto Nova Cartografia Social Brasileira, foram mapeadas mais de 1.000 comunidades quilombolas na Amazônia Legal, assim também como vivem cerca de 180 povos indígenas, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos, além milhares de comunidades de seringueiros, ribeirinhos ou babaqueiros.

**Quilombolas e Indígenas**

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA**

**PROF.ª INGRID BASSI**

**EQUIPE**  
**CLAUDECI CUNHA**  
**JOÃO CARLOS**  
**MARCOS VIEIRA**  
**MATEUS CARDOSO**

**CULTURA**

O MATO GROSSO E O TOCANTINS, TAMBÉM POSSUI UMA CULTURA RICA, COMO CONGO.

RONDÔNIA, TEM A FESTA DO BOI BUMBÁ.

JÁ RORAIMA, APRESENTA FORTES INFLUÊNCIAS INDÍGENAS.

Fonte: Elaborado pelos autores. Zine De onde falamos? Grupo formado pelos discentes: Claudeci Cunha, João Carlos, Marcos Vieira e Mateus Cardoso.

Quando observamos a região norte do país, em especial o estado de onde falamos, o Pará, visualizamos uma miscigenação de origens e etnias sociais, também não diferente do Brasil. Rondon do Pará, por exemplo, foi inicialmente habitada por indígenas e havia poucos outros grupos sociais na virada do século XIX para o XX. No decorrer dos últimos cinquenta anos há mais registros históricos de que no local, havia ocupações mais diversas, como maranhenses, mineiros, e outros. Nos anos 70 com o *slogan* da Ditadura Militar de 1964, “Integrar para não Entregar”, os militares convidavam brasileiros de diversos estados a ocuparem a Amazônia, com a promessa de terra farta e colaboração financeira para empreendimentos no local, nesse mesmo tempo foi sendo potencializado (pelo discurso midiático e militar) o entedimento da ocupação na região amazônica para fins de interesse nacional em detrimento do “perverso”, que seria “dar ao estrangeiro” a riqueza natural da localidade, caso a sociedade brasileira não se integralizasse à Amazônia.

Em paralelo com esses discursos de naturalização dos estereótipos da Amazônia como local de selva, de extração, de exótico, de não local, de primitivo, de distante, de diferente, de necessário, muitos grupos em que ocupavam esses locais e de outros, que se originaram dele, experimentam a convivência em comunidades. Essas comunidades, sejam de babaçueiros, ribeirinhos, seringueiros, indígenas, quilombolas e outros resistem na Amazônia e entornos. A resistência é física, estrutural e também discursiva. As histórias desses grupos, movimentos e comunidades saem da marginalidade, e encontram nos processos de comunicação comunitários, espaços possíveis de existirem. A Agência Amazônia Real é uma alternativa dessas vozes primárias (Bassi, 2020), outros exemplos são a Rede de Comunicação Mocoronga, do Projeto Saúde & Alegria, que dispõem de programação de rádio, de TV, peças teatrais, jornais educativos e formação de comunicação comunitária aos jovens nas localidades que abarcam, na região de Santarém, Pará.

Para Raquel Paiva o espírito de comunidade hoje, está para além de espaço e território, pode ser conectado em razão das prospecções em comum.

A grande questão que se coloca em entendimento é a possibilidade de haver hoje um projeto comunitário em meio à heterogeneidade e à atomização societária reinante na grande cidade. Talvez a primeira tentativa deva ser ingressar nessa ideia com a perspectiva do ser-em-comum (Paiva, 2003, p.79).



Quando discutimos, pautamos e evidenciamos essa possibilidade da convivência entre grupos, ora próximos, ora familiares, ora se unindo em razão de uma agenda em comum, resistimos na luta por reivindicações, direitos, justiça e espaços. O ponto central nessa abordagem é o “ser-em-comum” voltar-se à cidadania, como proposta alternativa e comunitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias de Mídia radical, Comunicação Comunitária, Jornalismo Alternativo e Basista colaboraram para pensarmos o processo de produção dos zines como espaços de resistência política e cultural. O grupo de discentes, com o apoio da docente, se propuseram a pensar a transdisciplinaridade das teorias com a prática do zine, alimentando experiências do local e com o local, de vivências emocionais e relatos de vida, com a pesquisa sobre os temas do afeto na pandemia, o feminicídio e como transformar sua estrutura e a discussão de uma outra agenda para o tema da Amazônia, reivindicando outras narrativas locais, muitas vezes esquecidas e/ou marginalizadas.

Nessa produção trazemos como resultados além dos próprios zines, a articulação imperativa da disciplina de Jornalismo Comunitário e Alternativo com a luta por cidadania e a busca de garantias midiáticas às fontes primárias, moradores em situação de rua, vítimas de violências, ribeirinhos, quilombolas, babaqueiros, seringueiros, indígenas e outras comunidades, no caminho democrático do diálogo e do reconhecimento cultural dessas narrativas.

A potencidade dessas comunicações dos zines reforçam nos discentes o papel do jornalista na sociedade, e aprumam em alguns o elo com a comunicação popular, comunitária e alternativa, em movimentos sociais, institutos, grupos, comunidades, processos, projetos e outras tecnologias sociais em desenvolvimento como práticas inovadoras nessa perspectiva voltada à cidadania.

## REFERÊNCIAS

Bassi, I. G. (2020). Perspectiva socioambiental no discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real. *Revista Relações Sociais*, 3(3), 0107-0121. <https://doi.org/10.18540/revesv13iss3pp0107-0121>

Downing, J. D. H. (2002). *Mídia Radical – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.

- Henriques, M. S. (org.). (2004). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- IBGE (2020). Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/rondon-do-para.html>.
- Kucinski, B. (2018). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Leonel, J. & Mendonça, R. F. (Orgs.). (2010). *Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos*. Coleção Comunicação e Mobilização Social 7. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Paiva, R. (org.). (2007). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Paiva, R. (2003). *Espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Paiva, R. & Santos, C. H. R. dos. (2008). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.
- Peruzzo, C. M. K. (2015) Observação participante e pesquisa-ação. In Barros, A. & Duarte, J. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Peruzzo, C. M.K. (2007). *Televisão comunitária*. São Paulo: Mauad.
- Peruzzo, C. M.K. (2004). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 4.ed. Petrópolis: Vozes.
- Peruzzo, C. M.K. (2013). Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Revista Contemporânea, comunicação e cultura*. Bahia: UFBA/POSCOM, v.11, n.1.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Ingrid Gomes Bassi**

Pós-doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Especialista em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA. E-mail: [ingrid.bassi@unifesspa.edu.br](mailto:ingrid.bassi@unifesspa.edu.br). Líder do Grupo de Pesquisa: Discursividade e Estudos das Comunicações Contemporâneas e Membro do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Cidadania - COMUNI e do Grupo AlterMídia - Estudos sobre Mídia e Alteridade. Diretora científica da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã – 2021-2023 (ABPCOM).

### **Rogério Alves da Silva Filho**

Graduando em Jornalismo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, bolsista de monitoria da disciplina de Laboratório de Assessoria de Imprensa e Comunicação Organizacional. E-mail: [rogerioalves@unifesspa.edu.br](mailto:rogerioalves@unifesspa.edu.br).

# BOLETIM *PO INFORMA*: ANÁLISE DO CONTEÚDO DE UMA EXPERIÊNCIA COMUNICATIVA NO ÂMBITO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Bruna Miyuki Enomoto Akamatsu e Rozinaldo Antonio Miani

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

## INTRODUÇÃO

O surgimento da Teologia da Libertação na América Latina, em especial na década de 1960, representou um reavivamento das lutas populares nessa fração do continente. A articulação da Igreja por meio das pastorais sociais foi uma das principais especificidades da Teologia da Libertação em nosso país. Nesse contexto, a Pastoral Operária (PO) foi fundamental para a consolidação das bases do que viria a se constituir numa história do sindicalismo combativo. Por meio do compromisso político pela fé, militantes da PO atuaram diretamente nos sindicatos se opondo ao intervencionismo e à violência da ditadura civil-militar, além de terem integrado momentos importantes da redemocratização, como as greves no ABC paulista no final da década de 1970 e início de 1980.

A Pastoral Operária se apresenta na história brasileira como a união entre duas dimensões políticas e culturais: a Teologia da Libertação e o movimento sindical. Nesse sentido, a atuação da PO é demarcada pelo viés de apreensão e conciliação de ambas as perspectivas, criando uma militância operária caracterizada pelo compromisso com a realidade social por meio da fé. Desde o início de sua trajetória, a Pastoral Operária sempre teve como uma das suas prioridades a comunicação e, para alcançar seus objetivos de formar lideranças e militantes para atuar no movimento sindical, dispôs de diversos processos e práticas de comunicação.

Dentre as produções comunicativas da Pastoral Operária, destacamos o *PO Informa*, um boletim produzido pela Pastoral Operária da Regional Sul I de São Paulo, e que será nosso objeto de análise neste artigo. O material a ser analisado foi acessado

a partir do acervo *online* do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV) que é constituído de 74 edições - do número 2 ao 81 (com algumas lacunas) -, referente ao período de 1985 a 1995. Nesta pesquisa, apresentamos alguns dos principais resultados da aplicação da análise de conteúdo sobre o *PO Informa*, reconhecendo a incompletude do trabalho devido ao seu caráter inicial.

Para o desenvolvimento do artigo, iniciaremos debatendo alguns aspectos fundamentais sobre o histórico da Teologia da Libertação e a trajetória da Pastoral Operária no Brasil com o objetivo de situar o quadro político e ideológico de produção do boletim *PO Informa*. Em seguida, faremos breves apontamentos de algumas particularidades da referida publicação; por fim, vamos proceder à apresentação e análise dos principais temas e abordagens identificados no boletim *PO Informa* no período entre 1985 a 1995.

## **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O ENGAJAMENTO DA IGREJA NA LUTA OPERÁRIA**

A Teologia da Libertação se apresenta como um movimento teológico, político e cultural de modificação dos paradigmas da Igreja em relação à realidade social latino-americana. Michael Löwy (1996) afirma que a Teologia da Libertação em si é apenas uma fração de um vasto movimento social composto por comunidades de base, pastorais populares, associações de bairro, movimentos camponeses e por redes de um clero progressista que surgiram, principalmente, a partir da década de 1960 na América Latina. Essas manifestações de um cristianismo libertador se relacionam ao contexto sócio-político enfrentado pelo continente latino-americano na época, caracterizado pelo êxodo rural, pela pauperização dos trabalhadores urbanos e pela ausência de direitos sociais - como saúde, transporte e moradia - para a grande parte da classe trabalhadora (Boff & Boff, 2010).

Esse cenário incita a emergência de diversos movimentos populares que passam a se articular e lutar pela transformação das condições sociais e políticas dos países latino-americanos. Segundo Löwy (1988), a partir da Revolução Cubana (1959) essas lutas se intensificaram cada vez mais com “o surgimento de movimentos de guerrilha, a sucessão de golpes militares e a crise da legitimidade do sistema político” (Löwy, 1988, p.11). Direta ou indiretamente, o movimento do cristianismo da libertação participou desses empreendimentos de transformação social, articulando e estando presente em diversas lutas pela construção de uma nova sociedade. O respaldo teológico

e doutrinal de tais ações para os militantes cristãos advém das reflexões decorrentes do Concílio Vaticano II (1962-1965), das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e de Puebla (1979) e, a partir de 1971, do trabalho de teólogos que sistematizaram as reflexões da Teologia da Libertação em suas obras, como Gustavo Gutiérrez e Hugo Assmann.

Para Edgar Rebouças e Elaine dal Gobbo (2019), o Concílio Vaticano II representou um reposicionamento da Igreja em relação à modernidade, com a busca pela compreensão do papel da Igreja diante de uma sociedade que estabelecia o ser humano como o centro de suas questões. Assim, o Concílio Vaticano II se voltou para demandas sociais, econômicas, políticas e culturais da modernidade, constituindo um marco importante na história da Igreja Católica. Entretanto, para José Comblin (1999), a realização das Conferências Episcopais Latino-Americanas realizadas em 1968 em Medellín (Colômbia) e em 1979 em Puebla de los Angeles (México) teve uma relevância maior para o desenvolvimento da Teologia da Libertação do que o referido Concílio. O autor argumenta que essas conferências representaram a emergência da voz da Igreja latino-americana, expandindo reflexões do Concílio e aproximando-as da realidade concreta da América Latina.

Ney de Souza (2019) afirma que Puebla sela muitas das posições da Teologia da Libertação - dentre elas, a “opção preferencial pelos pobres” - por parte da Igreja. Os pobres são entendidos no cristianismo da libertação como um bloco sócio-histórico, uma “classe social explorada e oprimida” (Löwy, 1989, p.53), não apenas por razões econômicas, mas também de gênero e de raça, estando incluídos nesta opção preferencial também os indígenas, os negros e as mulheres. Essa nova posição da Igreja decorre do princípio de que os pobres devem ser sujeitos da sua própria libertação, frente às classes opressoras e opulentas. Gustavo Gutiérrez (1986) afirma que a história é concebida na Teologia da Libertação como o processo da libertação humana, a conquista de uma liberdade concreta e criadora que permite a construção de um novo ser humano, de novos valores e de uma nova sociedade.

No Brasil, o desejo pela construção de uma nova sociedade orientou a atuação de muitos militantes cristãos; nessa trajetória, muitas estratégias foram embasadas no método ver-julgar-agir, oriundo da Ação Católica. O propósito do método elaborado pelo cardeal belga Joseph-Léon Cardijn era aproximar o trabalhador da realidade social e engajá-lo em sua vida pelo princípio da revisão de vida. O método é composto por três etapas que o nomeiam: o ver, no qual grupos de base ou indivíduos buscam a

percepção factual da realidade, organizando dados a respeito de possíveis problemas, demandas e conflitos que a caracterizem; o julgar, em que se avalia essa realidade a partir de valores divinos e humanos; e o agir, no qual se elaboram e executam ações que buscam resolver questões a curto, médio e longo prazo, identificadas na etapa do ver (Castelhano, 2017; Boran, 1983). No Brasil, essa metodologia permeou, em especial, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, que constituíram experiências caracterizadoras da manifestação do cristianismo libertador no país.

As CEBs eram agrupamentos religiosos que visavam também a organização e a atuação junto aos movimentos populares; elas se localizavam normalmente em regiões periféricas e serviam de espaço de reflexão, de liturgia e de ação social. Para Adelina Baldissera (1987), a organização horizontal e participativa das CEBs expressava a concepção da Teologia da Libertação de que a construção de uma nova sociedade não teria êxito a partir de um poder excludente, mas apenas por meio de um poder compartilhado. Junto com as CEBs, as pastorais sociais representavam dimensões decisivas da Teologia da Libertação no país; essas pastorais foram criadas por iniciativa da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de responder a determinados grupos e contextos marginalizados na realidade social brasileira e fizeram parte de importantes momentos da luta popular no país. Algumas das principais pastorais sociais ligadas à atuação da Teologia da Libertação no Brasil são: a Pastoral da Terra, que se articulou de forma significativa à luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária; a Pastoral da Saúde, conhecida por ter auxiliado no movimento que fundou o SUS no Brasil, e a Pastoral Operária, que desde o período da ditadura civil-militar (1964-1985) compôs a luta pela construção de um sindicalismo combativo.

## **A PASTORAL OPERÁRIA E SUA EXPERIÊNCIA EM SÃO PAULO**

A Pastoral Operária de São Paulo surgiu da amálgama de diversas experiências da militância operária cristã das décadas de 1960 e 1970. A iniciativa de formar uma pastoral urbana voltada para o mundo do trabalho em São Paulo foi do então arcebispo D. Agnelo Rossi, que elegeu Frei Luís Maria Sartori como o responsável para coordenar o que viria a ser o Conselho Arquidiocesano de Coordenações de Pastorais Operárias (CACPO). Sartori articulou o processo inicial de reunião entre militantes operários e empresários cristãos e, apesar dos conflitos iniciais, a criação da Pastoral

Operária (PO) foi oficializada durante a “Missa pelo Salário Justo”, celebrada por D. Agnello Rossi em 18 de outubro de 1970, na Catedral da Sé.

Rinaldo José Varussa (2011) aponta que a fundação da Pastoral Operária foi marcada por uma disputa de perspectivas, estratégias e lutas. A afirmação do autor é respaldada em seu trabalho pela análise e pelo confronto entre a perspectiva da Arquidiocese de São Paulo, ligada ao CACPO, e a visão dos militantes de base convidados a participar da constituição da PO. Enquanto a Arquidiocese de São Paulo defendia uma visão conciliatória entre classes que buscava a “cristianização das relações de trabalho”, pretendendo uma atuação generalizada tanto para “patrões”, quanto para empregados, os militantes de base propunham algo distinto.

Por conta da própria vivência nas fábricas e nas cidades, os militantes operários cristãos que advinham de outras experiências e de discussões de base prévias percebiam a luta de classes como fato e a conciliação de interesses entre a burguesia e a classe trabalhadora como uma impossibilidade. De tal modo que, desde as primeiras reuniões de fundação da Pastoral Operária, esse conflito era evidente (Rodrigues, 2008). Aos poucos, entretanto, em especial em meados da década de 1970, as perspectivas da PO passaram a se delinear com maior precisão na medida em que a visão dos militantes de base se tornava hegemônica (Varussa, 2011).

Cátia Regina Rodrigues (2008) aponta que um ponto importante para a consolidação de uma perspectiva mais combativa na PO foi a nomeação de D. Paulo Evaristo Arns como arcebispo da Arquidiocese de São Paulo. A partir daquele momento, as prioridades da Pastoral Operária passaram a ser estabelecidas com maior exatidão. Algumas dessas prioridades consistiam em formação de militantes, participação nos locais de trabalho, sindicatos e bairros, elaboração de um boletim informativo e organização de uma biblioteca com temas de interesse da classe trabalhadora na Arquidiocese de São Paulo (Rodrigues, 2008).

Desde o início, a Pastoral Operária estabelecia como uma de suas prioridades a formação de militantes e de lideranças para atuar no movimento sindical, sempre ressaltando que seu propósito não era construir um sindicalismo paralelo, mas inserir os militantes cristãos no movimento já existente. Essa perspectiva decorria do princípio da Teologia da Libertação do comprometimento social pela fé, de tal modo que o argumento frequente da Pastoral Operária era de que a participação dos cristãos na luta operária não era um movimento à parte ou contrário à sua fé, mas resultante da própria identidade cristã - identificada pela Teologia da Libertação com a participação na

missão de se construir o Reino de Deus na terra por meio da formação de uma nova sociedade de acordo com os princípios da justiça divina.

Essa visão de integração dos militantes cristãos no mundo é percebida também no artigo de Raimundo Perillat (1995), que aponta que a Pastoral Operária pretendia formar seus militantes para promover discussões e atuar não apenas nos espaços de fábrica, mas em todos os espaços de vivência dos operários (na vida familiar, nos ambientes de lazer, em seu bairro). Essa perspectiva proporcionou uma postura de engajamento dos militantes da Pastoral Operária de São Paulo com outros movimentos e lutas sociais, e não apenas com o movimento operário. Alguns exemplos, retirados do próprio *PO Informa*, são a atuação da Pastoral Operária de São Paulo nos movimentos de bairro reivindicando asfalto, saneamento básico, saúde e transporte e também junto a outros movimentos e outras pastorais sociais (sendo as articulações da PO com a Pastoral da Terra e com a Pastoral do Migrante algumas das mais expressivas na Regional Sul I). Ao longo da trajetória da Pastoral Operária - no período aqui analisado - é notável também uma aproximação da PO da Regional Sul I com questões relacionadas à reforma agrária e ao direito dos povos indígenas, das mulheres e também do povo negro.

Apesar disso, é evidente que o foco principal da PO era a luta sindical. É importante ressaltar que a Pastoral Operária foi fundada ainda durante a ditadura civil-militar (1964-1985), de tal modo que a perspectiva de construção e de atuação no movimento sindical representava - para os militantes cristãos operários - não apenas a luta pelos interesses da classe trabalhadora, mas uma oposição ao regime militar que intervinha de forma expressiva nos sindicatos, cassando diretorias e minando oposições ao regime.

Durante o período ditatorial, a Pastoral Operária atuou, principalmente, na formação de chapas de oposição para concorrerem às eleições de sindicatos, na organização de greves e de outras ações nas fábricas. Em razão da violência da ditadura militar, muitos militantes operários cristãos foram presos, torturados e mortos. Santo Dias foi um dos militantes da PO de maior reconhecimento e que foi vítima desse quadro de violência, tendo sido morto em um piquete de greve por um soldado da Polícia Militar. Muitos militantes cristãos da época enxergavam a prisão e até mesmo a morte como o “padecer em Cristo”, dadas as suas convicções no compromisso político pela fé (Varussa, 2011).



Já no final do período ditatorial, a atuação da Pastoral Operária se ligou muito à circulação de informações, à conscientização dos operários e também à formação de comissões de fábrica clandestinas que permitiram importantes greves, incluindo as greves do ABC paulista no final da década de 1970 e início da década de 1980. Durante a redemocratização, a PO continuou articulando atividades formativas, protestos e greves e incentivando seus militantes a participarem dos sindicatos. Além disso, uma questão nova que passou a permear as discussões da PO foi a formação de partidos políticos, com a defesa da participação dos militantes cristãos na Constituinte, nos processos eleitorais gerais e também o argumento pelo voto em partidos identificados com o ideal de transformação social e com os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, um dos partidos de maior expressividade na época e que teve grande participação e apoio de militantes da Pastoral Operária foi o Partido dos Trabalhadores (PT).

Para concretizar essa intensa e extensa trajetória, a Pastoral Operária contou com inúmeras ferramentas de comunicação. Maria de Lourdes Tomio Stein (2004) relembra que a variedade dos materiais produzidos pela PO ia desde cartilhas, boletins, informativos e jornais até roteiros de reunião. Durante o regime militar, muitos boletins foram utilizados para conscientizar os trabalhadores, divulgar informações importantes de acontecimentos e promover reflexões, conseguindo driblar a censura e a ditadura. Raimundo Perillat (2020) cita os boletins *O Companheiro* e *Onde está seu irmão?* como alguns exemplos representativos. A partir da redemocratização, com a abertura para reuniões de grupos de base e de discussão, muitos boletins e jornais foram utilizados, não apenas para levar notícias de outras regiões, mas também para promover debates e discussões entre grupos, alinhando esses materiais comunicativos com o método ver-julgar-agir.

## **O BOLETIM PO INFORMA: A COMUNICAÇÃO E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

Para a aplicação de uma análise do conteúdo do boletim *PO Informa* selecionamos 74 edições publicadas no período entre 1985 e 1995. Para Vito Giannotti (2002), os boletins podem ser entendidos como armas clássicas do sindicalismo na disputa de hegemonias. No caso do *PO Informa* (figura 1), como uma comunicação ligada ao contexto de uma pastoral social, sua circulação se dava, principalmente, em grupos de base e de discussão e ele desempenhava duas funções primordiais: formar e informar

os militantes operários católicos. Eram disseminados conteúdos de diretrizes políticas, informes e análises de atividades práticas, planejamentos e eventos da Pastoral Operária, além de reflexões sobre a conjuntura política e econômica nacional da época, bem como sobre a Teologia da Libertação, a Doutrina Social da Igreja e a proposta e atuação da PO.

Figura 1 - PO Informa



Fonte: Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV)

A linha editorial do boletim buscava sempre alinhar informações e discussões à visão de interesse dos trabalhadores e à sua identidade como cristãos. Uma das características relevantes que identificamos a respeito do *PO Informa* foi um desprendimento em seguir regras jornalísticas, com destaque pelo uso de títulos pouco informativos e pelo emprego de uma linguagem mais coloquial nos textos. A linguagem informal remete ao fato de que a maioria dos materiais do *PO Informa* era de teor opinativo, mas demonstra, para além disso, uma tentativa de aproximação do boletim com o público - denotada também pelo uso da primeira pessoa do plural.

O uso da primeira pessoa era também comum pela grande quantidade de “colunistas” no boletim, muitos dos quais padres e militantes ligados à Teologia da Libertação e à Pastoral Operária. Alguns dos nomes mais significativos que colaboraram com o boletim foram: Frei Betto, frade dominicano e militante da Teologia da Libertação; e Waldemar Rossi, militante sindical reconhecido por se opor ao chamado sindicalismo pelego, liderando importantes momentos da luta operária no país. Junto a esses nomes, encontravam-se também diversos militantes, agentes pastorais, clérigos e ativistas ligados a outras pastorais sociais e movimentos populares que contribuíram com o boletim a partir de suas perspectivas de compromisso com a realidade social, movidos pela fé, ou de suas experiências na militância da época.

Em relação à análise do conteúdo do boletim, uma das categorias que utilizamos para analisar o *PO Informa* foi a sua “Função”; essa categoria abrange o papel que um material desempenha no contexto em que se encontra, e se desdobra em “Discussão de Conjuntura”, “Material Informativo” e “Material Formativo”. Os materiais de “Discussão de Conjuntura” eram textos opinativos que debatiam aspectos específicos da política e economia nacionais. Já os textos classificados como “Material Informativo” tratavam da realidade social sem incluir as opiniões de seus autores; muitas vezes eram materiais sobre eventos ou acontecimentos, no formato factual de notas ou notícias. Quanto ao “Material formativo”, integrava essa classificação todo texto argumentativo e opinativo que trazia discussões mais universais (políticos ou teológicos) e se constituíam como textos mais atemporais. O número total de matérias identificadas na categoria “Função”, em seus aspectos específicos, foram os seguintes:

Discussão de conjuntura	Material informativo	Material formativo
291	209	65
<b>Total de matérias: 565</b>		

Fonte: Produzido pelos autores

Do total de 565 matérias acessadas e analisadas, 291 eram discussões de conjuntura, 209 materiais informativos e 65 materiais formativos. Esse quadro nos permitiu a constatação de que o boletim seguia em sua linha editorial e na organização dos seus materiais o método ver-julgar-agir. Como a própria função da maioria dos textos, a discussão de conjuntura representava a etapa do “ver” do método ver-julgar-agir no boletim, na medida em que estes materiais buscavam compreender os fatos da realidade social (muitas vezes expostos com dados sobre desemprego, salário e direitos dos trabalhadores) e os seus impactos para os interesses dos trabalhadores. Por outro lado, a etapa do “julgar” era expressa nos materiais formativos que analisavam aspectos da Teologia da Libertação e da Doutrina Social da Igreja de forma mais reflexiva e atemporal, classificados como materiais formativos. Por último, a etapa do “agir” era incorporada nos materiais informativos com a veiculação de notas e notícias sobre eventos, atividades formativas, greves e protestos que se debruçaram sobre o que era constatado na etapa do “ver”.

Em relação à categoria “Temática”, organizamos a referida categoria nos seguintes aspectos específicos: “Conjuntura Nacional”, “Sindicalismo”, “Pastoral Operária” e

“Teologia da Libertação”. No tema “Conjuntura Nacional”, encontram-se materiais relacionados à política e à realidade do país, trazendo também lutas por direitos sociais que não se relacionavam ao sindicalismo. Em “Sindicalismo”, agrupamos acontecimentos como greves, diretrizes e debates que envolviam, exclusivamente, o movimento sindical. No tema “Pastoral Operária”, incorporamos todas as atividades e direcionamentos relacionados à PO. E, por fim, em “Teologia da Libertação”, reunimos todas as matérias com as reflexões específicas vinculadas ao referido movimento político-teológico desenvolvidas em termos teológicos e/ou formativos. Contabilizamos os seguintes números para essa categoria:

Conjuntura Nacional	Sindicalismo	Pastoral Operária	Teologia da Libertação
335	197	171	151
<b>Total de matérias: 854</b>			

Fonte: Produzido pelos autores

Pela tabela apresentada, fica evidente que os temas relativos à conjuntura nacional e ao sindicalismo eram os mais frequentes. Isso indica que a produção de materiais no *PO Informa* tinha como enfoque principal a realidade social, com a discussão de fatos e pontos de vista com o objetivo de formar e provocar reflexões nos trabalhadores nos locais em que o boletim circulava, em especial nos grupos e discussões de base. A ênfase no tema do sindicalismo revela a preocupação do boletim em proporcionar reflexões a respeito de questões da luta operária da época, levando notícias e também discussões sobre o sentido do sindicalismo e a sua configuração no tempo de produção dos materiais. Já os materiais que tinham como temática a Pastoral Operária e a Teologia da Libertação tinham menor espaço em termos de conteúdo. Acrescentamos a essa análise o fato de que a menor ocorrência desses temas - em volume de conteúdos - não significa que eles tenham sido menos importantes, pois, no limite, eles orientavam toda a organização editorial do boletim.

Ao longo da trajetória da Pastoral Operária, a comunicação ocupou lugares distintos no método ver-julgar-agir. Em alguns momentos, boletins eram utilizados apenas para comunicar fatos e acontecimentos entre diferentes regiões, constituindo o “ver”. Em outros, materiais como as cartilhas eram distribuídos nacionalmente para promover reflexões sobre o papel da Pastoral Operária e os princípios da Teologia da Libertação ou da Doutrina Social da Igreja, ocupando o “julgar”. E alguns informativos

tinham a função predominante de conchamar os militantes para determinadas ações, fomentando o “agir”.

No caso do boletim *PO Informa* é possível situá-lo, principalmente, na etapa do “ver”, pois a maioria dos seus materiais tinha como conteúdo discussões da realidade política e econômica nacionais ou debates acerca da luta sindical. Isso se deve, provavelmente, à circulação do boletim em espaços da militância operária cristã como grupos de base e de discussão. Nesse sentido, consideramos que o *PO Informa* tinha como prioridade cumprir com a função formativa proposta pela Pastoral Operária, tornando tangível ao leitor aspectos factuais da realidade do país sempre pelo viés do discurso religioso de uma espiritualidade ligada ao compromisso político e social pela fé, representada pela Teologia da Libertação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pastorais sociais foram uma das principais manifestações políticas da Teologia da Libertação no Brasil. Com a proposta de responder às questões da realidade social brasileira, as pastorais, criadas pela CNBB, participaram da articulação de inúmeras lutas populares da história do país. Nesse quadro, a Pastoral Operária se apresentou como uma manifestação orientada pela Teologia da Libertação e que intencionava a formação de militantes e de lideranças para atuar na luta operária, em especial no movimento sindical. Em São Paulo, desde 1970, a Pastoral Operária construiu sua trajetória em importantes momentos da luta operária, buscando a defesa dos interesses dos trabalhadores de forma combativa.

Para consolidar essa atuação, a Pastoral Operária utilizou, de maneira bastante intensiva, produções comunicativas. Na Pastoral Operária de São Paulo, em específico na Regional Sul I, o boletim *PO Informa* foi um veículo importante de planejamentos, diretrizes e eventos da PO e também de reflexões formativas e de discussões de conjuntura para os militantes operários católicos. A partir da disponibilidade de 74 edições do *PO Informa* no acervo do CPV, delimitamos o objetivo de aplicar uma análise do conteúdo do referido boletim, intencionando identificar e analisar suas principais funções e temáticas.

A partir desse processo, constatamos que o *PO Informa*, fundamentalmente, era um boletim que integrava a etapa do “ver” do método ver-julgar-agir, na medida em que a maioria das suas matérias abordava temas relativos à realidade política

e econômica nacional e também sobre o sindicalismo. A maioria dos materiais do PO *Informa* era escrito em um formato opinativo, com autores representativos da Teologia da Libertação e de movimentos sociais, demonstrando suas perspectivas a partir do viés do compromisso político pela fé e também da luta popular. Entretanto, isso não indica que os textos do boletim tivessem carecido de dados concretos e de conexão com a realidade, tendo muitos deles apresentado, de forma didática e criteriosa, informações sobre os direitos dos trabalhadores e sobre a situação social do país, tornando o boletim uma fonte valiosa de debates para os militantes cristãos da época. Apesar desse caráter de prevalência das discussões de conjuntura, o boletim não excluiu reflexões teológicas e doutrinárias relativas à Teologia da Libertação, buscando formar os militantes da Pastoral Operária também em uma dimensão espiritual.

Desse modo, é possível considerar que a circulação do boletim PO *Informa* em grupos de base e/ou espaços de discussão específicos da Pastoral Operária se constituiu como um importante instrumento de conscientização e de formação da classe operária com seus conteúdos e temáticas abordados pelo viés do interesse dos trabalhadores e da convicção do compromisso político com a luta sindical por meio da fé. Reconhecemos as limitações da nossa abordagem diante da riqueza de possibilidades de estudo do nosso objeto; contudo, apontamos para as contribuições deste trabalho na compreensão do PO *Informa* como uma experiência comunicativa no contexto da Pastoral Operária e, de modo mais amplo, no contexto da Teologia da Libertação.

## REFERÊNCIAS

- Baldissera, A. (1987). *CEBS: poder, nova sociedade*. São Paulo: Paulinas.
- Boff, L. & Boff, C. (2010). *Como fazer Teologia da Libertação*. (10a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Boran, J. (1983). *O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base*. (6a ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Castelhana, J. N. F. M. (2017). *O método de Cardijn: ver, julgar e agir. A sua vivência e aplicação na Ação Católica Rural*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
- Comblin, J. (1999). Puebla: vinte anos depois. In: *Perspectiva Teológica* (31), 201-222.
- Giannotti, V. (2002) Comunicação sindical e disputa da hegemonia. In: *Revista Universidade e Sociedade*, 11 (27), 11-17.
- Gobbo, E. R. D. & Rebouças, E. (2019, setembro). Reflexos do Concílio Vaticano II no Pensamento Comunicacional da Igreja Católica na América Latina. In *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom*. Belém, PA, Brasil, 42.
- Gutiérrez, G. (1986). *Teologia da Libertação*. (5a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Löwy, M. (1996). A Teologia da Libertação acabou? In: *Teoria e Debate*. 9 (31), 75-77.

- Löwy, M. (1988). Marxism and Liberation Theology. In: *Notebooks for Study and Research*, Amsterdam, 5 (10), 3-39.
- Löwy, M. (1989). O catolicismo latino-americano radicalizado. In: *Estudos Avançados*, 3 (5), 50-59.
- Perillat, R. (2020). *Pastoral Operária: 50 anos de resistência e esperança!* Recuperado em 23 de outubro, 2020, de [facebook.com/pastoraloperarianacional/videos/656308525248820](https://www.facebook.com/pastoraloperarianacional/videos/656308525248820).
- Perillat, R. (1995). Pastoral Operária de São Paulo 25 anos: 1970-1995. In: *PO Informa*, (80), 1.
- Rodrigues, C. R. (2008). Dom Paulo Evaristo Arns e as Pastorais Sociais. In: *História, Historiadores, Historiografia*, (37), 557-571.
- Souza, N. (2019). Puebla - Quadragésimo Ano (1979-2019). In: *ESPAÇOS: Revista de Teologia e Cultura*, 27 (1), 23-36.
- Stein, M. L. T. (2004). *A experiência do trabalho: as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Varussa, R. J. (2001). Igreja Católica e movimentos católicos operários na constituição da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo (1970-1975). In: *Tempos Históricos*, 3 (1), 151-182.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Bruna Miyuki Enomoto Akamatsu**

Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi bolsista do PROIC/ CNPq. E-mail: [brunamiyuki9@gmail.com](mailto:brunamiyuki9@gmail.com)

### **Rozinaldo Antonio Miani**

Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/ Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (bolsista Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL/PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). E-mail: [rmiani@uel.br](mailto:rmiani@uel.br)

# LA EDUCACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA EN EL PUEBLO MAPUCHE

Luz Del Paraguay González Orona  
Universidad Nacional de La Rioja (UNLaR)

Rosa Maria Araújo Simões  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

## BREVE HISTORIA SOBRE EL PUEBLO MAPUCHE: DESAFÍOS Y CONFLICTOS

Desde épocas prehispanicas el pueblo mapuche como todos los pueblos de Latinoamérica desarrollaron distintas maneras de relacionarse con los elementos y las fuerzas de la naturaleza; las diversas formas de pertenecer y entender el universo han dado origen a sus prácticas culturales, filosofía, organización territorial y política, idioma, organización social, cosmovisión, entre varios aspectos. Estos componentes identitarios han permitido la resistencia cultural, territorial y política frente a los distintos ataques que el pueblo Mapuche ha sufrido, predominantemente luego de la conquista española y que persisten hasta la actualidad. Las comunidades se sitúan en los territorios que ocuparon y continúan haciéndolo que corresponden actualmente a la división geográfica-política de Argentina y Chile, con las batallas dadas desde la época de la colonia, actualmente los mayores asentamientos de las poblaciones están en la región patagónica de ambos países.

En Argentina el etnocidio empezó con la llamada Conquista del desierto realizada entre los años 1878 y 1885, entre varios actores tuvo como protagonista al científico Charles Darwin que estuvo presente en el despliegue de las operaciones militares, quien describe (...)

Siéntese profundas melancolías al pensar en la rapidez en que los indios han desaparecido ante los invasores. Aquí todos están convencidos de que ésta es la más justa de las guerras. ¿Quién podría creer que se cometan tantas atrocidades en



un país cristiano y civilizado? Creo que dentro de un medio siglo no habrá ni un solo indio salvaje al norte del Río Negro. (Curruhuinca – Rox *apud* Huilcaman Paillaman, 2018, p. 51).

En la República de Chile los ataques comenzaron con la Pacificación de la Araucanía a partir del año 1860 hasta el año 1883, actos coercitivos realizados por militares que saquearon los territorios de las comunidades y mataron a familias Mapuches (...)

Era verdaderamente penoso presenciar los llantos y exclamaciones de dolor de las mujeres araucanas, al ver que se instalaban nuestros soldados en sus posesiones de donde huían despavoridas a los bosques. (Navarro *apud* Huilcaman Paillaman, 2018, p. 45).

A pesar de estos terribles sucesos violentos y de persecución que continúan vigentes hasta nuestros días las comunidades mapuches siguen cultivando y preservando sus prácticas culturales, estructura de organización política- social, parlamentos, filosofía, espiritualidad y filosofía.

La defensa de la “mapu” de la tierra es posible por el arraigo a sus territorios, su incansable lucha, la transmisión de saberes a través de la oralidad que se inicia en las niñas y niños a temprana edad y el círculo hermético de sus líderes y comunidades permitió la preservación de la cultura y el idioma; por lo cual participar en sus rogativas e ingresar – al principio - a las comunidades genera algunos impedimentos por los sucesos violentos que han vivido desde hace varias generaciones.

Cada gobierno de turno durante el último siglo ha tomado un conjunto de medidas jurídicas, políticas, administrativas sobre el Pueblo Mapuche, sin embargo, en su mayoría han sido infructuosas y no han ayudado a resolver las tensiones y controversias en la convivencia entre el Estado Chileno y el Pueblo Mapuche. (Huilcaman Paillaman, 2018, p. 31).

En el año 1993 Chile promulgo la Ley N.º 19.253<sup>1</sup>, Ley indígena que establece normas sobre protección, fomento y desarrollo de los indígenas y crea la Corporación

---

1 [http://www.subpesca.cl/portal/615/w3article80133.html#:~:text=Ley%20Ind%C3%ADgena%20\(F.D.O.-,05%2F10%2F1993\),Corporaci%C3%B3n%20Nacional%20de%20Desarrollo%20Ind%C3%ADgena.](http://www.subpesca.cl/portal/615/w3article80133.html#:~:text=Ley%20Ind%C3%ADgena%20(F.D.O.-,05%2F10%2F1993),Corporaci%C3%B3n%20Nacional%20de%20Desarrollo%20Ind%C3%ADgena.)

Nacional de Desarrollo Indígena, en ese momento también se planteó avanzar en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo sobre los Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes, este tratado internacional fue adoptado por la Conferencia Internacional del Trabajo realizada en Ginebra el 27 de junio del año 1989, siendo ratificado en Chile en septiembre del año 2008 y entrando en vigencia el 15 de septiembre del año 2009.

Actualmente continúan los conflictos por las luchas territoriales que tienen contra el estado argentino y chileno, las causas son varias: los saqueos generados por empresas que quieren construir hidroeléctricas<sup>2</sup> y obras que avasallan los territorios ancestrales, el agua de los ríos, territorios ancestrales donde las comunidades realizan sus rogativas o tienen los cementerios de sus antepasados; el desarrollo de estos conflictos generó que líderes mapuches vayan presos, es muy conocido el caso de la Machi Francisca Liconao<sup>3</sup> y el Machi Celestino Córdova, ambos casos fueron encarcelados como sospechosos para luego de varios meses condenarlos.

Estas situaciones de conflicto, exclusión y desigualdad, se hicieron más evidente en el contexto de pandemia, sobre todo en el ámbito de la educación.

En las comunidades rurales, el acceso a internet es casi nulo, las compañías telefónicas no tienen buena señal y el acceso a la conectividad es complicado, esta situación a desencadenado en la poca comunicación que tienen los estudiantes con sus docentes y en muchos de los casos en el abandono de la escuela.

## **EL PUEBLO MAPUCHE PEWENCHE**

El territorio que comprende Latinoamérica estuvo habitado desde épocas prehispánica por distintos pueblos originarios de algunos de ellos sólo quedan indicios de su presencia de otros en cambio todavía tenemos la posibilidad de conocer su cultura; es el caso del pueblo Mapuche que resguardó su cultura a pesar de todos los procesos violentos que intentaban acabar con ellos; es así que hoy tenemos una cultura viva que adentrándonos en ella podemos conocer.

---

2 <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/14/08/2019/hidroelectricas=-amenazan-al-territoriomapuuche#:~:text=La%20construcci%C3%B3n%20de%20una%20hidroel%C3%A9ctrica,del%20proyecto%20se%20hace%20inminente.>

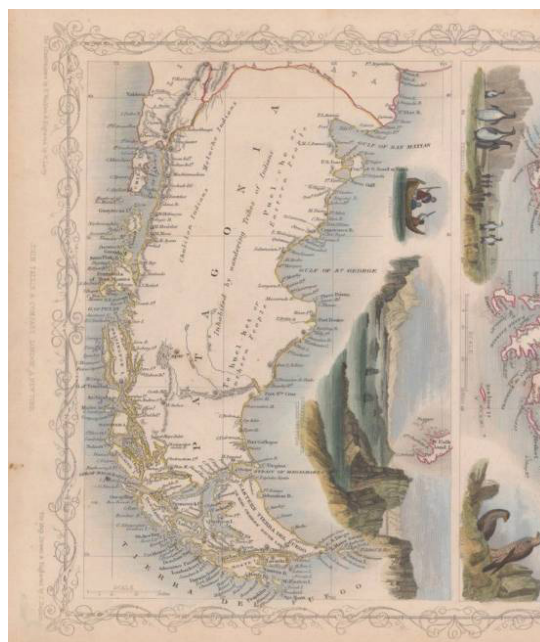
3 <https://www.eldesconcierto.cl/2016/08/22/el-estado-chileno-no-reconoce-los-derechos-de-la-presa-politica-mapuche-francisca-liconao/> - <https://desinformemonos.org/quien-la-machi-francisca-liconao/>.

Los antiguos mapuches, según todas las nuevas teorías, serían originarios del propio territorio chileno. Se trataría de grupos antiguos que fueron evolucionando y cambiando. Es probable que también establecieran contacto con otros pueblos del norte. La secuencia de los hallazgos arqueológicos recientes es clara. Existiría una relación, por ejemplo en la cerámica, entre los grupos agroalfareros antiguos del norte chico, del centro de Chile y del sur mapuche... (Bengoa. 2007, p. 31 - 32).

El pueblo Mapuche estuvo ubicado en la región centro y sur del actual territorio argentino y chileno. Con la Conquista del Desierto en Argentina y la pacificación de la Araucanía en Chile las comunidades Mapuches que no fueron exterminadas migraron hacia la Patagonia o el país vecino cruzando así la Cordillera de los Andes.

Su territorio tradicional, que constituye su área de residencia actual, incluye segmentos importantes de las regiones VIII, IX y X de Chile, abarcando desde el río Bío-Bío hasta el archipiélago de Chiloé. En Argentina, existe también una población amplia de mapuches argentinos, cuya mayoría se ubica en las vertientes occidentales de sectores cordilleranos vecinos a las regiones IX y X de Chile. (Grebe Vicuña, 1998, p. 55). (Ver figura 1)

**Figura 1** - Ubicación de la Patagonia, territorio donde estaban las comunidades Mapuches desde sus orígenes, mapa del año 1851



Fonte: Grebe Vicuña. 1998, p. 55

Las poblaciones mapuches nacieron y vivieron en los bordes de los ríos. El gran río Bío Bío fue el centro de la cultura mapuche desde su origen. En torno a sus cientos de brazos se agrupaban las familias. El gran río de la tierra, “Fruta Leufú”, tenía su equivalente en el gran río del cielo, “Huenu Leufú”, la vía láctea, así denominada por nosotros. Se producía el equilibrio entre ambos mundos, el de arriba y el de abajo. (Bengoa. 2007, p. 15).

Como antiguos pobladores del territorio patagónico que en mapudungun (idioma de los mapuches) se denomina “*wallmapu*” territorio circundante, los mapuches son habitantes que están en estas tierras mucho antes de la conquista española, dieron origen a sus costumbres, su idioma, su cosmovisión saberes ancestrales que pudieron preservar hasta la actualidad.

## **UBICACIÓN TERRITORIAL DE LA COMUNIDAD MAPUCHE PEWENCHE PEDRO CURRILEM**

Las investigaciones realizadas por especialistas en la temática sitúan al pueblo mapuche en la región patagónica, la división territorial es en comunidades dependiendo si la comunidad está cerca del mar o la montaña el pueblo mapuche presenta características identitarias propias, teniendo en cuenta el territorio donde viven se caracteriza así la economía y la cultura estableciendo una conexión material y espiritual con los elementos de la naturaleza que encontraron en el territorio donde se ubican.

De acuerdo a su propia transmisión oral y sabiduría tradicional, los mapuches han reconocido a un grupo central y cuatro familias generales, denominadas como sigue: mapuches (grupo central), pewenches (“gente del piñón”) ubicados al Este; williches (“gente del sur”) ubicados en el Sur; lafkenches (“gente del mar”) ubicados al Oeste; y pikunches (“gente del norte”). (Grebe Vicuña, 1998, p. 55).

La comunidad Pedro Currilem es una de las comunidades mapuches que forman parte de la Comuna de Lonquimay<sup>4</sup>.

---

4 Para el cumplimiento de los objetivos de gobierno y administración, la República de Chile divide en Quince unidades territoriales menores llamadas Regiones, y cada una de ellas está a cargo de un intendente. Las regiones se dividen, a su vez, en provincias las cuales están a cargo de un gobernador, y éstas finalmente se dividen en comunas las que son dirigidas por un alcalde, el cual es electo por votación popular. ([https://www.bcn.cl/siit/nuestropais/nuestropais/div\\_pol-adm.htm](https://www.bcn.cl/siit/nuestropais/nuestropais/div_pol-adm.htm)).

Las características que tiene la comunidad corresponden a las costumbres de las comunidades mapuches que viven en el territorio del puelmapu<sup>5</sup>.

El nombre Pewenche deriva del árbol del *Pehuén* es una especie de árbol nativo que se encuentra en territorios patagónicos donde habitan las comunidades Mapuches tiene como fruto el *piñon*, es el alimento principal de las comunidades Pewenches y árbol ancestral sagrado de la cultura, también llamado por los colonizadores árbol de la araucaria.

En los territorios que habitan las comunidades Pewenches - territorios montañosos - está presente el árbol del Pehuén alimento que es recogido en la época de marzo para luego ser usado en sus rogativas y comidas ancestrales.

Hoy en día se mantiene esta práctica ancestral de la recolección del gülliw – piñon, iniciando el proceso más característico en la actualidad: las “Veranadas<sup>6</sup> a comienzo de marzo. (Diagnóstico de desarrollo cultural del pueblo mapuche. 2011, p. 32.)

La localidad de Pehuenco pertenece a la comunidad de Lonquimay está ubicada a 180 km de Temuco que es la capital de la IX Región de Chile y a 25 km del Paso Internacional Pino Hachado; la toponimia del lugar proviene del mapuzungun que significa “*agua de araucaria*”.

La situación de exclusión y desigualdad que viven las comunidades ancestrales, se profundiza en este contexto de pandemia, sobre todo en los territorios donde habitan las comunidades rurales.

*Si bien existe una gran variabilidad entre los distintos países en lo que respecta a la magnitud de la situación de pobreza que afecta a los pueblos indígenas, los niveles más altos de pobreza extrema se concentran en los territorios rurales de América Latina. En 2017, más de 56 millones de personas (el 46,5% de los pobres de las zonas rurales) afrontaban una situación de pobreza monetaria, mientras que el 20,5% vivían en la pobreza extrema (CEPAL, 2019). Para finales de 2020, y a raíz del impacto de la pandemia, está previsto que la pobreza en las zonas rurales alcance los 65,2 millones de personas y que 33,7 millones*

---

5 Palabra en mapudungun que comprende una ubicación territorial mapuche, es la parte del Wallmapu o territorio mapuche que esta al este de la cordillera de los Andes. (Dato recopilado en la entrevista realizada al Lonko José Nivaldo Romero, enero de 2018).

6 Campos donde hay gran cantidad de Pehuenches “araucarias”, donde los mapuches recolectan el piñon, también es el lugar donde llevan a los animales durante el verano para que pasten.

*vivan en situación de pobreza extrema, lo que representa sendos retrocesos de 13 y 16 años en la erradicación de la pobreza rural y la pobreza extrema, respectivamente. Esta situación está generando graves obstáculos en los medios y las formas de vida de los pueblos indígenas". (Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y otros, 2020, p. 30)*

La educación del pueblo Mapuche en el contexto de pandemia también se ve afectada por el impacto social y las políticas públicas de exclusión y desigualdad.

En el Jardín Infantil "Pirren Lelfun" Valle Nevado y la Escuela Liucura de enseñanza intercultural que pertenecen a la comunidad de Lonquimay no se dictaron clases durante todo el ciclo lectivo 2020, por las restricciones que provocó el covid-19. Los docentes asistían mensualmente a los establecimientos, pero los niños no asistían a clases y tampoco tomaban clases virtuales.

Ahora en el año 2021 comenzaron con las virtuales y se prestó a las familias que no contaran con dispositivos, una computadora o teléfono que le permita a la/el niño conectarse y realizar las actividades propuestas por las docentes.

Recién en la semana del 10 de agosto del 2021 empezarán las clases presenciales en modalidad burbuja, asistiendo por grupos pequeños, siendo esta modalidad optativa ya que si no podrán optar por las clases virtuales.

La educadora intercultural, Mailen Romero comenta sobre la situación actual:

*Aquí ahora estamos en fase 2, recién mañana vuelven las clases presenciales, aunque esto es voluntario. También la escuela está prestando dispositivos para los niños que no tengan como conectarse a las clases virtuales. Si, hemos tenido estudiantes que abandonaron el cursado y estamos buscando herramientas para posibilitar que sigan con la escuela. (Mailen Romero. Entrevista Inédita 8 de agosto de 2021)*

Como podemos observar la desigualdad social y económica son características que la pandemia deja al descubierto. Este impacto también incide en la permanencia y finalización de los estudios de los estudiantes dentro de la escuela.

## **CONCLUSIONES**

Con la pandemia se visualiza un quiebre en la educación y en los pocos recursos que las políticas públicas destinan para esta área, también deja al descubierto, que

sectores varios sectores de la sociedad viven en una desigualdad y que esta pandemia impactó más en su condición, mostrando que las herramientas de supervivencia son pocas, y que el estado no responde como debería.

La educación está transitando una etapa compleja, dada que todos los actores se ven afectados por la pandemia y los pocos recursos que las políticas públicas ponen al servicio de la sociedad.

Las comunidades mapuches rurales han estado excluidas de las clases virtuales durante el ciclo lectivo 2020 y el primer semestre del 2021, recién en este mes los estudiantes pueden acceder a dispositivos prestados, que posibilitan la conexión a sus clases u optar por la presencialidad.

La desigualdad social y económica que deja esta pandemia no sólo se ve afectada por el presente sino por las futuras generaciones, si el estado no actúa de manera inmediata para posibilitar la continuidad y finalización en el proceso escolar obligatorio.

## REFERENCIAS

Bengoa, José. (2007) Historia de los antiguos mapuches del sur. Editorial Catalonia. Santiago de Chile.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y otros, "El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina. Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva", Documentos de Proyectos(LC/TS.2020/171), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. "Diagnóstico de desarrollo cultural del pueblo mapuche". Web [www.cultura.gob.cl/estudios/observatorio-cultural](http://www.cultura.gob.cl/estudios/observatorio-cultural).

Sección Observatorio Cultural. Publicado: Noviembre de 2011. Consultado: 14 de mayo de 2019.

Entrevista inédita Mailen Romero. *Comunidad Mapuche Pewenche Pedro Curilem*. 8 de agosto de 2021.

Grebe Vicuña, María Ester. *Culturas indígenas de Chile*. Un Estudio preliminar. Editorial Pehuén. Santiago de Chile. 1998.

Huilcaman Paillama, Haucan. *A mi vecino el Papa Francisco*. Genocidio y Ocupación Territorial en la Araucanía Neuquén, Río Bueno y el Chubut. CIPOD. Santiago de Chile. 2018.

## Páginas revisadas on-line

[http://www.subpesca.cl/portal/615/w3article80133.html#:~:text=Ley%20Ind%C3%ADgena%20\(F.D.O.-,05%2F10%2F1993\),Corporaci%C3%B3n%20Nacional%20de%20Desarrollo%20Ind%C3%ADgena](http://www.subpesca.cl/portal/615/w3article80133.html#:~:text=Ley%20Ind%C3%ADgena%20(F.D.O.-,05%2F10%2F1993),Corporaci%C3%B3n%20Nacional%20de%20Desarrollo%20Ind%C3%ADgena). (Revisado 7 de agosto de 2021)

<https://www.servindi.org/actualidad-noticias/14/08/2019/hidroelectricas-amenazan-al-territoriomapuche#:~:text=La%20construcci%C3%B3n%20de%20una%20hidroel%C3%A9ctrica,del%20proyecto%20se%20hace%20inminente>. (Revisado 7 de agosto de 2021)

<https://www.eldesconcierto.cl/2016/08/22/el-estado-chileno-no-reconoce-los-derechos-de-la-presa-politica-mapuche-francisca-linconao/> - <https://desinformemonos.org/quien-la-machi-francisca-linconao/>. (Revisado 7 de agosto de 2021)

[https://www.bcn.cl/siit/nuestropais/nuestropais/div\\_pol-adm.htm](https://www.bcn.cl/siit/nuestropais/nuestropais/div_pol-adm.htm). (Revisado 7 de agosto de 2021)

## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Luz Del Paraguay González Orona**

Docente investigadora categorizada de la Licenciatura de Música de la Universidad Nacional de La Rioja; Docente en el Instituto de Enseñanza Superior ISFD Alberto G. Cavero; Investigadora de arte latinoamericano, principalmente de la música y el arte de las culturas ancestrales y populares en la Maestría en Arte Latinoamericano – UNCuyo. Actualmente investiga la música y los instrumentos rituales de la Música Mapuche Pewenche. Integrante del Instituto de estudios antropológicos, sociales y de género, inserto en el Museo de Ciencias Antropológicas y Ciencias Naturales dependiente de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de La Rioja. Contacto: luzgonzalezorona@gmail.com

### **Rosa Maria Araújo Simões**

Doctora en Ciencias Sociales (Línea de investigación: Relaciones Sociales, Poder y Cultura) por la UFSCar, Maestra en Ciencias de la Motricidad – (línea de investigación: Filosofía y Sociología del Movimiento Humano) por la Unesp - Rio Claro. Es Jefe del Departamento de Artes y Representación Gráfica de la Facultad de Arquitectura, Artes, Comunicación y Diseño de la Unesp - Bauru donde actúa en la carrera de Artes Visuales. Editora ejecutiva de la Revista Poéticas Visuales y líder del Grupo de Investigación en Multimédios Mídia Press (CNPq). Contacto: rosa.simoies@unesp.br



# RADIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO REMOTA NA FATEC EM TEMPOS DE COVID-19: DESEMPENHO E SENTIMENTOS DE ESTUDANTES

Claudines Taveira Torres, Maria Cristina Gobbi e Anderson Rogério Campana

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)  
Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT)

## INTRODUÇÃO

O mundo encontra-se em uma “batalha incansável” contra um temido vírus. O novo Coronavírus (COVID-19), que assola países, afetando todos os setores da sociedade, inclusive o educacional, fazendo com que povos e nações busquem alternativas de proteção, combate e formas de manterem-se ativos em suas atividades cotidianas, respeitando as determinações das autoridades de saúde para isolamento e o distanciamento social.

Assim, este texto apresenta um recorte na área educacional, contendo análises dos sentimentos e dos desempenhos dos estudantes após um ano letivo de aulas remotas. O espaço-temporal se refere ao ano de 2020 do curso de Tecnologia em Banco de Dados da Fatec-Bauru, uma Instituição de Ensino Superior Pública (IESP) do estado de São Paulo. A Fatec-Bauru integra uma das 73 unidades de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia do Governo do estado de São Paulo vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com regime especial associada e vinculada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Olhando para o cenário cheio de incertezas quanto à vacinação geral da população, a retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino e as demandas, sempre tão diferenciadas que chegam todos os dias dos estudantes, dos docentes e da administração pública têm desafiado toda a comunidade técnico-universitária a buscar soluções que possam atender ao conjunto adverso de ações necessárias para

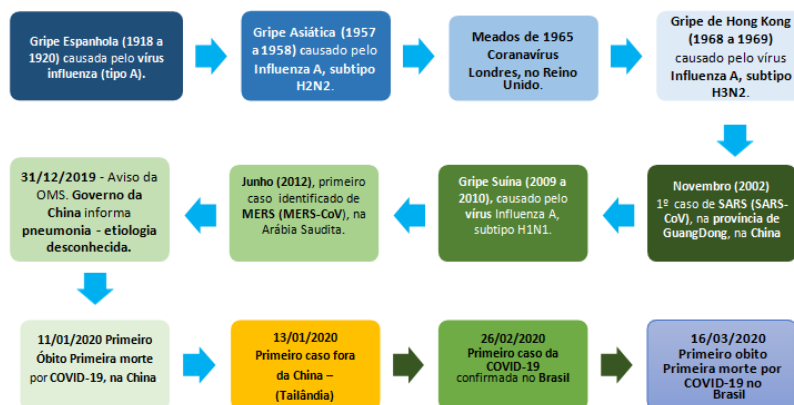
diminuir as inseguranças dos processos de retomada das atividades presenciais. De acordo com Teixeira e Alves (2020), o mundo vive a falsa impressão de controle de algumas doenças e agora, alguns negacionistas colocam em xeque a Ciência.

O histórico das incidências das doenças infecto contagiosas tem demonstrado, através do tempo e da diversidade geográfica, que se trata de uma “guerra” constante pela saúde, que também traz danos a economia, a educação, a segurança, a política, a população, entre outros pontos fundamentais de sobrevivência das sociedades democráticas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a própria mídia anunciaram que foi na província de Wuhan, na China, os primeiros relatos de casos de contaminação pelo “novo” Corona Vírus (Sars-CoV-2), denominado de Covid-19. Em dezembro de 2019 a OMS declarou os casos encontrados como uma emergência internacional. Em março de 2020, rapidamente, portanto, alcançou o *status* de pandemia pelos critérios da mesma organização. Teixeira e Alves (2020) afirmam que “[...] no mundo de incertezas decorrente do desenvolvimento das desigualdades sociais, da ampliação dos contatos entre as diversas populações e da exploração desenfreada de diferentes ecossistemas, não temos como prever o caminho das doenças infecciosas nas diferentes sociedades”. (p. 3)

Os mesmos autores argumentam que as doenças sempre existiram, porém o que é necessário para a sociedade contemporânea é ter um olhar diferenciado, amparado na Ciência e nas ações de prevenção. Para Teixeira e Alves (2020), os caminhos mais eficazes e eficientes estão na educação, nas indicações de prevenção de contágio, nos cuidados com a saúde individual e nas melhorias das condições de vida da população mundial. Para ilustrar, um breve cenário das grandes pandemias que assolaram o mundo no século XX, a figura 1 traz uma linha do tempo até a chegada da pandemia do COVID-19 ao Brasil, em 26 de fevereiro de 2020.

**Figura 1** - Linha do tempo do coronavírus e das últimas grandes pandemias



Fonte: (Martin, Gonçalves, et al., 2020), adaptada pelos autores

De acordo com a OMS, em 07 de janeiro de 2021, foram divulgados no painel do World Health Organization (WHO), às 17h04, que já havia 85.929.428 casos confirmados de COVID-19 no mundo, incluindo 1.876.100 mortes. No Brasil os dados já apontavam para 7.810.400 casos confirmados e 197.732 mortes (OMS, 2021, web). Esses números têm aumentado de forma significativa e cotidianamente, evidenciando a rapidez de propagação e a extensão do processo contágio, que atingiu todos os continentes. Esse cenário foi significativamente ampliando com a descoberta de diversas variantes do vírus, que dentre outras coisas, ampliam o poder e a rapidez de transmissão. Isso tem exigido de governos e da própria sociedade ações duras, que envolvem todos os setores político-sociais e econômicos.

Se, por um lado a Ciência tem ocupado o palco principal, como uma força motriz que carrega a esperança de cura de muitos e para muitos através do avanço das vacinas, por outro toda conjuntura de aumento de casos de contaminação e de mortes, tem trazido vertentes da ineficiência de governos e da gestão pública, em especial as ligadas a saúde, a economia e a educação.

Para uma ideia geral do cenário, atualmente, passados pouco mais de um ano dos casos iniciais registrados no Brasil<sup>1</sup>, as primeiras vacinas chegam ao país, mas em doses insuficientes para atender a demanda nacional, não tendo chegado, 30 dias após a

1 O Brasil identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020, enquanto a Europa já registrava centenas de casos de covid-19. A declaração de transmissão comunitária no país veio em março, mês em que também foi registrada a primeira morte pela doença (AGÊNCIA BRASIL, 2021, web).

primeira dose<sup>2</sup> aplicada na cidade de São Paulo, a imunizar 2% da população nacional, que passa de 211,8 milhões de habitantes, espalhados em 8.516.000 km<sup>2</sup>.

Os dados sobre e da Covid-19 são atualizados diariamente. Assim, para desenhar o panorama bastante preocupante que o país atravessa, em 03 de maio de 2021, segundo balanço realizado pelos veículos de imprensa, receberam a primeira dose da vacina 32.316.507 pessoas, representando 15,26% da população brasileira. A segunda dose foi aplicada em “16.279.037 pessoas (7,69% da população do país) em todos os estados e no Distrito Federal”. Perfazendo um total de 48.595.544 doses aplicadas em todo o país. Temos contabilizado 408.829 óbitos e 14.791.434 casos, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com informações das secretarias de Saúde<sup>3</sup>.

O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado pelo grande distanciamento de seus pontos extremos de localização, tendo 23.102 km de fronteiras (terrestres e marítimas), com diversos países e possuindo grandes áreas habitáveis e produtivas, se comparado com outros espaços geográficos. Essa amplitude dificulta, significativamente, o controle de movimentação de pessoas, ampliando ainda mais os casos de contaminação e da circulação das variantes do vírus. Isso sem trazer para o foco das discussões o negacionismo e a desigualdade social, entre outros fatores, que têm impossibilitado ações conjuntas entre as populações dos diversos estados nacionais e os setores públicos na busca da redução, não somente dos níveis de contaminação e de mortes, mas e também no desenvolvimento nacional em todo o seu conjunto.

Desenhado esse breve panorama da situação nacional com relação à imunização da população, para atender ao objetivo central de conhecer, analisar e refletir sobre o desempenho e os sentimentos das/os discentes do curso de Tecnologia em Banco de Dados da Fatec-Bauru, tendo como referência o ensino remoto ministrado em 2020, durante o período da pandemia do COVID-19, o material está dividido em 3 tópicos. A Introdução, que traz, em linhas gerais, um breve contexto da pandemia; os impactos e desafios da Covid-19 nas Fatecs, que evidenciam a situação da unidade de estudo e a última parte, que traz a pesquisa que foi realizada e seus resultados.

- 
- 2 A primeira dose foi aplicada em 17 de janeiro de 2021 na enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, trabalha na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, foi a primeira pessoa, fora dos estudos clínicos, a ser vacinada contra a Covid-19 no país. Ela foi imunizada neste domingo (17) no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). No total, 112 pessoas foram vacinadas (MAHADO; FEITOSA JÚNIOR; PAULO; RODRIGUES, PORTAL G1, 2021, web).
  - 3 A título de documentação é importante registrar que no dia 03 de maio de 2021 o Brasil já registrava 408.829 óbitos desde o início da pandemia. A média móvel de mortes nos últimos 7 dias chegou a 2.375. (Portal G1).

## IMPACTOS E DESAFIOS DA COVID-19 NAS FATECS

Retomando as ações na área da educação, objeto principal do texto, é necessário registrar que a Pandemia do COVID-19 trouxe um desafio para os gestores do Centro Paula Souza (CPS), para a Unidade de Ensino Superior de Graduação (CESU), para as diretorias, coordenadores e docentes das 73 Fatecs existentes. Em bases gerais, as determinações seguiram as orientações dadas pela OMS, pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde, pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo poder executivo de cada cidade onde se localiza a unidade, entre outros. Todo esse conjunto de instituições emitiu diversos procedimentos, muitas vezes divergentes, que resultaram em providências e ações imediatas por parte das diversas instâncias das Fatecs.

O ponto inicial foi a determinação do Conselho Estadual da Educação que diante da Pandemia e baseados no artigo 80 da Lei Federal 9.394/1996, no Decreto 9.057/2017 e no artigo 2º da Lei Estadual 10.403/71, fixou normas para reorganização dos calendários acadêmicos para o Sistema de Ensino do estado de São Paulo. E que também seguia as orientações da OMS e de estudos diversos, que demonstravam a necessidade de afastamento social, da redução de aglomerações e de circulação de pessoas, como forma de restringir a disseminação da COVID-19. Assim, ficou delibera que as IES, em caráter emergencial e excepcional, deveriam realizar suas atividades a distância, definindo algumas providências a serem adotadas como forma de assegurar e garantir o ensino e a aprendizagem, com segurança para todos. (CEE, 2020)

Algumas determinações estão detalhadas no quadro 1, que demonstram as primeiras iniciativas para conter o avanço da doença nas unidades da FATEC.

**Quadro 1** - Determinações e ações da Fatec

Comunicado	Ação
CPS Coronavírus-2A	Constituição de um Comitê de Prevenção e orientações para o acompanhamento e monitoramento do Coronavírus (Covid-19), junto as Fatec, Etecs e administração central do Centro Paula Souza.
Coronavírus-4, de 16 de março de 2020	Suspensão das aulas de 16 a 21 de março de 2020 e replanejamento das atividades acadêmicas dos docentes para ensino a distância. E ainda, antecipou o recesso escolar para o período de 23 a 28 de março de 2020 e definiu um plano de ação para a realização de atividades pedagógicas a distância.

Comunicado	Ação
Coronavírus-5, de 18 de março de 2020	Seguindo orientações da Secretaria Estadual da Saúde (SES) e de outros órgãos sanitários, determinou a realização de atividades remotas. Definiu capacitações para os supervisores, para os gestores pedagógicos regionais, coordenadores e docentes e posteriormente tutoriais para a utilização das ferramentas de plataforma digital de trabalho a distância. Retomada em regime de teletrabalho, participando das capacitações e replanejamento das atividades (CESU e CETEC).

Fonte: (CPS; GDS(E), 2020), adaptado pelos autores.

Diante do cenário que se desenhava, a diretora-superintendente do CPS, Laura Laganá afiançou que:

Todos os esforços estão sendo empenhados para que alunos, professores e servidores administrativos se mantenham em segurança nesse momento crítico. É nosso dever assegurar que os alunos tenham acesso aos conteúdos acadêmicos e que mantenham a motivação para uma formação de qualidade. Nosso maior ativo são as pessoas e é nosso dever preservá-las. Acreditamos que, com essas medidas, o Centro Paula Souza contribui para a segurança dos seus servidores e da população em geral, cumprindo seu reconhecido papel educacional no Estado de São Paulo. (CPS; GDS(E), 2020)

Também o CPS, através do comunicado Coronavírus-6, de 19 de março de 2020, cumprindo determinações do Governo do Estado de São Paulo, João Doria, informou sobre o recesso escolar para aproximadamente 15 mil docentes no período de 23 de março a 21 de abril de 2020, antecipando em 30 dias de recesso referente a abril, julho e outubro de 2020. Ainda, no mesmo comunicado, foi mencionado que a ferramenta de TIC escolhida para a transmissão das aulas seria o *Microsoft Teams* e que esta fazia parte do pacote Office 365, que é uma plataforma utilizada pelos discentes e docentes da instituição. (CPS e GDS(D), 2020)

Para Lúcia Santaella (2003), as tecnologias da informação, com computadores, conexão com a internet e uma ferramenta para Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), propicia ao discente e docente as condições necessárias para a realização das aulas remotas. Descreve a autora que:

Já está se tornando lugar-comum afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação estão mudando não apenas as formas do entretenimento e do lazer, mas potencialmente todas as esferas da sociedade: o trabalho (robótica e tecnologias para escritórios), gerenciamento político, atividades militares e policiais (a guerra eletrônica), consumo (transferência de fundos eletrônicos), **comunicação e**

**educação (aprendizagem a distância)**, enfim, estão mudando toda a cultura em geral. (SANTAELLA, 2003, p. 23) grifo autores

Assim, seguindo essa assertiva e as determinações listadas anteriormente, o CPS através do comunicado Coronavírus-9, de 26 de março de 2020 esclareceu sobre o teletrabalho, solicitando aos docentes a participação, empenho e organização para dar continuidade as atividades e relatou a disponibilização de ferramentas de acesso e de treinamento para o funcionamento, enquanto perdurasse o período de quarentena (CPS e GDS(E), 2020). Desta forma, além do treinamento da Ferramenta *Microsoft Teams*, outros foram realizados, como: *Microsoft OneDrive* para computadores e dispositivos móveis, *Microsoft Planner* para organização das rotinas e das atividades em equipes etc.

É importante argumentar que tanto o CPS como o CESU esclareceram a comunidade das Fatecs que, mesmo com os cursos sendo ministrados a distância para atender as determinações diante da Pandemia, esses não virariam Educação a Distância (EAD), sugerindo procedimentos e solicitando que os docentes, nesse momento emergencial, adequassem os planejamentos (CPS e CESU, 2020). Igualmente, foi realizado um mapeamento que serviu de base para um replanejamento geral.

Neste novo cenário, o CPS orientou, planejou, indicou boas práticas e elaborou políticas visando à proteção de dados, imagem, da saúde física, mental e emocional do corpo de servidores e dos discentes, além de determinar a reposição de aulas que não tinham como ser realizadas a distância. Foram disponibilizados diversos tutoriais em vídeos e cartilhas aos docentes e discentes como, por exemplo: Instalar o *Microsoft Teams* no celular, acessar o Teams online, instalar o *Teams* no computador, tutorial do *Microsoft Teams*, tutorial *Microsoft Teams* no ambiente dos alunos, dicas para docentes, 7 cartilhas de teletrabalho, além de orientações didático-pedagógicas no guia de aula Fatecs, guia do docente a distância, gestão acadêmica, guia do aluno da Fatec, entre outras. Dessa forma, sinalizava e oferecia caminhos para que as unidades pudessem planejar o início das aulas remotas em 04 de maio de 2020.

## **IMPACTOS E DESAFIOS DA COVID-19 NAS FATECS**

Na Fatec de Bauru os docentes dos cursos existentes, além das capacitações realizadas pelo CPS, desenvolveram outras ações, proporcionando discussões e trocas

de informações e práticas, como vídeo aulas produzidas por aqueles que já possuíam mais habilidades e competências com as TICs, exemplificação prática de alguns recursos no ambiente *Teams*, divulgação de links de sites e vídeos aulas de técnicas e boas práticas na ferramenta *Teams* e outras que foram adotadas por outras IES. Porém, por mais conhecimento que se adquira, “os receios e as angústias” das primeiras aulas se manifestavam em todos, mesmo para os mais experientes.

De acordo com Alessandra Rodrigues (2020), especialista em educação, não se pode “transformar” uma disciplina que se ministra no presencial em EAD de forma rápida. É preciso considerar vários aspectos, como o tempo de duração, o tipo de atividade, formas de avaliação e de interação, entre outros. Para a autora, a importância da qualificação para os usos das ferramentas, a necessidade de organização e planejamento das disciplinas remotas, são pontos fundamentais e que devem ser considerados, mesmo em períodos de grandes desafios como este que estamos vivendo no país. Assim, é preciso rever as práticas pedagógicas, reposicionar o papel de professor mediador e não de detentor do conhecimento e, do mesmo modo, repensar as práticas avaliativas. (Rodrigues, 2020).

Outro fator importante é trazido por Joye, Moreira e Rocha (2020), que descrevem em seu trabalho as diferenças entre aulas remotas emergenciais pela pandemia e a EAD, que tem uma legislação própria. Para os autores, a falta de formação específica dos docentes e principalmente as desigualdades sociais existente no Brasil, pois nem todos os alunos possuem computadores e acesso a internet, forçam a necessidade da democratização da internet e a de fazer ajustes para contemplar as características e demandas da população de estudantes atendidos em cada IES.

Segundo Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), neste momento de pandemia do COVID-19, a responsabilidade desse novo processo educativo, tem exigido dos docentes adaptações ao novo formato das aulas remotas. Muitos professores e professoras tiveram que se “reinventar”, pois muitos não estavam preparados para o novo processo e nesse sentido a carga horária excessiva nas suas atividades de preparação dos novos conteúdos tem gerado como resultado a ansiedade e o estresse, também no corpo docente.

É inevitável, nesse momento, que o docente seja mais exigido para o sucesso do processo, sendo necessária a dedicação quase que integral. A (re)adequação dos processos de ensino-aprendizagem, em especial do presencial para o remoto, tem exigido adaptações e um tempo muito amplo de dedicação e muitos (docentes e



discentes) estão encontrando dificuldades para administrar essas exigências. Porém, a gestão do tempo é fundamental para não extrapolar os horários nas e das atividades, pois independente das aulas remotas o momento é crítico e estressante para todos e estão sendo significativamente potencializadas com as diversidades de demandas, as que certamente acarretará problemas para a saúde física e principalmente psicológica de todas e todos os envolvidos no processo.

Desta forma, para traçar o panorama foco desse artigo, este estudo é uma pesquisa exploratória qualitativa e quantitativa utilizando questionário composto por 15 perguntas formuladas através do *Microsoft Forms* (online), sendo uma delas *Net Promoter Score* (NPS) e enviado aos 279 discentes do curso de Tecnologia em Banco de Dados da Fatec de Bauru. A pesquisa foi realizada no período de 04 de novembro de 2020 a 10 de dezembro de 2020, com o intuito de analisar o desempenho e os sentimentos dos discentes com referência aos procedimentos adotados na IES no momento que estamos atravessando.

Além do questionário foram selecionadas três disciplinas por semestre, totalizando 18 disciplinas (o curso tem duração de três anos,) a serem analisadas, considerando o material disponibilizado na base de dados dos alunos no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico da Fatec (SIGA), no período de 2019 e 2020. A investigação objetivou verificar quanti e qualitativamente o desempenho e a situação dos alunos nas disciplinas selecionadas.

Também, em consonância com as pesquisas exploratórias, foram realizadas as pesquisa bibliográficas através de livros, artigos, teses, dissertações, leis, decretos, comunicados, documentos, periódicos e sites da Internet. Para a obtenção das pesquisas bibliográfica na internet foram utilizadas as bases eletrônicas como *Google acadêmico*, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), com os seguintes descritores “educação” e “*COVID-19*”, “*pandemia*” e “*educação*”, com seleção de todos os índices e com o *range* inicial de 2019 até 19 de novembro de 2020. Publicações em idiomas português, foram selecionados aqueles com textos completos de livre acesso.

## DESAFIOS E ADAPTAÇÕES NA FATEC-BAURU NO CONTEXTO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM BANCO DE DADOS

O formulário de pesquisa foi disponibilizado por e-mail institucional @fatec aos 279 alunos do Curso de Banco de Dados, obtendo o retorno de 37%, totalizando a participação de 102 estudantes.

Nos quadros 2 e 3 são apresentados os resultados apurados. É possível observar que houve concordância de 77% total e de 18% parcial dos estudantes para as propostas apresentadas e adotadas pelo CPS e pelas Fatecs na realização das aulas remotas. Também, com concordância de 61% dos alunos e concordância parcial de 28% da ferramenta de tecnologia da informação que foi utilizada no processo, que é um aplicativo da Microsoft, o *Microsoft Teams* para o AVA.

Os resultados demonstram a assertividade em adotar em regime emergencial das aulas remotas como uma solução possível. Lúcia Santaella (2003) frisa que as ferramentas de tecnologia da informação, em conexão com a internet e aliadas ao AVA, proporcionam o ambiente necessário para o ensino a distância. Assim, 70% dos respondentes afirmam que não tiveram dificuldades em aprender a ferramenta *Microsoft Teams*. Também, com as aulas remotas, 51% dos alunos disseram ter excelentes notas e com concordância parcial de mais 37%. Ainda, 34% responderam positivamente para o processo da aprendizagem e com concordância parcial de mais 40%. O quadro 1 traz as questões geradoras e os dados percentuais.

**Quadro 2** - Questões aplicadas aos discentes e seus resultados percentuais

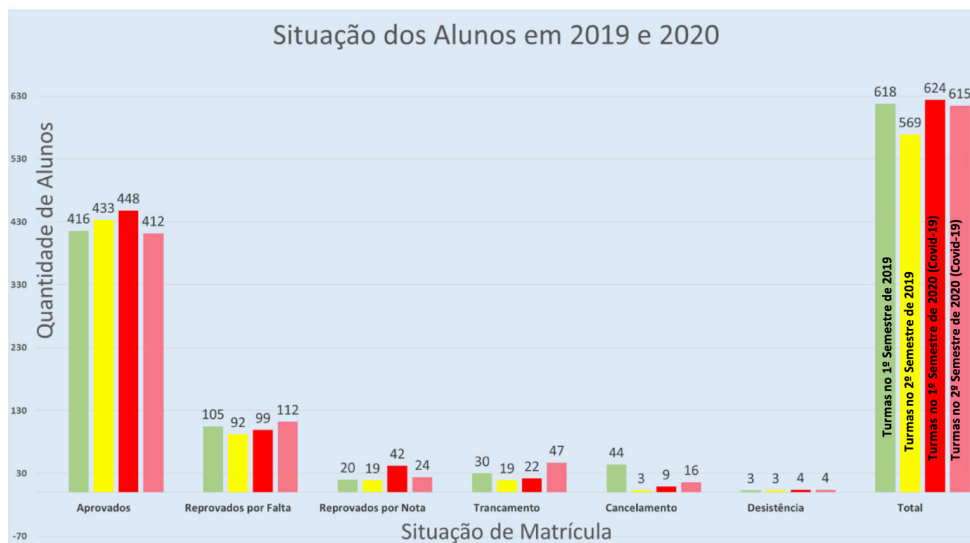
Questão	Concordo	Concordo Parcial	Neutro	Não Concordo
O Governo do estado de São Paulo, CPS e a Fatec seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde optaram pelas aulas online para evitar o contágio dos alunos e prejuízos na educação. Você concorda?	77%	18%	3%	2%
Estou satisfeito com a tecnologia adotada ( <i>Microsoft Teams</i> ) para as aulas remotas e educação a distância.	61%	28%	5%	6%
Não tive dificuldades em aprender e usar a tecnologia ( <i>Microsoft Teams</i> ).	70%	20%	6%	4%
Estou satisfeito com a banda da minha internet e com o meu computador/smartphone para participar das aulas remotas e educação a distância.	69%	16%	5%	11%
Durante a pandemia do COVID-19 tive ansiedade, irritação ou falta de concentração.	38%	28%	15%	19%

Questão	Concordo	Concordo Parcial	Neutro	Não Concordo
Estou tendo excelente aprendizagem com as aulas remotas e educação a distância.	34%	40%	12%	14%
Estou tendo excelentes notas (até o momento) com as aulas remotas e educação a distância.	51%	37%	6%	6%
Não tenho dificuldades em planejar e me organizar para as aulas remotas e educação a distância.	45%	38%	3%	15%
Acredito que seja necessário aulas práticas presenciais para revisar as aulas laboratoriais ministradas	31%	23%	18%	28%
A Faculdade possui pessoal, tecnologia e infraestrutura para realizar e transmitir as aulas para 20% dos alunos de forma presencial e 80% dos alunos online.	20%	20%	35%	25%
Acredito ser necessário o atendimento psicológico para alguns alunos.	38%	25%	23%	14%

Fonte: Autores, 2020

Porém, é necessário refletir que uma parte dos resultados não foi tão satisfatória, trazendo à tona a problemática do acesso, pois nem todos os alunos possuem computadores e uma boa internet para participarem das aulas remotas. No gráfico 1 é possível observar, igualmente, a situação dos alunos nos anos de 2019 e 2020, nas 18 disciplinas analisadas no período de pandemia (no 1º semestre de 2020). Há um número expressivo de estudantes que não tiveram êxito, sendo 22 trancamentos, 9 cancelamentos, 4 desistências, 99 reprovadas por falta e 42 reprovadas por notas. Comparado com o semestre anterior no 2º semestre de 2019, houve aumento em todos os itens analisados em torno de 7% nas reprovadas por faltas, 55% nas reprovadas por notas, 14% nos trancamentos, 66% nos cancelamentos e de 25% nas desistências. No segundo semestre de 2020, comparando com o primeiro, pode-se observar uma redução de 8% dos alunos aprovados, com o aumento de 13% dos reprovados por falta, de 113% dos trancamentos, de 80% nos cancelamentos. O percentual de desistência se manteve igual ao do 1º semestre, a evolução foi na diminuição de 43% na reprova por notas.

**Gráfico 1** - Recorte da situação de matrícula dos alunos nas 18 disciplinas selecionadas nos anos de 2019 e 2020



Fonte: autores, 2021

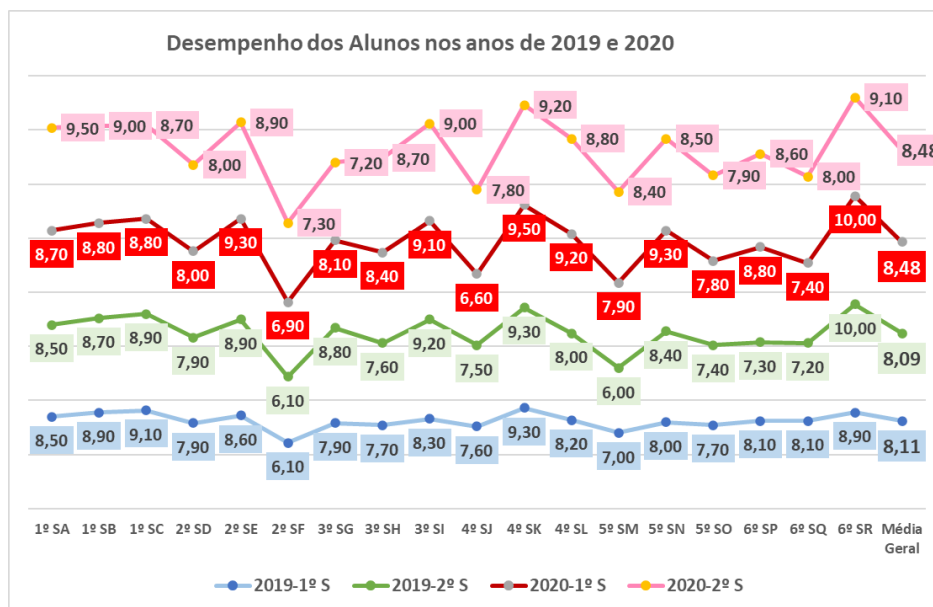
O gráfico 2 demonstra uma regularidade entre as notas das turmas que estavam no 1º semestre de 2019. Porém, com relação ao 2º semestre de 2019 essa regularidade entre as notas diminui e o resultado assinala picos em algumas médias de disciplinas. Com referência ao período da pandemia, entre os 1º e 2º semestres do ano de 2020, observa-se uma não uniformidade entre as médias e a intensificação das irregularidades, porém houve uma pequena evolução nas médias das disciplinas. Na média geral ocorreu um crescimento de 4,5% se comparado ao ano de 2019.

Todos esses resultados nos trouxeram outros alertas. Nem tudo que havia sido planejado estava surtindo os efeitos esperados. Do mesmo modo, possibilitou para todos os envolvidos no processo uma reavaliação das ações e a necessidade de novos ajustes para os planejamentos subsequentes.

Também permitiu que o cenário educativo da Fatec Bauru fosse visto com mais realidade. Na emergência exigida para as ações de continuidade do processo de ensino-aprendizagem o que foi possível observar é que, de forma geral, tanto o corpo dirigente da instituição, como o corpo técnico-administrativo e os discentes buscaram as melhores práticas, mas que ainda, naquele momento, não era possível prever os resultados. Os dados, embora parciais, pois não acarbou a totalidade dos discentes e nem das disciplinas ministradas, evidenciaram que outros caminhos são necessários e outras práticas precisavam ser desenvolvidas.

Do mesmo modo, o gráfico 2 avalia o resultado entre as disciplinas selecionadas no estudo, trazendo um comparativo dos anos de 2019 (antes da pandemia) e de 2020, em plena fase da doença.

**Gráfico 2** - Desempenho nas 18 disciplinas selecionadas nos 1º e 2º Semestre de 2019 e 2020



Fonte: autores, 2021

Apesar dos bons resultados nas notas e nas médias gerais, esse é um indicador que necessita de cuidados e de verificação mais apurada, pois uma das questões avaliadas denota que a maioria dos estudantes, cerca de 54%, sendo 31% que concordam e 23% que concordam parcialmente, acredita na necessidade de revisões das aulas laboratoriais, demonstrando a existência de lacunas deixadas nos conteúdos ministrados em algumas disciplinas.

Alguns resultados trazem a preocupação com a saúde mental dos alunos e as providências que poderiam (e devem) ser tomadas pelos órgãos competentes antes da retomada das aulas presenciais. Sendo constatado que durante a pandemia do Covid-19, 38% dos alunos concordam que tiveram ansiedade, irritação ou falta de concentração e que 28% tiveram parcialmente os mesmos sintomas. Também, 38% concordam que é necessário o atendimento psicológico para alguns alunos e 25% dos alunos concordam parcialmente com a necessidade.

Aliado a esses resultados pode-se visualizar os sentimentos dos estudantes disponibilizados para um maior entendimento, nas nuvens de palavras. Estão presentes palavras como: “Medo”, “Tristeza”, “Ansiedade”, entre outras, que demonstram a necessidade urgente da IES pensar em outras alternativas para ajudar os estudantes a superarem essa fase difícil, não somente no pós-pandemia, mas que ações possam ser implementadas de forma imediata e, principalmente continuada.

Uma dessas implementações, como afirmações Rodrigues, Cardoso, et al. (2020), é a necessidade de criação, por parte das instituições de ensino superior, de núcleos para o atendimento psicológico, objetivando ajudar na saúde mental dos discentes.

Quanto ao retorno das aulas na modalidade presencial, os resultados da pesquisa apresentam que é uma preocupação de 70% dos estudantes que desejam retornar somente quando estiverem imunizados com a vacina e 30% admitem retornar de forma presencial com todos os protocolos de segurança e distanciamento social. Para o caso da adoção do retorno gradativo, com 20% presencial e 80% remoto, que seria aproximadamente 8 alunos mais o docente para uma turma de 40 alunos em aulas laboratoriais, os resultados da pesquisa demonstram que 20% dos alunos acreditam que a faculdade tenha infraestrutura, pessoal e possa ministrar e transmitir as aulas. Por outro lado, 20% dos estudantes acreditam parcialmente e 25% dos alunos assinalam que não será possível a realização e transmissão das aulas neste modelo. O quadro 2 abaixo demonstra esses resultados

**Quadro 3** - Questão aplicada aos discentes

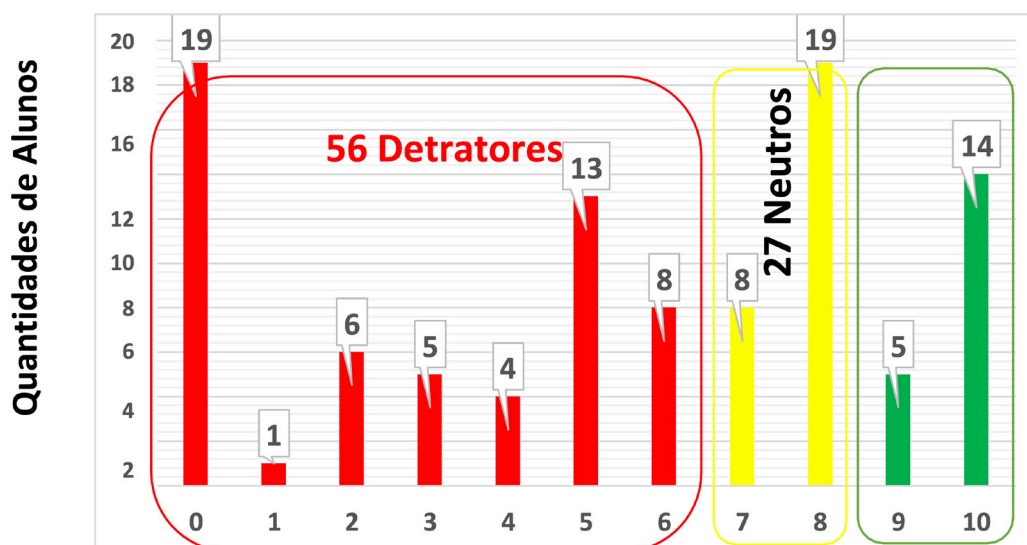
Questão	Concordo	Alternativa
Qual é a sua opinião para a volta as aulas presenciais?	70%	Volta as aulas Presencial somente com a vacinação.
	30%	Volta as aulas presencial mantendo (distanciamento, máscara, aferição de temperatura, álcool em gel, etc.) com capacidade reduzida, no caso de laboratórios de informática com a capacidade de 8 alunos de forma presencial e o restante da turma a distância participando das aulas transmitidas online.

Fonte: autores, 2021

Dando continuidade a pesquisa, na 15ª pergunta utilizou-se o *Net Promoter Score* (NPS) através do questionamento: “Qual é a sua expectativa de retornarmos às aulas presenciais no ano de 2021?” onde zero, é nada provável e dez, extremamente provável.

Para análise dessa resposta utilizamos os conceitos de Reichheld (2011). Para o autor, de acordo com o percentual apurado na resposta da questão, pode-se enquadrar em uma das quatro zonas: 1) caso o resultado atinja de 75% a 100% considera-se zona de excelência; 2) se o resultado for de 50% a 74% zona de qualidade; 3) se o resultado estiver entre 0% a 49% será considerado zona de aperfeiçoamento e 4) caso esteja entre -100% a -1% será considerado zona crítica. Reichheld (2011) defende ser possível observar com mais assertividade o pensamento dos respondentes. No gráfico 3 visualiza-se os 56 detratores apurados, que são os alunos que votaram de 0 a 6. Esses respondentes são aqueles que não acreditam e fazem propaganda negativa. Os neutros que são aqueles alunos que votaram na expectativa 7 e 8; e os promotores, aqueles que escolheram em 9 e 10, que são os que acreditam e fazem propaganda positiva. Para medir o grau de cada um aplicou-se os dados apurados no NPS=% Promotores-% Detratores, obteve-se como resultado NPS = -37%. Assim, é possível afirmar que o resultado encontra-se na zona crítica, ou seja, segundo a metodologia o resultado demonstra que os alunos não acreditam no retorno das aulas presenciais para o 1º semestre do ano de 2021.

Gráfico 3 - Expectativa de Retorno das Aulas Presenciais 2021



Fonte: Reichheld (2011), adaptado pelos Autores

Na 13ª pergunta foi solicitado aos respondentes: “Resuma em uma palavra o seu sentimento para expressar o que estamos passando com a COVID-19 (Saúde)”.

As palavras destacadas no Form pelos alunos foram analisadas através do software WORDLE, gerando a nuvem de palavras conforme disponibilizado na Figura 2. As palavras: “Medo”, mencionada 13 vezes; “Tristeza”, mencionada por 10 vezes; “Ansiedade”, 7 vezes; “Resiliência”, 5 vezes; “Dificuldades”, 5 vezes; “Adaptação”, 4 vezes, como aquelas com maior número de escolhas.

O resultado, combinado com outros dados analisados anteriormente, sinaliza com um alerta em torno não somente da saúde física dos estudantes, mas e principalmente para o grau de insegurança, medo e ansiedade vivido por essa comunidade diante da Pandemia.

Figura 2 - Palavras dos alunos para expressar o momento da COVID-19



Fonte: Autores, gerado através do Software WORDLE, 2020

“Resuma em uma palavra o seu sentimento para expressar o que devemos esperar com a pós COVID-19 (Saúde)”, foi a 14ª alternativa, onde os estudantes deveriam extenar o sentimento através de palavras-chave. Após, as palavras destacadas no Form pelos alunos foram analisadas no software WORDLE e gerou-se a nuvem conforme apresentada na figura 3.

Os resultados apontam as palavras: “Esperança”, mencionada 12 vezes; “Mudanças” por 8 vezes; “Empatia” e “Normalidade”, mencionadas 4 vezes cada, “Incertezas”, 3 vezes e foram mencionadas 2 vezes as palavras: “Alegria”, “Cuidado”, “Aprendizado”, “Apreensão”, “Humanização”, “Paciência”, “Recomeço”, “Recuperação”, “Reestruturação”, “Solidariedade” e “União”.

As palavras escolhidas pelos estudantes demonstram que eles acreditam que mudanças ocorrerão, mas que embora o cenário futuro se desenhe com esperança,





coordenadores e em especial da equipe do colegiado do curso de Banco de Dados e das e dos discentes foram fundamentais para esse resultado.

Os números apresentados demonstram que, apesar do desafio ser alcançado, não se obteve excelência nos resultados, pois as aulas presenciais carregam outras características e que são muito diferentes das aulas remotas. Como não tínhamos vivenciado essa experiência de forma conjunta, a exigência na adaptação do novo cenário foi bastante significativa para todos.

Vários fatores influenciaram para resultados não tão promissores, como: a desigualdade social existente em nosso país, pois nem todos os alunos possuem as mesmas condições sócio-financeiras e de saúde para lidar com as questões da forma e com a urgência que elas se apresentaram no período de análise. Desta forma, os indicadores resultantes merecem a atenção dos órgãos competentes, pois nota-se que a fragilidade da saúde mental dos servidores docentes e técnicos, bem como dos discentes, agravada em muitos casos por força das circunstâncias enfrentadas, merecem a mesma atenção e o cuidado dispensado ao planejamento e as ações que foram empreendidas para que o processo de ensino-aprendizagem tivesse continuidade, de forma remota.

Quanto ao retorno das aulas presenciais, os dados nos orientam que essa ação não deve ser realizada de maneira precipitada, sob pena de colocar em risco todo o trabalho, as ações e os sacrifícios realizados. Que em nossas unidades a qualidade do processo de ensino-aprendizagem continue sendo o grande foco de todo o planejamento que temos que empreender, considerando sempre que a saúde precisa ser olhada em sua amplitude, ou seja, física, mas também mental.

Finalmente, é preciso assinalar que esse processo ofertou para todos os envolvidos novas competências, experiências e habilidades, em especial aos docentes, enriquecendo ainda mais a educação em seu processo mais amplo de ensino-aprendizagem, reafirmando ser esse um caminho seguro e fundamental para o país democrático e desenvolvido para todas e todos.

## REFERÊNCIAS

Agência Brasil. (2021). Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano#:~:text=O%20Brasil%20identificou%20>

[a%20primeira,a%20primeira%20morte%20pela%20doen%C3%A7a](#). Acesso: maio de 2021.

CEE. (2020). (2020). *Deliberação CEE 177/2020*. CEE Conselho Estadual de Educação. São Paulo-SP, p. 1-9.

- CPS; CESU. (2020). *Orientações Didático-Pedagógicas*. Guia para aulas online nas Fatecs, São Paulo-SP, v. 1, n. 1.0, p. 25, abr.
- CPS; GDS(A). (2020). *CPS Centro Paula Souza, Gabinete da Diretoria Superintendente*, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/comunicado-cps-coronavirus-2.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- CPS; GDS(B). (2020). *Centro Paula Souza, Gabinete da Diretoria Superintendente*. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/comunicado-cps-coronavirus-4.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- CPS; GDS(C). (2020). *CPS Centro Paula Souza, Gabinete da Diretoria Superintendente*. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/comunicado-cps-coronavirus-5.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- CPS; GDS(D). (2020). *CPS Centro Paula Souza, Gabinete da Diretoria Superintendente*. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/comunicado-cps-coronavirus-6.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- CPS; GDS(E). (2020). *CPS Centro Paula Souza, Gabinete da Diretoria Superintendente*. Disponível em: <[https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/Comunicado\\_CPS\\_Coronavi%CC%81rus-9.pdf](https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/Comunicado_CPS_Coronavi%CC%81rus-9.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- Joye, C. R.; Moreira, M. M.; Rocha, S. S. D. (2020). Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-29, nov. ISSN 2525-3409.
- Machado, Livia; Feitosa Júnior, Alessandro; Paulo, Paula Paiva; Rodrigues, Rodrigo. (2021). *Logo após aprovação da Anvisa, governo de SP aplica em enfermeira a 1ª dose de vacina contra Covid-19 no Brasil*. Material recolhido do G1 SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/apos-aprovacao-da-anvisa-governo-de-sp-aplica-1a-dose-da-coronavac-antes-do-inicio-do-plano-nacional-de-vacinacao.ghtml>. Acesso: maio.
- MARTIN, P. D. S. et al. (2020). História e Epidemiologia da COVID-19. *ULAKES Journal of Medicine* <http://revistas.unilago.edu.br/index.php/ulakes/article/view/253/232>, São José do Rio Preto-SP, v. 1, n. Edição Especial Covid-19, p. 11-22, jul.
- OMS. who.int/. World Health Organization (2020). Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 02 nov.
- Pereira, R. (2012). Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão-SE, 20 a 22 set.
- PORTAL G1. (2021). *Brasil tem média móvel de 2.375 mortes por Covid a cada dia; total de óbitos vai a 408,8 mil*. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/03/brasil-tem-media-movel-de-2375-mortes-por-covid-a-cada-dia-total-de-obitos-vai-a-4088-mil.ghtml>. Acesso: maio de 2021.
- Reichheld, F.; Markey, R. *A Pergunta Definitiva 2.0*. 2ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. RODRIGUES, A. Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia.
- RODRIGUES, B. B. et al. (2020). Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19. *RBE M Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. Sup.1 e0149, out. ISSN 1971-5271.
- SANTAELLA, L. (2003). Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Famecos*, Porto Alegre-RS, v. 22, n. Quadrimestral, p. 23-32, dez. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3229/2493/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- Saraiva, K.; Traversini, C.; Lockmann, K. (2020). A Educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa - PR, v. 15, n. 2019-08-10, p. 1-24, out. ISSN 1809-4031.
- SBC Horizontes (2020). ISSN 2175-9235. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/ensino-remoto-na-educacao-superior/>>. Acesso em: 14 nov.

Stuchi, H. N.; Genjuridico (2020). *Genjuridico*. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2020/04/06/medida-provisoria-936-entenda/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Teixeira, L.; Alves, L. (2020). Especial Covid-19: o olhar dos historiadores da Fiocruz. *Portal.Fiocruz*, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/>>. Acesso em: 01 nov.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Claudines Taveira Torres**

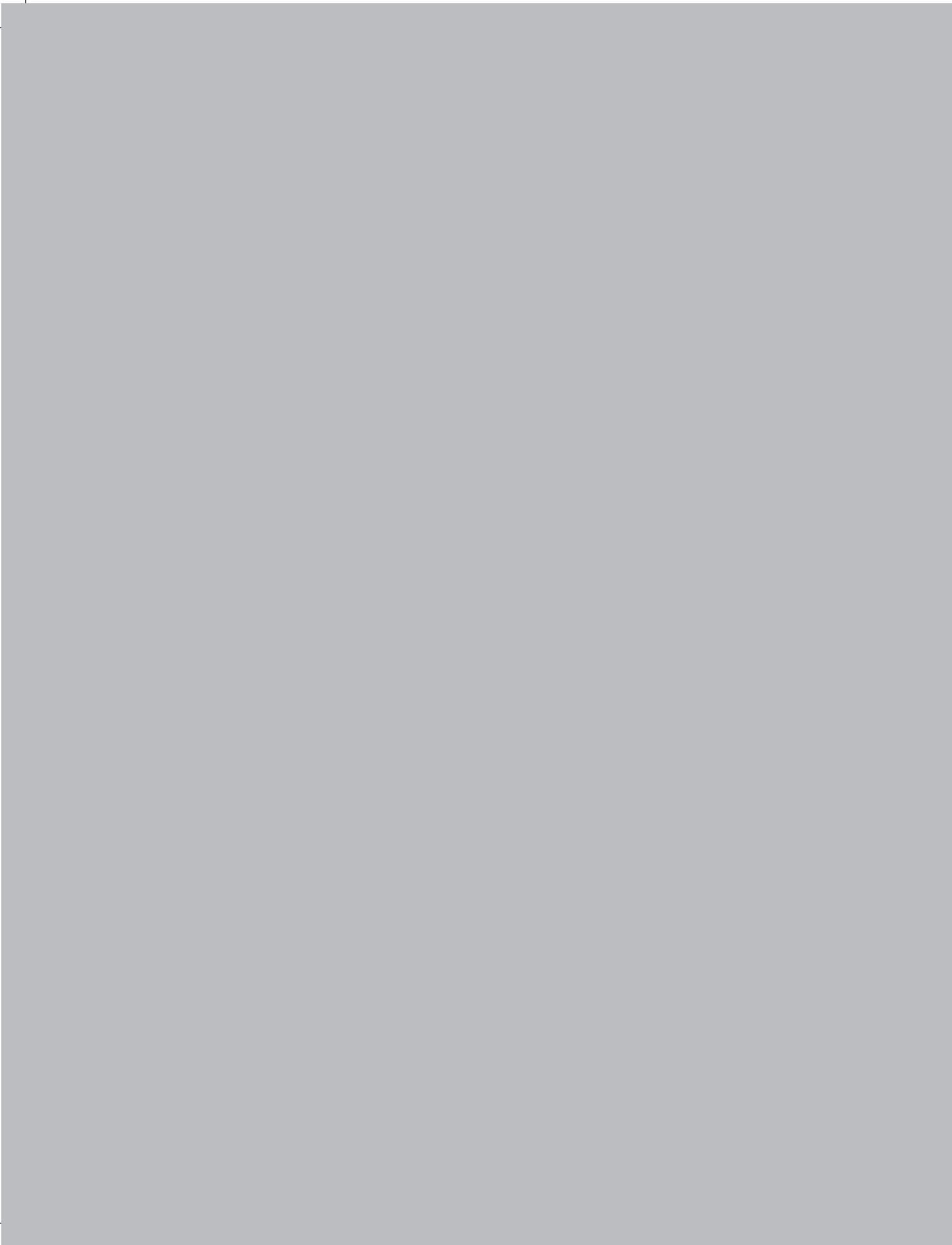
Doutorando da Unesp Bauru em Mídia e Tecnologia. Mestrado em Mídia e Tecnologia na Unesp - “FAAC” - Bauru - SP, Pós Graduação em Engenharia de Telecomunicações pela UNESP - Bauru - SP, Graduação em Análise de Sistemas pela USC - Bauru, Técnico em Informática pelo CTI - UNESP - Bauru -SP. Atuante na Área educacional nos Cursos de Ciência da Computação, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Banco de Dados, Pós Graduação em Administração, Desenvolvedor de Software para as áreas: Comércio, Indústria e Educação.

### **Maria Cristina Gobbi**

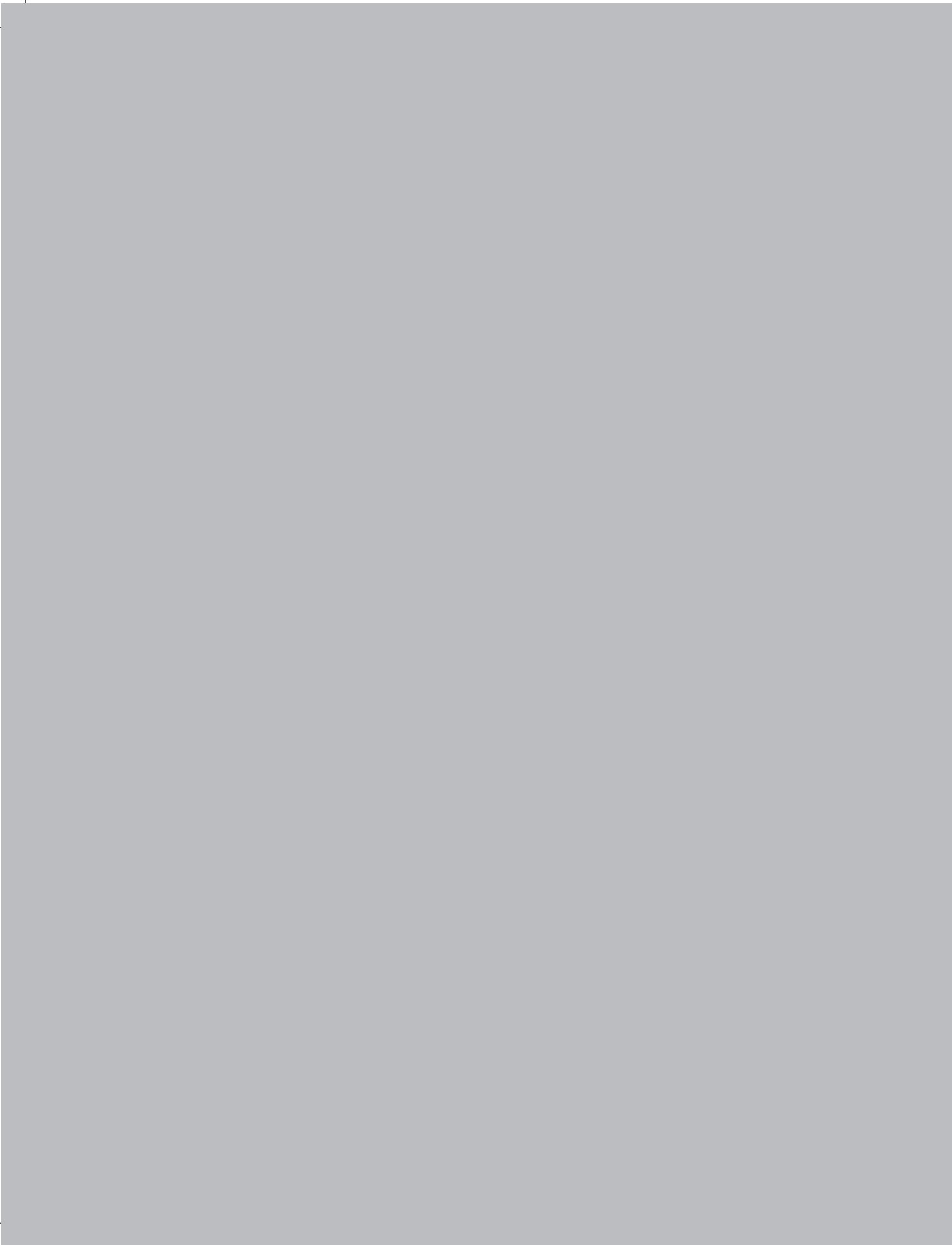
Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina (2014) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bolsista de Produtividade do CNPq, nível2. Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), gestão 2019-2023. Fundadora do Grupo Pensamento Comunicacional Latino-Americano Pesquisa (PCLA), registrado no CNPq, desde 2000. Bolsista da Fapesp (Processo 2019 / 26715-2). Ganhadora do Prêmio Luiz Beltrão - Maturidade Acadêmica, da Intercom (2014). Email: [mcgobbi@terra.com.br](mailto:mcgobbi@terra.com.br)

### **Anderson Rogério Campana**

Doutorando em Mídia e Tecnologia (PPGMiT), na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC, Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Bauru - SP (2018-2022). Mestre em Mídia e Tecnologia pela mesma instituição. Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2017) e em Tecnologia em Informática - Gestão da Produção Industrial - pela Faculdade de Tecnologia de Jahu (2009). Encarregado de Equipamentos de Tecnologia e Suporte da Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita. Tutor Mediador EAD em diversos cursos da UNIVESP (2019). Certificado Google for Education Nível 1.



PARTE IV  
CONTEXTOS DE GÊNERO,  
RAÇA, DIVERSIDADE



# GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMINISTA: A VISIBILIDADE DA MARCHA DAS VADIAS NOS PORTAIS DE NOTÍCIA PERNAMBUCANOS ENTRE 2011 E 2016

Ana Maria da Conceição Veloso e Laís Cristine Ferreira Cardoso  
Universidade Federal de Pernambuco

## INTRODUÇÃO

Ao final do século XIX, o feminismo eclode como pensamento crítico e ação política, visando à igualdade de gênero e a retirada das mulheres da condição de sujeição ao domínio masculino patriarcal em todo o mundo. Entre outras bandeiras, está a democratização da vida cotidiana, a ampliação dos lugares de interlocução na esfera pública e o reconhecimento do lugar das mulheres na história (Veloso, 2011).

Desde sua efervescência nos anos de 1970 e 1980, o feminismo foi agente propulsor de algumas ações que transformaram a sociedade, na tentativa de inscrever as mulheres como sujeito políticos de sua própria história. Esse legado feminista vem sendo retomado pela Marcha das Vadias, ao colocar na cena pública internacional pautas resgatadas da década de setenta, tais como “nosso corpo nos pertence” e “meu corpo: minhas regras”, dentre outros jargões que embalaram a militância pela autonomia das mulheres.

A trajetória da Marcha das Vadias teve início no Canadá, em 2011, quando cerca de três mil mulheres saíram às ruas para protestar contra a postura de um policial que recomendou que as mulheres evitassem se vestir de maneira provocante para não serem vítimas de estupro. A manifestação ficou conhecida como *Slutwalk*, e rapidamente se espalhou para diversas partes do mundo, como Los Angeles, Chicago, Buenos Aires e Amsterdã, quando grupos de mulheres resolveram realizar



caminhadas para protestar contra a violência, em oposição aos fundamentalismos religiosos e pela liberdade de expressão feminina.

A manifestação chegou ao Brasil em 2011 e se repete desde então, acontecendo em diversos estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Paraíba, entre outros, além do Distrito Federal. As reivindicações tiveram ampla cobertura dos grupos de mídia, bem como dos portais de notícias na internet. Trata-se de um fenômeno não só social, mas midiático, ou midiaticizado, uma vez que as indústrias culturais também foram responsáveis pela popularização do evento. Estima-se que os atos públicos envolveram mais de 10 mil pessoas no país, em 2011, cerca de 20 mil pessoas em 2012 e mais de 25 mil pessoas entre 2013 e 2014<sup>1</sup>.

O que está em jogo, para as militantes da Marcha, não é somente conferir legitimidade ao discurso ou uma expressão de uma ideologia do feminismo; o movimento apresenta as mulheres como expoentes de uma causa na arena política. O rompimento com a naturalização de que a diferença biológica resultaria em diferença política foi um dos desafios do feminismo, uma vez que essas ideias fundamentaram, por muito tempo, as relações sociais entre os sexos, ao refletir como estão articulados conceitos como poder, patriarcado e diferença sexual: “A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade, ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai de encontro à máxima legada pelo feminismo: ‘o pessoal é político’” (Saffioti, 2004, p.55).

A luta das mulheres também perpassa uma questão central na discussão acerca de seus direitos e na conquista dos espaços: a mídia. Os veículos de comunicação tendem a reproduzir o discurso e a ideologia dominante, uma vez que são pertencentes a uma elite empresarial e política detentora dos meios de produção. Para além de invisibilizar certos temas, há também uma função perniciososa para o exercício da cidadania que a mídia tende a exercer: àquela que apresenta a realidade de modo distorcido, reforçando estereótipos e reproduzindo preconceitos. Dessa maneira, tendo em vista a inclusão da Marcha das Vadias no calendário das reivindicações das mulheres pernambucanas, faz-se necessário entender como os portais de notícia pernambucanos retrataram a manifestação ocorrida no Recife.

---

1 Estima-se que, em 2014, mais de 200 cidades do mundo realizaram Marchas das Vadias. Quanto aos números de participantes nas marchas de 2015 e 2016, não foram encontrados dados consolidados.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

O presente artigo visa analisar a cobertura dos sites de notícia pernambucanos sobre a Marcha das Vadias entre 2011 e 2016, isto é, seis primeiros anos de sua realização. A escolha pela mídia eletrônica se baseia na intenção de considerar o material noticiado pelos meios de comunicação na plataforma na qual a marcha, no período estudado, foi amplamente mobilizada. Além disso, levamos em consideração que as mídias digitais possuem um pouco mais de liberdade para trabalhar as notícias, podendo promover a interação entre elementos textuais e não textuais, incrementar a produção com recursos visuais e promover o *link* entre diversas áreas convergentes, questões não possíveis na mídia impressa e televisiva. Desse modo, o potencial dos portais de notícias, para a cobertura de temas relativos aos direitos humanos femininos deveria ser, em tese, menos limitado. Sendo assim, qual a abordagem dada pelos portais na coberturadas manifestações? As matérias veiculadas contribuem para o debate público acerca das questões apontadas pelos protestos?

Para tal investigação, foi empreendida a Análise de Conteúdo (AC) das matérias veiculadas e realizado um levantamento bibliográfico sobre a imagem da mulher na mídia. O artigo também leva em consideração as conclusões de outros estudos sobre influência da mídia no debate público, com recurso à teoria do agendamento, haja vista o poder dos meios de comunicação no engendramento do real e da vida em sociedade, e teve como base produções que compreendem a comunicação como direito humano.

O estudo de cunho qualitativo trabalha com valores, representações. Segundo Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais. Para Pita Fernández e Pértegas Díaz (2002), “La investigación cualitativa trata de identificar la naturaleza profunda de las realidades, su sistema de relaciones, su estructura dinámica” (Fernández; Díaz, 2002). Ela é importante para guiar a análise dos dados levantados ou para fundamentar a interpretação com observações mais detalhadas, como defende Filstead, citado por Bauer e Gaskell (2002).

Além de qualitativa e analítica, estamos lidando, fundamentalmente, com um estudo de caso. De acordo com Gil (2009), o estudo de caso tem como características essenciais: o fato de ser um delineamento da pesquisa, e não um método de coleta de dados; preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado; de investigar um fenômeno contemporâneo; de, no contexto onde está inserido, o fenômeno ser

considerado como fundamental; de requerer a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados; e é um estudo em profundidade.

Compreendemos, então que trabalhos com tais características, como o que analisa a cobertura on-line dos grupos de mídia pernambucanos sobre a Marcha das Vadias, podem espelhar tendências e ajudar na caracterização das relações entre homens e mulheres no campo onde as indústrias culturais estão se desenvolvendo. Assim, foram analisadas 37 matérias veiculadas pelos portais de notícias do Estado, que abordaram a realização da Marcha das Vadias do Recife entre os anos 2011-2016. São eles: G1, NE10/ JC Online, DiariodePernambuco.com, FolhaPE e LeiaJá.

**Tabela 1** - Caracterização dos portais de notícias analisados nesse estudo

PORTAL ESTUDADO	GRUPO A QUE PERTENCE
<b>G1 Pernambuco</b>	Subdivisão do portal de notícias nacionais G1, mantido pela Globo.com e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Lançado em 2006, o portal disponibiliza o conteúdo de jornalismo das diversas empresas das Organizações Globo, além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.
<b>NE 10</b>	Foi o primeiro site de notícias de Pernambuco e faz parte do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação (SJCC), do qual também faz parte o Jornal do Comercio. Publica notícias não só de Pernambuco, mas também nacionais e internacionais e possui parceria com o portal UOL.
<b>DiariodePernambuco.com</b>	É a versão on-line do Diário de Pernambuco, jornal mais antigo em circulação na América Latina. O site é uma variação do portal Pernambuco.com, que também possui os jornais Diário de Pernambuco e AquiPE, além das rádios Clube Fm e Globo AM. Esses veículos ainda mantêm relação com os outros veículos do Grupo Diarios Associados, do qual fizeram parte até outubro de 2015, quando o Grupo R2, empresa dos irmãos Alexandre e Maurício Rands, sendo esse último importante político de Pernambuco, adquiriu os veículos pernambucanos.
<b>FolhaPE</b>	Reúne notícias locais, nacionais e internacionais, além de conteúdo de entretenimento, todos ambientados em forma multimídia. O portal é integrado aos demais veículos de comunicação do Grupo EQM: Rádio Folha FM 96,7 e jornal Folha de Pernambuco.
<b>LeiaJá</b>	Integra o Sistema de Comunicação LeiaJá LTDA. Surgido em 2011, o portal conta com aproximadamente 30 profissionais em sua equipe e oferece cobertura jornalística tradicional, abrangendo temas como política, economia, cidades, esportes, tecnologia e cultura.

Fonte: Elaboração das autoras

## AS MULHERES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E NA INTERNET

Para muitos pesquisadores, os veículos de comunicação fixam estereótipos geradores de preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes a formações ideológicas sexistas. A mídia reforça um modelo de *superwoman*, isto é, da mulher que está inserida no mercado de trabalho, que cuida dos filhos, do marido e da casa e ainda está sempre arrumada, reforçando modelos de beleza calcados na feminilidade e na juventude. Para a pesquisadora e integrante do Observatório da Mulher, Rachel Moreno:

A mídia comanda, sem mandar. Mandam a mulher ser bela, ser magra, ser boba, ser mãe, ser invejosa, competir com as outras, manda correr em busca da felicidade perfeita que virá a partir da compra de produtos e valores, da exibição de marcas e etiquetas que nos identifiquem e qualifiquem. Sem tom de mando, a mídia evita a resistência e a rebelião. (Moreno, 2009, p. 13)

Um outro modelo reforçado pela mídia é o da mulher enquanto objeto sexual, quando do uso excessivo de seu corpo como ator midiático: “(...) no vídeo e na mídia impressa, abundamos como “musas”. Anunciamos, vendemos, somos insinuadas como moscas ou brindes, que praticamente caem no colo do feliz proprietário ou consumidor do produto anunciado, como nas propagandas de carro, de cerveja etc.” (Moreno, 2012, p. 23)

Nessas ocasiões, Ciro Marcondes Filho (1992) aponta que a mulher é reduzida a um objeto de satisfação masculina e seu prazer é reduzido a partes especiais do corpo, que passam a ser erotizadas. A sexualidade é utilizada como uma forma de poder: o homem transforma a mulher em mercadoria, e essa é transformada em meio de conquistar *status* e poder econômico.

Dados publicados no livro *A imagem da mulher na mídia: Controle social comparado* (2012), de Rachel Moreno, apontam que nos telejornais, espaço considerado sério na grade de programação televisiva, a presença feminina limita-se a apenas 18% dos noticiários, e as mulheres são frequentemente apresentadas como vítimas ou testemunhas do ocorrido do que como protagonistas. Sendo assim, “o espaço em que poderíamos expressar publicamente nossas ideias e opiniões se encolhe à dimensão da exposição de nossos sentimentos e emoções”. (Moreno, 2012, p. 23)

No entanto, cidadãs engajadas na luta pelos direitos das mulheres e integrantes do movimento feminista têm utilizado estratégias para quebrar esse bloqueio e tentar

ampliar o debate acerca dos direitos femininos. Como uma reação aos veículos de comunicação de massa e com o desenvolvimento tecnológico e as mídias digitais, muitos (as) receptores (as) antes considerados (as) passivos (as), tornam-se sujeitos emissores de mensagens por meio da internet, sobretudo pelas redes sociais. Dessa forma, podemos verificar o “potencial transformador propiciado pelas TIC. Sem dúvida, na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente”. (Vieira, 2012, p. 13)

Segundo Vera Vieira, as mídias digitais trazem a perspectiva de novas dinâmicas de representação da mulher. Na era da informação e da comunicação, o complexo midiático está determinando uma nova sociedade, em todos os aspectos, vislumbrando novas esferas públicas que podem resultar no exercício cotidiano da cidadania. “Ou as mulheres, por intermédio da educação de gênero, embarcam no mar de possibilidades existentes com essa nova realidade ou vão ficar a ver navios...”. (Plou;Vieira, 2007, p. 41-42)

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que tem por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD<sup>2</sup>, em 2019, aponta que a Internet era usada por cerca de 82,7% dos domicílios brasileiros. O estudo revela, ainda, que acesso à internet por mulheres vem aumentando em ritmo mais acelerado em relação ao acesso dos homens. O número de internautas do sexo feminino representava 79,3%, enquanto o de internautas do sexo masculino era de 77,1%.

Apesar do crescimento do número de mulheres com acesso e uso de internet, não podemos dizer que elas estão plenamente conectadas com qualidade e podendo fazer suas intervenções políticas via redes livremente, uma vez que as assimetrias de gênero não são resolvidas apenas com a chegada delas nos espaços virtuais digitais. A desigualdade de acesso às TIC existente entre homens e mulheres tem relação com a disparidade de gênero mais ampla que existe na sociedade.

De acordo com Katerina Fialova e Flavia Fascendini (2012), coordenadora do projeto GENDERIT.org e editora do portal do projeto, respectivamente, para que as tecnologias da informação e comunicação sejam mais acessíveis para as mulheres, elas deveriam poder conectar-se às TIC de qualquer lugar. Além disso, os conteúdos e espaços online disponíveis teriam que atender às necessidades e interesses das internautas. Elas complementam afirmando que “as mulheres e suas organizações devem ter a capacidade de usar e tirar proveito das TICs”. (Fialova; Fascendini, 2012, p. 40)

---

2 Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf).

Além de auxiliar na organização e mobilização tanto via *Facebook*, quanto pelo *Twitter*, a internet teve outra função no caso da Marcha das Vadias: a de noticiar o ato e, assim, criar um possível espaço para dar visibilidade às reivindicações das mulheres. Possível porque, mesmo noticiando a Marcha, os sites podem, em sua cobertura, manipular as informações e, dependendo da maneira como a notícia é veiculada, pode tanto propiciar a ampliação do debate público acerca do tema ou, simplesmente, reduzi-la a mais uma dentre tantas outras manifestações por direitos ocorridas no mesmo período.

### **A MÍDIA, AS “VADIAS” E A ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO**

Como uma das estruturas responsáveis pela transmissão, produção e reprodução de subjetividades, a mídia não pode ser enxergada como simples aparato tecnológico, uma vez que assume funções sociais no mundo moderno. Bernard Miège (2000) diz que a esfera da comunicação funciona como um lubrificante geral das relações sociais de produção, de consumo e de intercâmbio cultural. “Os media são, acima de tudo, organizações industriais e comerciais que produzem e distribuem bens. (...) A economia política da comunicação está interessada, principalmente, no estudo da comunicação e dos media como bens produzidos por indústrias capitalistas”. (Murdock; Golding *apud* Wasko, 2006, p. 33)

Sendo assim, as dimensões econômicas, simbólicas e materiais que permeiam a relação das mulheres com as indústrias culturais e a totalidade social devem ser aprofundadas de forma integrada, como propõem Michèle Mattelart (1982), Vicente Mosco (2010), Janet Wasko (2006), entre outros. Com destaque para a superação, na academia, dos estudos onde:

La necesidad de subrayar la articulacion com la totalidad social nos lleva, antes de abordar el tema, a intentar definir de manera general, y a muy grandes rasgos, el papel que desempeña las industrias culturales y el aparato de comunicacion y de cultura de masas com el cual se vinculan em La sociedad, y, por añadidura, a recordar muy someramente el lugar y la función de la mujer em esta misma sociedade (Mattelart, 1982, p. 5).

Porém, nem todas as expressões das indústrias culturais operam deliberadamente pela ocultação ou manipulação das informações. Adotar a concepção conspiratória

seria ignorar as exigências das audiências e as culturas de oposição que trafegam nessa pista. Além disso, é preciso dimensionar o risco de minimizar o papel decisivo do uso social que o público tem feito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e dos compartilhamentos de conteúdos, das inovações técnicas e das ações políticas realizadas pelos/as internautas com o acesso às redes sociais, sites e blogs. Isso porque, “como mediadoras auto-assumidas dos desejos, as corporações midiáticas não podem ignorar completamente sinalizações do cotidiano, alternâncias, sentimentos e tendências do consumo”. (Moraes, 2008, p. 24)

De tal sorte, o quadro teórico-metodológico da economia política feminista é importante recurso quando da análise da inserção do tema Marcha das Vadias nos portais de notícias dos principais grupos de mídia pernambucanos, por revelar tendências investigativas em torno da presença das mulheres nas coberturas de pautas relacionadas aos seus direitos. Desse modo, a “(...) meta para a economia política é determinar a melhor forma de teorizar os gêneros dentro de uma análise política, econômica, ou seja, para sugerir áreas de compreensão e, quando essa não é possível, para identificar termos ou zonas de engajamento” (Mosco, 2010, p. 196). Vincent Mosco (2010), Carolyn M. Byerly e Karen Ross (2006) revelam que, quando teorizamos acerca da posição das mulheres nas indústrias culturais, devemos pesquisar, dentre outros aspectos, as microestruturas: se os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação analisam a representação delas como sujeitos promotores dos seus direitos humanos.

## **ENTRE SANTAS E PUTAS: A MARCHA DAS VADIAS NOS JORNAIS PERNAMBUCANOS**

A Marcha das Vadias do Recife acontece desde 2011, sempre no mês de maio, momento em que também ocorrem manifestações em outros estados. Na capital pernambucana, além da caminhada, fazem parte da programação: leitura de textos que exaltam os direitos humanos das mulheres, bem como a confecção dos cartazes usados durante a manifestação, seminários nas universidades, debates preparatórios e a apresentação de grupo de percussão formado por mulheres.

A manifestação tem o maior objetivo de reivindicar os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, mas congregou, em 2013, ativistas de outros movimentos, como a Marcha da Maconha, e do movimento pela democratização da comunicação, além de pessoas ligadas ao movimento estudantil, aos sindicatos e integrantes de partidos

políticos. No ano de 2014, a manifestação agregou as bandeiras de luta pelo direito à cidade, com a temática do movimento Ocupe Estelita<sup>3</sup>.

A Marcha das Vadias já se inseriu no calendário de manifestações de rua do Recife, conquistando espaço entre manifestantes pelos direitos das mulheres, atividades do movimento e mulheres comuns. Como reflexo, vem sendo abordada pelos veículos de comunicação, principalmente os portais de notícia, desde sua primeira edição. Dessa maneira, se faz importante analisar qualitativamente as coberturas da mídia pernambucana desde a primeira edição até 2016.

## **ANÁLISE DAS MATÉRIAS**

### **Análise - Ano 2011**

Em 2011, apenas dois portais de Pernambuco veicularam notícias sobre a Marcha das Vadias do Recife: o portal G1 e o NE10 - à época, JC Online. No primeiro site, a matéria, intitulada “Homens e Mulheres promovem a ‘Marcha das Vadias’ no Recife” (11 de junho de 2011, título), não possui texto e é baseada apenas em duas imagens dos cartazes erguidos pelos manifestantes, os quais expressam as reivindicações do movimento. As legendas limitam-se a contar como o Marcha surgiu e o seu objetivo.

Já a matéria veiculada no NE10/JC Online apresenta um texto informativo acerca da realização da Marcha no Recife, que conta a história do surgimento do movimento e elenca, de maneira pontual, algumas frases expostas nos cartazes, como observado no trecho “‘Respeito é sexy’ e ‘vaginas livres, corações rebeldes’ eram algumas das inscrições estampadas” (Cavalcanti, 2011, para. 2). Entretanto, não há menção acerca das reivindicações do movimento e nem da situação da violência contra as mulheres em Pernambuco. No que concerne aos personagens da matéria, o espaço é destinado apenas à fala do organizador da marcha. Quanto à caracterização da Marcha das Vadias, o jornalista destaca o “bom humor e descontração contra o machismo” (Cavalcanti, 2011, para. 1), o que pode colaborar com uma interpretação que desqualifica o caráter político da manifestação.

---

3 O Ocupe Estelita é um movimento composto por entidades da sociedade civil organizada, cuja finalidade é combater o desenvolvimento desordenado e segregador das cidades, com foco maior no Recife, sede do movimento. O #OcupeEstelita defende a inclusão social e convivência solidária na urbe. A ação se consolidou a partir da luta contra o Projeto Novo Recife (NR), um complexo imobiliário coordenado por empreiteiras de grande porte, que pretendem construir prédios luxuosos de até 40 andares no Cais José Estelita, área histórica do Recife.



## **Análise - Ano 2012**

Em 2012, a Marcha das Vadias perdeu o caráter de novidade e ganhou mais espaço nos portais de notícias de Pernambuco, fato que se refletiu tanto no tamanho dos textos como na quantidade de matérias divulgadas: 14 notícias ao total. Os textos possuem caráter informativo, se limitam a relatar a ocorrência da marcha, a história do movimento e seu objetivo. Em algumas notícias, há destaque para a participação dos homens, o que coloca a marcha como um movimento que luta por questões importantes para a sociedade em geral, e que precisa estar na pauta de decisões políticas, como pode-se perceber no exemplo:

Nomes da política também estiveram presentes e apoiando a iniciativa, como foi o caso de Edilson Silva (PSOL) (...). “Esse é um tema internacional que ultrapassa outras questões. É preciso lutar contra o machismo, a violência e a ideia de mulher-objeto. Não se pode culpar as mulheres por se vestirem de forma provocante”, comentou Edilson, que finalizou ‘o homem não é um animal indomável’ (Marcha das vadias arrasta mulheres...,2012, p. 2).

Quanto aos personagens das matérias, são poucos os textos que abrem espaço para os depoimentos de mulheres: dos 14 textos veiculados, apenas seis destacam falas femininas, que, em grande parte, são das organizadoras do protesto. No que concerne ao desdobramento das reivindicações da marcha, o mote da cobertura é o combate à violência contra a mulher, em especial a violência sexual. Em apenas duas matérias os jornalistas descentralizam o pleito dos manifestantes e citam outras bandeiras, como combate ao machismo e a objetificação do corpo da mulher, descriminalização do aborto, entre outras, como demonstra o trecho: “(...) mulheres e homens protestam contra a violência e o estigma de que o corpo é sinônimo de objeto e, acima de tudo, quebrar preconceitos e o machismo que tem feito várias vítimas por ano”. (Marcha das vadias arrasta mulheres...,2012, p.1)

Apesar da maior parte das matérias possuírem caráter informativo, é possível destacar notícia veiculada no portal JC Online intitulada “Marcha das Vadias pede fim da violência contra as mulheres”, no dia 26/05/2012, que destaca a importância da manifestação para o enfrentamento à desigualdade de gênero, conferindo caráter político importante ao movimento, conforme pode ser percebido pelo trecho: “Alguns desavisados pensaram que era sobre sexo, mas era sobre liberdade. Para defender a autonomia feminina e lutar por políticas públicas que inibam, efetivamente, a violência contra

as mulheres cerca de 1100 pessoas participaram da Marcha das Vadias durante a tarde deste sábado, no Recife”. (Marcha das Vadias pede fim, 2012, p. 1)

Ainda sobre a cobertura dos sites no ano de 2012, pode-se revelar uma peculiaridade: a presença da polícia como personagem/fonte das matérias, como no trecho “De acordo com o 11º Batalhão da Polícia Militar, mais de mil pessoas participam da mobilização, que também ocorre em outras cidades do Brasil.” (Marcha das Vadias reúne, 2012, p.1). Chama também atenção a conexão, realizada por alguns sites, entre a realização da Marcha das Vadias e a possibilidade de interrupção do trânsito da cidade, referendando um modelo de cobertura midiática que é aplicado nas matérias sobre movimentos sociais.

Quanto aos espaços onde foram publicadas as matérias, é perceptível a veiculação de notícias nos blogs ligados aos sites: uma matéria no Blog do Jamildo Melo (de política), do NE10; e uma notícia no Blog de Política, do Pernambuco.com. Os textos possuem um caráter mais informal, e possibilitam a colocação do jornalista e o relato, muitas vezes, em primeira pessoa. No tocante aos textos sobre a Marcha, foi observado o juízo de valor por parte dos jornalistas Jamildo Melo (NE10) e Josué Nogueira (Pernambuco.com), titulares dos blogs à época das matérias, que evidenciam a importância da manifestação para o combate a todo tipo de violência contra a mulher e à desigualdade de gênero. “A declaração polêmica – bastante machista – teve repercussão internacional, já que a frase dá a entender que as mulheres são culpadas pela violência que sofrem, ou que o fato de usarem roupas curtas daria aos homens o direito de fazerem o que bem entendem”. (Marcha das Vadias do Recife 2012 já ..., 2012, p. 4)

### **Análise – Ano 2013**

Em 2013, os textos limitaram-se a informar sobre a Marcha das Vadias, sem aprofundar as temáticas que permearam a manifestação. A violência contra a mulher foi o assunto que recebeu maior destaque, e, alguns sites, trouxeram dados sobre a violência de gênero, sem, no entanto, aprofundar a situação. Quando veiculadas em espaços menos burocráticos dos portais, como nos blogs dos colunistas ligados aos sites, em especial o blog de Política do DiariodePernambuco.com, os textos sobre a Marcha das Vadias são mais livres e contém juízos de valor do autor, como no trecho da matéria “Povo na rua! Marcha das Vadias acontece neste sábado no Derby”: “A mobilização, que se espalha mundo afora, contesta e desconstrói a ideia de que mulheres são culpadas pelas agressões que sofrem. (...) A decisão de ir pra rua reclamar direitos e se

fazer ouvir é exercício de cidadania dos mais saudáveis. A democracia respira e agradece!”. (Povo na rua..., 2013, p. 1)

No que concerne aos elementos não-textuais, em quase a totalidade dos portais foram utilizadas fotos da manifestação, que atribuíram, além da ilustração do texto, apelo visual à notícia, característica da própria mídia na internet, que tem como fundamental a integração entre texto, imagem e som. Os portais destacaram imagens de manifestantes usando peças íntimas e com frases pintadas pelo corpo. Contudo, o único portal que publicou uma galeria de fotos foi o LeiaJá!

### **Análise – Ano 2014**

Em 2014, assim como em 2012 e 2013, a cobertura dos portais focou na definição da manifestação, abordando o surgimento do movimento e o combate à violência contra a mulher. No que se refere à presença de vozes femininas nos textos, pode-se apontar que, em 80% das matérias, esse espaço foi ocupado por falas das organizadoras da marcha; apenas dois dos dez textos publicados apontaram depoimentos de mulheres participantes do movimento e desvinculadas à organização do mesmo.

Apesar de as matérias apresentarem o combate à violência contra a mulher como mote principal, pode-se perceber maior abertura para a citação de outras pautas do movimento, incluindo aquelas não relacionadas especificamente aos direitos das mulheres, como o caso do direito à cidade - em 2014, a marcha abordou também a questão da ocupação do espaço público, apoiando o movimento Ocupe Estelita, servindo de gancho jornalístico para texto publicado no portal de notícias LeiaJá, intitulado “Marcha das Vadias vai se juntar ao #OcupeEstelita”. (Loppes, 2014, p. 1)

Outra característica surgida em 2012 e que permanece nos textos publicados em 2014 é a presença da polícia como personagem/fonte oficial das matérias, subsidiando informações relativas ao trânsito durante o protesto e a possibilidade de haver ações que abalem a segurança da população da cidade, referendando o modelo de cobertura jornalística destinado a movimentos e mobilizações sociais.

### **Análise – Ano 2015**

A Marcha das Vadias em 2015 foi marcada por conflitos envolvendo uma travesti impedida de usar o banheiro público feminino e por agressões físicas sofridas pelas participantes da manifestação durante o trajeto. Ao analisar as matérias publicadas,

pode-se dividir a cobertura em duas vertentes: a primeira, cujas matérias têm como foco a realização da caminhada, e a segunda, cujo tema principal girou entorno do conflito ocorrido durante o percurso da manifestação, entre participantes do protesto e vendedores ambulantes.

Na primeira linha, que tem como destaque os portais JC Online e FolhaPE, podemos observar uma cobertura informativa, limitando-se a relatar a ocorrência da marcha, a história do movimento e seu objetivo. Após os textos principais, foram colocados intertítulos para relatar os “incidentes” durante o protesto. Já na segunda tendência, os sites *Diario de Pernambuco.com* e *Leia Já* deslocam o foco da cobertura para o conflito ocorrido ao longo da realização da marcha, em detrimento à importância da manifestação e de suas reivindicações.

Essa percepção fica evidente, inclusive, desde os títulos das matérias: “Ativistas ficam feridos na Marcha das Vadias do Recife” (*Diario de Pernambuco.com*, 2015); “Marcha das Vadias termina em confusão no Recife” (*LeiaJá*, 2015). No que concerne ao site *Leia Já*, esse publicou na íntegra a carta manifesto do movimento, sem contextualizá-lo e sem abordar informações acerca da manifestação ocorrida.

Apesar de conseguirmos perceber diferentes focos na cobertura, os textos publicados possuem pontos em comum quando observamos o espaço destinado às reivindicações da manifestação e o aprofundamento do tema. A cobertura realizada pelos portais se deu de maneira superficial, sem correlacionar as reivindicações das participantes com fatos da realidade das mulheres. As temáticas de enfrentamento à objetificação do corpo da mulher, combate ao machismo, direito de escolha sobre a maternidade e combate à discriminação feminina no mercado de trabalho, estiveram presentes apenas na matéria veiculada pelo site *Leia Já*, devido a esse ter transcrito na íntegra a carta manifesto do movimento, sem contextualizá-lo e sem abordar informações acerca da manifestação ocorrida.

No que concerne à bandeira da liberdade para exercer a orientação sexual, a Marcha das Vadias visa o respeito às mulheres lésbicas e bissexuais, bem como a inclusão das transexuais e travestis no debate acerca dos direitos das mulheres. Apesar disso, na concentração da manifestação, ocorrida em uma praça pública do centro do Recife, uma travesti foi impedida de utilizar o banheiro feminino por um funcionário do poder público municipal que trancou as dependências do mesmo e foi embora. Diversos manifestantes intervieram na situação e chamaram atenção de viatura da polícia que passava pelo local. Apesar da pressão dos manifestantes para a garantia dos direitos da

transexual, nada foi feito. Diante desse exemplo clássico de negação dos direitos, apenas o JC Online citou o fato em sua matéria<sup>4</sup>: “No início da tarde, ainda na concentração na Praça do Derby, houve tumulto por causa de uma transexual que tentou usar o banheiro público feminino. Um funcionário do local não permitiu sua entrada no banheiro das mulheres e as ativistas tentaram garantir o direito da colega. O funcionário trancou o banheiro e se retirou da praça”. (Cerca de mil ativistas, 2015, p. 9).

### **Análise – Ano 2016**

A sexta edição da marcha ocorreu em 28 de maio, dias após um caso de estupro coletivo cometido contra uma menina de 16 anos, que foi violentada por mais de 30 homens, no Rio de Janeiro, ganhar notoriedade nos veículos de comunicação. Também na mesma semana, a cantora pernambucana Bella Schneider, ex-participante do programa de talentos *The VoiceKids*, da Rede Globo, prestou queixa na delegacia de crimes cibernéticos alegando ter sofrido ameaças, nas redes sociais, de estupro e morte. A manifestação, que já estava programada antes da repercussão dos episódios, tomou ainda mais fôlego e teve como mote o combate à culpabilização da vítima em casos de violência.

Devido à ressonância do caso do estupro coletivo nos veículos de comunicação, esse foi citado em quase todas as matérias que versavam sobre a marcha: das sete inserções analisadas, seis fizeram menção ao ocorrido, abordando-o em destaque no título, no subtítulo ou no lead da matéria. Apesar do gancho jornalístico indicar a abordagem da violência sexual, não houve discussão acerca da temática nas matérias sobre a marcha, com os textos limitando-se a citar o caso. Apenas a notícia veiculada pelo portal FolhaPE trouxe dados referentes aos crimes de abuso sexual registrados em Pernambuco e no Brasil, embora não tenha aprofundado a discussão sobre o tema. As outras matérias versavam sobre o acontecimento da marcha e citavam algumas reivindicações, que apareciam, na maioria dos textos, na fala das organizadoras ou de personagens das matérias.

Além do combate à violência sexual, a culpabilização da vítima e das outras bandeiras da marcha já elencadas nesse artigo, este ano, face ao contexto de retrocessos

---

4 É possível perceber que a situação foi apenas citada no texto, sem a problematização do ocorrido e questionamento acerca do posicionamento dos policiais. Vale ressaltar que Recife possui, desde 2002, a Lei 16780/2002 que criminaliza qualquer ato de discriminação com base na prática e comportamento sexual de uma pessoa.

sociais no campo dos direitos humanos, a manifestação também rechaça o PL 5069, de autoria do então deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e outros ataques aos direitos das mulheres. “Diante desse cenário político atual marcado pelo avanço do fascismo e conservadorismo, herança maldita do nosso sistema político colonial e patriarcal, que tem como base e sustento a misoginia, o racismo e o elitismo, nós mulheres somos o seu principal alvo e precisamos resistir (*sic*) frente aos abusos e afrontas que estamos sofrendo” (Marcha das Vadias, 2016)<sup>5</sup>.

No tocante as fontes e personagens, destaca-se a presença de falas das organizadoras ou de manifestantes em quatro matérias, das quais, a notícia veiculada pelo portal JC Online expõe o depoimento das organizadoras apenas na legenda da foto, depois da leitura do texto principal, local de pouco destaque. Outro enfoque importante diz respeito a uma das matérias veiculadas pelo portal LeiaJá: o texto, intitulado *Marcha das Vadias: resistência e apoio popular* (Assis, 2016), tem como mote principal as reações e opiniões das pessoas na rua sobre a manifestação. Ao retratar as opiniões, o texto apresenta a opinião de cinco fontes, dentre as quais três homens, o que corrobora com a ideia comum de que as ações femininas precisam passar pelo crivo do olhar masculino.

Outro destaque da cobertura aqui analisada diz respeito ao nome da manifestação, que é entendida por uma parcela das pessoas que desconhecem a ação como algo pejorativo devido uso do termo vadia. Apenas a notícia veiculada pelo DiariodePernambuco.com explicou a releitura do termo proposta pelo movimento. O site também abordou, de maneira educativa e sem juízos de valor, o *topless* de algumas manifestantes durante a marcha, caracterizando-o como instrumento político de denúncia ao preconceito e pela liberdade das mulheres.

A Marcha das Vadias contesta e tenta desconstruir a ideia de que mulheres são culpadas pelas agressões que sofreram. Por isso, o próprio nome protesta contra a crença de que as mulheres que usam roupas consideradas provocantes, como blusinhas transparentes, lingerie, saias e salto alto merecem abuso sexual. O *topless*, geralmente praticado durante o protesto, também busca abolir o preconceito contra as mães amamentando em público ao defender que o seio feminino não é um objeto sexual (Marcha das Vadias vai às ruas, 2016, p. 5).

---

5 Texto de descrição da manifestação na página do Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/events/1700618073524571/>> acesso em 04 jul 2016, as 08h25

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a cobertura da Marcha das Vadias pelos principais portais de notícias pernambucanos, entre os anos de 2011 e 2016, esse estudo buscou relatar o tratamento e o espaço que tal movimento vem recebendo desses veículos de comunicação, os quais compõem importante setor midiático. Tendo como aporte teórico a Economia Política da Comunicação, o trabalho, a partir do olhar da economia política feminista, aponta como possível o enlace das relações de gênero face aos determinantes culturais e econômicos do sistema capitalista. Também são dimensionadas as narrativas jornalísticas acerca das questões de gênero, como parte das dimensões subjetiva e simbólica que norteiam a produção das notícias no contexto dos grupos locais de mídia.

É possível inferir que as notícias veiculadas sobre as Marchas das Vadias nos portais pernambucanos ficaram restritas à cobertura do evento, sem aprofundar a discussão acerca de uma maior totalidade dos problemas enfrentados pelas mulheres e sem oferecer, prioritariamente, o espaço para que as porta-vozes dos protestos possam assumir seu lugar de sujeito político também na comunicação. O ponto que teve maior destaque foi a violência contra a mulher, especialmente na manifestação de 2016, por conta da repercussão midiática de um caso de estupro coletivo contra uma adolescente no Rio de Janeiro. Apesar disso, as matérias não abriram discussões acerca das causas e do impacto desses crimes na vida das mulheres e da sociedade em geral, bem como para a apresentação de medidas, por parte das autoridades competentes, para enfrentar o problema. Podemos, ainda, elencar a invisibilidade de outros temas debatidos na marcha, tais como: a legalização do aborto e a discussão do transfeminismo.

Ao não abordar as bandeiras de luta da Marcha das Vadias de maneira expressiva, entendendo-as como questões de direitos humanos das mulheres, os portais de notícias – plataformas que possibilitam a fusão de diversos formatos (imagem, som, vídeo e texto) – deixaram de transmitir, ao leitor, informações suficientes para que esse realizasse uma análise crítica acerca dessas questões sociais. Ao apenas enumerar as reivindicações, sem problematizar as relações de poder estabelecidas socialmente em torno da opressão feminina, nem mesmo quando as militantes da marcha são agredidas publicamente por homens que não admitiram que sua estratégia política ganhasse as ruas, esses veículos fazem a perigosa escolha de ocultar, ou mesmo, silenciar um aspecto fundamental das causas feministas: a autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo.

Atuando de tal forma, a cobertura expõe lacunas e não oferece a real dimensão da situação vivenciada pelas mulheres pernambucanas envolvidas na Marcha que,

desde 2011, ocupam as ruas para levantar diversas questões que não dizem respeito apenas à população feminina, mas espelham as relações assimétricas entre os sexos. Quando perdem a oportunidade de problematizar a objetificação do corpo feminino, o aborto e a liberdade sexual, por exemplo, os veículos deixam de interpretar, para seu público, faces importantes da realidade experimentada pelas mulheres, sobretudo por não aprofundar as diversas formas de violência que são reeditadas pela reprodução de desvalores, como o machismo.

## REFERÊNCIAS

- Assis, C. (28 de maio de 2016). Marcha das Vadias: resistência e apoio popular. *Leia Já*. <http://www.leiaja.com/noticias/2016/05/28/marcha-das-vadias-resistencia-e-apoio-popular/>. Acesso em 29 mai 2016.
- Ativistas ficam feridos na Marcha das Vadias do Recife (30 de maio de 2015). *Diario de Pernambuco*. com. [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/30/interna\\_vidaurbana,578985/ativistas-ficam-feridos-na-marcha-das-vadias-do-recife.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/30/interna_vidaurbana,578985/ativistas-ficam-feridos-na-marcha-das-vadias-do-recife.shtml)
- Bauer, M&Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual pratico*. Vozes.
- Byerly, C. & Ross, K. (2006). *Women & Media: a critica-intodution*. Blackwell Publishing.
- Cavalcanti, J. (11 de junho de 2011). Descontração na Marcha da Vadia no Recife. *JC Online*. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/06/11/descontracao-na-marcha-da-vadia-do-recife-7113.php>.
- Cerca de mil ativistas protestam na Marcha das Vadias no Centro do Recife (30 de maio de 2015). *JC Online*. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/05/30/cerca-%20de-mil-ativistas-protestam-na-marcha-das-vadias-no-centro-do-recife-183661.php>
- Fernández, P.; Díaz, P. (2002). Investigación cuantitativa y cualitativa. *Fisterra* [https://www.fisterra.com/mbe/investiga/cuanti\\_cuali/cuanti\\_cuali.asp](https://www.fisterra.com/mbe/investiga/cuanti_cuali/cuanti_cuali.asp)
- Fialova, K. & Fascendini, F. (2012). Vozes dos espaços digitais: violência contra a mulher relacionada a tecnologia. *Revista poliTICs*, (12), [http://www.politics.org.br/sites/default/files/38\\_ViolenciaContraMulher\\_Politics12.pdf](http://www.politics.org.br/sites/default/files/38_ViolenciaContraMulher_Politics12.pdf)
- Gil, A. (2009). *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas
- Homens e mulheres promovem a 'Marcha das Vadias' no Recife (11 de julho de 2011). *G1 Pernambuco*. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/06/homens-e-mulheres-promovem-marcha-das-vadias-em-recife.html>
- Loppes, S. (31 de maio de 2014). Marcha das Vadias vai se juntar ao #OcupeEstelita. *Leia Já*, <http://www.leiaja.com/noticias/2014/05/31/marcha-das-vadias-vai-se-juntar-ao-ocupeestelita/>
- Marcha das Vadias do Recife 2012 já tem data marcada (09 de maio de 2012). *Blog do Jamildo / JC Online*. <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/05/09/marcha-das-vadias-do-recife-2012-ja-tem-data-marcada/>
- Marcha das vadias arrasta mulheres e homens no Recife (26 de maio de 2012). *Leia Já*. <http://www.leiaja.com/noticias/2012/05/26/marcha-das-vadias-arrasta-mulheres-e-homens-no-recife/>
- Marcha das Vadias pede fim da violência contra mulheres (26 de maio de 2012). *JC Online*. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/05/26/marcha-das-vadias-pede-fim-da-violencia-contra-mulheres-43436.php>



- Marcha das Vadias reúne mais de mil pessoas no centro do Recife (26 de maio de 2012). *G1 Pernambuco*. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/05/marcha-das-vadias-reune-mais-de-mil-pessoas-no-centro-do-recife.html>
- Marcha das Vadias termina em confusão no Recife (30 de maio de 2015). *Leia Já*. <http://www.leiaja.com/noticias/2015/05/30/marcha-das-vadias-termina-em-confusao-no-recife/>
- Marcha das Vadias toma conta das ruas do centro do Recife (30 de maio de 2015). *Folha PE*, <http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2015/05/0398.html>
- Marcha das Vadias vai às ruas contra o machismo (28 de maio de 2016). *Diário de Pernambuco.com*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/05/marcha-das-vadias-vai-as-ruas-contr-o-machismo.html>
- Marcondes Filho, C. (1992) *Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. Vozes.
- Mattelart, M. (1982). *Mujeres e industrias culturales*. Editorial Anagrama.
- Miège, B. (2000). *O Pensamento comunicacional*. Vozes.
- Moraes, D. (2008). Hegemonia cultural, comunicação e poder: notas sobre a contribuição gramsciana. In Brittos, V. (Org). *Economia política da comunicação. Estratégias e desafios no capitalismo global* (pp.17-28). Editora Unisinos.
- Moreno, R. (2012). *A imagem da mulher na mídia: Controle social comparado*. Publisher
- Mosco, V. (2010) *The Political Economy of Communication (2ed)*. Sage Publications
- Plou, D. & Vieira, V. (2007). *Mulher e tecnologias: a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero*. Rede Mulher de Educação.
- Povo na rua! Marcha das Vadias acontece neste sábado no Derby (25 de maio de 2013). *Diário de Pernambuco.com*. <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/blog-depolitica/2013/05/25/povo-na-rua-marcha-das-vadias-acontece-neste-sabado-no-derby/.shmtl>
- Saffioti, H (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Veloso, A. &Rebouças, E. (2011). As políticas e estratégias do feminismo brasileiro junto aos meios de comunicação no Brasil em tempos de Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM). In *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de La Comunicación –Redes. Com*, n.6, <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/178/177>
- Vieira, V. (2012). *Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital*. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo], Biblioteca Digital USP <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-22052013-163040/pt-br.php>
- Wasko, J. (2006). Estudando a Economia Política dos Media e da Informação. In: Souza, H (Org). *Comunicação, Economia e Poder*. (pp. 29-53). Porto Editora.

## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Ana Maria da Conceição Veloso**

Doutora em Comunicação, professora do Departamento de Comunicação Social da UFPE e coordenadora do Observatório de Mídia – Gênero, Democracia e Direitos Humanos

### **Laís Cristine Ferreira Cardoso**

Doutoranda em Comunicação, mestra em Direitos Humanos, jornalista

# LESBIANIDADE, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

Paula Silveira-Barbosa

TV Senado e diretora-geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)

## INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre racismo e o enfrentamento a ele, Audre Lorde afirmou “minha reação ao racismo é a raiva” (2019, p. 157). No texto em questão, a autora nos convida a pensar sobre o que fazer com a raiva e a romper o silêncio. “Meu medo da raiva não me ensinou nada. O seu medo dessa raiva também não vai ensinar nada a você” (*id.*, *ibd.*). Início este capítulo com esses dizeres por que vivemos, no Brasil, um contexto no qual a indignação é a marca das pessoas que se importam. Com mais de 569 mil mortes pela covid-19<sup>1</sup>, entre as quais a maioria seria evitável, sentir raiva é imperativo.

Antes mesmo da pandemia, as pessoas cuja existência era mais precarizada no país eram as mulheres negras e pobres. Se considerarmos que lésbicas são aquelas que estão fora dos padrões de gênero socialmente esperados, provavelmente encontraremos muitas delas nas fileiras da pobreza e da miséria deste país. Faço menção a esse segmento não apenas por me incluir nele, mas também porque foi a lesbianidade – aqui entendida como subversão – que me permitiu imaginar outras possibilidades de existência.

Além disso, lésbicas, assim como outros grupos subalternizados historicamente, têm motivos para estarem indignadas há bastante tempo. Desde a invasão colonial, aquelas que ousam se insurgir contra o poder masculino vem sendo perseguidas. É o que demonstra, por exemplo, a pesquisa de Lígia Bellini (1989). Em seu estudo, a autora examina como a inquisição foi implacável com mulheres que se relacionavam com outras mulheres, chegando a condená-las a açoitamentos públicos e a perda de bens.

---

1 Dados reunidos pelo Consórcio de Imprensa e divulgados em 15 de agosto de 2021.

Durante o Império e a Primeira República, a repressão contra grupos considerados dissidentes permaneceu. Naquele período, práticas sexuais fora da heterossexualidade eram tidas como perversão e obscenidade. No caso dos segmentos mais pobres, a repressão tinha ainda outras dimensões, especialmente em espaços públicos. Valendo-se de acusações de vadiagem, autoridades puniam quem divergia dos padrões de gênero. James Green indica que “existe evidência na documentação já descoberta para supor que a polícia patrulhava os espaços públicos para ‘limpar’ as cidades de homens efeminados e ‘escandalosos’ ou das mulheres-homens demasiado visíveis” (2012, p. 68).

Feita essa breve digressão histórica, fica mais fácil compreender por que a lesbianidade, parafraseando o coletivo Radicalesbians (1970), é a raiva de todas as mulheres condensada a ponto de explodir. Mas onde colocar toda essa energia? Como canalizá-la em ações capazes de reverter ou pelo menos amenizar as condições que precarizam nossa existência?

Para responder a essa questão, proponho uma reflexão que combina lesbianidade, comunicação e memória. Tenho me dedicado a pensar essa intersecção desde 2017, quando iniciei as investigações que resultaram em minha dissertação de mestrado sobre a trajetória da Imprensa Lésbica brasileira (Silveira-Barbosa, 2019). Desde então, tenho analisado essas iniciativas como forma de resistência e enfrentamento a partir da comunicação.

A pessoa que lê tais provocações pode se perguntar: “Ora, mas o que as lesbianas têm produzido de relevante? O que suas práticas comunicativas nos dizem? Por que escolher este segmento?” Bem, as publicações lésbicas somam mais de duas dezenas de títulos que circularam ou estão em circulação desde 1981 até a contemporaneidade. Temos, portanto, 40 anos de atividade.

Além disso, considerando o breve histórico que tracei acima a respeito das agruras enfrentadas por esse grupo social, pode-se compreender a lesbianidade como um *locus* particular de produção do conhecimento. Afinal, como bem pontuou a feminista Monique Wittig (1980), lésbicas são aquelas que estão além das categorias de sexo, além da compreensão desta sociedade que se conjuga em oposições binárias construídas por e para a heterossexualidade. Somando-me aos apontamentos de Wittig, retomo uma consideração que apresentei em outra oportunidade: “as lésbicas promovem fissuras para conquistar espaço. E, na ausência dele, fazem das margens vista privilegiada para um outro mundo (Silveira-Barbosa, 2020, p. 11-12).

Pois bem, foi a partir das margens que lésbicas começaram a articular suas primeiras mídias auto gestadas. Num contexto em que o Estado classificava esse grupo como imoral, subversivo e anômalo e os movimentos progressistas consideravam a luta pela chamada “livre orientação sexual” uma questão secundária (Kumpera, 2021), não restou alternativa às lésbicas a não ser a construção de espaços exclusivos para elas e suas iguais. Esses espaços incluíam não apenas grupos de reflexão e sociabilidade, mas também meios de comunicação próprios.

Nessas plataformas, discutiam-se as pautas de interesse do ativismo lésbico, mas também se constituíam redes, comunidades (Maia, 2017; Silva, 2016). Aliás, há grupos cuja principal atividade era a edição de periódicos feitos por e para lesbianas – como é o caso do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) e seu boletim ChanaComChana; outros, a exemplo do Afins – Grupo de Emancipação Lésbica de Santos, responsável pela revista *Femme*, foram formalizados justamente para favorecer a produção e manutenção de uma publicação periódica; e há, por fim, aqueles que viam a produção de periódicos lesbianos como parte de sua estratégia de ação política. É o caso do Grupo Lésbico da Bahia (GLB), que, ao discorrer sobre suas iniciativas para garantir “informação, visibilidade e comunicação”, conferiu destaque à edição trimestral do boletim Ponto G (Grupo Lésbico da Bahia, s. d).

Os exemplos citados acima remontam as primeiras publicações lésbicas das décadas de 1980 e 1990<sup>2</sup>. Contudo, é possível constatar a permanência da centralidade da comunicação para o segmento mesmo após a virada do milênio. Registros sobre o Seminário Nacional de Lésbicas (Senale)<sup>3</sup> podem ilustrar essa questão. Na sexta edição do evento, ocorrida em 2006, a plenária final aprovou diversas resoluções a respeito da comunicação. Entre elas, a recomendação de debates mais aprofundados sobre comunicação alternativa e o estímulo à apresentação de experiências de mídias independentes geridas por grupos lesbianos. Dizem as orientações do tópico sobre “Comunicação e Cultura” do relatório do VI Senale, citadas por Marylucia Mesquita (2008, p. 46):

---

2 Para um histórico dos grupos lésbicos no Brasil e suas respectivas épocas de atuação, ver Núbia Carla Campos (2014).

3 Evento nacional ocorrido pela primeira vez em 1996, tendo como organizador o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). A realização do seminário incluiu um novo marco para o movimento de lésbicas, pois desde então o dia 29 de agosto é lembrado como o Dia da Visibilidade Lésbica.

- Garantir, no site do SENALE, um link sobre comunicação alternativa e que seja permanente;
- Produzir fanzines, cartazes, folder para dar visibilidade às lésbicas, tendo como referência que cada grupo ou organização lésbica construa a partir de sua experiência, tendo como objetivo comum e norteador: visibilizar as lésbicas;
- Procurar junto a parceiros espaços para comunicação e formação para lésbicas;
- Criar espaços de empoderamento das mulheres lésbicas, possibilitando o diálogo com a sociedade e não restringindo o diálogo apenas entre o movimento de lésbicas;
- Buscar garantir que o movimento de lésbicas não perca de vista a relação comunicação – arte – cultura;
- Buscar parcerias com o Governo Federal para realização de Campanhas Nacionais, como por exemplo, uma Campanha “Brasil sem lesbofobia/homofobia”;
- Estimular política de comunicação nos grupos e ONGs lésbicas e continuidade da lista on line do SENALE (senale@yahoogrupos.com.br);
- Criar cultura política de socializar as atividades desenvolvidas em cada Estado.

Essa relação entre ativismo e comunicação construída pelas lésbicas dá segmento à tradição de grupos minoritários brasileiros de se organizar em torno de publicações próprias. Esse traço foi ainda mais característico daqueles segmentos cuja própria existência e expressão era reprimida moralmente e, em alguns casos, até perseguida de maneira oficial pelo Estado. Criar os próprios meios de comunicação era se fazer visível e, portanto, favorecer o estabelecimento de relações. Essa era também uma forma de garantir a circulação de ideias e até mesmo estimular a participação política, quando a chamada mídia tradicional promovia estigmas e ódio contra determinados indivíduos.

Além disso, é possível pensar a Imprensa Lésbica como uma reação ao apagamento e à discriminação histórica. Decididas a não mais se constituírem a partir do silêncio, do não dito e de meias-palavras, as lésbicas tomaram para si os formatos do jornal.

A comunicação, quando articulada em prol de interesses hegemônicos, pode produzir e reproduzir desigualdades, assimetrias e exclusões. Considerando o alcance dos grandes meios, suas formas de produção e distribuição, além de sua tendência à universalidade – todas marcas definidoras de um jornal –, podemos dizer que dar a

conhecer em jornalismo é pleitear um lugar na história (Barbosa, 2016). Desta feita, silenciar em jornalismo, por outro lado, é colaborar com o apagamento histórico.

Podemos aprofundar ainda mais essa problematização, considerando também a pretensão universal que define a história. Assim, mais do que impedir a visibilidade e o reconhecimento de indivíduos ou grupos particulares, o silêncio plasmado na história a partir das fontes documentais jornalísticas ultrapassa o campo da memória. Dito de outra forma, fixa de maneira ampla o estigma, o preconceito e a interdição.

E esse apagamento é não apenas “antilésbico”, mas também “antifeminista”, como denunciou Adrienne Rich (2010, p. 36). Para ela, a ocultação da existência lésbica “deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade” (Rich, 2010, p. 36).

Diante dessa difícil realidade, as lesbianas optaram pela resistência a partir da comunicação. Em seus fanzines, boletins e revistas, feitos de maneira colaborativa e com recursos limitados, elas canalizaram sua fúria. As páginas da Imprensa Lésbica registraram, por exemplo, a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que despatologizou a homossexualidade em 1985. Essa conquista foi, entre outros fatores, resultado da articulação de ativistas pela livre orientação sexual, que circularam, em seus periódicos, informes e abaixo-assinados, pressionando as autoridades competentes pela mudança.

Também em sua imprensa, as lesbianas buscaram politizar sua condição. Demonstraram, a partir de debates políticos e troca de referências feministas, que a discriminação da qual são alvo não é apenas uma ação isolada de intolerância. Trata-se, na verdade, de uma questão mais profunda e com dimensões políticas. Afinal, as lésbicas são aquelas que escapam ao domínio sexual, afetivo, político e econômico dos homens (Rich, 2010; Wittig, 1980).

O amor, o desejo e a paixão lesbiana – por muito tempo mantidos sob o armário ou representados pela ótica plástica da pornografia hegemônica – também passaram a ter espaço. Seja a partir de seções de correspondência, poesias, contos ou relatos pessoais, as relações afetivo-sexuais entre mulheres finalmente puderam ser vistas sem estigmas quando surgiu a Imprensa Lésbica. Talvez, a pertinência desse tipo de representação possa parecer sem sentido ou pouco significativa para muitos. Contudo, para aquelas cuja trajetória foi sistematicamente perseguida e cujos registros insistentemente destruídos, o ato de se reconhecer a partir da representação

mediática pode selar a diferença entre existir ou não existir. Afinal, o que é a identidade se não um conjunto de representações, como sugere Stuart Hall (2016)?

Mais do que se reconhecer e se encontrar, lésbicas brasileiras puderam, a partir de sua imprensa, ampliar suas ações para além do país, constituindo redes transnacionais. Como exemplo, cito o boletim *Visibilidade*. Lançado em 1998, no mês da visibilidade lésbica, o periódico serviu como parte da articulação que deu origem ao V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe. A publicação, editada em papel sulfite e distribuída em quatro páginas tamanho A5 pelo COLERJ e pelo Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM), alcançou lésbicas da Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Estados Unidos, México, Peru, República Dominicana e Venezuela (*Visibilidade*, 1998, n. 2; *Visibilidade*, 1999, n. 3).

Cito esses exemplos para mostrar como mesmo sem acesso democrático à comunicação, as lesbianas se apropriaram dela para criar suas próprias narrativas, promover encontros, se articular, se integrar e, especialmente, se constituir como sujeitas de direito. Mesmo a partir de um conhecimento não-normativo, construído a partir das margens, como afirmei acima, esse grupo ousou fazer aquilo que seria, por excelência, a função dos meios de comunicação. Fizeram, portanto, o que temos chamado de comunicação para a cidadania. Este “termo guarda-chuva” congrega, entre outros conceitos, a comunicação comunitária. Entendo este segmento a partir da elaboração de Cicilia Peruzzo, para quem esses meios possuem “exigências de vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania” (Peruzzo, 2009, p. 58).

Para nós, pessoas que trabalhamos pela comunicação cidadã, o sentido de comunicação tem certas particularidades. Com atribuições centrais na sociedade, a comunicação pode ser vista como um elo; um elo de desenvolvimento social, de vida. Talvez possamos até ir um pouco mais longe e apontá-la como parte do que nos define como pessoas, dada a complexidade das relações que estabelecemos a partir da comunicação.

Como comunicadores da e pela cidadania, nossa comunicação tem lado, tem posição. Aliás, como tudo. Mas acredito que a nossa seja mais explícita, declarada. É a marca de quem não consegue ficar indiferente. Por isso mesmo, ela também nos dá pistas sobre onde colocar nossa fúria, nossa inconformidade e apontar para o que criar a partir disso.

Nesse sentido, é pertinente trazer para esta reflexão a perspectiva de Alexandre Barbalho (2005), que questiona se a mídia não seria o lugar ideal para as lutas minoritárias. Afinal, é ela quem detém “o maior poder de dar voz, de fazer existir socialmente os discursos” (Barbalho, 2005, p. 36). Na impossibilidade de dialogar com essas organizações, mas sem abandoná-las inteiramente, as lésbicas criaram ruas próprias redes de comunicação. A partir daí puderam, inclusive, tencionar as mídias hegemônicas. Leio essas iniciativas como espaços onde as lesbianas podiam encontrar energia para elaborar suas lutas. E esta afirmação não é mero devaneio de uma pesquisadora implicada e que se faz implicar explicitamente em seu objeto de pesquisa. Há situações concretas que ilustram minhas colocações.

Talvez a mais emblemática seja a participação de Rosely Roth no programa de Hebe Camargo, em 1985. Ali, além de falar abertamente sobre lesbianidade, ela pode divulgar os trabalhos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) e suas redes de contato – entre as quais estava o boletim ChanaComChana. Tudo isso em plena ditadura militar. O feito da ativista causou tanto alvoroço que provocou ameaças da censura federal ao programa da Hebe e à emissora<sup>4</sup>.

Posteriormente, o grupo recebeu uma série de correspondências a respeito da importância da fala pública de Rosely e seu impacto para a compreensão da sexualidade de leitoras que estavam às voltas com sua condição.

Já na década de 1990, quando se consolidam grupos de enfrentamento ao HIV/aids, os meios de comunicação lesbianos também passam a divulgar com frequência estudos, entrevistas e relatos sobre o tema. É importante destacar que desde o início da década anterior, quando eclodiu a epidemia, a grande mídia promoveu discursos que propagavam ódio, estigma e preconceito em relação às pessoas infectadas pelo vírus. A certa altura, a questão foi chamada, inclusive, de “peste gay”.

Ainda que sob uma linguagem, por vezes, excessivamente técnica, as publicações lesbianas eram um dos poucos espaços onde se podia encontrar informações confiáveis sobre a aids e indicações para tratamento e correspondência com grupos de apoio. Praticamente todas as publicações que pude analisar, e que datam das décadas de 1980 e 1990, sistematizavam listas de periódicos específicos sobre aids e grupos de ativismo que ofereciam assistência de saúde. Num momento em que o Estado brasileiro estava inerte diante de um problema social grave, a iniciativa desses grupos,

---

4 Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo em 29 de maio de 1985.



assim como sua divulgação nos meios de comunicação lesbianos configuraram uma prestação de serviço público. Algo que, em alguma medida, as mídias jornalísticas se propõem a fazer, mas que neste caso se omitiram – imersas que estavam em discursos conservadores sobre a questão<sup>5</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rumo ao encerramento desta breve reflexão, é chegada à hora de enlaçar lesbianidade, comunicação e memória – os temas norteadores do debate proposto e que dão nome a este capítulo. Nesse sentido, convém lembrar que quando digo lesbianidade, digo transgressão, subversão. Mas digo também aliança. Lesbianidade não é ilha. Não à toa, iniciei este texto fazendo menção à Audre Lorde, que se definia como lésbica, negra e mãe. Ela, assim como todos aqueles que lutam contra as injustiças do mundo, carregava em si as cicatrizes de sua própria existência, mas também o legado de violência e exclusão daquelas que vieram antes.

Em paralelo à existência de Lorde, que viveu nos Estados Unidos, estão aqui as lésbicas brasileiras, também num país profundamente racista, excludente e desigual. Desde o fim do século passado, elas articulam suas lutas tal como propôs a escritora e ativista estadunidense: reagindo à invisibilidade. Ao invés de sucumbir ao isolamento destinado àquelas que escapam dos esquemas normativos, as ativistas brasileiras criaram sua própria imprensa.

Agora, ao completar 40 anos desde suas primeiras edições, essa imprensa está longe de parar. Segue se renovando, incluindo novas agentes, complexificando as identidades, confundindo o sistema e subvertendo a norma. Alternativa L, Brejeiras e Lésbi são títulos que se mantêm no presente e corroboram minha afirmação de que as lesbianas seguem criando suas memórias, reivindicando seu lugar nas narrativas históricas e se comunicando por e para a cidadania.

Finalmente, acredito que podemos dizer que é a partir das existências disruptivas, contra-norma, da energia das nossas mais velhas, daquelas que vieram antes de nós, e de nossas vozes em cada espaço que conseguirmos criar é que podem ter lugar as nossas utopias; o mundo possível que nós imaginamos sempre que nos indignamos.

---

5 Para uma compreensão detalhada de como a questão foi tratada pela mídia impressa, ver a pesquisa de Antônio Fausto Neto (1999).

## REFERÊNCIAS

- Barbalho, A. (2005). Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: Paiva, R.; Barbalho, A. *Comunicação e cultura das minorias* (pp. 27-39). São Paulo: Paulus, 2005.
- Barbosa, M. (2016). Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, 35,(1), 7-26.
- Bellini, L. (1989). *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense.
- Campos, N. C. (2014). A participação social das lésbicas através dos grupos políticos: uma luta contra o apagamento histórico das mulheres homossexuais. In *Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista*, 1 (2), 58-78.
- Fausto Neto, A. (1999). *Comunicação e mídia impressa*. Estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores.
- Folha de S. Paulo. (1985, 29 de maio). São Paulo: Grupo Folha.
- Green, J. (2012). Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. *Gênero*, 12 (2) p. 65-76.
- Grupo Lésbico da Bahia. (s. d.). *Visibilidade e organização*. [Folder]. Salvador.
- HALL, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- Kumpera, J. (2021). *"O lesbianismo é um barato": o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Lorde, A. (2019). Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, A. *Irmã outsider: ensaios e outras conferências*. (pp. 155-167, S. Borges, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Maia, C. (2017). *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Mesquita, M. (2008). *Seminário Nacional de Lésbicas (Senale): um breve resgate histórico*. Recife: Divas – Instituto de em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual.
- Peruzzo, C. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *ECO-Pós*, 12 (2), 46-61.
- Radicalesbians. (1970). *The Woman Identified Woman*. [Folder]. Nova York.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (Trad. C. G. Valle). *Bagoas*, 4 (5), 17-44.
- Silva, Z. P. (2016). *"Sapatão não é bagunça": estudo das organizações lésbicas da Bahia*. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
- Silveira-Barbosa, P. (2019). *Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.
- Silveira-Barbosa, P. (2020). *Imprensa Lésbica no Brasil: memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo*. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Salvador, Bahia, Brasil, 43.
- Visibilidade. (1998, dezembro). Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher/Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, 2.
- Visibilidade. (1999, março). Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher/Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, 3.
- Wittig, M. (1980). La pensée straight. *Questions Féministes*, 7, 45-53.

## **SOBRE A AUTORA**

### **Paula Silveira-Barbosa**

Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Sua dissertação “Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo” recebeu menção honrosa no Prêmio de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (Abeh). Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB) e atualmente cursa bacharelado em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). É também jornalista da TV Senado e diretora-geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB), do qual foi cofundadora.

# AS DISPUTAS DE VALORES E A COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO EXPRESSÃO DE OUTROS COTIDIANOS

Emanuela Neves do Amaral e Adilson Vaz Cabral Filho

Universidade Federal Fluminense

## INTRODUÇÃO

O senso comum é a expressão dos valores que estão na sociedade, principalmente os hegemônicos. Mas é preciso entender de forma mais ampla a ideia de senso comum, em que caiba a complexidade desse termo, dando conta inclusive das disputas que acontecem deste no cotidiano. Essas disputas são brechas para que haja mudanças nos valores sociais, e grande parte dessas mudanças passam pelo acionamento de valores preservados, que podem ser acionados a partir de dado momento histórico. E aqui queremos apresentar a comunicação como parte da expressão desses valores preservados, que muitas das vezes são hegemônicos, sendo assim, uma ferramenta central para as disputas do senso comum.

Para isso, apresentaremos primeiramente neste artigo a relação entre ciência e senso comum ao longo do tempo, e também a perspectiva das proximidades entre o pensamento científico e o senso comum. Em seguida, traremos, a partir de Heller, a ideia dos valores sociais e as possibilidades de disputas da História. Aqui daremos foco a como essas possibilidades de disputas podem se dar, apresentando o conceito dos “preservadores”, aqueles sujeitos que preservam valores que são minoritários na sociedade. Esses, são sujeitos que a partir da sua vivência cotidiana expressam valores que podem ser engajados para mudanças sociais, tornando-se valores hegemônicos.

A partir desse conceito, vamos apresentar as populações indígenas como exemplo de sujeitos que preservam valores em seus cotidianos, que hoje são minoritários. Através de uma breve apresentação sobre a cosmologia indígena, baseada na relação do cotidiano desses povos com o meio ambiente, vamos introduzir ao leitor as

práticas cotidianas e os valores comuns a diversas nações indígenas. Aqui é importante pontuar que há muitas diferenças entre etnias, nomeadas pelos brancos como indígenas, porém vamos partir do que se têm em comum aos valores dessas populações tradicionais.

Por fim, vamos apontar como a comunicação é instrumento central para expressar valores e o cotidiano dos povos indígenas, apontando algumas das características específicas da comunicação indígena, como a interculturalidade, horizontalidade e a ideia de que a comunicação feita pelos indígenas aponta para uma prática que rompe com o modelo ocidental de se fazer comunicação.

### **AFINAL, O QUE É SENSO COMUM?**

O conceito de “senso comum” é parte de uma construção histórica e política, constituída pela ciência. A ciência, neste contexto, é expressão ideológica da sociedade burguesa. Não foram “as pessoas do senso comum” que criaram o termo, pois essas não tinham nenhuma necessidade para isso, mas sim, a própria ciência.

Em um primeiro momento, o termo tinha uma valoração positiva, pois a prioridade para a burguesia, era combater os conhecimentos da nobreza. Porém, logo que a sociedade burguesa se estabeleceu, aparece a necessidade de combater outros tipos de ideologias, que começaram a nascer, como o socialismo. Nisso surge o desejo, em impor o conhecimento da ciência burguesa acima de outros saberes (Viana, 2008, p.13). A partir daí, se estabelece o termo senso comum para descrever o saber popular (do povo), considerando-o menor que o saber científico, que é propriedade de uma elite intelectual. O senso comum é então, por essa narrativa, um saber inferior, carregado de preconceitos e inadequações.

Assim, a oposição entre ciência e senso comum serve, em primeiro lugar, tal como já colocamos, legitimar o saber científico, dotá-lo de “status” de superioridade sobre o saber popular. O saber verdadeiro é o produzido pelas camadas intelectuais em nossa sociedade. Ao legitimar o saber científico, se deslegitima o saber popular (Viana, 2008, p.13).

Há nesse histórico uma breve reconciliação entre ciência e senso comum, quando se estabelece uma hegemonia cultural burguesa na sociedade. Porém, a ideia equivocada de senso comum permanece. O pensamento científico, que criou o conceito,

ainda vê os conhecimentos populares, de uma forma “monolítica”, “seja como algo que deve ser descartado por ser falso, seja como algo presente na realidade social e por isso verdadeiro.” (Vianna, 2008, p. 20). Mas sempre o vê como algo dissociado da ciência, e como um saber a parte dela.

Assim, os usos do termo senso comum sempre remetem à problemática positivista e estão inseridos no conjunto de suas teses que lhe proporcionam um caráter monolítico. O conteúdo que se busca expressar por este termo é muito mais rico do que os limites que ele impõe e por isso é preciso partir de um novo conceito que consiga dar conta dessa riqueza (Viana, 2008, p.23).

A partir dessa visão crítica ao olhar da ciência sobre o senso comum, fica o desafio de se pensar outros conceitos que dão conta de uma visão mais ampla do senso comum. A partir daí, precisamos entender como funciona. A alegoria que Rubem Alves apresenta nos dá algumas pistas sobre esse funcionamento:

Ela é uma dona-de-casa. Pega o dinheiro e vai à feira. Não se formou em coisa alguma. Quando tem de preencher formulários, diante da informação “profissão” ela coloca “prendas domésticas” ou “do lar”. Uma pessoa comum como milhares de outras. Vamos pensar em como ela funciona, lá na feira, de barraca em barraca. Seu senso comum trabalha com problemas econômicos: como adequar os recursos de que dispõe, em dinheiro, às necessidades de sua família, em comida. E para isto ela tem de processar uma série de informações. Os alimentos oferecidos são classificados em indispensáveis, desejáveis e supérfluos. Os preços são comparados. A estação dos produtos é verificada: produtos fora de estação são mais caros. Seu senso econômico, por sua vez, está acoplado a outras ciências. Ciências humanas, por exemplo. Ela sabe que alimentos não são apenas alimentos. Sem nunca haver lido Veblen ou Lévi-Strauss, ela sabe do valor simbólico dos alimentos. Uma refeição é uma dádiva da dona-de-casa, um presente. Com a refeição ela diz algo. Oferecer chouriço para um marido de religião adventista, ou feijoada para uma sogra que tem úlceras, é romper claramente com uma política de coexistência pacífica. A escolha de alimentos, assim, não é regulada apenas por fatores econômicos, mas por fatores simbólicos, sociais e políticos. Além disso, a economia e a política devem fazer lugar para o estético: o gostoso, o cheiroso, o bonito. E para o dietético. Assim, ela junta o bom para comprar, com o bom para dar, com o bom para ver, cheirar e comer, com o bom para viver. É senso comum? É. A dona-de-casa não trabalha com aqueles instrumentos que a ciência definiu como científicos. É comportamento ingênuo, simplista, pouco inteligente? De forma alguma. Sem o saber, ela se comporta como uma pianista, em oposição ao especialista em trinados. (Alves, 1981, p.10).

Na alegoria, o autor aciona a figura de uma mulher que trabalha com os cuidados de sua casa, que vai ao mercado fazer compras. Para fazer essa tarefa, ela aciona diversos conhecimentos que detém. Todos são parte de conhecimentos do senso comum. A “dona de casa”, com essa tarefa, estabelece um problema (como o aumento do valor dos alimentos), cria métodos de classificação e de resolução do problema baseado em conhecimentos de economia doméstica.

Na mesma obra, Alves apresenta outros exemplos de tarefas do cotidiano de pessoas comuns que acionam conhecimentos e métodos para serem resolvidas. O autor defende com isso, que os conhecimentos de senso comum utilizam pressupostos similares ao conhecimento científico, como estabelecimento de um problema, método de resolução, observação, etc. Portanto, ele propõe uma aproximação entre senso comum e ciência.

O senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver. E para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior à ciência, eu só gostaria de lembrar que, por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência (Alves, 1981, p.16).

Com isso, podemos caminhar para a construção de uma definição que dê conta de uma visão mais abrangente do que é o senso comum. Podemos dizer que o conceito é um aglutinador de conhecimentos, que tem bases similares ao conhecimento científico, e que se forjam no cotidiano das pessoas comuns. Sendo assim, o senso comum faz parte do cotidiano social e por isso não pode ser encarado como agregador de conceitos lineares e imutáveis.

## **SENSO COMUM, VALORES E OUTROS COTIDIANOS**

A partir de Heller, podemos relacionar a ideia de senso comum com o conceito de valor. Segundo a autora, os valores são conceitos sociais que se expressam em “esferas heterogêneas” da sociedade, ou seja, em determinados grupos sociais. Uma esfera pode acionar determinado valor, enquanto outra aciona outro valor distinto, sendo que esses valores podem se chocar. Para Heller inclusive é isso o que acontece, e este choque de valores é o que produz a História: “A história, é a história de colisão de

valores das esferas heterogêneas. Mas a colisão entre esferas heterogêneas é apenas uma das contínuas colisões de valores que ocorrem na história” (HELLER, 1992, p.8).

Nessa gama de valores sociais, há valores hegemônicos, que são acionados por uma grande quantidade de sujeitos em seus cotidianos, mas também há aqueles valores que parecem terem sido extintos, mas que ainda são acionados por um número pequeno de sujeitos, que Heller vai chamar de preservadores. Mesmo que a partir de uma percepção superficial tenha-se que valores não hegemônicos tenham sido extinguidos, estes ainda permanecem existindo, pois para a autora, quando um valor é conquistado socialmente ele não se perde de modo absoluto.

(...) veremos que o desenvolvimento do valor não é de nenhum modo contínuo. Uma vez atingido um certo estágio numa ou noutra esfera, pode ocorrer - dependendo da estrutura social em seu conjunto - que na época seguinte tal estágio seja perdido, para iniciar-se um processo de deformação, de perda de importância ou de essencialidade. (...) Quando o valor constituído numa determinada esfera ou num determinado sentido perde a altura ou o estágio alcançado, passa a existir apenas como possibilidade, mas não é inteiramente aniquilado. Podem variar as formas de sua subsistências; pode acontecer que desapareça uma forma de vida existente em inteiras comunidades ( por exemplo, democracia ateniense), mas grupos reduzidos ou mesmos indivíduos (como os estóicos e epicurianos, no caso do exemplo) preservarão a maioria dos valores daquela forma de vida, inclusive através de longos períodos estéreis da história ou mesmo em épocas de predomínio de outros valores (Heller, 1992, p.10).

Essa leitura teórica de Heller aponta para a existência de outros cotidianos não hegemônicos, que carregam valores específicos desses cotidianos. Com a perspectiva do choque de valores que constroem a História, também aponta para que mudanças dos valores hegemônicos dos cotidianos sejam possíveis, pois esses valores que parecem extintos, podem ser acionados.

Para José de Souza Martins, é exatamente no processo repetitivo dos valores do senso comum no cotidiano social, que se estabelece a possibilidade de ruptura:

(...) é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História. (Martins, 2013, p 57).



Portanto, é no cotidiano que se muda a História. E no choque de valores, que torna-se possível o acionamento de velhos valores ou até mesmo de novos valores. E para ele, são os sujeitos que vivem as contradições dos valores hegemônicos, e que os reproduzem, que são capazes de romper com os valores vigentes.

Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada. (...) é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História (Martins, 2013, p.57).

## **A EXPRESSÃO DE OUTROS COTIDIANOS**

Um bom exemplo de sujeitos que expressam valores que não são hegemônicos, são os povos indígenas. A relação de harmonia com a natureza, a prática de saberes tradicionais, suas religiosidades e muitos outros valores são fortalecidos na existência desses povos. Portanto, podemos reconhecer, segundo o conceito de Heller, estes sujeitos como preservadores.

É interessante também perceber que essas populações constroem seus valores a partir dos seus conhecimentos cotidianos, em uma profunda relação com o meio ambiente que vivem. A natureza onde os indígenas vivem seu cotidiano tem papel central em praticamente todas as ações desses povos e na construção do que chamamos de cosmologia dessas populações.

Segundo Luciano (2006) cada povo indígena é composto de uma sociedade única, se organizando através de uma cosmologia particular própria que rege toda a vida religiosa, econômica, social, assim sendo, essa cosmologia se dá de forma regrada sendo expressa através de mitos e ritos dessas populações. Ainda segundo esse autor, é através da cosmologia que se desenvolve o cotidiano dos índios, através de conhecimentos tradicionais do mundo natural e do sobrenatural, os índios se orientam para sua vida social, casamentos, fazem uso de extratos vegetais e animais na cura de enfermidades, possuindo influência direta em muitos outros hábitos do cotidiano. Segundo Murgel (1930), os índios são profundos conhecedores da fauna e

da flora de onde habitam, possuindo o conhecimento sobre ervas medicinais, eles desenvolveram uma ciência própria, por meio desses conhecimentos, o preparo das ervas que são a base desta ciência criada por eles, é levado muito a sério, seguindo um calendário anual bem rígido.(Luciano apud Campos, 2016, p.5).

A sobrevivência e o modelo de produção é o aspecto central em relação ao cotidiano indígena e a natureza. A relação de subsistência da terra, e a produção através da observação dos fenômenos naturais, trás como resultado a relação de todas as demais práticas sociais com esses fenômenos. É importante ressaltar que as populações indígenas não são homogêneas, havendo diferenças importantes entre cada etnia e nação, essas possuem em comum formas organização social, que ocupam e usufruem territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Essas populações utilizam conhecimentos, inovações e práticas que são geradas e transmitidas pela tradição.

Exemplos dessa relação da observação dos fenômenos que configuram a construção cosmológica, são as Plêiades e as fases lunares (Campos, 2016). As Plêiades, que são um conjunto de estrelas, são base para construção de calendários de várias das etnias que vivem no Brasil. A aparição dessas estrelas indica não só o início do período de chuvas, mas também o início de um novo ciclo e um novo ano, sendo um período de várias festas e rituais tradicionais. (Levi-Strauss *apud* Campos, 2016). A Lua também é referência para a construção de calendários de várias etnias, e é central para o cotidiano de caça e pesca dessas etnias (Afonso *apud* Campos, 2016).

A religiosidade e as crenças também estão ligadas a esses fenômenos naturais e explicam grande parte da sacralidade que a terra têm para os indígenas. Pois, a terra além de ser dar para esses povos o meio de subsistência também se relaciona com as construções de mitos e dos fenômenos religiosos. As montanhas, o mar, a lua, os rios, são interpretados de formas diversas por essas etnias. Muitas corporificam seus antepassados nessas expressões naturais, outras acreditam que seus espíritos guias estão nesses fenômenos. Portanto, a natureza é parte do sagrado para o cotidiano desses povos, tanto por ser parte da existência e subsistência desses, mas também por expressar suas crenças espirituais.

A forma de vida do índio se dá em total integração com o seu meio ambiente e com a natureza ao seu redor. Da forma menos prejudicial possível, os indígenas reconhecem a natureza como uma aliada, que, lhes fornece todo o necessário à suas vidas, agindo como fonte de alimento e proteção; Em retribuição e agradecimento à esta

fornecedora natural de todas as necessidades indígenas, eles transformam alguns elementos naturais, como as águas, as terras, e as florestas, em Divindades, fazendo com que o respeito e a proteção dos mesmos, nunca sejam esquecidos, já que, todos aqueles que vivem neste meio natural, sentem-se parte integral do mesmo (Murgel *apud* Campos, 2016, p.10).

Por fim, como já mencionamos, quando falamos da expressão de valores do cotidiano indígena e sua relação profunda com a natureza, estamos também falando sobre uma expressão de valores que não são hegemônicos. Estes valores ainda prevalecem porque esses povos os preservam. E como apontamos anteriormente, valores que não são fortes o suficiente para serem valores de maioria, podem ainda, dentro das disputas da História, serem acionados para mudar a própria História. Nos parece que há, nos cotidianos indígenas, e nos valores expressos por esses, algo que poderia ser acionada para a resolução de problemas profundos da sociedade contemporânea. A relação harmônica com a natureza, poderia por exemplo, apontar para a solução da crise climática global que hoje vive nosso planeta.

Portanto, é central entender melhor esses cotidianos, e entendê-los não como culturas folclóricas, mas como possibilidades de expressões de valores necessários para mudar a História.

## **COMUNICAÇÃO INDÍGENA COMO EXPRESSÃO DE COTIDIANOS MARGINALIZADOS**

A comunicação é um instrumento central para construção de valores e manutenção de senso comum, além de expressar práticas culturais. Grande parte dos valores hegemônicos são fortalecidos, e até mesmo criados, pelo cinema, televisão, livros, jornais, etc.

A comunicação indígena também expressa valores e o cotidiano dos indígenas, só que estes não são hegemônicos e são hoje invisibilizados. A comunicação indígena expressa cotidianos e existências que são marginalizadas e vítimas de violências epistemológicas. Ela, com isso, também fortalece discursos que contrapõe às visões estereotipadas sobre os povos indígenas e suas vivências. Renata Tupinambá, comunicadora indígena, em entrevista para o Instituto Socioambiental, defende que a comunicação indígena existe exatamente nisso, um processo midiático que dá visibilidade a essas populações a partir da fala e visão dos indígenas:

A gente rompe um processo de silêncio quando busca dar vozes a nós mesmos. Cada um de nós fala por si. E, de certa forma, isso também reflete na nossa etnia, no nosso pensamento, na nossa cultura. Então a gente vem trabalhando na etnomídia porque a comunicação indígena precisa ser trabalhada dentro de uma perspectiva que dá força à sua identidade. (Tupinambá, 2018).

É importante ressaltar que a comunicação indígena, assim como o cotidiano desses povos, aponta para uma outra prática comunicacional, que apresenta outras expressões possíveis para se fazer comunicação. As práticas comunicativas indígenas introduzem sistemas de significação alternativos aos estabelecidos pela comunicação hegemônica e colonial. Essa prática evidencia a possibilidade de pensar outros mundos possíveis, e com isso, outras práticas possíveis.

Comunicação-outra, desde o ponto de vista da emergência indígena, refere a produção de sistemas de pensamento que expõe formas de relação entre sujeitos e entre sujeitos e entorno, ambas baseadas na valorização do humano e da natureza sobre o mercado e o progresso. Além disso, são formas de comunicar que buscam modificar - desde os espaços de enunciação locais - os modos em que a alteridade vem sendo representada desde a colonialidade. Entendemos que não se está aludindo só a discursos opositivos ao sistema de meios hegemônicos, mas para inovadoras formas de representar a realidade desde a validação da alteridade (Maldonado Rivera, Reyes Velásquez, Del Valle Rojas, 2015. Tradução livre).

Podemos levantar algumas das características da comunicação indígena, a partir do ponto de vista de que esta é uma prática que apresenta outras possibilidades de práticas comunicacionais. Primeiro, a prática comunicacional feita pelos povos indígenas só tem sentido a partir de uma prática coletiva que coloca a comunicação a serviço da luta desses povos. A partir da visibilidade da luta pela terra, autodeterminação, dignidade e integridade. A comunicação então, tem por objetivo a visibilidade dessas populações.

(...) a comunicação deixa de representar um mero vínculo de transmissão de informação de um emissor a um receptor para transformar-se em o meio de produção e reprodução das culturas indígenas. É agora entendida como o vetor de uma oralidade que se encontra no centro da transmissão intergeracional e comunitária dos saberes ancestrais, conhecimentos práticos e idiomas próprios. O mito da neutralidade periodística alimentado pelas crenças da comunicação convencional se desfaz. O jornalismo indígena inscreve-se com nitidez em um sentido favorável a luta empreendida pelos povos e nacionalidades contra as sucessivas formas históricas de

opressão (colonialismo, neocolonialismo, capitalismo, imperialismo, neoliberalismo) que tratarão de aniquilar suas culturas e diferenças (Sousa Santos, 2001). Este tipo de jornalismo, chamado indígena, não representa uma versão folclórica do jornalismo convencional, se não uma verdadeira mudança paradigmática para o que fazer da comunicação (Merino, 2012. Tradução livre).

Por isso, a comunicação indígena é incompatível com a existência de objetivos comerciais, pois essencialmente sua origem responde a motivações de caráter social e cultural. Também, essa característica coloca a comunicação indígena fora de um suposto ideal convencional de neutralidade e imparcialidade.

Essa prática comunicacional se sustenta a partir do marco cultural específico de cada nação indígena. Trazendo na prática comunicacional marcas da cosmovisão, identidade, valores, idiomas e fé das diversas etnias indígenas (Maldonado Rivera, Reyes Velásquez, Del Valle Rojas, 2015). Os elementos culturais são colocados no centro da comunicação desses povos.

Com isso, a comunicação indígena representa empiricamente o que chamamos de mídia intercultural. Há um esforço no intercâmbio, preservação e valorização das diferentes culturas. Suas práticas estão embasadas no reconhecimento da plurinacionalidade dos povos. Sua prática confronta a ideia etnocentrista de conceber a comunicação, criando uma diversidade de conteúdos, tipos de meios e paradigmas culturais (Merino, 2012).

Podemos também apresentar, como característica da comunicação indígena, o uso da oralidade como principal ferramenta de comunicação (Cumbre Continental de Comunicación de Abya Yala, 2016, p.8). Com isso, se faz uso de diferentes linguagens para constituir essa comunicação: como a ritualística, sonora (música), dança, etc.

A comunicação indígena se opõe a visão estreita da comunicação como processo de passagem vertical de informação do emissor para o receptor. A partir de diversas cosmovisões, essa prática percebe a comunicação como prática horizontal, integral e ampla. Todos estão conectados entre si, e a partir daí, se comunicando entre si. Portanto, há a valorização das diversas formas de se comunicar, a partir de uma visão de que a produção da comunicação ocorre a partir da emissão e recepção conjuntamente ligadas. Tanto quem emite, quanto quem recebe mensagens, fazem parte igualmente da produção da comunicação.

Para os indígenas, a comunicação pode existir não só entre pessoas, mas também entre pessoas e a natureza. A comunicação também pode ser feita com os ancestrais

e seus espíritos guias (Cumbre Continental de Comunicación de Abya Yala, 2016, p.8). Faz parte do processo de comunicação não só o intercâmbio de ideias, mas também o intercâmbio de sentimentos e sensações. “Para os povos indígenas a comunicação é integral, pois parte de uma cosmovisão no qual todos os elementos da vida e da natureza se encontram permanentemente relacionados entre si” (Maldonado Rivera, Reyes Velásquez, Del Valle Rojas, 2015. Tradução livre).

## CONCLUSÃO

Em momentos em que o sentimento de conformismo com os problemas do mundo se enraíza na sociedade, retomar reflexões que pensam o cotidiano como o espaço central para as possibilidades de mudança é importante. Essa retomada ajuda a enxergarmos cotidianos de resistência, como o cotidiano indígena. Cotidiano que expressa uma relação harmoniosa do ser humano com a natureza, e que dá valor para coisas que há tempos foram desvalorizadas com o advento da modernidade.

Esses cotidianos podem passar de cotidianos somente de resistência, para cotidianos de reexistência, que apontem para resoluções dos problemas que a modernidade trouxe para nosso planeta e humanidade.

(...) de certa forma, a gente está unido, e está nesse mundo junto. Então a gente tem que buscar formas de viver bem. Formas de bem viver. Formas de caminhar juntos para algo melhor, porque já não se separa mais o branco do negro, o indígena do branco, as diferentes etnias. A gente sabe o que vem por aí. Nossos avós sempre falaram para gente: “o futuro”, né? Então a gente está se preparando para isso. E a gente sabe que a natureza não é uma coisa que se controla. Não se pode parar a chuva, não se pode parar as tempestades. E por não controlar isso e a gente sabe. Nós, povos da floresta, nós, povos indígenas, nosso conhecimento, nosso saber é todo voltado para a terra, para a natureza. Nós temos muito a contribuir com todos, com aquilo que a gente aprendeu. E eu acho que é isso que a gente busca cada vez que a gente fala, cada vez que a gente mostra nosso rosto. União mesmo, porque vivemos, todos, processos muito difíceis no mundo. Seria mentira para vocês dizer que não vivemos uma guerra aqui no Brasil. Ainda vivemos uma guerra em que todos os dias pessoas estão morrendo. Pessoas indígenas, pessoas não indígenas. E no mundo também. Muita coisa está acontecendo. E essas transformações, se a gente não tem consciência de que estamos juntos, todos nessa mesma canoa que se chama humanidade, que vocês chamam de Terra, mas que nós temos outros nomes, de acordo com a nossa cultura, acho que vai ser muito difícil para todos nós. Mas eu acredito muito na raiz da

qual todos nós viemos. Essa raiz que faz a gente cantar, mesmo quando parece que está morto e extinto no chão (Tupinambá, 2018).

E é fato que nessa disputa a comunicação pode ser instrumento central para a valorização e visibilidade desse cotidiano, transformando-o como cotidiano possível. A comunicação que é uma das mantenedoras de senso comuns e valores na sociedade em geral, para as populações indígenas funciona também como aquela que dá visibilidade e expressa os valores dessas populações. A comunicação indígena por conta de suas características expressas aqui, dá conta de dar visibilidade e preservar o modo de vida e a cosmovisão desses povos.

Por isso dar condições desses povos produzirem sua comunicação é central para a preservação desses modos de existir no mundo, mas também de dar voz a valores hoje tão esquecidos e que podem dar respostas para crise geral que o mundo vive.

## REFERÊNCIAS

Campos, Dhiego Castro (2016). *A Cosmologia indígena brasileira*. Uma troca enriquecedora para o homem tropical; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora.

Cumbre Continental de Comunicación de Abya Yala (2016), III. *Principios y Retos de la Comunicación Indígena para la Descolonización e Interculturalidad para Vivir Bien*. Bolívia.

Heller, Agnes (1992). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.

Maldonado Rivera, Claudio Andrés; Reyes Velásquez, Carlos; Del Valle Rojas, Carlos (2015). Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir. Pensar la socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. In *Chasqui*. Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito. n. 128, abril-junio, pp. 165-182.

Martins, José de Souza (2013). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Ed. Contexto.

Merino, Gema Tabares (2012). Periodismo indígena, una propuesta desde las cumbres de comunicación de Abya Yala (Portada). *Chasqui* Revista Latinoamericana de comunicación. Comunicación política y pueblos indígenas, Quito: CIESPAL, (nº 120): pp. 23-27.

Tupinambá, Renata (2021). "Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas". *Entrevista concedida a Isadora Fávero*. Instituto Socioambiental (ISA), 2018. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CEu\\_quero\\_ligar\\_a\\_TV\\_e\\_ter\\_ali\\_um\\_cont%C3%BAdo\\_produzido\\_por\\_ind%C3%ADgenas%E2%80%9D](https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CEu_quero_ligar_a_TV_e_ter_ali_um_cont%C3%BAdo_produzido_por_ind%C3%ADgenas%E2%80%9D)>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

Viana, Nildo (2008). *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Emanuela Neves do Amaral**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano, Niterói – Rio de Janeiro. Email: emanuamaral@hotmail.com.

### **Adilson Vaz Cabral Filho**

Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Carlos III de Madrid. Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE (Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência). Email: acabral@comunicacao.pro.br. Número ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8132-6675>.



# TRAJETÓRIAS ASCENDENTES: RECORTES DA IMIGRAÇÃO DE ARMÊNIOS, JUDEUS, JAPONÊSES E ALEMÃES PARA BRASIL

Ingrid Pereira de Assis

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Filipe Cantanhede Aquino

Universidade do Porto (U. Porto)

## INTRODUÇÃO

Este texto é um aprofundamento das discussões levantadas no artigo *Imigrantes no Brasil: trajetórias ascendentes nos espaços econômico, político, midiático e intelectual*, apresentado no GT - Culturas populares, identidades e cidadania, da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, realizada pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM) em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O objetivo deste primeiro artigo foi, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, produzir um levantamento das condições que propiciaram a ascensão social, econômica, política e cultural dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil. Já esta produção almeja dar continuidade a esta discussão e, para tanto, amplia seu escopo ao comparar as particularidades dos tipos de ascensões sociais de outros grupos de imigrantes no território nacional, tais como armênios, alemães, judeus e japoneses.

Tal qual o artigo anterior, recorre-se metodologicamente à revisão bibliográfica sistemática para reconstruir, articular e comparar estratégias de integração e ascensão das etnias já mencionadas, analisando desdobramentos de trajetórias de agentes exemplares, pois, como explica Pierre Bourdieu (2002, p. 9):

Nas nossas sociedades, na qual existem diversos instrumentos de reprodução, a estrutura de distribuição de competências sobre os instrumentos de reprodução é

o fator determinante do rendimento diferencial que os diferentes instrumentos de reprodução podem oferecer aos investimentos dos diversos agentes, e portanto, da reprodutibilidade de seus ativos e de sua posição social e, portanto, da estrutura de suas propensões diferenciadas para investir nos diferentes mercados<sup>1</sup>.

Com a reconstrução das trajetórias apresentadas nos dois artigos, pretende-se demonstrar que, independentemente da região brasileira selecionada para estabelecer moradia, parte desses imigrantes de diferentes etnias ascenderam econômica e politicamente no Brasil, a partir do acionamento de estratégias de dominação e da reprodução de tais posições sociais para os seus descendentes. Ademais, destacam-se as estratégias que estabelecem e fortalecem a proximidade desses imigrantes e seus descendentes com indivíduos que já integravam posições relevantes nas camadas socioeconômicas mais elevadas da sociedade brasileira.

Ao analisar e reconstruir a trajetória de imigrantes de diferentes etnias e que vivenciaram movimentos migratórios diversos coteja-se itinerários de ascensão econômica e afirmação política de contextos distintos, mas, ao mesmo tempo, refina-se os instrumentos de investigação ao se identificar que estes mobilizaram o mesmo esquema de investimento, acúmulo de capital e reprodução das posições de destaque (Grill, 2008). Isto qualifica o esquema analítico proposto neste e no artigo anterior, mencionado no início desta introdução.

## **ARMÊNIOS E SUAS FÁBRICAS DE SAPATOS NO BRASIL**

Ser imigrante é, por vezes, não conseguir estabelecer vínculos de pertencimento com lugar algum. A terra natal já não lhe cabe, seja por enfrentar ali conflitos políticos ou religiosos, e o novo local também não lhe pertence, pois, além dos costumes diferentes, não se sabe precisar quão estável será a estada nele.

A migração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de

---

1 Tradução de: "En nuestras sociedades, donde diferentes instrumentos de reproducción están disponibles, la estructura de la distribución de poderes sobre los instrumentos de reproducción es el factor determinante del rendimiento diferencial que los distintos instrumentos de reproducción están en la medida de ofrecer a las inversiones de diversos agentes, y por tanto, de la reproducibilidad de su patrimonio y de su posición social, y por tanto de la estructura de sus propensiones diferenciales a invertir sobre los distintos mercados" (Bourdieu, 2002, p. 9).

prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (Sayad, 1998, p. 45).

Essa dupla contradição está presente nos mais diversos processos migratórios, mas não é a única característica em comum que agentes de diferentes etnias vivenciaram ao migrarem para o Brasil. Muitos são os aspectos que aproximam as trajetórias de agentes de etnias diferentes e seus descendentes no processo de se estabelecer no país. Um exemplo é a imigração armênia para São Paulo, que foi tão similar a dos sírios e libaneses<sup>2</sup> que chega a ser confundida com esta. A ocupação é uma das semelhanças entre essas duas imigrações, isto é, tanto sírios e libaneses quanto armênios se instalaram, inicialmente, em centros urbanos. Ambas se voltaram ao comércio como prática econômica.

Outro ponto em comum foi a formação de organismos de ajuda para os demais imigrantes das respectivas etnias. Ou seja, os primeiros a chegarem ao país se organizavam de modo a facilitar a adaptação de imigrantes que viriam depois, sobretudo familiares. Essa rede colaborativa de assistência formou colônias fortalecidas e com costumes próprios. Roberto Grün (1992, p. 25) explica que “o circuito da colônia circunscrevia as possibilidades e o alcance das interações sociais que conduzia às grandes decisões, como casamentos e os vários tipos de inserções econômicas dos indivíduos”.

Mesmo assim, o contexto encontrado no país era desafiador para esses imigrantes. Já no Brasil, os armênios, por exemplo, tinham os valores de suas formações intelectuais e diplomas reduzidos só por serem imigrantes. Por conta disso, dificilmente conseguiam atuar em suas profissões originais. Nos anos de 1930, os imigrantes passaram a debater as políticas migratórias no Brasil, criticando essa desvalorização brasileira. A partir desses debates, os imigrantes armênios fortaleceram um discurso de valorização das características caucasianas da etnia e da ocidentalidade, objetivando galgar uma posição melhor na sociedade brasileira e, por outro lado, diferenciar-se dos pobres brasileiros.

Uma vez os atributos listados nas estratégias de diferenciação acabam se tornando pontos de ética que cada “armênio em potencial” deve seguir, produzindo-se um efeito prescritivo sobre suas condutas. Entranhadas nos indivíduos pela socialização

---

2 Ver mais em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2021/07/GT2-IngridAssis.pdf>

familiar e nos colégios, Igrejas e clubes étnicos, essa espécie de código de conduta vai se tornar um importante instrumento de reconhecimento de iguais, uma espécie de investimento em forma (Thevenot, 1985), operante principalmente nas estratégias de casamento e econômicas (Grün, 1992, pp. 35-36).

A produção e o comércio de sapatos foi o nicho econômico para o qual se voltaram os armênios, tendo em vista a desvalorização de seus diplomas. Tal conhecimento no ramo trouxe o sucesso financeiro para muitas famílias armênias, sustentando uma rede de ajuda mútua entre os compatriotas. O funcionamento era simples: os imigrantes estabelecidos economicamente ajudavam os recém-chegados, empregando-os, ensinando-os a prática profissional ou auxiliando-os com empréstimos financeiros.

Essa ascensão econômica obtida nas fábricas de sapatos será gradualmente convertida em um reconhecimento social que pesará de sobremaneira para as futuras posições diferenciadas que os descendentes desses imigrantes viriam a conquistar. “A disseminação desse prestígio por toda a sociedade acabou qualificando os filhos das famílias imigrantes, também, para a ocupação de uma série de empregos não manuais” (Grün, 1992, p. 37). Nesse início da entrada no país, nota-se que a participação dos descendentes armênios na produção dos sapatos era corriqueira, característica também comum em famílias de sírios e libaneses. Desde a tenra idade, a prole aprendia o ofício. Vale ressaltar que cada agente, no arranjo familiar, exerce um papel relevante para a sustentação econômica desse grupo de imigrantes. Grün (1992) explica que essa profissionalização na área de produção de calçados chegava a ser priorizada em detrimento da aquisição de um diploma de curso superior. Em uma turma de formandos do Ginásio da Igreja Apostólica, em 1969, por exemplo, mais da metade após a formatura foi atuar na produção de calçados. Já as moças se casaram com alguém que também exercia essa atividade profissional. O autor destaca a busca por uma nova sociabilidade, uma vez que ter uma fábrica regularmente estabelecida era a porta de entrada para novas ambições econômicas, como ser proprietário de uma loja própria e, de preferência, no shopping.

Não se trata mais do “dinheiro que não tem cheiro”, mas da convivência com uma clientela e com colegas lojistas portadores de atributos de distinção que elevam também, indiretamente, o próprio lojista. A procura desses ambientes pode ser considerada um indicador razoável da necessidade de se inserir em círculos de sociabilidade elevados, além da fronteira do étnico, apontando para a integração mais ampla na

sociedade inclusiva, através da aceitação de hierarquias de *status* mais gerais (Grün, 1992, p. 65).

Convém frisar que três gerações das famílias armênicas atravessaram esse processo de fortalecimento financeiro por meio da produção de sapatos. Na primeira, a produção era basicamente artesanal e os imigrantes tinham pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa. A produção era toda feita no âmbito familiar. Na segunda geração, que já contava com membros nascidos no Brasil, além da fabricação, as famílias se voltam também ao comércio da produção, especialmente para clientes de classe baixa. A partir desta geração, já se nota uma aproximação com as tendências da moda que imperavam entre a classe social economicamente dominante. Isso vai se refletir na terceira geração, que passou a ser socializada em ambientes “formadores de moda” e a desenvolver produtos voltados à classe mais alta. Assim, nota-se que a ascensão social desses imigrantes foi promovida e legitimada por uma ascensão econômica anterior.

Apesar de focar muito mais nas relações econômicas dos armênios e seus descendentes, Grün aborda o casamento como uma *estratégia*, ainda que não premeditada, importante para que tais grupos ascendessem na sociedade paulista. “No padrão que apreendemos, a independência do rapaz tem dois tempos fortes, que podem estar entrelaçados: o casamento e a abertura da loja própria” (Grün, 1992, p. 69). Esta particularidade também esteve presente na migração sírio e libanesa, por exemplo (Assis, 2021). Desse modo, as relações econômicas acabavam sendo relevantes no andamento dos enlances matrimoniais traçados pelos primeiros imigrantes da colônia armênia no Brasil. Grün (1992) registra que eram comuns casamentos entre a filha do comerciante com os ajudantes ou “braços direitos” do pai. Considerando que os conhecimentos acerca do comércio e do ofício eram passados para os filhos e que estes eram priorizados na partilha das heranças, restava às mulheres o papel de expandir os vínculos da família por meio dos casamentos. Os matrimônios foram importantes por propiciarem alianças econômicas e reforçarem a manutenção da identidade armênia ou libanesa. Já as gerações seguintes foram mais independentes, dificultando o controle dos casamentos pela família, fato que se deu em parte devido ao processo de escolarização da terceira geração, não sendo este o único fator.

O “fator universidade” não pode ser simplesmente isolado. Constatamos indícios de que, em gerações anteriores, os raros jovens que chegaram à universidade também

obedeciam às regras estabelecidas por seu grupo étnico quanto à procura do parceiro para a constituição da família. Mesmo quando os ainda raros “doutores armênios” se defrontaram com a iminência de seus filhos entrarem no mercado de casamentos, adotavam posturas análogas às de seus coetâneos não escolarizados. Assim, a ação desagregadora da sociabilidade universitária deve ser contextualizada em eixo temporal no qual talvez, seus efeitos se maximizem num espaço onde a etnicidade já está relativamente esmaecida (Grün, 1992, pp. 77-78).

É válido observar que a homogamia não foi extinta da primeira geração para a terceira, ela apenas deixou de ser étnica para se tornar social, isto é, os descendentes de armênios deixaram de se casar dentro da colônia e passaram a formar vínculos matrimoniais com pessoas economicamente semelhantes.

A dificuldade de manutenção da homogamia étnica que descrevemos caminha *pari passu* com o reforço da homogamia social, à medida que a *seletividade do ensino superior brasileiro*, que só marginalmente é freqüentado por jovens vindos de camadas populares, reforça probabilisticamente a possibilidade de “bons encontros”, nos quais preponderam as afinidades mais gerais que unem nossas camadas altas e médias (Grün, 1992, p. 82).

## **IMIGRAÇÃO ALEMÃ, SISTEMA DE COLONATO E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Diferentemente dos armênios, sobretudo em São Paulo, cuja ascensão ficou restrita ao espaço econômico, tendo raramente ingressado na arena político-eleitoral, os alemães do Sul do Brasil, além da ascensão econômica, conseguiram converter tal sucesso comercial e industrial em destaque social e político.

A migração alemã se caracterizou pela formação de colônias<sup>3</sup> que, diferentemente das armênias, fomentaram o distanciamento em relação à sociedade brasileira. O processo de colonização alemão objetivava a ocupação territorial, implementando um sistema fundiário de pequenas propriedades. A proposta deste sistema era que os colonos comprassem as terras a prazo e sob o controle do Ministério da Agricultura. Assim, a dívida seria paga por meio da própria produção nas terras. Na prática, esse sistema se mostrou falho, especialmente, porque a comercialização das terras demorava a sair por conta da burocracia, o que tornava o imigrante dependente dos

---

3 A primeira colônia alemã de Santa Catarina, por exemplo, foi fundada no ano de 1829.

subsídios oficiais. Desse modo, as dívidas se avolumavam, tornando-se de difícil adimplimento, pois, afinal, o imigrante ainda conseguia uma renda proveniente do próprio trabalho. Ademais, as terras, quando recebidas, eram muitas vezes inadequadas para o cultivo agrícola e longe dos principais centros consumidores. Estes aspectos tornavam mais difíceis a quitação das dívidas e obrigavam os imigrantes a se mudarem e a desenvolverem uma agricultura restrita à subsistência.

Nos primeiros anos de assentamento os colonos estabeleceram uma agricultura de subsistência, empregando a técnica da coivara (derrubada-queimada e plantio manual com o uso da enxada), sendo a produção destinada em primeiro lugar ao consumo da família, o excedente trocado nas casas comerciais locais (as “vendas”). Mais tarde a introdução do plantio de fumo e a criação de suínos e gado leiteiro, bem como as possibilidades de beneficiamento de milho e mandioca em engenhos e atafonas, ampliaram as possibilidades da produção comercial (Seyferth, 1999, p. 66).

Ainda nos primeiros anos de migração, alguns alemães investiram em outras ocupações, auferindo um bom retorno financeiro. Segundo Seyferth (1999), isso aponta para a existência de uma estratificação social dentro das colônias, o que, posteriormente, acarretaria na inserção e ascensão de descendentes de alemães em posições políticas de destaque.

O primeiro ponto a considerar, portanto, é que esse segmento rural produzido pela colonização nada tem de homogêneo; mas, embora diferenciado, as distâncias sociais eram pequenas, e o principal efeito do regime de pequena propriedade familiar, pode-se dizer, foi a constituição de uma classe média rural relativamente estável – uma estabilidade garantida também pela migração (Seyferth, 1999, p. 68).

Nessa estratificação social, os comerciantes desempenharam um papel importante, assim como em outros processos migratórios, pois o acúmulo de capital econômico propiciou o investimento na atividade industrial. O nascimento de muitas indústrias ampliou as atividades econômicas e potencializou os mecanismos de ascensão social. Com isso, os colonos alemães, antes relegados às áreas não povoadas, passaram a figurar de forma mais significativa no tecido social nacional.

Assim, o desenvolvimento do comércio e da indústria desde a década de 1880, bem como a emancipação das colônias, colocam em evidência uma questão importante: imigrantes e descendentes estavam localizados em uma região onde a sociedade

nacional inexistia, mas a nova situação político-econômica exigia a assimilação como condição da cidadania. Isso aponta para a questão da etnicidade e para o fato simples da apresentação de ambas as vilas como “comunidades germânicas” (Seyferth, 1999, p. 72).

A partir do êxito econômico obtido na região, os imigrantes alemães e seus descendentes despertaram o interesse da elite político-econômica. Entretanto, a conservação dos costumes, o uso da língua mãe no cotidiano e a baixa assimilação dos costumes brasileiros, preocupavam a elite nacional. Surge, então, a categoria teuto-brasileiro, que visa dar fim a este impasse, unindo a germanidade (*Deutschtum*) à cidadania brasileira. Forma-se o que Seyferth (1999) classificou como a *germanidade brasileira* (*Deutschbrasilianertum*).

Mais do que as diferenças concretas, caracterizáveis como étnicas, o discurso sobre *Deutschtum* e *Deutschbrasilianertum*, e a ênfase, principalmente da elite local, na identidade teuto-brasileira, deram margem a conflitos, principalmente para aqueles cuja trajetória de ascensão social ultrapassou os limites da comunidade local, e pelo fato de a etnicidade ser considerada pelos brasileiros como obstáculo à assimilação e risco para a unidade nacional. Na verdade, a assimilação cultural e o investimento escolar obtido fora da comunidade étnica foram canais privilegiados de ascensão social, especialmente para os que estavam situados nas camadas médias emergentes do sistema de colonização. Afinal, no início do século, nas duas vilas só havia o equivalente ao ensino de primeiro grau – ir adiante na escolarização exigia a transferência para Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro (Seyferth, 1999, p. 75).

Seyferth exemplifica tais aspectos a partir da trajetória de Lauro Severiano Müller (1863-1926). A família de Lauro Müller se mudou para o Brasil com o primeiro contingente de imigrantes, tendo um tio como pequeno comerciante. Lauro foi educado em alemão e, posteriormente, ingressou em uma escola teuto-brasileira. Aos 16 anos, foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar e, aos 19 anos, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, formando-se engenheiro-militar. Em seguida, serviu como ajudante-de-ordens do marechal Deodoro da Fonseca. Aos 26 anos, tornou-se governador provisório de Santa Catarina e, a partir daí, galgou ascensão em diversos cargos políticos.

O aprendizado da língua portuguesa e outras formas de agir de acordo com o modelo brasileiro de política, como a obtenção de patentes de coronel da Guarda Nacional por quase todos os ‘vendeiros’ importantes, ou mesmo o uso da identificação étnica



menos carregada de simbolismos germânicos e sem referências raciais, permitiram o acesso a cargos eletivos, principalmente pelos comerciantes com trânsito fora das regiões coloniais (Seyferth, 1999, p. 83).

Os imigrantes que conseguiram ascender economicamente na colônia alemã, principalmente, por meio da atividade comercial que, posteriormente, foi convertida em industrial, passaram a fazer parte de uma camada privilegiada da sociedade brasileira. Ou seja, houve um alcance da hegemonia política e econômica, possibilitado pela rede de relações estabelecidas por meio do sistema colônia-venda, que foi, inclusive, estendido para além das áreas coloniais (Seyferth, 1999). A partir daí, houve uma paulatina assimilação dos costumes locais e investimento escolar, que fizeram com que tais agentes passassem a ser reconhecidos como pertencentes à *elite*. Grill (2008) ressalta que a ascensão de famílias de imigrantes no Rio Grande do Sul esteve diretamente relacionada à utilização da política pelos agentes de práticas de reprodução familiar.

Quanto à segunda via de acesso e de reprodução familiar no espaço político, essa se refere aos descendentes de comerciantes e/ou agricultores (sobretudo vinculados à imigração alemã, italiana, síria e libanesa), que se afirmaram como 'empreendedores locais' e como importantes mediadores de localidades situadas, na maior parte dos casos, na 'Metade Norte' do estado e em alguns casos também na 'Metade Sul' do estado, rivalizando com as famílias tradicionais (Grill, 2008, p. 43).

Ressalta-se que para adentrarem e se tornarem competitivos, no concorrido espaço político já permeado pelas famílias tradicionais do Rio Grande do Sul, os descendentes de imigrantes alemães enalteceram a história familiar, as dificuldades na ascensão e os problemas enfrentados pelos primeiros imigrantes (Grill, 2008). Uma das trajetórias que ilustra bem esse percurso de fortalecimento da imagem do imigrante é a do ex-deputado federal e ex-prefeito de Pelotas, Adolfo Antonio Fetter Júnior. O político é autor de dois livros sobre a genealogia de sua família pelo lado paterno e materno.

Chama a atenção como a ascensão política e acúmulo de capital econômico, social e escolar permitiram que esse "herdeiro de uma família de imigrantes" lançasse mão de estratégias de celebração da "família" semelhantes àquelas ativas pelas "antigas famílias" (Grill, 2008, p. 105).

## IMIGRAÇÃO JUDAICA E INFLUÊNCIA POLÍTICA

Diferentemente dos sírios e libaneses em São Paulo estudados por Oswaldo Truzzi, que não conseguiram destaque intelectual quando chegaram ao Brasil, a inserção dos judeus na política paulista expôs a dualidade das estratégias de autorrepresentação desse grupo que, por vezes, aparece como um *povo de intelectuais* e, em outras, surge como um povo de comerciantes, conforme destaca Roberto Grün (1995). Segundo o autor, essa dualidade se manifesta, também, na entrada dos judeus no campo político. Paralelamente, o autor mostra os esforços contra as ações antisemitas que vão pesar ao longo da trajetória dos que almejavam desenvolver carreiras políticas.

Para Grün (1995, p. 72), “a luta ideológica travada pelas colônias contra seus destrutores produz uma auto-identificação que se inscreve duradouramente nas velhas gerações de imigrantes e depois é transmitida a seus descendentes”. Ainda de acordo com o autor, o Censo Brasileiro de 1991 estimou a população judaica em 200 mil pessoas, sendo que 50% delas se concentravam em São Paulo. Durante a pesquisa, Grün focou em como a colônia judaica alavanca alguns indivíduos para a vida política.

De qualquer forma, o decorrer da pesquisa colhemos dados suficientes para desenvolver a idéia de que os judeus, devido à proeminência alcançada em alguns campos, são considerados mais importantes como cabos eleitorais e financiadores de campanhas do que propriamente como eleitores, exceção feita para os candidatos judeus a cargos proporcionais, claramente apoiados pela colônia (Grün, 1995, p. 79).

Outra observação feita pelo pesquisador sobre a relação dos judeus com a política brasileira é que, em São Paulo, na primeira fase da migração, a esquerda predominou como preferência ideológica. Posteriormente, quando outros partidos de direita e de centro se abriram para os descendentes desses imigrantes, as preferências se aproximaram do “padrão burguês”. Importante destacar que os imigrantes judeus que se estabeleceram em São Paulo são, em sua maioria, oriundos da Europa Oriental, cuja característica era a prática do autogoverno, ou seja, havia uma tradição associativa forte.

No fim do século passado, quando começou a imigração maciça para o Brasil, a comunidade judaica dos países da Europa Oriental estava dividida da seguinte forma: havia uma maioria, na qual se incluíam os responsáveis pelo autogoverno, que

tinha uma postura de completa não interferência nos assuntos políticos dos países em que estavam estabelecidos; inspirados em geral numa visão religiosa quietista, clássica no judaísmo pré-sionista. De outro lado havia os sionistas e socialistas de diversos matizes, que predicavam a atuação na sociedade política dos países europeus, ainda que com várias nuances (Grün, 1995, p. 82).

Ainda segundo Grün, essa segunda tendência foi reproduzida pelas primeiras gerações de judeus no Brasil do século XX. O autor destaca que a redemocratização, ocorrida em 1945, aproximou vários grupos étnicos, incluindo os judeus. Dado o contexto, os partidos de esquerda foram os primeiros a abrirem espaço para “minorias étnicas”. A impermeabilidade dos demais partidos contribuiu para essa opção judaica.

O sistema escolar abriu suas portas para os imigrantes e seus descendentes antes das corporações do alto serviço público, tais como a magistratura e o serviço diplomático. Criou-se uma descolagem entre a qualificação formal – puramente escolar – dos jovens de origem imigrante e a qualificação real – na qual a origem familiar conta muito – exigida para o ingresso nas corporações. As corporações resistiam à transformação da qualificação nominal em real, mantendo por mais tempo a homogeneidade oligárquica. Está assim formada uma fonte para o vapor anti-establishment que poderá fazer levar para a esquerda as vocações políticas dos “estrangeiros” que passam pelos ambientes acadêmicos (Grün, 1995, p. 84).

É importante destacar que os políticos judeus não tinham um *background* familiar semelhante aos imigrantes de outras etnias, isto é, poderiam ser considerados políticos *self-made*, que vivem da e para a política (nos termos weberianos<sup>4</sup>). Grün defende a hipótese de que esse comportamento parte da necessidade de lutar contra o preconceito de que aos judeus não é permitido transformar o dinheiro em poder político, devendo usá-lo apenas em prol do aumento da cultura. Ao mesmo tempo, “o recurso ao repertório antissemita parece uma arma recorrente dos adversários de qualquer candidato judeu” (Grün, 1995, p. 88).

---

4 De acordo com Max Weber (1993, p. 65), “há duas maneiras de fazer política. Ou se vive ‘para’ a política ou se vive ‘da’ política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática. Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida”.

A partir dessas observações, Grün analisa dois casos representativos do posicionamento dos judeus na arena eleitoral paulista: os candidatos “legítimos” e os “ilegítimos”<sup>5</sup>. Os “legítimos” começam a carreira na política estudantil, geralmente, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e têm suas carreiras alavancadas a partir da inserção profissional entre os comerciantes judeus e em cargos no Estado. Já os “ilegítimos” têm origem classificada como “espúria” pelos entrevistados, figurando como ex-socialistas e ex-comerciantes. Segundo Grün (1995, p. 98), “nossos informantes relatam a postulação de vários empresários a cargos eletivos que fracassavam ‘porque eles não tinham nível nem prestígio’”. Ao comparar a trajetória de um “candidato legítimo” com a de um “candidato ilegítimo”, o pesquisador encontra pontos que merecem destaque. Ambos narram casos de antissemitismo, mas defendem sua não existência no Brasil. Já com relação ao apoio do empresariado judeu nas campanhas, os “ilegítimos” reclamam da falta dele, enquanto os “legítimos” sempre receberam este apoio financeiro. Ademais, a relação entre o eleitorado e o eleito é bem mais aproximada que o costume em ambos os casos.

A interação representante-representado e o tipo de delegação oferecido pelo eleitorado judaico são realmente distintos da experiência típica de representação política existente no país. Nesse micro-espaco social, temos uma relação de delegação, na qual o representado judeu, normalmente um indivíduo de mesmo nível cultural e social que seu representante, se julga efetivamente no direito de cobrar satisfações de seus deputados (Grün, 1995, p. 106).

Se nesse aspecto o comportamento do eleitorado judaico é diferenciado, em outros, é possível perceber uma conformidade com as práticas políticas vigentes no Brasil. Por exemplo, eles não reivindicam um sistema político mais autônomo, no qual pudessem ser representantes do povo de forma mais efetiva, e se conformam ao funcionamento patrimonialista da política brasileira, como se esta fosse natural e imutável (Grün, 1995).

---

5 Classificação atribuída pelos agentes analisados pelo autor.

## JAPONESES NO BRASIL: EDUCAÇÃO E A SOCIODICEIA DA DEDICAÇÃO

O processo de migração nipônica é outro que destaca a importância do investimento escolar como porta de entrada para a política. No início do século XX, o Japão tinha um grande contingente populacional enquanto o Brasil vivenciava uma falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira paulista. Além disso, outros países que recebiam imigrantes japoneses passaram a restringir suas entradas, colaborando, de forma espelhada, para a busca por outros países. Sakurai (1993) destaca que, embora a entrada dos japoneses tenha sido estimulada para suprir uma necessidade brasileira, havia uma reação contrária a esse movimento, sobretudo devido à “onda de nacionalismo que floresceu na década de 30” (Sakurai, 1993, p. 132). Para compreender esse receio nacionalista de alguns setores brasileiros, a autora resgatou o contexto do Japão na época. A partir da Restauração e Meiji (1868), o Japão passou a vivenciar transformações internas que modernizaram o país e estimularam o espírito patriótico. Com exceção da Segunda Guerra Mundial, a história japonesa é marcada por conquistas e por um potente nacionalismo.

O movimento expansionista japonês tem início em 1894 em direção à China, culminando com a anexação da Coreia em 1910. Em 1905, os japoneses vencem a guerra contra a Rússia e mais tarde, em 1931, anexam a Manchúria. O Japão se retira da Liga das Nações em 1933; em 1937 enfrenta novamente a China, até que, em 1941, realiza o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, entrando na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países do Eixo (Sakurai, 1993, p. 134).

Desse modo, é possível compreender a base deste receio à imigração nipônica. Como a própria pesquisadora aponta, a expressão *perigo amarelo* passou a ser comum para se referir aos japoneses na década de 1920. “O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Japão<sup>6</sup>, ocorrido em janeiro de 1941, coloca os japoneses aqui residentes na condição de representantes dos inimigos, sujeitos a diversas restrições” (Sakurai, 1993, p. 137). Tal ruptura gera consequências como: o fechamento do consulado japonês, diminuindo o elo dos imigrantes com o país de origem; reuniões de japoneses passam a ser proibidas; para deslocamento, os japoneses necessitam de um

---

6 Com a entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 1941, a posição dos imigrantes japoneses no Brasil ficou desconfortável, pois o Brasil apoiou os Estados Unidos nesse conflito, enquanto o Japão ficou ao lado da Alemanha, bloco oposto ao americano. Isso acarretou em um rompimento diplomático entre o Brasil e o Japão.

documento de salvo-conduto; e os bens foram congelados pelo governo e controlados por interventores (Sakurai, 1993).

Com o término da guerra e a rendição do Japão, o comportamento dentro da colônia nipônica foi modificado, uma vez que havia grupos que apoiavam a rendição e outros que a consideravam uma vergonha. Os “derrotistas” passaram a sofrer perseguições e alguns até foram assassinados por “vitoristas”. O movimento foi intitulado *Shindo Renmei*. A participação em um ou outro grupo acabou influenciando na trajetória de membros da colônia. Os “derrotistas”, por trabalharem com a sociedade local, acabaram adentrando as instituições de ensino e, paulatinamente, conseguindo inserção na política brasileira, movimento similar ao que aconteceu em outros processos migratórios descritos aqui.

Esse movimento dos ‘vitoristas’ só perdeu visibilidade quando as autoridades brasileiras começaram a indiciar judicialmente os membros da *Shindo Renmei*. No interior da colônia, entretanto, o problema não desapareceu com o julgamento dos líderes. O rótulo de participação em um ou outro grupo vai dimensionar a trajetória futura de muitos membros da colônia (Sakurai, 1993, p. 139).

Sakurai, ao analisar a entrada nipônica na política brasileira, destaca que, até o fim da Segunda Guerra Mundial, os japoneses que moravam no Brasil viviam na perspectiva de retornar ao Japão. Assim, foram diminutos os esforços para assimilação e integração à cultura e aos costumes brasileiros. A tendência era, então, de se agruparem e evitarem interação com os brasileiros. Objetivando voltar ao Japão, muitos japoneses acabaram construindo uma significativa poupança, dando mostras do pensamento econômico nipônico.

Visando poupar, por exemplo, os japoneses, além de comprarem pequenas propriedades e dedicarem-se ao comércio e pequena indústria (como outras etnias já descritas), realizavam deslocamentos inter-regionais corriqueiros para áreas onde o valor da terra ainda era baixo (Sakurai, 1993). De acordo com a autora, as migrações japonesas no Brasil tomaram tanto a direção rural-rural, quanto a direção rural-urbana. Com uma aguçada ideia de poupança, a independência econômica japonesa veio de forma rápida, o que evidencia que a comunidade nipônica buscava novas atividades para além do trabalho rural, isto é, estavam interessados em ir além do colonato.

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, os imigrantes nipônicos passaram a não mais entender a permanência no Brasil como algo provisório. Nessa

época, já era possível observar casamentos exogâmicos que permitiam perceber que o isolamento japonês estava mais no discurso do que na prática.

A geração dos nisseis brasileiros é fruto de uma dicotomia. Apesar de nem sempre serem favoráveis, os pais vêem seus filhos crescerem e passarem a viver e a pensar mais como brasileiros do que como japoneses. Diante da dificuldade de acumulação para um retorno rápido ao Japão, os pais da primeira geração matriculam seus filhos em escolas brasileiras. Pelo menos dão-lhes uma educação formal, mesmo que não fosse a japonesa, como esperavam. Seus filhos vão se tornando “brasileiros” por força das circunstâncias que os cercam, pela socialização que vão tendo no decorrer de suas vidas (Sakurai, 1993, p. 144).

Na busca por educação, é possível notar um grupo de imigrantes que concluiu o curso superior ainda na década de 1930. Em 1939, formou-se o primeiro *nissei* na Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo (USP). Sakurai destaca que essa busca educacional ia além da mera formação superior, visto que focavam em carreiras e faculdades consideradas importantes na época, tais como Direito, Medicina e Engenharia, e em locais como Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Faculdade de Medicina da USP e Escola Politécnica da USP. Isso denota uma paulatina elitização por meio do processo educacional.

Ainda segundo Sakurai (1993), a década de 50 marca a busca de novos caminhos pelos imigrantes e seus descendentes, tendo em vista que, após a abertura política, os descendentes de imigrantes passaram a entrar de forma maciça no espaço político, incluindo japoneses. Para os primeiros políticos descendentes de japoneses, a participação política fazia parte de um plano que tinha como objetivo melhorar a imagem da etnia. Em sua pesquisa, a autora enfatiza a trajetória de quatro políticos, a saber, Yukishigue Tamura, João Sussumu Hirata, Yoshfumi Utiyma e Diogo Nomura. Segundo ela: “são políticos cujas carreiras foram marcadas no início pela idéia de registrar para as autoridades brasileiras a presença dos japoneses como uma etnia que naquele momento estava em vias de apagar a imagem de não-assimilável” (Sakurai, 1993, p. 148). Dentre os quatro casos selecionados pela autora, é válido ressaltar que três têm origem social abastada, especialmente, se comparados com os padrões dos descendentes de imigrantes da época.

São, portanto, representantes de uma elite intelectualizada, que começava a se formar no interior da colônia. Na época, o curso superior era uma porta de entrada para

a inserção em meios antes restritos aos membros das elites nacionais e a descendentes de imigrantes de famílias abastadas (Sakurai, 1993, p. 150).

Nos casos de Hirata e Tamura, as trajetórias se entrecruzam. Os dois chegaram a ser amigos de médicos, empresários e advogados, que mais tarde viriam a ocupar cargos de liderança no interior da colônia e, também, foram colegas de futuros políticos, tais como Carvalho Pinto e Jânio Quadros. Sakurai (1993, p. 152) realça que “Hirata, por exemplo, foi amigo e colega de faculdade de Roberto de Abreu Sodré, ligado ao grupo que viria a formar a futura UDN (União Democrática Nacional), partido pelo qual o próprio Hirata se candidataria desde a primeira vez”. Ao longo das carreiras políticas desses dois descendentes, ambos passaram a entender como sendo uma missão trabalhar em benefício da comunidade, o que fortaleceu a ideia de integração nipônica até mesmo como forma de colocar um ponto final na visão inicial de que os japoneses não se integrariam à sociedade brasileira.

Esses jovens postulantes a uma carreira até então restrita enfrentam pressões e resistências de ambos os lados. Era necessário garimpar o terreno, abrir caminhos, apresentar novas propostas, quebrar tabus, enfrentar resistências. É nesse momento que a ideia de missão vem à tona (Sakurai, 1993, p. 157).

Na primeira eleição, a própria colônia parecia ter receio em votar nos candidatos descendentes de japoneses. Outra dificuldade era a inserção em um partido político, fato que só acontecia com a intermediação de outras pessoas. Nota-se que o esforço empreendido no espaço político era duplo, isto é, buscava fortalecer a imagem dentro da própria colônia, ganhando a confiança interna, e abrir caminho na sociedade brasileira. Sendo assim, na década de 50, a colônia japonesa ganha uma visibilidade positiva, deixando de ser reconhecida como o “perigo japonês” para ser o exemplo do enaltecimento do trabalho, ou seja, um modelo social de que o esforço gera sucesso.

A imagem positiva que os brasileiros têm hoje em relação aos nikkeis é em parte fruto de uma estratégia conjunta das lideranças da colônia (onde se incluem os parlamentares), no sentido de “limpar” sua imagem diante da sociedade mais ampla, com nítida tendência a acentuar os traços de trabalho, esforço e sucesso. É a partir do pós-guerra, quando a fixação definitiva no Brasil se torna o projeto das famílias, que começam a ser avaliadas as reais condições do enraizamento da etnia no país. Ao invés de rejeitarem o Brasil como país de adoção, os japoneses agora se utilizam do



argumento oposto, para demonstrar que são tão brasileiros quanto todos os outros (Sakurai, 1993, pp. 175-176).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os casos descritos neste artigo e em *Imigrantes no Brasil: trajetórias ascendentes nos espaços econômico, político, midiático e intelectual*, nota-se que os imigrantes que chegaram ao Brasil passaram por um período de afirmação econômica antes de serem assimilados como parte da elite nacional. É somente após a ascensão econômica que tais agentes conseguem adentrar as instituições da elite local, sobretudo as educacionais, e se relacionar socialmente com membros das classes mais abastadas.

Ademais, outra similaridade é que tal ascensão se deu, principalmente, por meio do comércio. Frisa-se que essa atividade acabou por conferir uma posição de vantagem perante os imigrantes que se voltaram exclusivamente para o colonato, tendo em vista que o comércio não os colocava na posição de submissão ou inferioridade frente à sociedade brasileira da época. A prática comercial era repassada pelos pais aos filhos, mas não era apenas o conhecimento do ofício que era transmitido, mas toda uma rede de relações. Pierre Bourdieu explica que a existência de uma rede não se dá de forma natural ou sequer é constituída de forma definitiva. Ela é produto do trabalho contínuo de produção e reprodução de uma relação útil, que se torna durável por “proporcionar lucros materiais ou simbólicos” (Bourdieu, 1998, p. 68).

Frisa-se que esse investimento educacional se deu, sobretudo, em instituições de ensino brasileiras renomadas e em carreiras liberais de destaque, como Medicina, Direito e Engenharia. Isso pode ser percebido em todas as etnias abordadas nos dois artigos. Esta estratégia objetiva capacitar o agente para receber a herança do grupo e oportunamente transmiti-la, garantindo sua manutenção e crescimento (Bourdieu, 2002). Por isso, não apenas as áreas escolhidas são relevantes, mas também as instituições, pois permitirão a formação de vínculos e redes de relações com a elite, que, posteriormente, poderão ser acionadas na obtenção de uma posição social de destaque, mais reconhecida e elevada. Ao pesquisar a formação da elite médica na Academia Nacional de Medicina, por exemplo, Coradini (1997, p. 418) conclui que “se, por um lado, esse tipo de instituição exerce funções tais como a institucionalização e

o controle do exercício da medicina, por outro, constitui uma instância de acumulação de capital de relações e de consagração de imagens sociais”.

Outra estratégia acionada pelas etnias analisadas objetivando ascensão, dominação e reprodução das posições sociais elevadas é a matrimonial. Segundo Pierre Bourdieu (2002), os casamentos devem garantir a reprodução biológica sem atrapalhar a reprodução social. Por conta disso, inclusive, se percebe, em um primeiro momento, casamentos etnicamente homogâmicos e, gradativamente, uma mudança nesse quadro, tornando-se algo mais social que étnico. Ressalta-se que a entrada dos descendentes de imigrantes em instituições de ensino renomadas foi fundamental para essa mudança de perfil e, conseqüente, ampliação dos vínculos sociais desses agentes.

Por fim, destaca-se que todas essas estratégias acionadas coletivamente ajudam a fortalecer o capital de notoriedade desses imigrantes, influenciando diretamente no sucesso econômico, político e social. Como bem determinou Bourdieu (2004, pp. 190-191):

O capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no facto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa reputação – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem um tempo livre e supõem um certo capital cultural.

Com isso, evidencia-se que há muitas similaridades entre os processos migratórios de diferentes etnias que vieram para o Brasil, sobretudo com relação às trajetórias de agentes que se tornaram casos exemplares para as narrativas sociais acerca dessas populações. Dessa forma, como salientou Bourdieu (2002), criam-se sociodiciências, que por vezes atravessam o espaço midiático e buscam legitimar a dominação, privilegiando a percepção mais favorável ao produtor da narrativa. O que se tem, por fim, é a (re)produção de determinados capitais, que seguem dando a tônica na construção dessas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- Assis, I. P. (2021) Imigrantes no Brasil: trajetórias ascendentes nos espaços econômico, político, midiático e intelectual. In: *Anais da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã*. Bauru: UNESP.
- Bourdieu, P. (1998). O Capital Social. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Campinas: Vozes.
- Bourdieu, P. (2002). Estratégias de reprodução y modos de dominación. *Colección Pedagógica Universitaria*, enero-junio/julio-diciembre. p. 37-38.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais das Ciências*. São Paulo: Editora Unesp.
- Coradini, O. L. (1997). Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, III (3).
- Grill, I. G. (2008). *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Edufma: São Luís.
- Grün, R. (1992). *Negócios & Famílias: armênios em São Paulo*. Fapesp (Série Imigração; v. 3). São Paulo: Editora Sumaré.
- Sakurai, C. (1993). *Romanceiro da migração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré.
- Sayad, A. (1998). *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: USP.
- Seyferth, G. (1999). Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teutobrasileiro. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, Oct.. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131999000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessada no dia 30 de jun. de 2021.
- Weber, M. (1993). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

## SOBRE OS AUTORES

### Ingrid Pereira de Assis

Professora substituta do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT); doutora em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e bacharel em Comunicação Social- Hab. Jornalismo, também pela UFMA. E-mail: [ingrid.p.assis@hotmail.com](mailto:ingrid.p.assis@hotmail.com).

### Filipe Cantanhede Aquino

Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto (Portugal); mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Atualmente, é analista do Sebrae Maranhão e graduando em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [filipecaquino@gmail.com](mailto:filipecaquino@gmail.com).



## **Sobre o livro**

*Formato* 19 x 24,5 cm

*Tipologia* Unica One (títulos)  
Lora e Roboto Condensed (textos)

*Papel* Offset 90g/m<sup>2</sup> (miolo)  
Supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)

*Projeto Gráfico* Canal 6 Editora  
[www.canal6.com.br](http://www.canal6.com.br)

*Diagramação* Erika Woelke